

Seguros e Resseguros
Licitação em MT testa novo tipo de seguro-garantia. ‘A obra mais cara é a não entregue’, diz Colnago, da CNSeg **Caderno especial**



Relatório ESG
Em documento, Globo destaca impacto social de conteúdos em áreas como diversidade, governança, educação e ambiental **B4**



Reforma tributária
Estados querem autonomia para decidir tamanho do ‘cashback’ a ser pago ao contribuinte, diz Xavier, do Comsefaz **A2**

Terça-feira, 30 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5991 | R\$ 6,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

Número de companhias em recuperação judicial aumenta no 1º trimestre

Endividamento No período, 4.203 empresas renegociaram dívidas, alta de 3,9% em relação aos últimos 3 meses de 2023

Marcela Villar
De São Paulo

O número de empresas em recuperação judicial no Brasil continua a subir. O primeiro trimestre fechou com 4.203 companhias em processo de reestruturação de débitos no Judiciário. A alta é de 3,9% em relação aos três meses anteriores, segundo levantamento do Monitor RGF de Recuperação Judicial, feito pela consultoria RGF & Associados.

No período, grandes grupos entraram em recuperação, como a rede de supermercados Dia, com dívida de R\$ 1,1 bilhão; a OSX, uma das companhias do empresário Eike Batista, no Rio de Janeiro, com passivo de R\$ 7,94 bilhões; e o Grupo Libra Bioener-

gia, produtor de etanol em Mato Grosso, com débito de R\$ 534,7 milhões.

Pelo estudo, 1,87 a cada mil corporações de pequeno, médio ou grande portes estava em recuperação no primeiro trimestre, de um universo de 2,3 milhões no período. O número mostra tendência crescente desde que a RGF começou a compilar os dados, no segundo trimestre de 2023. O índice é pior na Região Centro-Oeste, onde três a cada mil empresas enfrentavam o processo judicial. Para o especialista em reestruturação Rodrigo Gallegos, sócio da RGF, os números ainda são reflexo da pandemia. “Com a alta da taxa de juros, as empresas começaram a perder caixa, e a segurança financeira acabou em 2023.”

O estudo aponta também que houve de-

saceleração no ritmo de empresas nesta situação, o que indica que o crescimento não é exponencial, mas em números absolutos menos empresas saíram da recuperação nos três primeiros meses do ano.

A advogada Cinthia de Lamare, da área de reestruturação e insolvência do escritório Cescon Barriau, diz que outro motivo para as recuperações seguirem em alta é o fato de o instrumento não ser mais visto só como espaço para renegociar dívidas, mas também ambiente de negócios. “Nas recuperações temos desde financiamento com o DIP, a taxas mais atrativas para o investidor, a venda de ativos e operações societárias no mercado de capitais. Isso sinaliza que o processo pode ser uma solução interessante para empresas viáveis.” **Página E1**

Governo tem déficit de R\$ 1,5 bi em março; 1º tri fecha no azul

Guilherme Pimenta, Gabriela Pereira e Estevão Taiar
De Brasília

As contas do governo central, que incluem o Tesouro, Previdência Social e Banco Central, registraram déficit primário — excluída a despesa com juros da dívida pública — de R\$ 1,527 bilhão em março. Com o resultado, o primeiro trimestre do ano encerrou com superávit

primário de R\$ 19,431 bilhões. Em 12 meses, o déficit acumulado somou R\$ 247,4 bilhões, equivalentes a 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta para este ano é de déficit zero, mas atualmente os ministérios da Fazenda e do Planejamento projetam resultado negativo de R\$ 9,3 bilhões. Em março, as despesas do governo aumentaram 4,3% em relação ao mesmo mês em 2023, puxadas principalmente pela Previdência. **Página A2**

Incerteza sobre juros nos EUA e risco fiscal vão manter mercados voláteis

De São Paulo

Ainda que o Federal Reserve, o banco central americano, mantenha as taxas de juros inalteradas em sua reunião de amanhã, a comunicação do presidente da instituição, Jerome Powell, será acompanhada atentamente pelos mercados. “Powell provavelmente parecerá mais cauteloso do que o habitual, com uma inclinação hawkish”, avaliam os analistas da TD Se-

curities. Com as sucessivas surpresas nos dados de inflação e da atividade econômica nos EUA, os mercados migraram de um cenário agressivo de sete cortes de juros em 2024 para apenas duas reduções, com forte reflexo nos ativos brasileiros, que tiveram desvalorização acentuada em abril. Os mercados domésticos seguirão atrelados ao exterior, mas a volatilidade pode ser maior, diante da piora na percepção do risco fiscal. **Páginas C1 e C2**

Após acordo, Casas Bahia sobe 34,19%

Adriana Mattos
De São Paulo

O acordo de recuperação extrajudicial fechado pela Casas Bahia com Bradesco e Banco do Brasil prevê a renegociação de R\$ 4,1 bilhões, cujo vencimento foi alongado de 22 para 72 meses, com carência de dois anos e meio para o principal. Com isso, a empresa deixará de desembolsar R\$ 4,3 bilhões até 2027. O presidente da varejista, Ricardo Franklin, disse que a empresa tem consciência das dificuldades e que ganhou “mais fôlego para assimilar problemas macro e demanda fraca”. O corte de linhas de crédito para compra de mercadorias por fornecedores e seguradoras estrangeiras é parte dos desafios. Ontem, as ações da empresa subiram 34,19%. **Página B1**

Ameaças nucleares



O argentino Rafael Grossi, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, da ONU, aponta as guerras no Oriente Médio e entre Rússia e Ucrânia como os maiores riscos da atualidade. Segundo ele, o Irã é a principal preocupação, uma vez que a agência não tem acesso às instalações nucleares do país desde 2015. **Página A16**

Gargalo de crédito a MPME afeta segmento

Marsílea Gombata
De São Paulo

O Brasil tem um grande gargalo de financiamento para micro, pequenas e médias empresas. A diferença entre a demanda por crédito e o que é oferecido ultrapassa, em valor, o equivalente a 27% do PIB, muito acima de vizinhos regionais e outras economias do sul global. A falta de crédito adequado dificulta a vida das empresas e as torna menos competitivas, segundo levantamento da Liber, dedicada ao financiamento da cadeia produtiva. As condições de crédito têm levado a inadimplência das micro, pequenas e médias empresas a crescer desde dezembro de 2021. Em fevereiro, chegou a 4,3% do total dos empréstimos, acima do percentual de inadimplência de 0,7% das grandes empresas, de acordo com o Banco Central. O tratamento que o Brasil historicamente dá às pequenas empresas é cruel, diz Paulo Feldmann, professor da USP. **Página A4**

A democracia americana pode estar em direção a uma espiral de colapso

Richard Sherwin A15

Alimentos ultraprocessados e poluição química não sensibilizam os mercados

Ricardo Abramovay A14

Indicadores

Ibovespa	29/abr/24	0,65 %	R\$ 175 bi
Selic (meta)	29/abr/24	10,75% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	29/abr/24	10,65% ao ano	
Dólar comercial (BC)	29/abr/24	5,1149/5,1155	
Dólar comercial (mercado)	29/abr/24	5,1142/5,1148	
Dólar turismo (mercado)	29/abr/24	5,1458/5,3258	
Euro comercial (BC)	29/abr/24	5,4801/5,4828	
Euro comercial (mercado)	29/abr/24	5,4828/5,4834	
Euro turismo (mercado)	29/abr/24	5,5432/5,7232	



Destaque

Pix é vice-líder no mundo

Com o avanço do Pix, o Brasil se consolidou como o segundo país que mais utilizou pagamentos instantâneos em 2023. A líder das transações em tempo real é a Índia. O ranking das cinco economias que mais utilizam esse meio de pagamentos é formado, também, por Tailândia, China e Coreia do Sul. **C4**

IPO da Puig

O grupo espanhol de produtos de beleza Puig (pronuncia-se putch) busca alcançar uma avaliação próxima de € 14 bilhões em sua oferta pública inicial de ações (IPO), marcada para sexta-feira, naquela que deverá ser a maior estreia no mercado de ações da Europa neste ano. **B6**

Petrobras aumenta produção

A Petrobras encerrou o 1º trimestre com produção de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia), no Brasil e no exterior, uma alta de 3,7% em relação aos três primeiros meses do ano passado. **B5**

Comunicação global



As novas ferramentas de inteligência artificial fornecem aos agentes da desinformação uma tecnologia potente e barata, com implicações

para a democracia e os direitos humanos, afirma a subsecretária-geral da ONU para comunicação global, Melissa Fleming. **Página A10**

Agrishow deve gerar R\$ 13 bi em negócios

Nayara Figueiredo e Paulo Santos
De Ribeirão Preto (SP) e São Paulo

A Agrishow, maior feira de tecnologia agrícola da América Latina, realizada em Ribeirão Preto (SP), deve gerar R\$ 13 bilhões em negócios neste ano, segundo a organização do evento. O resultado deve ficar perto da estabilidade, comparado a 2023. Bradesco, Santander e Banco do Brasil esperam movimentar, juntos, mais de R\$ 8 bilhões na feira. “Estamos muito confiantes em gerar bons negócios em mais uma edição da Agrishow”, diz Tarciana Medeiros, presidente do Banco do Brasil. Roberto França, diretor do Bradesco, projeta crescimento de 10% a 15%. O Santander, por sua vez, espera movimentar R\$ 2 bilhões, o que seria equivalente ao resultado do ano passado. **Página B10**

Tributação

Temor é que regra única nacional leve a desequilíbrio nas contas de alguns governos regionais

Estados querem autonomia para fixar cashback

Lu Aiko Otta
De Brasília

Os Estados querem autonomia para decidir o tamanho do cashback que pagarão aos contribuintes quando esse mecanismo entrar em vigor, como parte da reforma tributária sobre o consumo.

Se for estabelecido um desenho único para todo o país, algumas unidades da Federação poderão enfrentar desequilíbrio fiscal, disse ao **Valor** o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte.

A reforma tributária, cuja proposta de regulamentação foi apresentada na semana passada ao Congresso Nacional, prevê que famílias de baixa renda receberão de volta parte dos tributos pagos sobre alimentos, água, energia e gás. No entanto, os Es-

tados querem fazer essa política pública conforme o tamanho de seus bolsos, explicou.

O Comsefaz divulgou nota listando nove pontos em que não há acordo com o governo federal, em relação ao projeto apresentado na semana passada.

Além disso, o projeto de lei que regulará o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) não foi encaminhado ao Legislativo no cronograma original por falta de acordo entre União e Estados. O plano era apresentar os dois projetos simultaneamente.

A falta de acordo ocorre, nas duas propostas, porque os Estados veem risco de perda de autonomia federativa. O cashback é um exemplo.

Outro é a possibilidade de manter os fundos de combate à pobreza, que os Estados hoje financiam com um adicional de 2% no Imposto sobre a Circula-

ção de Mercadorias e Serviços (ICMS). É um tema importante para Estados do Norte e Nordeste, ressaltou o presidente do Comsefaz.

Há discordância também em relação ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, criado para ressarcir as empresas que perderão os incentivos fiscais estaduais com a reforma.

O Ministério da Fazenda propõe apoiar apenas aqueles benefícios concedidos sob condição onerosa, ou seja, que envolvem algum tipo de contraparti-

da pela empresa. Os Estados defendem um conceito mais amplo, incluindo todos os benefícios convalidados pela Lei Complementar 160.

Tampouco foi possível alcançar um acordo em relação ao pleito dos Estados de manter o sistema de substituição tributária, hoje responsável por 38% da arrecadação do ICMS. A Fazenda considera o modelo inadequado ao novo sistema.

Há discordância também em relação ao período em que será medida a arrecadação do ICMS para definir a distribuição das receitas do IBS, criado pela reforma. Os Estados defendem que seja de 2020 a 2027. A Fazenda defendia um intervalo menor, de quatro anos. Sem acordo, o projeto de lei não especifica datas.

Outros pontos de discordância envolvem a tributação de compras governamentais, a diferenciação entre crédito acumulado e saldo credor do IBS, a presta-

ção de informações pelas instituições financeiras ao Comitê Gestor e ajustes no Simples Nacional, para que a tributação fique no destino.

Xavier não detalhou as divergências a respeito do projeto de lei que regulará o Comitê Gestor. Mas, também nesse caso, há preocupação com a autonomia dos Estados e municípios nas funções de arrecadar e fiscalizar os novos tributos, além de decidir políticas públicas. Governadores deverão entrar em campo para assegurar esse princípio.

Segundo o presidente do Comsefaz, é preciso cautela para que questões corporativas não contaminem a montagem do novo sistema tributário.

Em relação ao projeto de lei que já foi encaminhado ao Congresso, a estratégia dos Estados é negociar alterações com deputados e senadores. O projeto que está em elaboração ainda será objeto de negociações ao longo desta semana.

As divergências não são grandes nem incontornáveis ao ponto de ameaçar a implementação do novo sistema, assegurou o secretário. Ele afirmou que os Estados defendem a premissa da simplificação trazida pela reforma tributária.

O secretário ainda elogiou o fato de o governo federal haver aberto o diálogo com Estados e municípios para elaborar a proposta de regulamentação da reforma tributária. O diálogo vem sendo feito desde janeiro e, no processo, houve muita convergência, ressaltou.

O secretário especial de Reforma Tributária, Bernard Appy, também tem dito que a elaboração da proposta de regulamentação da reforma tributária foi feita “a seis mãos”, em colaboração com Estados e municípios.

O **Valor** questionou o Ministério da Fazenda sobre esses pontos, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

Após superávit, governo vê meta com otimismo; analistas apontam desafios

Guilherme Pimenta, Estevão Taiair e Gabriela Pereira
De Brasília

Com resultado primário no primeiro trimestre superior às expectativas de mercado, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, vê com otimismo a possibilidade de cumprimento da meta deste ano — ainda que no limite inferior do intervalo. Essa visão, porém, não é compartilhada por parte dos economistas, apesar de reconhecerem melhora do quadro fiscal em relação ao que era esperado.

As contas públicas da União registraram superávit primário de R\$ 19,4 bilhões nos primeiros três meses do ano. O número foi influenciado negativamente pela antecipação do pagamento de R\$ 30 bilhões em precatórios. Sem essa medida, o superávit teria sido de R\$ 50 bilhões, afirmou Ceron em entrevista coletiva para detalhar os números. Nos três primeiros meses de

2023, contas ficaram positivas em R\$ 31,2 bilhões.

O secretário afirmou que, até março, o governo observa um forte crescimento nas receitas — alta de 8,9% no primeiro trimestre, sempre em termos reais e na comparação com o mesmo período do ano anterior. A expansão foi decorrente de medidas tomadas no ano passado, como a taxação de fundos exclusivos.

"Ainda há chance razoável de estarmos no horizonte da banda da meta de resultado primário", disse, destacando que o cenário demanda cuidados.

A meta de resultado primário para este ano é de déficit zero (mesmo objetivo para 2025), mas os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam atualmente resultado negativo de R\$ 9,3 bilhões. O novo arcabouço fiscal prevê banda de tolerância que permite ao governo ter déficit de até 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (rombo de R\$ 28,8 bi-

lhões) e, ainda assim, cumprir a meta. A nova estimativa oficial para o resultado primário será divulgada em 22 de maio.

Especialistas reconhecem que os números divulgados ontem indicam melhora do cenário fiscal, mas avaliam que a meta ainda não deve ser cumprida este ano.

"O resultado do tesouro em março foi melhor que o esperado", diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter. "Mas o ainda está bem longe da meta, principalmente para 2025, porque o crescimento de despesas obrigatórias é permanente e parte das receitas de 2024 é pontual."

Ela afirma que, com a melhora no desempenho pelo lado da receita, a instituição financeira deve revisar a projeção para o déficit, hoje em 0,9% do PIB, para algo próximo de 0,7%. A projeção mediana do mercado, segundo a edição da semana passada do boletim Focus, também indica resultado negativo de cerca de 0,7%.

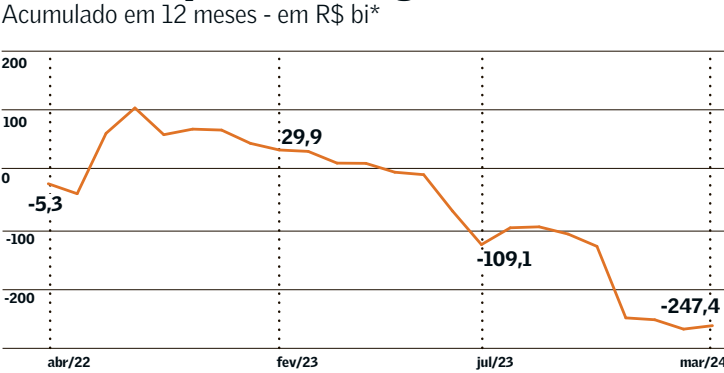
Na entrevista coletiva, Ceron

afirmou que os gastos com benefícios previdenciários, que cresceram 5,3% no primeiro trimestre, levantam “sinal de alerta”. Somente as despesas com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) subiram 17,2%. “Previdência é um tema que merece um acompanhamento constante”, disse. Já as despesas totais subiram 12,7% nos três primeiros meses. “Foi um crescimento muito influenciado pelo pagamento de precatórios.”

Questionado sobre medidas em tramitação no Congresso que possam ampliar renúncias fiscais ou gerar novas despesas, ele repetiu que esses projetos “precisam ser acompanhadas de compensação” do lado das receitas. Também reiterou o discurso da Fazenda de que a recuperação fiscal do Brasil “depende de pacto” entre os três Poderes.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), também avalia que o resultado do primeiro trimestre é positivo. “Acredito que seja possível cum-

Resultado primário do governo central



prir a meta de déficit primário [de 2024], mas centrado mais na banda inferior”, diz. “A parte das despesas está mais ou menos bem delineadas (limitadas pelo teto de 2024). O desafio e a incerteza continuam sendo as receitas primárias.”

Em relatório, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, destaca que a instituição financeira revisou recentemente de R\$ 70 bilhões para R\$ 64 bilhões a sua projeção para o déficit deste ano. O motivo foi “a confirmação do pagamento de 50% dos dividendos extraordinários da Petrobrás”.

“Caso os 50% restantes sejam pagos, bem como um acordo de transação tributária entre a em-

presa e o governo, nossa projeção poderá se aproximar de déficit de R\$ 50 bilhões”, afirma, lembrando, no entanto que “a banda inferior da meta de primário se encontra próxima” a resultado negativo de R\$ 30 bilhões.

Mesmo assim ele afirmou acreditar que o debate sobre a mudança da meta de 2024 “deverá ser postergado”, por razões como “o bom desempenho da arrecadação”.

No mês de março, as contas públicas registraram déficit de R\$ 1,5 bilhão — superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava resultado negativo de R\$ 5,1 bilhões.



Rogério Ceron: contas do Rio estão fragilizadas por “decisões internas”

Estado só reduz dívida se investir em educação, diz Ceron

Gabriela Pereira, Guilherme Pimenta e Estevão Taiair
De Brasília

Apesar da resistência de governadores, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem que o Ministério da Fazenda vai insistir que o investimento em educação deve ser contrapartida para redução da dívida dos Estados com a União, conforme apresentado no âmbito do programa “Juros por Educação”.

Ceron ainda disse que o governo quer mostrar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o Estado do Rio de Janeiro está com as contas públicas fragilizadas por decisões internas. O governador Clau-

dio Castro (PL) acionou o STF pedindo a suspensão do pagamento da dívida com a União.

Segundo Ceron, as despesas com pessoal no Rio aumentaram 30% de 2021 a 2023, um dos maiores índices do país, mesmo com a vedação imposta pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). “Vamos levar ao conhecimento do Judiciário o que tem feito as finanças do Estado [RJ] estarem em situação fragilizada, e é mesmo pelo pagamento da dívida ou por decisões locais em relação à gestão de finanças públicas e o grau de responsabilidade em relação ao futuro das finanças daquele Estado”, criticou o secretário.

O projeto prevê que as taxas

de juros reais cobradas sejam reduzidas de 4% ao ano para 2% ao ano caso os entes federativos se comprometam a ampliar o número de matrículas e criar novas vagas para o ensino médio profissionalizante até 2030. Outro ponto da proposta estabelece que, independentemente da adesão ao programa, os Estados poderão reduzir de forma adicional a taxa de juros em 0,5% ou 1%, desde que realizem amortização extraordinária de 10% ou 20% do saldo devedor.

Os Estados que aderirem ao projeto terão a opção de três taxas de juros reais: 3% ao ano, levando em consideração a aplicação de ao menos 50% da economia da dívida no ensino médio técnico; 2,5% ao

ano, no caso da aplicação de 75% do valor e 2% ao ano aplicando 100% do total.

De acordo com a Fazenda, a partir de 2023, se as metas de expansão do ensino profissionalizante forem atingidas, os Estados passarão a ter a taxa de juros de forma permanente e sem contrapartidas adicionais.

No entanto, a proposta ainda não foi aceita pelos entes, causando preocupações no secretário do Tesouro. Ceron participou de uma coletiva de imprensa para tratar sobre os dados do Relatório do Tesouro Nacional referente ao mês de março e afirmou que a economia de fluxo deve ser direcionada a um “objetivo nobre que ajude o Estado”.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Abrasca B5 Adalytics B6 Aegon C6 Allianz Seguros F1, F2, F4, F8 Alper F6 Alphabet C1 Amazon C1 Americanas C6 Aon Seguros F5 Apple C1 Arbor Capital C1 Banco do Brasil F1 Banco Inter A2 Bluecyber F4 BMW B2 BNDES A4	BNP Paribas C2 Bradesco Saúde F3 Bradesco Seguros F1, F4, F7 Bradesco Vida e Previdência F8 Brasilseg F1 BTG Pactual A2 BYD A15 C6 Bank C2 Caixa F6 Capital Economics C2 Check Point Research F4 CMPC B2 Comcast B6 Comgás B2 Cooxupé B9 Copasa B1	Cteep B1 CVC Capital Partners B6 Cybersecurity Ventures F4 Demarest A6, F6 Deuts C2 Deutsche Bank C2 Digital Insurance Latam F7 Distrito F7 Eletrobras A6 Emae B2 Est C6 EY F3 Finansystech F4 Furcolin Mitidieri A6 Advogados A6 Galapagos Capital C6 Galapagos Wealth	Management C1 Gallagher F7 Gauss Capital C2 Geely A15 Genoa Capital C5 Gerando Falcões B6 Gerdau B6 Goldman Sachs B6, C2 Google B6 Grant Thornton B5 Grão Investimentos C6 Grupo HDI F5, F6 Grupo Vera Cruz F3 Guru Spoc F7 Havan A14 HDI Seguros F6 Ibracon B5	Icatu Seguros F7 IRB(Re) F2 IRB+Inteligência F6 Ismac F4 Itaú B6 IZA Seguros F8 J.P. Morgan C2 Jounce Media B6 JP Morgan B6 Julius Baer C6 Kinitro Capital A5 KPMG F6 Kroger B6 L'Oréal B6 Liber A4 Liberty F6 Líder F6	Light C6, F2 Lojas Americanas F2 Madrona Filho A6 Advogados F2 MAG Investimentos C6 MAG Seguros F8 Mapfre F1, F8 Marsh F2 Mary Help F8 Mattos Filho F7, F8 MB Associados A5 McKinsey A4 Mercer Brasil F2 Mergermarket F6 Meta C1 Microsoft C1 Mongeral C6	Nest C6 Nvidia C1 Oncofônicas F3 Oriz Partners C2 Orram C6 Overhaul F4 Oxford Economics C2 Paramount B6 Petrobras A2, A4, B4 PitchBook Data F6 Porto Saúde F3 Porto Seguro F1 Prudential F7 Puig B6 Quantitas C2 Quero-Quero B2 Rede D'Or F6	Rock World B6 Sabesp B2 SAIC A15 Seguros Unimed F3 Seneca Evercore F6 Sephora B6 Sete Brasil A4 Shell B4 Smartbreeder B9 Sompó F2, F6, F8 SulAmérica F6, F7 Suno Research F2 Sura F4 Suzano B2 Swiss Re F2, F4 Swiss Re Brasil Resseguros F6	Tag Investimentos F2 Taler Investimentos C6 TD Securities C2 Tenax Capital C1 Tesla C1 Tokio Marine F2, F6 UBS C1 UBS Global Wealth Management C2 Unigel B4 Vale B5 Valora Investimentos F2 Volkswagen B6 W1 Consultoria Financeira F2 Wiz Corporate F8 WTW F5 X A10
---	---	---	--	--	--	---	--	--

CONHEÇA MATO GROSSO: UM EXEMPLO DE BRASIL QUE DÁ CERTO.

Um estado com força econômica,
credibilidade administrativa e imenso
potencial de desenvolvimento para
investidores de todo o mundo.



Venha crescer com Mato Grosso:

- Maior pacote de investimentos em infraestrutura do Brasil.
- 2ª menor taxa de desemprego entre os estados.
- Campeão brasileiro do agronegócio.



**Governo de
Mato
Grosso**

mt.gov.br



Conjuntura Diferença entre oferta e demanda de financiamento para setor supera 27% do PIB, indica pesquisa

Crédito restrito afeta pequenas empresas

Marsílea Gombata
De São Paulo

O Brasil tem um dos maiores gargalos de financiamento a pequenas e médias empresas do mundo. A diferença entre a demanda por crédito e o que é ofertado ultrapassa o valor equivalente a 27% do Produto Interno Bruto (PIB), patamar bem acima de vizinhos regionais e outras economias do sul global. A falta de crédito adequado dificulta a vida das empresas e as torna menos competitivas que seus pares em outros países.

As apertadas condições de financiamento têm levado a inadimplência das micro, pequenas e médias empresas (MPME) a crescer consecutivamente desde dezembro de 2021. Em fevereiro deste, chegou a 4,3% do total dos empréstimos, bem acima do percentual de inadimplência de 0,7% no universo das grandes empresas, segundo dados do Banco Central. Mas esse cenário poderia ser diferente, segundo levantamento recente conduzido pela Liber, empresa de financiamento da cadeia produtiva.

A partir de números do Banco Mundial e do Banco Central, o estudo mostra um descompasso entre o baixo acesso ao crédito e o impacto das pequenas e médias empresas (PMEs) na economia. Enquanto essas empresas respondem por 41% dos empregos formais e contribuem com 27% do PIB, recebem apenas 18% das carteiras de crédito do país.

O potencial para concessão de créditos às PMEs poderia ser 2,5 vezes maior do que o atual, segundo o levantamento, indo de US\$ 195 bilhões para US\$ 678,5 bilhões, o que representa uma demanda reprimida de US\$ 483,5 bilhões.

“Isso significa que, por falta de crédito, as PMEs acabam muitas vezes definhando, não conseguem crescer”, afirma Marcelo Serfaty, CEO da Liber, que facilita as transações financeiras entre grandes indústrias e micro, pequenas e médias empresas que atuam como fornecedoras e varejistas desses grupos.

“No varejo é ainda mais impressionante porque os prazos [para pagar] são muito curtos, o que faz com que essas companhias trabalhem praticamente

sem estoque, já que o volume de recursos é baixo. Isso é um limitador para crescer, nem sequer dá para pensar em abrir nova loja.”

O tratamento que o Brasil historicamente dá às pequenas empresas tem sido cruel, na avaliação de Paulo Feldmann, professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

“A situação das pequenas empresas é muito ruim e não é de agora. Se você vai a Paris, encontrará pequenas mercearias. Na Itália, não verá cadeias de farmácia, mas, sim, farmácias pequenas. Nesses lugares, o governo ajuda muito essas empresas”, afirma Feldmann, que foi presidente do Conselho da Pequena Empresa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (Fecomercio).

“Dos US\$ 340 bilhões exportados pelo Brasil em 2023, menos de 1% saiu das pequenas empresas. Dos US\$ 670 bilhões que a Itália exportou, mais da metade veio da pequena empresa. O que explica isso? Política pública.”

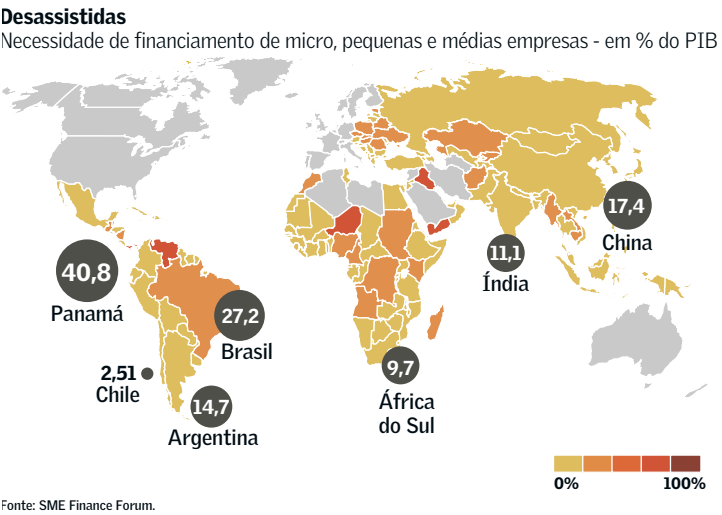
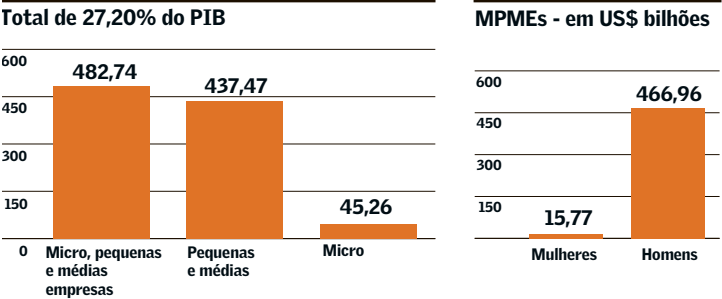
Feldmann lembra que, enquanto em países como a Itália a lei do consórcio permite que pequenas companhias se juntem para exportar, no Brasil isso é vetado para pequenas empresas. Lembra ainda que, na pandemia, a Alemanha protegeu as pequenas empresas, fornecendo um aporte mensal desde que não demitissem seus funcionários.

“As coisas que temos aqui no Brasil só se vê na Eritreia, na Somália, em países africanos muito atrasados”, diz. “Nós não temos política pública para pequenas empresas. Então a taxa de mortalidade delas é uma das mais altas do mundo. Cerca de 25% delas conseguem fazer aniversário de cinco anos, mas 75% não chegam a completar isso.” Segundo o especialista, a falta de crédito é um dos principais obstáculos para essa expansão, mas não só.

“Como é algo arriscado, os bancos não querem saber, fogem”, afirma. “E o que se tem normalmente [nos outros países] são taxas de juros mais baixas e condições preferenciais. Mas o Brasil é tão louco que é o único país do mundo em que a pequena empresa paga o mesmo de tributos sobre o faturamento, em termos propor-

Micro e pequenas empresas sem conta PJ

Gap de financiamento para MPMEs - em US\$ bilhões



“Situação das pequenas empresas é muito ruim e não é de agora”
Paulo Feldmann

cionais, que a grande empresa.”

Dados do SME Finance Forum, ligado à International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial e à Global Partnership for Financial Inclusion (GPII), mostram que o país tem um gap de financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) muito maior que seus pares. Essa necessidade de financiamento hoje no Brasil é da ordem de 27,2% do PIB, o que deixa o Brasil atrás apenas de Venezuela (42,36%) e Panamá (40,80%) na América Latina.

No México, por exemplo, esse percentual é de 14,32%, na Argentina, de 14,73% e no Chile, 3,51%. Em países do sul global, a taxa também é bem menor que a do Brasil. Na China chega a 17,4%. Na África do Sul, a 9,7%.

Nos países em desenvolvimento, estima a IFC, a necessidade de financiamento para MPMEs é de US\$ 5,2 trilhões, 1,3 vez o total de empréstimo oferecido a essas empresas. Dos US\$ 482,7 bilhões que o Brasil tem de necessidade de financiamento, 90% dizem respeito às pequenas e médias empresas, que precisariam de US\$ 437,4 bilhões. Os outros 10%, ou US\$ 45,2 bilhões, são relativos às microempresas.

Estatísticas do Banco Central mostram que o estoque de crédito às MPMEs vem caindo desde o fim do ano passado. Em dezembro de 2023, o total era de R\$ 1,03 trilhão. Em fevereiro (último dado disponível), caiu para R\$ 1,02 trilhão. Para as grandes empresas, o total de empréstimo bancário passou de R\$ 1,17 trilhão para R\$ 1,11 trilhão no período. No acumulado em 12 meses, houve redução de 5,5% da concessão de crédito para MPMEs. Para as grandes, a queda foi de 3,1% no período.

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostram que 95% das empresas brasileiras são

pequenos negócios, enquanto 5% são médias ou grandes.

Hoje são 22,6 milhões de pequenas empresas no país, que totalizam R\$ 20,26 milhões de faturamento anual. Os microempreendedores individuais (MEIs), com receita bruta anual até R\$ 81 mil anuais, respondem por 58,2% desse total. As micro, com receita até R\$ 360 mil, por 35,5%. As pequenas, com receita de até R\$ 4,8 milhões, por 6,2%.

As pequenas empresas são responsáveis por 80% das vagas de emprego criadas e contabilizam 11,3 milhões de negócios no setor de serviços, 6,7 milhões no comércio, 2,1 milhões na indústria, 1,5 milhões na construção civil, e 835 mil na agropecuária.

A classificação do Sebrae difere da do SME Finance Forum, que não classifica as empresas pela receita. Estatísticas internacionais costumam classificar as empresas de acordo com o número de empregados.

Segundo critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a microempresa tem até dez empregados, e a pequena empresa, entre 10 e 49. Médias empresas possuem entre 50 e 249 funcionários, e as grandes, mais de 250.

Apesar da importância que têm para a economia, somente 20% dos empreendedores de pequenos negócios que buscam crédito no sistema financeiro conseguem um empréstimo, segundo a pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, do Sebrae.

O levantamento mais recente, de fevereiro, mostra que 25% das pequenas empresas têm dívidas e estão em atraso. Para 55% delas, o pagamento das dívidas representa 30% ou mais dos custos mensais.

Nas contas de Feldmann, do total de 8 milhões de empresas hoje no país, 99% são micro e pequenas. O problema, diz, é que essas contribuem com menos de 30% do PIB, uma das menores participações do mundo.

“Na Europa, a média é de 60%, nos EUA, de 50%. Na América do Sul é de 40%, e poderia ser mais se não fosse pelo Brasil”, diz.

No início da semana passada, o governo federal anunciou o Programa Acredita, de crédito para microempreendedores individuais, micro e pequenas empre-

sas. Um dos eixos será uma versão do Desenrola, de renegociação de dívidas, voltada para micro e pequenas empresas e um programa de crédito para essas companhias. A maior parte dos recursos virá do Fundo Garantidor de Operações (FGO), formado por recursos do Tesouro Nacional.

Relatório de 2022 da McKinsey lembrou que, nas últimas décadas, o segmento de crédito a pequenos e microempreendedores esteve carente de programas governamentais para fomentar o setor.

Dentre as iniciativas voltadas para as PMEs recentemente estão o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e duas iniciativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — o Peac Maquininhas e a chamada pública de seleção de fundos de crédito para essas empresas.

“No caso do Sebrae, a diferença agora é que o FGO nos permitirá alavancar R\$ 30 bilhões [em crédito] para micro e pequena empresa. Esse número é 30 vezes maior do que vinha ocorrendo”, afirma Décio Lima, diretor-presidente do Sebrae.

“Atenderemos 1 milhão de microempreendedores com crédito assistido. Não adianta você fazer a melhor pipoca do mundo, comprar um carrinho e colocar na frente do cemitério. Você vai quebrar. Não dá para dar crédito sem essa orientação.”

Lima prevê ainda que o programa ajudará a reduzir o número de micro e pequenas empresas inadimplentes, que hoje somam 3,6 milhões.

Feldmann, contudo, é mais cético e tem dúvidas sobre a iniciativa.

“Quando o governo Bolsonaro lançou o Pronampe parecia algo maravilhoso. Mas nenhum empresário conseguia empréstimos nos bancos, que alegavam que o risco [de emprestar para essas empresas] era alto. Quando o banco tem essa percepção, pratica taxas altas de juros”, argumenta.

“O governo lançou o programa com toda pompa na semana passada. Mas, como dizia aquela piada, ‘faltou combinar com os russos’. O que vai acabar acontecendo é que, mais uma vez, os bancos não vão emprestar para as pequenas empresas porque o risco é alto.”

Indústria de pequeno porte sofre com ausência de conta de pessoa jurídica

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

O grau de desbancarização de micro e pequenas empresas da indústria ainda é elevado. No caso das empresas de menor porte de país, 28% não possuíam conta de pessoa jurídica (PJ), taxa que sobe para 33% entre as microempresas, segundo levantamento do Datafolha para o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi) feito em março.

De acordo com o Simpi, o resultado mostra desconexão entre a formalização legal e o acesso aos serviços bancários, já que essas empresas possuem CNPJ.

As contas de pessoa jurídica,

na visão de Joseph Couri, presidente do Simpi, são essenciais para facilitar a vida dos empresários. “Estamos testemunhando uma parcela substancial de nossas indústrias operando à margem do sistema financeiro formal, o que não apenas impacta a eficiência operacional, mas também pode resultar em consequências legais indesejadas.”

Segundo ele, a desbancarização

69%
dos sem conta PJ
faturam até R\$ 15 mil

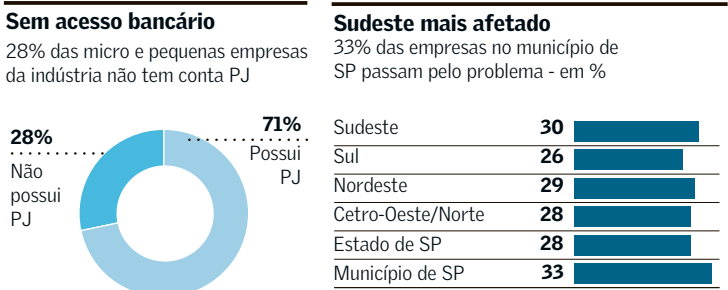
é “apenas um dos sintomas de diversos obstáculos que as micro e pequena indústrias enfrentam, incluindo entraves jurídicos”.

A pesquisa destaca que 87% das empresas sem conta PJ declararam utilizar contas pessoais em nome de pessoas físicas para movimentar recursos da empresa, e a maioria delas (69%) fatura até R\$ 15 mil por mês, indicando cenário de micro e pequenos empreendimentos com receitas modestas dentro do perfil desbancarizado.

O acesso ao crédito também é limitado. Um a cada quatro (25%) das empresas bancarizadas não possui contas que ofereçam acesso a linhas de crédito para capital de giro.

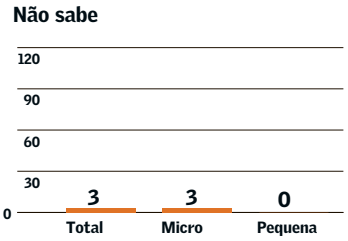
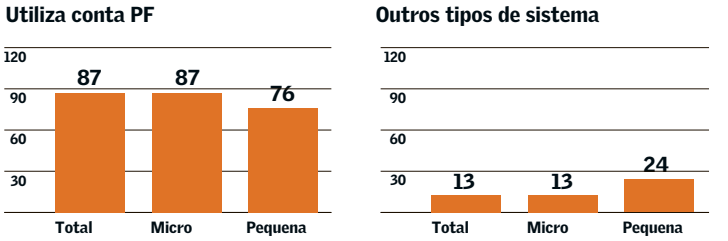
Micro e Pequenas Empresas sem PJ

Desbancarização evidencia desafios que as empresas de menor porte enfrentam



Meios utilizados para fazer e receber pagamentos

87% dos desbancarizados utilizam contas pessoais - em %



Mercadante prega ‘avançar’ em projetos na indústria naval

Paula Martini
Do Rio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, defendeu nesta segunda-feira (29) que o Brasil volte a investir na indústria naval. Em evento sobre transição energética nos oceanos, Mercadante reconheceu que o país cometeu erros no passado, mas que é necessário fazer um diagnóstico sobre a atual capacidade de construção do país.

“Nós temos que fazer um diagnóstico rigoroso sobre a nossa

capacidade de construção. Qual é a nossa expertise e não repetir erros que já tivemos e não foram pequenos. Mas nós temos curva de aprendizado e nos recusamos à ideia de que o Brasil não pode entrar nesse segmento”, afirmou Mercadante, em discurso na sede da instituição, no Rio.

Os erros aos quais Mercadante se refere ocorreram nas primeiras gestões do PT no governo federal. Bandeira do primeiro governo Lula, a retomada da indústria naval envolveu a construção de grandes estaleiros em diferentes regiões do país para atender

às encomendas para a indústria de petróleo e gás de um único cliente, a Petrobras.

Houve problemas com o cumprimento de custos e prazos de encomendas por parte dos estaleiros nacionais e denúncias de corrupção investigadas pela operação Lava-Jato. Um dos casos mais emblemáticos foi o da empresa Sete Brasil, que até hoje encontra-se em recuperação judicial e é motivo de discussões por parte do conselho de administração da Petrobras em função de demandas de credores.

No evento, o presidente do ban-

co anunciou que a instituição vai lançar um edital para ouvir todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva e identificar quais são os nichos em que o país tem capacidade de avançar, especialmente na descarbonização. “Vamos fazer um estudo rigoroso para dar passos sólidos naquilo que podemos fazer”, completou.

Mercadante afirmou ainda que os investimentos do banco em projetos relacionados à indústria naval devem saltar para mais de R\$ 5 bilhões em 2024, por meio de recursos do Fundo da Marinha Mercante, que é 75% gerido pelo

BNDES. O fundo é a principal fonte de financiamento para o setor. Segundo Mercadante, as cifras foram de R\$ 491 milhões em 2022 e R\$ 790 milhões em 2023. “Transporte fluvial, rebocadores e balsas graneleiras e minareiros têm demanda muito forte na construção naval. Isso gera musculatura para podermos avançar para projetos mais complexos”, defendeu.

Apenas a carteira de projetos ligados ao setor de óleo e gás conta com R\$ 1,6 bilhão, disse o presidente do banco de fomento. “A Petrobras tem papel muito importante e pode fortale-

cer esse segmento”, concluiu.

O seminário Transição energética no mar: desafios e oportunidades para o Brasil começou ontem e termina nesta terça-feira (30). Além da presença do presidente do BNDES, a abertura do evento contou com a presença do secretário-geral da Organização Marítima Internacional (IMO), Arsênio Velasco, do presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen Leal, e do comandante da Marinha do Brasil, Marcos Olsen. Também participam a diretora de infraestrutura do BNDES, Luciana Costa, e a conselheira Izabella Teixeira.

Conjuntura Em um grupo de 14 países, indicador brasileiro que une inflação e desemprego era o terceiro pior, aponta estudo do FGV Ibre

Índice de miséria do Brasil recua, mas segue alto em ranking global

Lucianne Carneiro
Do Rio

O chamado índice de miséria do Brasil, que era o maior em um grupo de 14 países em 2019 (16,25%), caiu para a terceira posição em 2023, com 12,54%, mostra estudo do pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) Daniel Duque, antecipado com exclusividade ao **Valor**. O conjunto de países reúne alguns da América Latina, como Colômbia e Chile, além de outros emergentes, como Índia, e nações desenvolvidas como Estados Unidos e Japão. O trabalho contempla os anos de 2019, 2022 e 2023 — exclui 2020 e 2021 por causa dos efeitos da pandemia.

O índice, também conhecido como taxa de infelicidade ou de desconforto, foi criado nos anos 70 pelo economista Arthur Okun e é a soma das taxas de inflação e de desemprego. O indicador é visto como uma referência das condições econômicas da população ou “do bolso do consumidor”. Quanto maior o índice, pior é a situação do país, por ter taxas mais elevadas de inflação e desemprego. Na avaliação de Duque, também aponta a capacidade de gestão de um dilema, pelo menos a curto prazo, entre emprego e inflação.

A comparação internacional mostra a melhora da situação do Brasil neste quesito nos últimos anos, embora o país ainda esteja entre os piores colocados. Ao olhar para um horizonte mais longo de

tempo, a evolução positiva da taxa de miséria do Brasil fica ainda mais clara, aponta levantamento do economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, que considera os dados mensais. A trajetória recente é de queda e o nível mais recente, de fevereiro de 2024 (11,83%), está próximo ao piso histórico, de 10,80%, em novembro de 1998, e muito abaixo de níveis observados anteriormente, como 25,98% em julho de 2003 ou 20,44% em julho de 2016, por exemplo.

“O que a gente vê nessa comparação internacional é que o Brasil está numa situação positiva, com redução tanto do desemprego quanto da inflação. A taxa chegou em 16,25% em 2019, a maior entre os países selecionados, caiu para 15,02%, em 2022, e diminuiu ainda mais para 12,54% em 2023. Há uma melhora clara do Brasil”, afirma o pesquisador do FGV Ibre.

No Brasil, a taxa de desemprego caiu de 11,94%, em 2019, para 9,23% em 2022 e 7,95% em 2023. Já a taxa de inflação aumentou de 4,3%, em 2019, para 5,79% em 2022, antes de cair para 4,59% em 2023. O trabalho usa como base os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), para fazer as comparações entre os países.

Outros países da seleção tiveram desempenho diferente. A Colômbia, cuja taxa era de 13,80% em 2019, atingiu a liderança em 2023, com 21,33%. No Japão, com o menor índice em 2019 (2,82%) viu avanço para 5,80% em 2023, mas ainda é a



LEO PINHEIRO/VALOR

“Brasil está numa situação positiva, com redução tanto do desemprego quanto da inflação”
Daniel Duque

menor taxa. O Equador, por sua vez, era o país do grupo com a menor taxa em 2023 (4,91%), pouco acima dos 4,08% de 2019.

Na avaliação de Daniel Duque, o desempenho do Brasil aponta para uma boa gestão desse dilema de curto prazo de emprego e inflação, já que quanto menor o desemprego, maior a pressão sobre os salários e o risco de impactar a inflação

de serviços. “A inflação aumentou um pouco, mas muito pouco para a redução do desemprego. Isso indica uma boa gestão disso”, diz.

“O Brasil vive um dos melhores momentos neste indicador de taxa de miséria, considerando seu histórico, embora ainda seja mais elevado que o de outros países por questões estruturais”, pondera Sérgio Vale.

No caso da taxa de desemprego, a razão seria a legislação trabalhista mais rígida, a despeito de certa flexibilização recente com a reforma. No caso da inflação, por sua vez, cita uma independência do Banco Central mais tardia que a de outros países.

A curto prazo, o economista-chefe da MB Associados vê a manutenção do índice neste patamar mais baixo, avaliação com-

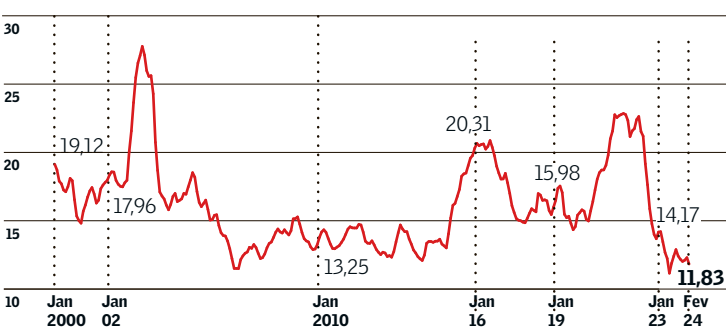
A evolução do indicador

Índice de miséria soma taxas de inflação e de desemprego

Comparação internacional, em %

Países	2019	2022	2023*
Colômbia	13,80	20,72	21,33
Chile	10,09	19,94	16,64
Brasil	16,25	15,02	12,54
Índia	14,17	10,72	9,72
Canadá	7,64	12,08	9,29
Austrália	6,77	10,30	9,26
República Dominicana	8,17	14,31	9,13
México	7,11	11,15	8,29
Panamá	6,05	11,14	8,18
Estados Unidos	5,48	11,65	7,75
Costa Rica	12,90	19,21	6,56
Coreia do Sul	4,13	7,95	6,27
Japão	2,82	5,10	5,80
Equador	4,08	7,23	4,91

Série histórica do Brasil, em base mensal, em %



Fontes: Daniel Duque (FGV Ibre) e Sérgio Vale (MB Associados)
* Ranking é organizado pelo desempenho em 2023

partilhada também pela equipe econômica da gestora Kinitro Capital. As projeções da MB apontam para uma inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,8% em 2024, com taxa de desemprego média de 7,5%. As contas da Kinitro sugerem cenário semelhante para 2024, o que significa um índice de miséria em 11,5% este ano. Para 2025, a estimativa é de IPCA em 3,5% e desemprego em torno dos 8%, com taxa de miséria em 11,8%. “O cenário atual é certa estabilidade no indicador pelo menos em 2024 e em 2025 nesses patamares bem baixos”, diz o chefe de Pesquisa Macroeconômica da Kinitro, João Savignon.

Se o contexto de curto prazo é

positivo, há alertas sobre os riscos a médio e longo prazos, segundo Vale e Duque. O economista do FGV Ibre acredita que, quando o governo sinaliza com afrouxamento da política fiscal, pode ter impacto negativo nas expectativas e com isso na inflação, o que afetaria o índice de miséria mais à frente.

“O cenário aponta para um índice de miséria neste ano melhor do que foi no passado. Mas tudo o que está acontecendo agora, toda essa demanda via política fiscal e queda de juros, tem implicação ao longo do tempo. É uma inflação que pode ficar mais pressionada por causa disso e até ver impacto em desemprego”, afirma Vale, com críticas à mudança na meta fiscal anunciada pelo governo há dias.

CONTEÚDO PATROCINADO POR

GRUPO CASASBAHIA

Casas Bahia fecha acordo com bancos e preserva R\$ 4,3 bi de caixa até 2027

Negociação é parte da aceleração do Plano de Transformação da varejista

O Grupo Casas Bahia anunciou um acordo de reestruturação com seus principais bancos credores que acelera o Plano de Transformação da empresa (divulgado em agosto do ano passado). O reperfilamento da dívida preserva R\$ 4,3 bilhões de caixa nos próximos quatro anos, sendo R\$ 1,5 bilhão somente em 2024. Isso porque as negociações incluem carência de 24 meses para pagamento de juros e 30 meses para pagamento de principal. Já o prazo médio de amortização salta de 22 para 72 meses, com redução de 1,5 ponto percentual no custo médio. Nesse novo cenário, a queda nas taxas gera uma economia em juros de aproximadamente R\$ 400 milhões no período. “Estamos muito satisfeitos por termos conseguido antecipar esse reperfilamento da dívida, que só foi possível graças ao avanço bem-sucedido das alavancas operacionais do nosso Plano de Transformação. O



© GETTY IMAGES

A redução de custo da dívida traz mais confiança e segurança a todos os fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores da companhia

acordo reflete a confiança em nosso projeto e no futuro da companhia”, ressalta Renato Franklin, CEO do Grupo. O executivo destaca que o acordo já estava aprovado pelos

principais credores financeiros e se encontrava entre as metas prioritárias para o ano, tendo sido concluído antes mesmo do previsto.

O plano de reperfilamento transforma o perfil

de dívida da varejista, que terá seu custo reduzido com a renegociação das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries de debêntures, substituídas por um novo instrumento. O montante negociado tinha

custo de CDI + 2,7% e, agora, passa a ter CDI + 1,2% ao ano. Com o novo cronograma de vencimentos, o cenário muda completamente e a empresa deixa de trabalhar com uma

previsão de desembolso de caixa de R\$ 4,8 bilhões até 2027, e deve arcar com apenas R\$ 500 milhões no mesmo prazo. Vale destacar que a reestruturação inclui somente dívidas financeiras sem garantias, como debêntures e CCBs.

Com o alongamento e redução de custo da dívida, o Grupo Casas Bahia ganha mais flexibilidade financeira, e o movimento traz ainda mais confiança e segurança a todos os stakeholders. A empresa ainda reforça que o acordo tem escopo limitado aos credores financeiros sem garantia, não gerando impacto para fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores.

Segundo a companhia, as alavancas operacionais do Plano de Transformação avançam fortemente. A consistência na execução do projeto segue em linha com a estratégia de aumentar o reconhecimento, a solidez e a confiança no Grupo e nas suas marcas Casas Bahia e Pontofrio entre investidores e consumidores.



Não deveria ser complicado garantir a (proteção) dos seus clientes.

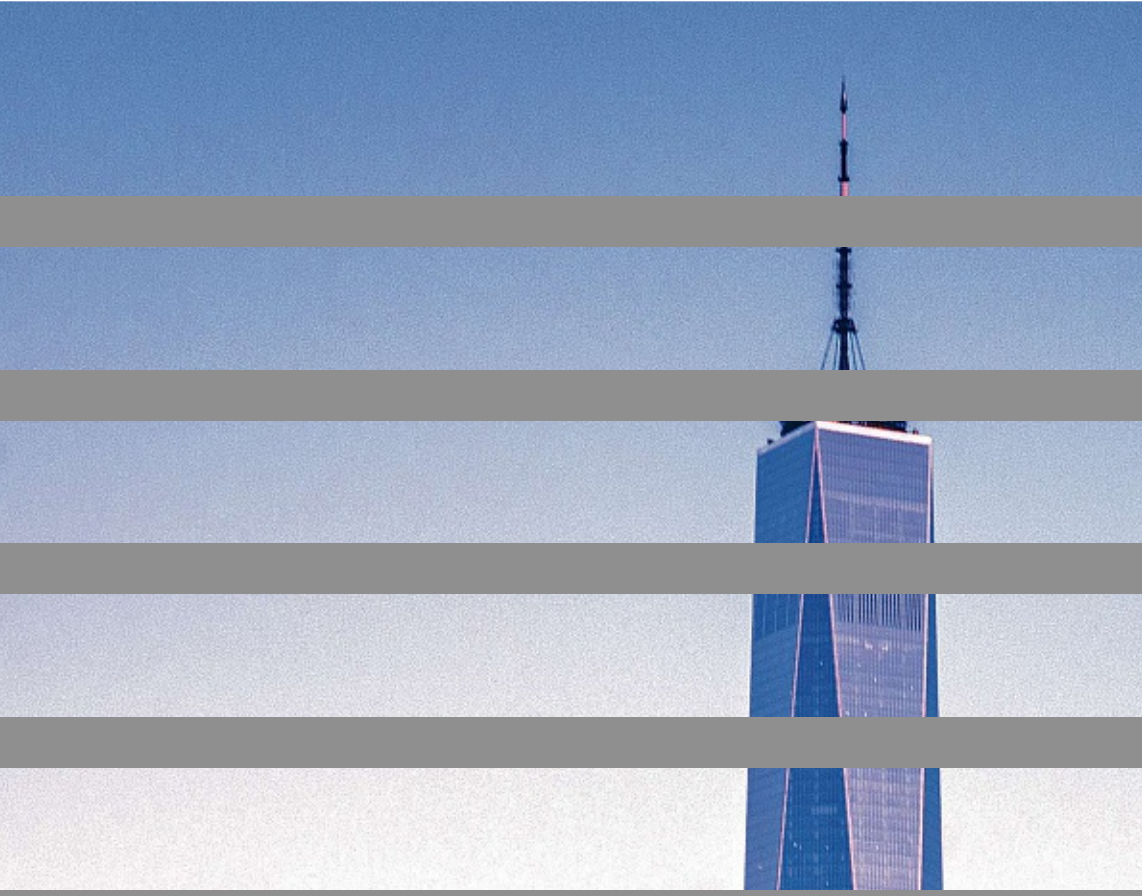
Com a digitalização da economia, empresas que lidam com grandes volumes de clientes precisam oferecer produtos que garantam maior proteção. É aí que a Kovr entra, com seguros personalizados e integrados à sua jornada.

**Proteja seus clientes.
Rentabilize seu negócio.**

Descubra o poder da tecnologia aliado à expertise em seguros.



kOVR seguradora



SUMMIT
ECONÔMICO
Valor
BRAZIL – USA
NEW YORK – 15 MAIO 2024



No ano que marca os 200 anos de relações diplomáticas entre BRASIL e ESTADOS UNIDOS, o **Valor Econômico** vai realizar o maior debate sobre negócios bilaterais.

15 DE MAIO DE 2024

NOVA YORK - EUA

Na semana do Person of The Year

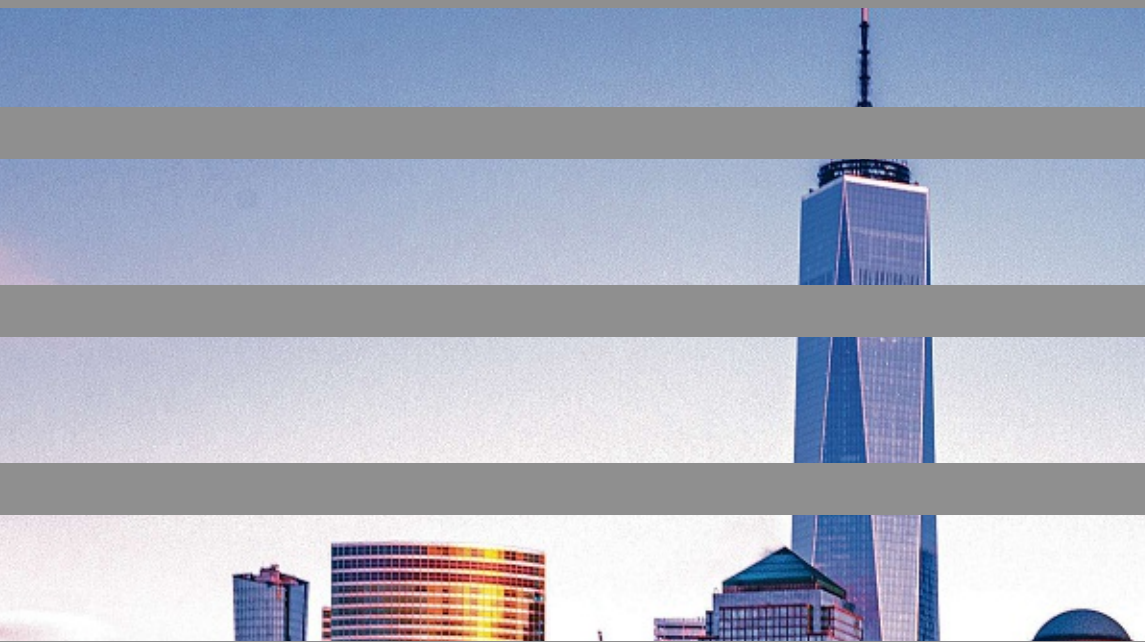


Acesse
summitbrazilusa.valor.com.br
e veja toda a programação

Temas abordados

- Como intensificar a relação comercial Brasil-EUA
- O efeito dos juros americanos nos mercados mundiais
- Eleições americanas e a relação com o Brasil
- Estabilidade do ambiente de negócios no Brasil
- Como a energia verde pode atrair investimentos
- As oportunidades do agronegócio

Empresários, autoridades e especialistas se reúnem para discutir temas essenciais para ampliar as oportunidades entre os dois países.



Acompanhe notícias sobre o evento e a transmissão ao vivo em valor.com.br



Apresentação



Patrocínio Máster



Apoio



Companhias Aéreas Oficiais



Realização



Atividade econômica

Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,40	0,52	0,70	0,08	-0,01	-0,04	-0,60	0,29	0,25
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,7	2,4	0,1	1,0	0,0	1,0	-0,4	0,3	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,3	0,9	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	27980	23494	26.798	28.786	27886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tr/23	3º Tr/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R\$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US\$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data * Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % (1)	Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir* IR - em R\$
Até 1.412,00	7,50	Até 2.259,20	0,0	0,00
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00	De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00	De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00	De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Empregador doméstico	8,00	Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir* IR - em R\$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data *Valor considera o desconto simplificado de R\$ 564,80 Obs. Desconto por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

| Discriminação

 | Janeiro-março | | Var. % | março | | Var. % |

--
--
--
--
---|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
|

 | 2024 | 2023 | | 2024 | 2023 | |
| Receita Federal

 | | | | | | |
| Imposto de renda total

 | 221,4 | 202,2 | 9,48 | 56,4 | 54,0 | 4,43 |
| Imposto de renda pessoa física

 | 7,6 | 6,9 | 10,45 | 2,0 | 2,2 | -8,91 |
| Imposto de renda pessoa jurídica

 | 100,1 | 100,5 | -0,34 | 20,0 | 22,2 | -9,93 |
| Imposto de renda retido na fonte

 | 113,6 | 94,8 | 19,83 | 34,5 | 29,7 | 16,14 |
| Imposto sobre produtos industrializados

 | 17,8 | 14,8 | 20,28 | 5,8 | 5,0 | 16,67 |
| Imposto sobre operações financeiras

 | 15,7 | 14,7 | 6,70 | 5,3 | 4,6 | 16,33 |
| Imposto de importação

 | 15,4 | 13,5 | 14,45 | 5,1 | 4,6 | 10,80 |
| Cide-combustíveis

 | 0,7 | 0,0 | - | 0,2 | 0,0 | - |
| Contribuição para Finsocial (Cofins)

 | 96,7 | 78,1 | 23,81 | 31,8 | 25,6 | 24,45 |
| CSLL

 | 53,9 | 50,9 | 6,05 | 10,2 | 11,7 | -12,31 |
| PI/S/Pasep

 | 27,4 | 22,4 | 22,31 | 9,1 | 7,2 | 25,94 |
| Outras receitas

 | 208,9 | 185,4 | 12,67 | 66,5 | 58,3 | 13,99 |
| Total

 | 657,8 | 581,8 | 13,06 | 190,6 | 171,1 | 11,43 |
|

 | fev/24 | | | jan/24 | | fev/23 |
|

 | Valor** | Var. %* | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* |
| ICMS - Brasil

 | 49,2 | -18,56 | 60,4 | -7,24 | 50,7 | -9,74 |
|

 | fev/24 | | | jan/24 | | fev/23 |
|

 | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* |
| INSS

 | 47,9 | -7,38 | 51,7 | -32,82 | 44,1 | -4,61 |
| INSS: Receita Federal, Previdência Social, Previdência Federal, Previdência Municipal, Previdência Estadual, Previdência Federal do Trabalho, Previdência Federal do Roraima, Previdência Federal do Acre, Previdência Federal do Amazonas, Previdência Federal do Amapá, Previdência Federal do Pará, Previdência Federal do Tocantins, Previdência Federal do Maranhão, Previdência Federal do Piauí, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte,
Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do
Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul,
Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do
Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência
Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás,
Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, Previdência Federal do Ceará, Previdência Federal do Rio Grande do Norte, Previdência Federal do Rio de Janeiro, Previdência Federal do Espírito Santo, Previdência Federal do Rio Grande do Sul, Previdência Federal do Santa Catarina, Previdência Federal do Paraná, Previdência Federal do Mato Grosso do Sul, Previdência Federal do Mato Grosso, Previdência Federal do Goiás, Previdência Federal do Distrito Federal, | | | | | | |

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. ** preliminar

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8936	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	0,23	2,25	2,25	3,19	3,53	2,16	1,80	1,22	0,20	0,37	6,97
Em 12 meses*	1,37	7,63	7,63	11,26	12,32	6,91	5,46	4,41	2,31	1,33	8,45
2023	1,76	8,04	8,04	12,01	13,04	7,15	5,65	4,81	2,31	2,02	8,91

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	6.693,6	60,91	6.565,1	60,06	5.706,7	55,70
(1) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	-4,9	0,05
(2) Ajuste metodológico s/ dívidas*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,04
Dívida fiscal líquida	7.465,0	67,93	7.351,1	67,26	6.449,8	62,95
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7340,8	66,80	7219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	535	0,49	540	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	494	0,45	496	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público						
	fev/24		jan/24		fev/23	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	1.015,1	9,24	991,9	9,07	565,9	5,52
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	268,2	2,44	246,0	2,25	-93,2	-0,91
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,91
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março 2024		Var. %	março 2023		Var. %
Receita total	670,3	615,6	8,88	198,8	183,3	8,48
Receita Adm. Pela RFB**	443,2	400,0	10,78	121,9	110,9	9,94</

Política

Congresso Mudança aumenta impacto fiscal e manda projeto de volta para análise da Câmara

Relatora do Perse inclui correção pela inflação em seu parecer

Caetano Tonet, Julia Lindner, Gabriela Pereira e Guilherme Pimenta
De Brasília

A relatora do projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), Daniella Ribeiro (PSD-MG), decidiu alterar o texto, aumentando o impacto fiscal para a União e obrigando a matéria a retornar para a Câmara dos Deputados. O movimento marca mais um capítulo da tensão entre Governo e o Executivo. O parecer da senadora

será votado nesta terça-feira (30). A senadora incluirá a correção, pela inflação, no limite de R\$ 15 bilhões até dezembro de 2026, da nova versão do programa em uma derrota para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “A questão da inflação é algo que realmente eu tenho como algo que é justo. Chegou a ser iniciada a discussão, mas como foi aquela pressa, aquela correria lá na câmara, terminou votando sem colocar. Não é um valor que vai alterar tanto”, afirmou ao **Valor** a relatora.



Daniella Ribeiro: "A questão da inflação é algo que realmente eu tenho como algo que é justo. Chegou a ser iniciada a discussão, mas terminou votando sem colocar"

A senadora defendeu o diálogo na busca de um consenso entre o governo federal e o Congresso. Nesta terça-feira, Daniella deve ter uma agenda no Ministério da Fazenda para discutir as alterações no PL do Perse.

Questionado na segunda-feira sobre o impacto da mudança, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, não citou nominalmente a questão do Perse, mas disse que medidas que criem ou ampliem renúncias de receita devem ser acompanhadas de compensação, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Isso é importante. Não temos espaço para fazer acomodações em relação a isso”, declarou o secretário, ao apresentar os dados do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) do primeiro trimestre.

Outra alteração que deverá ser proposta pela relatora prevê que apenas empresas cadastradas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com decisões transitadas em julgado poderão ter acesso aos recursos. Segundo Daniella, isso impede que empresas de grande porte tenham direito ao benefício através de decisão liminar.

Apesar do possível revés para a equipe econômica, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nessa segunda-feira que o governo buscaria manter no Senado o acordo firmado na Câmara dos Deputados, onde a proposta foi aprovada semana passada, com o limite de renúncia fiscal fixado em R\$ 15 bilhões, sem correção pela inflação. Após se reunir com Haddad, Padilha classificou o entendimento obtido na votação como “muito positivo” e defendeu que a proposta seja votada ainda nesta semana, apesar de uma semana

na esvaziada no Congresso por causa do feriado de 1º de maio. A mudança no relatório anunciada pela relatora no Senado fará com que o texto retorne à Câmara. Havia uma expectativa dos setores de que isso não ocorresse e que a lei pudesse ser aprovada e sancionada ainda nesta terça-feira, impedindo o retorno da tributação a partir de quarta-feira (1). Com a mudança, a conta do programa, instituído originalmente como medida para conter os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o setor de eventos, pode ficar ainda mais alta para o governo federal. A aposta de fontes ouvidas pelo **Valor** é que a Câmara mantenha o aumento do custo do Perse. A Casa pode ainda, como reação ao Executivo, rever o entendimento de diminuir o número de atividades abrangidas pela medida, de 44 para 30, em função dos mais recentes episódios de atrito entre Executivo e Legislativo.

"Isso é importante. Não temos espaço para fazer acomodações"
Rogério Ceron

Suspensão da desoneração criou ‘limbo jurídico’ para empresas

De Brasília

A suspensão de trechos da lei que regulamenta a desoneração da folha de pagamento para 17 setores intensivos em mão de obra criou um “limbo jurídico” para empresas atingidas pela medida. Na avaliação de representantes dos segmentos, a decisão é prejudicial pois cria incertezas, em um momento em que as companhias já haviam elaborado seus orçamentos com base na prorrogação do programa. Na semana passada, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do governo e suspendeu trechos da lei que prorrogou a desoneração para os setores e instituiu medida semelhante para pequenos municípios. Quatro ministros o acompanharam na decisão. O ministro Luiz Fux pediu vista e interrompeu o julgamento no plenário virtual. Enquanto isso, a liminar segue em vigor — ou seja, a desoneração está suspensa. A lei contestada pelo Executivo foi aprovada pelo Congresso no ano passado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou o texto, mas, posteriormente, parlamentares derrubaram a decisão presidencial e promul-

garam a nova legislação. Por isso, companhias se programaram de acordo com a legislação duplamente referendada no Legislativo e que, agora, volta a ser contestada no Judiciário. O modelo de desoneração é o de substituição tributária, mais adequada a segmentos intensivos em mão de obra. Nele, segmentos podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquota que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Os setores atingidos pelo empregam cerca de 9 milhões de pessoas. Segundo a Receita Federal, a cobrança dos tributos que incidem sobre a folha começa a valer imediatamente, a partir da liminar. Na interpretação do Fisco, não há anterioridade anual ou nonagesimal em declaração de inconstitucionalidade, mesmo em liminar “ex nunc”, hipótese levantada por alguns tributaris-


tas. Quando há uma liminar “ex nunc”, caso do processo da desoneração, a decisão vale daquele momento da liminar em diante, não para o passado. “A decisão gerou completa insegurança jurídica. Estaremos todos inadimplentes, caso perdue esta decisão?”, questiona Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra). Já a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) estima que a suspensão reduzirá a produção em mais de 20% (cerca de 150 milhões de pares a menos), além da demissão de cerca de 30 mil pessoas em dois anos. No campo político, a medida acirrou atritos entre Poderes. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi ao Supremo questionar a decisão. Nessa segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou que o episódio crie conflito com parlamentares. “Não temo, porque tem dado muito resultado o nosso diálogo com o Congresso e com o Judiciário”, disse. “O Pacheco segue sendo um aliado”, completou o ministro. *(Colaborou Jéssica Sant’Ana)*

"Estaremos todos inadimplentes, caso perdue esta decisão?"
Vivien Suruagy



Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante: Acesse [assinevalor.com.br](#) Ligue 0800 701 8888



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores Acionistas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia"), nos termos do disposto no artigo 5º, parágrafo 1º, do Estatuto Social, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"** ou "Assembleia") da Companhia, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a ser realizada no dia **27 de maio de 2024, às 11 horas, de modo exclusivamente digital**, na Plataforma Ten Meetings, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81/22**") , para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia e a sua consequente consolidação, mediante: (a) a alteração do art. 3º, para criação de capital autorizado, nos termos do artigo 168 da Lei Federal nº 6.404/1976, permitindo que o Conselho de Administração aumente o capital social da Companhia até o limite de 1.187.144.787 (um bilhão, cento e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, e (b) a inclusão de novo art. 51, com o regramento aplicável sobre a possibilidade da Companhia celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, comitês estatutários e não estatutários, gerentes e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia;

II. aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva da liquidação da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia de que trata a Lei Estadual nº 17.853/2023 ("**Oferta Pública de Desestatização**"), para prever as disposições aplicáveis à Companhia após a desestatização, incluindo, dentre outros, a criação de ação preferencial de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, limitação do direito de voto, alteração da composição do conselho de administração da Companhia, a eleição dos membros do conselho de administração pelo sistema de chapa, criação do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa e Comitê de Transações com Partes Relacionadas, e previsão de oferta pública de aquisição por atingimento de participação relevante; e

III. aprovar a conversão, sob condição suspensiva da liquidação da Oferta Pública de Desestatização, de 1 (uma) ação ordinária de titularidade do Estado de São Paulo em 1 (uma) ação de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei Federal nº 6.404/1976, e em conformidade com o art. 3º da Lei Estadual nº 17.853/2023; e

IV. substituição de membro efetivo do Conselho Fiscal.

Informações aos Acionistas:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22, sendo permitido aos Acionistas participar (i) pessoalmente ou se fazendo representar por procurador, via sistema eletrônico no momento da realização da AGE, ou (ii) mediante o envio de instrução de voto previamente à realização da AGE, via Boletim de Voto à Distância ("BVD").

As regras e os procedimentos para participação dos acionistas na Assembleia encontram-se detalhados no Manual de Participação na Assembleia, e as informações a respeito das matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se detalhadas na Proposta da Administração, ambas disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.sabesp.com.br), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

I. Participação por meio da plataforma eletrônica

Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão realizar o pré-cadastro na Plataforma Ten Meetings no seguinte link <https://assembleia.ten.com.br/907562746>, até às 11h do dia 25 de maio 2024, selecionando a opção "Cadastrar" e realizando o upload dos documentos detalhados abaixo:

- Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do acionista ou, caso seja representado, do seu representante legal;
- Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias úteis antes da realização do seu credenciamento para participação nas Assembleias Gerais; e, **adicionalmente**,
- Para acionistas **fundos de investimentos**: cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida);
- Para acionistas **pessoas jurídicas**: cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida).

Caso deseje ser representado por procurador, o acionista deverá cadastrar na Plataforma Ten Meetings, além dos documentos indicados acima, o competente instrumento de mandato, nos termos da lei e do Manual de Participação na Assembleia.

Destaca-se que os dados pessoais e documentos solicitados para credenciamento e participação na Assembleia serão utilizados exclusivamente para esta finalidade e seu tratamento é justificado nos termos do art. 7º, II, Lei nº 13.709/2018 (cumprimento de obrigação legal), com fundamento na Lei das S.A. e normas correlatas.

Após a análise e validação da documentação, o Acionista ou seu representante receberá a confirmação do cadastro na Plataforma Ten Meetings por e-mail. O acesso à AGE será restrito ao Acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem dentro do prazo, os quais receberão convite individual com instruções específicas para acesso à plataforma digital.

II. Participação por meio do BVD



Caso o Acionista opte por participar da AGE por meio do BVD, o Acionista deverá **(a)** enviar instruções de preenchimento do BVD para prestadores de serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de tal documento (agentes de custódia ou escriturador das ações de emissão da Companhia), desde que referidas instruções sejam recebidas no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia; ou **(b)** encaminhar o BVD diretamente à Companhia; ou **(c)** transmitir as instruções de voto via Plataforma Ten Meetings (por meio do link <https://assembleia.ten.com.br/907562746>, na aba específica denominada "BVD", **desde que, em qualquer caso, as instruções sejam recebidas em até 7 (sete) dias antes da data da AGE (i.e. 20 de maio de 2024)**, observado que eventuais BVD recebidos pela Companhia após esse prazo serão desconsiderados.

O envio do BVD ao custodiante ou ao escriturador deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis indicados por estes prestadores de serviços. Os BVD enviados diretamente à Companhia - (i) via postal, para a Rua Costa Carvalho, nº 300, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (aos cuidados da Superintendência de Captação de Recursos e Relações com Investidores); (ii) via e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br; ou (iii) via Plataforma Ten Meetings, por meio do link <https://assembleia.ten.com.br/907562746> - deverão estar acompanhados da documentação indicada no item I acima e detalhada no Manual de Participação nas Assembleias.

O Acionista que enviar o BVD poderá participar da Assembleia por meio do sistema digital. No entanto, caso este Acionista exerça o direito de voto em tempo real na respectiva Assembleia, o seu BVD será integralmente desconsiderado e os votos proferidos durante a Assembleia serão considerados válidos.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

Karla Bertocco Trindade
Presidente do Conselho de Administração



Governo Cobrado por Lula para ‘acelerar’ na articulação, vice entra no fogo cruzado do corte de isenções com um lote delas para aprovar

Pauta do Mdic e rigor fiscal exigem malabarismo de Alckmin

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Haja jogo de cintura para Geraldo Alckmin atender ao apelo do titular para “acelerar” na articulação política com o Congresso. O acúmulo da Vice-Presidência com o Ministério da Indústria e Comércio impõe a Alckmin uma política de incentivos que é, por ora, a bola da vez dos embates do Executivo com o Legislativo.

A ida ao Agrishow, feira agropecuária de Ribeirão Preto, no domingo (28), o lançamento do observatório da reforma tributária na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), na manhã desta segunda-feira, e o 1º de maio das centrais sindicais, também em São Paulo, já estavam marcados quando chegou a cobrança.

O vice publicou um meme de papa-léguas nas redes sociais anunciando “pê na tábua” com a legenda: “Ele tem toda razão de cobrar de seu governo empenho para acelerar as negociações com o Congresso. Tenho dialogado todos os dias com parlamentares que estão nos ajudando a negociar a aprovação de projetos estruturantes. Somente este ano foram 52 reuniões, com 75 parlamentares.”

É bem verdade que a agenda de Alckmin vai na fonte de setores empresariais que mobilizam grupos de pressão no Congresso — apenas na reforma tributária são 200 deles —, a bancada ruralista na Agrishow e a indústria na Fiesp. Acontece que a Pasta da qual é o titular, Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, é a patrocinadora de pautas de isenção tributária, como o programa Mover, que prevê R\$ 19 bilhões para a indústria automobilística até 2028, e foi proposto por medida provisória no apagar das luzes de 2023.

A isenção vai na contramão dos atuais embates do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o Congresso na pauta da reoneração e dos lobbies da reforma tributária. Na avaliação do Mdic, porém, medida se justifica pelo foco em “transição energética” e “transição”. Publicada em 30 de dezembro, a MP nem sequer tem comissão instalada. Tem até 1º de junho para ser aprovada.

No evento da Fiesp, Alckmin

dividiu a mesa com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, além do anfitrião, o presidente da Fiesp, Josué Gomes. Alckmin foi convidado para o ato inaugural do convênio entre a Fiesp e o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), que tem em Gilmar Mendes um de seus sócios, para a instalação do observatório de reforma tributária.

A iniciativa vai focar na cláusula da emenda constitucional da reforma tributária que prevê revisão, a cada cinco anos, em função da eficácia, dos benefícios concedidos. Na ocasião, Alckmin propôs um gatilho para que, a cada retirada de isenção, a alíquota do IVA também varie para baixo.

Alckmin quer ser, para a reforma tributária, o que Alencar foi para o juro alto

Só assim, disse, se evitaria que a carga tributária aumente.

O vice-presidente pretende se tornar conhecido pela pregação em defesa da reforma tributária como José Alencar, o vice de Lula nos dois primeiros mandatos, o foi no embate contra os juros altos. Tem usado dois argumentos para fazer seus interlocutores acreditarem que a reforma tributária, a despeito de todos os percalços, será concluída este ano.

O primeiro é o de que tanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quanto o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), terminam seus mandatos na mesa diretora e pretendem deixar a reforma tributária como legado. O segundo é o de que se a primeira fase ultrapassou o sarrafo de quórum constitucional, a segunda, condicionada a maioria absoluta (41 senadores e 257 deputados), não será tão difícil assim.

Lula voltou ao poder com uma primeira-dama que vigia de perto a hora em que o presidente, 20

anos mais velho, volta pra casa. Além disso, Alckmin não bebe. Pelas duas razões, seria difícil que repetisse a rotina de Alencar, que tinha uma garrafa de uísque guardada na antessala do gabinete presidencial e, com frequência, estendia o expediente de Lula.

De sua primeira experiência como vice, de Mário Covas no governo de São Paulo, vê em Lula, vantagens comparativas no humor e na afetividade. Quando uma antiga secretária de Covas elogiava o bom humor com o qual o governador havia chegado no gabinete, ele respondia: “Não conte pra ninguém.” Apresentado pela primeira vez a um documento a ser assinado eletronicamente, o ex-governador de São Paulo reagiu: “E eu não vou brigar com ninguém?”

Nas conversas que tem com o titular, Alckmin tem dito que tudo importa para a reeleição, mas nada é mais importante que a economia com inflação baixa. Costuma citar o déficit de 10% do PIB de 2020 de Paulo Guedes contra o alarde, mas diz que se a conta de padaria do gasto x receita não fechar, tem que cortar — mais um malabarismo para equilibrar a pauta do Mdic.

Sem mencionar o ex-presidente Jair Bolsonaro, Alckmin costuma dizer que é preciso o ocupante do Palácio do Planalto ser muito ruim para não ser reeleito. E que Lula, ao receber pesquisas de opinião, deve focar nos índices de rejeição, particularmente entre evangélicos e nas regiões do agronegócio.

Alckmin tem dito que a única condição que lastrearia a candidatura presidencial do governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, seria uma economia declinante. Como não acredita nesta perspectiva, aposta que o candidato da direita será o governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

Muito se especula sobre o futuro eleitoral de Alckmin. Quem tenta fazê-lo junto ao próprio, ouve uma sucessão de causos, como só a gente do interior sabe contar, como resposta. Neste caso, porém, ele deixa claro o que rejeita.

Ante a pergunta se repetiria a chapa com Lula, se iria para o Senado, para ajudar na retaguarda governista contra o avanço bolsonarista ou se voltaria ao governo do Estado, esta última é a única que o vice-presidente desconsidera.

diências públicas.

No almoço, Mourão ponderou que a proposta pode até avançar no Senado, mas encontrará forte resistência na Câmara dos Deputados. O motivo, segundo o senador, é um temor por parte das Polícias Militares (PMs) de que a aprovação da PEC resulte em uma proposta parecida para impedir a participação de integrantes da corporação nas eleições. Segundo o **Valor** apurou, há uma avaliação dentro do meio militar de que a politização nas PMs é ainda maior do que nas Forças Armadas.

A PEC foi construída por Múcio como uma reação ao aumento de militares da ativa na política no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Múcio já externou a aliados a mesma visão de Mourão de que a grande barreira para aprovar a proposta está na Câmara. Apesar disso, o ministro enxerga como principal objetivo de sua gestão a despolitização das Forças Armadas.

ARTIGO

Cenário de juros mais altos nos EUA afeta ativos de risco



Cenário da economia brasileira atual: Bovespa atingiu sua mínima de 2024, caindo para 124 mil pontos; dólar alcançou sua máxima em 2024 (desde março de 2023), tocando R\$ 5,29

PRINCIPAIS PONTOS:

O cenário de juros mais altos nos EUA afeta os ativos de risco globalmente, incluindo o Brasil

A Bovespa atingiu sua mínima de 2024, caindo para 124 mil pontos, enquanto a taxa de juros nominal longa ultrapassou os 12%, e a taxa de juros real ficou acima de 6%

A desvalorização do real reflete tanto fatores internos, como o anúncio fiscal, quanto externos, como as preocupações com a política monetária dos EUA e temores de inflação

Apesar das preocupações, dados positivos sobre o crescimento da economia chinesa podem amenizar os receios no mercado

A incerteza sobre a política monetária dos EUA torna difícil prever se o Banco Central do Brasil irá desacelerar os cortes de juros

A atividade econômica brasileira apresentou alta no primeiro trimestre, indicando uma economia mais aquecida em comparação com o ano anterior, apesar do cenário mais desafiador

por Paulo Gala*

A notícia do varejo robusto nos Estados Unidos no mês de março, com um aumento de 0,7%, superando as expectativas de 0,4%, indica um cenário de aquecimento econômico americano além do previsto para este ano. O anúncio do governo brasileiro sobre a meta fiscal para 2025, com um déficit primário esperado de 0%, abaixo das expectativas de superávit, também deixou o mercado preocupado.

A Bovespa atingiu sua mínima de 2024, caindo para 124 mil pontos. Nossa taxa de juros nominal de juros longa atingiu sua máxima, ultrapassando os 12%. Já a taxa de juros real no Brasil foi acima de 6%. O dólar alcançou sua máxima em 2024 (desde março de 2023), tocando R\$ 5,29. O juro longo americano foi acima de 4,6%.

Essa desvalorização da moeda brasileira reflete não apenas fatores internos, como o anúncio fiscal e vencimentos de títulos indexados em dólar, mas principalmente fatores externos, como as preocupações com a política monetária dos Estados Unidos e temores de inflação.

A ministra Simone Tebet afirmou que o governo está comprometido com o equilíbrio fiscal e busca alcançar uma meta de déficit zero. Além disso, dados positivos sobre o crescimento da economia chinesa no primeiro trimestre podem ajudar a acalmar as preocupações. É cedo para dizer se o Banco Central do Brasil irá desacelerar os cortes de juros, dada a incerteza sobre a política monetária dos Estados Unidos. O debate sobre os cortes de juros deve ganhar mais força nos próximos dias.

No mês de abril, a moeda brasileira tem um dos piores desempenhos do mundo emergente. Essa

tendência começou com o índice CPI, mostrando uma inflação mais forte nos Estados Unidos, seguida por dados de atividade robustos. Isso levou a preocupações de que a economia dos EUA não desaceleraria, dificultando o alcance da meta de inflação.

Os comentários dos diretores do Fed indicam preocupações com a inflação persistente, o que levou o mercado a acreditar em um corte de juros por lá apenas em setembro. Na Zona do Euro, o corte pode ocorrer antes, possivelmente em junho ou julho.

Recentemente, houve boas notícias sobre a inflação na Europa, o que poderia levar a uma aceleração nos cortes de juros, desvalorizando ainda

mais o euro em relação ao dólar. A reprecificação do momento do corte de juros nos EUA está causando impactos nos mercados emergentes, incluindo o Brasil. Esse estresse pode diminuir se houver melhores indicadores de inflação e comentários dos diretores do Fed.

Apesar do cenário desafiador, houve uma alta na atividade econômica brasileira medida pelo IBC-BR em fevereiro, com um aumento de 0,4% em relação a janeiro. No bimestre, houve um forte crescimento de 2,95%, indicando uma economia brasileira mais aquecida em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em 12 meses, o IBC-BR mostra um crescimento acumulado de 2,34%.

***Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.**

Almoço no Comando do Exército encerra audiências sobre PEC

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

O que era para ser uma audiência pública no Senado para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que impede a participação de militares da ativa nas eleições converteu-se em um almoço na quarta-feira (24) no Comando do Exército em Brasília. À mesa estava o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, acompanhado dos comandantes das Forças Armadas, general Tomás Ribeiro Paiva (Exército), almirante Marcos Sampaio Olsen (Marinha) e brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno (Aeronáutica), do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), dos ex-ministros da defesa, Nelson Jobim e Raul Jungmann, e do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), general da reserva e principal opositor da matéria no Senado. O encontro foi o motivo do cancelamento da audiência pública prevista para o dia seguinte

(quinta-feira, 25).

No encontro, segundo apurou o **Valor**, os presentes tentaram encontrar um ponto de convergência com Mourão e assim viabilizar um acordo em torno da proposta. Principal articulador contrário à proposta, Mourão disse que há poucos militares na política e não vê motivos para a PEC que, segundo ele, transforma os oficiais em “cidadãos de segunda classe”. O argumento foi rebatido pelo ex-ministro Nelson Jobim que listou países, como França, Inglaterra, Estados Unidos e Uruguai, onde militares da ativa não podem se candidatar.

Com as posições bem definidas em relação à proposta, os presentes chegaram a um consenso de que não seriam mais necessárias as sessões temáticas para debater a PEC, “Só haveria bate-boca e não construiria coisa nenhuma”, disse ao **Valor** uma fonte presente no encontro. Com isso, a matéria deve ir à votação sem a realização das au-

Política

Lula revelou-se um político palimpsesto



Andrea Jubé

No fim de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que planejava ampliar a concessão de crédito consignado para todos os trabalhadores, um mecanismo que é franqueado sem obstáculos para servidores públicos e aposentados, mas com empecilhos para assalariados. O presidente alegou que sua meta é “criar um país de classe média”.

Em entrevista à Rede TV!, argumentou que desejava ampliar o acesso ao crédito para que o dinheiro “chegue nas mãos das pessoas mais humildes”, e citou os trabalhadores das fábricas, as empregadas domésticas, os comerciários. “Queremos criar um país de padrão de consumo, de educação, de transporte de classe média”, exaltou.

Lula gostaria de divulgar a novidade nesta quarta-feira (1º), Dia do Trabalhador. O Ministério da Fazenda já tem uma minuta sobre o assunto, e havia expectativa de que o presidente discutisse o tema ontem na reunião com o ministro Fernando Haddad. Mas ainda não há confirmação do anúncio neste feriado.

A expansão do modelo de crédito consignado faz parte da estratégia de Lula de acenar com mais clareza aos brasileiros da faixa de renda a partir de R\$ 5,2 mil e até R\$ 13 mil, que formam a classe média. Esse empenho intensificou-se após as pesquisas divulgadas entre o fim de março e início de abril que apontaram o derretimento de sua popularidade, especialmente neste segmento.

Na mesma linha de ação, Lula pediu ao ministro das Cidades, Jader Filho (MDB), que ampliasse os contratos do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) também para esse estrato da população. Para as famílias com renda mensal superior aos R\$ 8 mil, fora do alcance do programa, lançou o “Acredita”, com nova ferramenta de abertura de crédito imobiliário.

Na próxima semana, Lula vai divulgar ao lado de Jader Filho os dados mais recentes do MCMV, uma das políticas de maior apelo popular e eleitoral. A coluna teve acesso a alguns desses números que indicam a classe média como uma das beneficiárias do programa: nos primeiros 15 meses de governo, foram 226 mil novos contratos assinados com as faixas 2 e 3, e de pró-cotistas. Traduzindo, são famílias com renda mensal de R\$ 2,6 mil até

R\$ 8 mil, e aqueles trabalhadores com 3 anos de contribuição ao FGTS, e saldo de pelo menos 10% do valor do imóvel.

Uma das missões de Jader Filho era retomar os contratos da faixa 1 (famílias com renda mensal de até R\$ 2,6 mil), que haviam sido congelados na gestão de Jair Bolsonaro. Mas segundo o ministro, Lula pediu que ele expandisse as negociações com todas as faixas de renda, e não apenas com a população mais vulnerável.

Apesar do ambiente de incertezas na economia e do mau humor do mercado, em especial, com a revisão da meta fiscal de 2025, Jader Filho se diz otimista. Observou à coluna que a meta do MCMV no ano passado eram 375 mil novos contratos, e foram alcançados 491 mil. Para este ano, a meta é igual, mas a expectativa dele é chegar a dezembro com 550 mil novas adesões.

Para famílias da classe média com renda superior a R\$ 8 mil, o governo lançou uma nova linha de crédito imobiliário que prevê a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), vinculada à Fazenda, como securitizadora do crédito imobiliário. A meta é ajudar a recuperar a capacidade de financiamento dos bancos.

Em paralelo, o governo e o

setor da construção civil pleiteiam que o Banco Central libere 5% dos compulsórios dos depósitos da poupança para aplicação imediata no crédito imobiliário, com projeções de uma receita de até R\$ 30 bilhões.

Assim como ocorreu em seus primeiros mandatos, Lula está obcecado pela ideia de que o dinheiro precisa circular para impulsionar a economia, especialmente pelo consumo, e para isso, são fundamentais a queda da taxa de juros e a ampliação do crédito. Um de seus trunfos foi a migração de cerca de 30 milhões de brasileiros das classes de baixa renda para a classe C.

Pesquisa Datafolha divulgada em 22 de março mostrou que 35% dos brasileiros consideram o governo Lula 3 ótimo ou bom, 30% o avaliam como regular e 33% como ruim ou péssimo. Em dezembro, a taxa de ótimo ou bom era de 38%.

O levantamento mostrou que o governo é aprovado, principalmente, pelos que possuem renda familiar mensal de até 2 salários mínimos (40%). Em contrapartida, a reprovação é mais alta entre entre os que possuem renda familiar de mais de 5 a 10 salários mínimos (48%) — esse índice era de 38%

em dezembro. Outro público que rejeita a gestão petista são os assalariados registrados (40%), um dos alvos da tentativa de facilitar o acesso ao crédito.

Voltando à entrevista da Rede TV!, o presidente rebateu críticas de que “o Lula só pensa em pobre”. Não são aleatórias porque volta e meia ele alimenta essa crença. No ano passado, em um discurso em novembro, ele alegou que contratar um viaduto ou uma ponte é importante, mas é mais fácil. “Governar para pobre, para negro, governar para a periferia, para pessoas com deficiência, para pessoas que compõem a maioria desse país (...) é muito difícil”, afirmou.

Em 2007, ele declarou que se considerava uma “metamorfose ambulante, mudando à medida que as coisas mudam”. Nessa linha, Lula pode ser visto como um político palimpsesto, que se apresenta aos eleitores em camadas. Sempre elegeu-se com a maioria dos votos dos brasileiros de baixa renda, mas agora para sobreviver, precisa comprovar-se apto a ouvir e atender os pleitos das classes média, A e B.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Partidos Governador de São Paulo cancelou presença na abertura oficial da feira no dia anterior

Bolsonaro vai a Agrishow com Tarcísio e Caiado

Cassiano Ribeiro e Patrick Cruz De Ribeirão Preto (SP) e São Paulo

Assim como fez no ano passado, o ex-presidente Jair Bolsonaro visitou nessa segunda-feira a Agrishow, em Ribeirão Preto (SP), para renovar laços com o agronegócio de grande escala, uma de suas mais influentes bases de apoio. No entanto, neste ano, sua participação no evento foi bem mais comedida que em 2023 — e teve não um, mas dois pretendos candidatos à Presidência em 2026 dividindo os efêmeros holofotes.

“Se eu não voltar um dia, ficam tranquilos: nós plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos, com capacidade para levar avanti esse grande país chamado Brasil”, discursou Bolsonaro em sua visita ao estande do Instituto Agronômico (IAC), órgão ligado ao governo paulista, na Agrishow. Com ele estavam os governadores Tarcísio de Freitas, de São Paulo, e Ronaldo Caiado, de Goiás.

No dia anterior, Tarcísio e Caiado já haviam participado de um ato político em Ribeirão Pre-

to ao lado do ex-presidente, que está inelegível até 2030. Para comparecer ao encontro com apoiadores, o governador de São Paulo cancelou sua presença na abertura oficial da Agrishow, restrita a autoridades, convidados e imprensa.

Sem a presença do governador-anfitrião, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, protagonizaram anúncios de benefícios ao agro. O secretário da Agricultura, Guilherme Piai Filizola, representou o governo paulista na cerimônia.

Considerada uma das maiores feiras de tecnologia agrícola do mundo, a Agrishow é, além de um espaço de negócios, uma espécie de vitrine do agronegócio de larga escala. Nela desfilam todas os principais agentes que fazem do agro brasileiro uma potência exportadora: fabricantes e distribuidores de máquinas, implementos, fertilizantes e defensivos agrícolas, financiadores e, claro, grandes produtores rurais.

Como participaram da abertura oficial, Alckmin e Fávaro tiveram a prerrogativa de falar



Bolsonaro com Tarcísio e Caiado: "Plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos, com capacidade para levar avanti esse grande país chamado Brasil"

primeiro — e, em política, esses detalhes contam —, mas não circularam entre os milhares de visitantes do evento, que deve receber um público de 195 mil pessoas até sexta-feira, segundo estimativa dos organizadores. Já Bolsonaro, Tarcísio e Caiado circularam no primeiro dia em que o Parque Tecnológico, local do evento, recebeu público, mas não com o metafórico tapete vermelho que o ex-presidente e o governador de São Paulo tiveram no ano passado.

Em 2023, Bolsonaro e Tarcísio ocuparam uma sala destinada à imprensa, e, nessa passagem, seguranças barraram a entrada de jornalistas. O sistema de som do Parque Tecnológico transmitiu as falas de ambos, que depois circularam por uma série de estandes de empresas expositoras. Já neste ano, ouviram os discursos apenas os correligionários e apoiadores que estavam por perto. “A gente só soube que o Bolsonaro estava na feira depois que ele tinha ido embora”,

disse o representante de uma empresa expositora ao **Valor**. Depois de suas falas, o ex-presidente e os dois governadores subiram na carroceria de uma caminhonete e receberam as saudações de quem estava no trajeto entre o estande do IAC e a saída do Parque Tecnológico. Foram cumprimentos efusivos, mas, de certa forma, já era um cenário esperado: em Ribeirão Preto, Bolsonaro recebeu quase 60% dos votos no segundo turno da eleição presidencial de 2022.

O “desconvite” da organização da Agrishow ao ministro Carlos Fávaro em 2023 foi uma das gotas d’água que levaram ao anúncio da saída de Francisco Matturo da presidência da feira no último dia da edição do ano passado. João Carlos Marchesan, vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), assumiu a função. Com ele veio o arranjo com a “abertura oficial” e a “efetiva”.

EDITORA GLOBO S.A.

CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, 25 sala 201, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), CEP: 20230-240, às 10:00h do dia 06 de maio de 2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar as Contas da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado; (iii) Outros assuntos de interesse da Companhia. Rio de Janeiro, 26/04/2023. Ass.: Diretor Superintendente. Esta é a íntegra da Convocação.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
AVISO
CREDENCIAMENTO Nº: 002/2024/CPC/SES
PROCESSO SEI Nº 2024.110222.02329

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES torna público o aviso do Credenciamento nº. 002/2024/CPC/SES, Processo Administrativo SEI nº 2024.110222.02329, que tem por objeto o credenciamento para contratação de empresas especializadas na disponibilização de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto Tipo II no município de Imperatriz/MA, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para as regiões de saúde de Açailândia, Balsas, Barra do Corda e Imperatriz no Estado do Maranhão, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Documento Descritivo – Anexo I deste edital. O Edital está disponível no site: <https://csi.saude.ma.gov.br>. Os interessados em se credenciar, poderão fazer o requerimento a qualquer tempo junto à SES, entre o período inicial de 03/05/2024 até o último dia útil do exercício de 2024, prazo em que e encerra a vigência do presente Edital de Credenciamento. Dúvidas e esclarecimentos poderão ser suscitadas através do e-mail: licitacoes@saude.ma.gov.br e também na sala da Comissão Permanente de Contratação da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, CEP: 65.076-820. São Luís – MA, ou pelos telefones: (98) 3198-5558/3198-5559/3198-5560 e 3198-5561.

São Luís, 24 de abril de 2024.
Chrisane Oliveira Barros
Presidente da Comissão de Contratação

UNIMED PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 27.569.369/0001-76 - NIRE nº 35.3.005035-11 ("Companhia")
CARTÃO DE RENÚNCIA

São Paulo, 19 de março de 2024. Aos cuidados, **Presidente do Conselho de Administração** - Unimed Participações S.A. - CNPJ/ME nº 27.569.369/0001-76 - NIRE 35.3.005035-11 - Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346, 6º andar - Carqueia César, São Paulo/SP - CEP 01410-901 ("Companhia"). **Renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração** Prezados, Eu, **Sérgio Balocchi Carneiro**, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, médico, inscrito no CPF/ME sob o nº 285.568.521-49, residente e domiciliado na Rua Amélia Artiga Jardim, 247, apartamento 1.901, Bloco Miami One Life Style, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, CEP 74180-070, comunico, pela presente, minha renúncia irrevogável e irretirável ao cargo de membro do Conselho de Administração, por razões de natureza particular, para o qual fui reeleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de maio de 2023, razão pela qual, solicito as providências de V.Sas. para as alterações cadastrais perante todas as pessoas jurídicas de direito público e/ou privado em que forem necessárias. Atenciosamente, **Sérgio Balocchi Carneiro, Protocolo de Recebimento de Documentos: Unimed Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346, 6º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01410-901, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.569.369/0001-76 ("Companhia"), declara ter recebido de Sérgio Balocchi Carneiro, inscrito no CPF/ME sob o nº 285.568.521-49, no dia 19 de março de 2024, o seguinte documento: • Carta de Renúncia ao cargo de Conselheiro de Administração, datada de 19 de março de 2024 (anexo). São Paulo, 19 de março de 2024. Unimed Participações S.A. - Representada pelos Srs. Adelson Severino Chagas e Otto Ceazar Barbosa Junior. JUCESP nº 140.128/24-4 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

TSE retoma julgamento do senador Jorge Seif

Isadora Peron De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma, nesta terça-feira (30), o julgamento que pode levar à cassação do mandato do senador Jorge Seif (PL-SC). A análise do caso acontece em meio a uma crise entre os Poderes e uma eventual absolvição do aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está sendo vista como uma maneira de estabelecer uma trégua na relação.

O tom do julgamento será dado pelo relator, ministro Flávio de Azevedo Marques, que é muito próximo ao presidente da corte, Alexandre de Moraes. As apostas é que ele votará pela cassação e, caso isso não aconteça, a posição será vista como um aceso ao Congresso.

Mesmo às vésperas do julgamento, interlocutores do tribunal evitam cravar um placar. O processo começou a ser analisa-

do em 4 de abril. Na ocasião, o Ministério Público Eleitoral (MPE) defendeu a cassação do mandato de Seif e a convocação de novas eleições no Estado.

Nas últimas semanas, o senador tem se movimentado e procurado ministros para tentar manter o mandato. Segundo a colunista Bela Megale, do jornal “O Globo”, ele se encontrou com Moraes recentemente, por intermédio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Um julgamento, realizado em 18 de abril, tem sido apontado como um exemplo da maneira como a corte poderá se compor-

tar nesta terça-feira. No caso envolvendo o prefeito de Armação dos Búzios (RJ), Alexandre Martins, o TSE entendeu que não havia prova suficiente para a cassação do mandato. Essa foi, inclusive, a posição de Azevedo Marques, que abriu divergência em relação a relatora, ministra Isabel Gallotti. O placar foi 4 a 3.

Ação contra Seif foi apresentada pela coligação de Raimundo Colombo, ex-governador de Santa Catarina (TRE-SC), no entanto, o pedido foi rejeitado por unanimidade.

A acusação contra o senador catarinense envolve também o empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan, e um dirigente do Sindicato das Indústrias Calçadistas de São João Batista. O principal ponto é que Seif usou, durante a campanha, a estrutura das lojas Havan, como aeronaves,

equipe de marketing, canais de comunicação e funcionários. Os autos citam uma matéria publicada pelo **Valor** que mostra que a assessoria de imprensa da empresa foi usada para divulgação de eventos, fotos e agenda de campanha de então candidato.

Para o MPE, os fatos narrados na ação demonstram, claramente, a vinculação entre o então candidato e o dono das lojas Havan. “O investimento do empresário ao candidato apoiado por ele, que colocou à disposição toda a estrutura empresarial disponível, por óbvio criou uma desigualdade evidente com relação aos outros candidatos”, afirmou o vice-procurador-geral Eleitoral, Alexandre Espinosa.

A defesa do senador afirma que não há provas contra Seif, apenas acusações vazias. O parlamentar está sendo representado pela advogada Maria Claudia Buccianieri, que já atuou como ministra substituta do TSE.

“Investimento [...] ao candidato [...] criou desigualdade evidente”
Alexandre Espinosa

Argentina A Câmara de Deputados abriu uma sessão, com duração prevista de 30h, para avaliar e votar a Lei de Bases e um pacote fiscal

Congresso inicia maratona para votar reformas do governo Milei

Pedro Borg
De São Paulo

A Câmara dos Deputados da Argentina começou ontem uma maratona para discutir e votar o novo projeto de lei do governo Javier Milei que desregulamenta a economia, batizado de Lei de Bases, uma versão desidratada da “Lei Omnibus” que havia fracassado no início do ano. Desta vez, por incluir concessões do governo a setores aliados, há uma expectativa de que a Lei de Bases e uma reforma fiscal sejam aprovados pela Câmara e, posteriormente, pelo Senado, na- quella que seria a primeira vitória de Milei no legislativo.

O novo pacote do governo traz propostas de reformas na área trabalhista, tributária e previdenciária, além de uma lista de estatais a serem privatizadas. O texto final ainda está sendo negociado entre parlamentares, o que é visto como positivo pelos analistas. “O lógico é pensar que estão negociando termos que possam passar por ambas as casas”, avalia Martín Kalos, diretor da EPyCA Consultores, de Buenos Aires. “Essa segunda versão [da lei] é muito menor do que a primeira, eliminando muitas questões [polêmicas] que estavam no texto anterior... tem mais chances de ser aprovada, mas

não sem mudanças”, acrescentou. Além disso, os protestos do Dia 1 de Maio podem influir na votação das reformas, observa o analista Dante Moreno, também da EPyCA. “Vamos ver como a CGT e os trabalhadores comuns vão reagir às propostas de reforma trabalhista e das aposentadorias. Acho que isso pode complicar a aprovação da medida não só na Câmara, mas também no Senado”, disse ele. Também estão no projeto de lei temas como as privatizações, dissoluções e intervenções de órgãos públicos. Está nos planos a privatização de Aerolíneas Argentinas, Energía Argentina, Radio y Televisión Argentina e Intercargo. Outra possibilidade em discussão é a entrada de recursos privados em empresas como a Nucleoeléctrica e Yacimientos Carboníferos Río Turbio, que ainda ficariam sob controle do Estado. O governo excluiu da lista de privatização o Banco Nación, mas a Casa Rosada garante que não desistiu de injetar capital privado na entidade e estuda adotar um modelo similar ao do Banco do Brasil, que tem capital aberto, com o Estado sendo o sócio majoritário da companhia, segundo disse o ministro do Interior, Guillermo Francos, ao portal “Ámbito”. Por outro lado, o projeto de lei

proíbe o Executivo de intervir nas universidades nacionais e nos órgãos ou agências do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público. “Para Milei é muito importante aprovar [o projeto de] lei porque ele precisa demonstrar que pode governar... ele precisa deixar gravados seus planos de mudança nas leis. Isso está sendo solicitado pelo FMI”, disse Lucas Romero, da Synopsis Consultores, à Associated Press. O pacote de reformas fiscais, por sua vez, prevê alterações nas faixas de incidência do imposto de renda, simplificação do regime tributário, eliminação de impostos, regularização de capitais não declarados e imposto sobre bens pessoais. Com as mudanças, o governo de Milei busca atrair grandes investimentos estrangeiros ao país, medida que en-

frenta resistência interna por receio de perda de competitividade dos produtores locais. Segundo Romero, o governo promoveu o tratamento da reforma tributária e do projeto de Lei de Bases como isca para atrair o apoio dos governadores que, assim como o Estado nacional, precisam de maior arrecadação de impostos. “Os governadores querem o pacote fiscal e estariam mais dispostos a acompanhar o governo com a Lei de Bases”, disse o analista. Além dessas reformas, o governo também espera aprovar uma medida que concede poderes extraordinários ao Poder Executivo, o que permitiria a Milei declarar emergência pública em assuntos administrativos, econômicos e financeiros por um ano. A Lei de Bases e o pacote fiscal têm a oposição da União por la Patria (peronista), que considera que os direitos dos trabalhadores foram “dados” em troca de votos, e a Frente de Esquerda, que considera que ambos os projetos “são um festa” para os empresários. Caso seja aprovado na Câmara, o projeto de lei segue para o Senado. A previsão ontem era de que todo o processo de discussão e votação se estenderia por cerca de 30 horas na Câmara. **(Com agências internacionais)**

“Milei precisa mostrar que pode governar. É uma demanda do FMI”
Lucas Romero

Xi fará primeira visita a Europa em cinco anos



Presidente chinês, Xi Jinping, fará sua primeira visita oficial ao bloco europeu com uma mensagem clara: Pequim oferece muito mais oportunidades econômicas para a União Europeia do que os Estados Unidos se dispõem a admitir. Ele inicia uma visita de cinco dias aos países europeus França, Sérvia e Hungria no dia 5 de maio, segundo informações do Ministério de Relações Exteriores. Será a primeira visita de Xi a Europa em cinco anos. Os países do bloco buscam investimento da China, apesar das investigações da UE sobre a política industrial de Pequim e dos avisos do governo americano sobre os riscos. O presidente francês Emmanuel Macron pretende aprofundar a sua ligação pessoal com Xi durante a visita de dois dias à França, quando planeja fazer um apelo ao líder chinês para instar Vladimir Putin a acabar com a guerra da Rússia na Ucrânia, segundo pessoas que falaram sob anonimato. Na foto, Xi no Grande Salão do Povo, em Pequim, no dia 26 de abril.

Para barrar VE chinês, UE precisa de tarifa de 50%

Andy Bounds
Financial Times, de Bruxelas

A União Europeia (UE) precisaria impor tarifas enormes em torno de 50% para estancar o fluxo de veículos elétricos baratos chineses entrando no bloco econômico, segundo um novo relatório. A investigação contra subsídios em curso em Bruxelas sobre os veículos elétricos (VEs) chineses deverá ser concluída dentro de algumas semanas, mas os pesquisadores da empresa de análises Rhodium Group dizem que qualquer ação punitiva provavelmente será muito tímida para conter as montadoras chinesas. “Pre vemos que a Comissão Europeia imporá tarifas na faixa de 15% a 30%. Mas, mesmo se os impostos ficarem na ponta superior dessa faixa, alguns produtores com sede na China ainda poderão gerar margens de lucro confortáveis nos veículos que exportam para a Europa graças às suas grandes vantagens de custo”, destaca o relatório. “Provavelmente, seriam necessárias tarifas na faixa de 40% a 50% — possivelmente ainda mais elevadas para fabricantes de integração vertical como a BYD — para que o mercado europeu deixe de ser atraente para os exportadores chineses de veículos elétricos.”

Por exemplo, o Seal U, da BYD, é vendido a € 20,5 mil na China e a € 42 mil na UE. O lucro estimado é de € 1,3 mil e € 14,3 mil em cada respectivo mercado, o que representa um alto incentivo para a exportação, segundo a Rhodium. As importações já pagam tarifas da UE de 10%, cerca de € 2,1 mil por veículo. “De acordo com nossos cálculos, uma tarifa de 30% ainda deixaria a empresa com um prêmio de 15% (€ 4,7 mil) em relação a seus lucros na China, o que significa que as exportações para a Europa permaneceriam altamente atrativas”, diz o relatório da Rhodium. A BYD seria capaz de até reduzir seus preços para atingir a meta de capturar 5% do mercado da UE até 2025 e 10% até 2030, de acordo com o relatório. “Muitos outros modelos de carros elétricos chineses ainda teriam um forte prêmio de lucro na UE.” A Rhodium calcula que, em todos os setores nos quais a UE já de-

tectou a existência de subsídios, a média das tarifas punitivas seja de 19% quando as empresas afetadas cooperam, como têm feito as fabricantes de automóveis chineses BYD, SAIC e Geely. Bruxelas anunciou a investigação em outubro, após o aumento nas importações ter afetado os produtores locais, que estão migrando a produção dos veículos a combustão para os elétricos. As importações de VEs provenientes da China, incluindo as de fabricantes não chinesas com fábricas no país, aumentaram de US\$ 1,6 bilhão em 2020 para US\$ 11,5 bilhões em 2023. A participação de mercado das marcas chinesas mais do que quadruplicou nesse período, chegando 8% em 2023. A proporção ruma para 11% em 2024 e para 20% em 2027, segundo estimativas da organização não governamental Transport & Environment. As montadoras de carros alemãs e americanas que fabricam na China e vendem na UE também estariam sujeitas ao aumento das tarifas. A Rhodium estima que tarifas de 15% acabariam com o lucro da Tesla em suas exportações da China para a UE. Pequim tem denunciado a investigação como protectionista e sustentado que suas empresas são

simplesmente mais competitivas. Autoridades da UE disseram ao “FT” que tarifas preliminares poderiam ser aplicadas em maio, embora a data-limite seja julho. Tarifas permanentes precisariam ganhar o apoio da maioria dos países-membros da UE e seriam aplicadas em novembro. A Rhodium disse que o investimento maciço feito nas fábricas chinesas faz com as montadoras se vejam obrigadas a exportar para obter um retorno satisfatório. Em 2026, a capacidade de produção anual da BYD na China terá chegado a 6,6 milhões de VEs, em comparação aos 2,9 milhões no fim de 2023. Para absorver essa capacidade em seu mercado interno, a BYD precisaria mais do que dobrar suas vendas em um mercado em desaceleração. A Rhodium prevê que as autoridades da UE em Bruxelas poderiam valer-se de outros meios para proteger a indústria local. Poderiam restringir as importações chinesas por motivos de segurança, dada a quantidade de dados que os veículos coletam, ou concentrar-se em dar subsídios ao consumidor para VEs fabricados na UE. A Comissão Europeia divulgou que pretende concluir as visitas de inspeção até o fim de abril e que está “avaliando os dados e informações verificados”.

Déficit público segue alto pelo mundo

	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
Mundo	-3,6	-9,5	-6,3	-3,9	-5,5	-4,9
Alemanha	1,5	-4,3	-3,6	-2,5	-2,1	-1,5
Brasil	-5,8	-13,3	-4,3	-4,6	-8,9	-6,8
Canadá	-0,0	-10,9	-2,9	0,1	-0,6	-1,1
China	-6,1	-9,7	-6,0	-7,5	-7,1	-7,4
Estados Unidos	-5,8	-13,9	-11,1	-4,1	-8,8	-6,5
França	-3,1	-9,0	-6,5	-4,8	-5,5	-4,9
Índia	-7,7	-12,9	-8,6	-9,2	-8,6	-7,8
Itália	-1,5	-9,4	-8,7	-8,6	-7,2	-4,6
Japão	-3,0	-9,1	-6,1	-4,4	-5,8	-6,5
Reino Unido	-2,5	-13,1	-7,9	-4,7	-6,0	-4,6

Fontes: Bacer/Focus e FMI. Elaboração: Valor Data. Observação: Resultado nominal. * Previsão

Puxado por EUA e China, déficit público alto pelo mundo traz riscos

Análise

Humberto Saccomandi
Para o Valor, de São Paulo

A persistência da inflação americana coloca em evidência um problema que assombra não apenas os EUA, mas boa parte do mundo: o déficit público exageradamente alto. Muitos países estão gastando como nunca, num momento em que não há uma crise global. Essa tendência é puxada pelas duas maiores economias, EUA e China, e pode levar anos ainda para que seja revertida. Os países pelo mundo elevaram fortemente o gasto público durante a pandemia, para fazer frente às necessidades médicas, econômicas e sociais geradas pela covid-19, e agora têm dificuldade em reduzir essas despesas. Também surgiram outros gastos, com juros, defesa e política industrial.

Segundo o último relatório Monitor Fiscal, do Fundo Monetário Internacional (FMI), deste mês, o déficit público mundial ficou em 5,5% do PIB global em 2023, contra 3,5% antes da pandemia. O PIB global, estimado pelo FMI, foi de US\$ 185 trilhões no ano passado. Ou seja, o déficit público mundial superou US\$ 10 trilhões.

EUA e China lideram essa gan- tança global. Segundo o FMI, o déficit público consolidado dos EUA em 2023 foi de 8,8% do PIB, contra 5,8% de 2019, um nível já historicamente alto. Por uma questão de metodologia, o dado do déficit público dos EUA elaborado pelo FMI difere do dado oficial do Fed (o banco central americano), que ficou em 6,1% em 2023 e em 4,5% em 2019.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, apenas duas vezes os EUA tiveram déficit num patamar superior. A primeira foi na esteira da crise financeira global de 2008 — o déficit chegou a 9,7% em 2009, pelo dado do Fed. A segunda foi na crise da covid-19, quando chegou a 14,6% (ou 13,9%, segundo o FMI). Ou seja, o déficit público americano está num patamar inédito nos últimos cem anos para um período sem uma crise global. Para este ano, o FMI prevê déficit de 6,5%.

Esse gasto elevado dificulta o combate à inflação nos EUA. O Fed vem mantendo as taxas de juros altas para tentar desacelerar a atividade econômica no país e, assim, reduzir a inflação. Mas a política fiscal joga no sentido oposto, já que o gasto público estimula a atividade econômica. É como se o Fed estivesse pisando no freio da economia, enquanto o governo americano pisa no acelerador. O resultado é que a inflação resiste em cair. Em março, o núcleo do IPC subiu para 3,8% (dado anual), ante meta de inflação de 2% do Fed.

O déficit americano se deve ao nível elevado de gasto público associado ao corte de impostos aprovado no governo de Donald Trump, que resultou numa perda de arrecadação fiscal.

Há várias explicações para esse nível elevado de gasto. A principal são os pacotes trilionários de ajuda contra a covid-19 e estímulo à economia aprovados no início do governo Joe Biden. Esses pacotes in- chuem ajuda às famílias, aos trabalhadores, aos municípios, aos Estados, e medidas como subsídios para vários setores da economia, benefícios fiscais para economia verde e transição energética.

Há ainda fatores em comum com outros países. Um deles é que a alta de juros obriga o governo a gastar mais com o serviço da dívi-

da pública. Além disso, o fato de este ser um ano eleitoral nos EUA dificulta reduzir o déficit. Biden precisa manter a economia crescendo para ter alguma chance de reeleição contra Trump em novembro. E existe ainda uma forte pressão por mais gastos com defesa, para fazer frente à crescente ameaça da China, além da ajuda à Ucrânia na guerra contra a Rússia. Neste mês, o Congresso dos EUA aprovou um pacote de ajuda militar a Ucrânia, Israel e Taiwan no valor de US\$ 95 bilhões. O déficit público chinês atingiu 9,7% do PIB em 2020, por conta da pandemia, e fechou 2023 em 7,1%, segundo o FMI. A previsão do Fundo é de déficit ainda maior neste ano, de 7,4%. São níveis inéditos desde que o país abriu a sua economia e começou a crescer fortemente, nos anos 1990.

No caso da China, o principal motivo desse gasto é manter a economia crescendo no patamar de 5% determinado pelo governo e considerado alto demais por economistas, diante do momento de incertezas econômicas no país. Para alcançar essa meta, estimula-se o investimento, tanto público como privado (em parte financiado por bancos estatais). O gasto com defesa também está aumentando (7,4% neste ano).

O FMI alertou recentemente sobre os riscos para o mundo dessa enorme expansão fiscal conjunta de EUA e China. “O modo como essas duas economias vão administrar suas políticas fiscais poderá ter efeitos profundos na economia global e trazer riscos significativos para as projeções fiscais das outras economias”, diz o Monitor Fiscal.

Mas não são apenas as duas superpotências que estão com níveis de déficit historicamente altos. Segundo o FMI, entre as maiores economias desenvolvidas, apenas o Canadá conseguiu voltar ao nível de déficit anterior à pandemia (veja o quadro). A Alemanha está com déficit baixo (2,1%) se comparado ao dos demais países, mas tinha superávit fiscal antes da covid-19. Grandes emergentes, como Brasil e Índia, também estão com déficit público muito alto.

Vários fatores devem dificultar a redução desses déficits neste ano. O primeiro deles é político: 2024 é excepcionalmente repleto de eleições pelo mundo. Mais da metade da população mundial foi ou ainda irá às urnas neste ano, o que significa uma contínua pressão política por gasto público.

Além disso, a expectativa de redução menor das taxas de juros nos EUA deve afetar toda a economia mundial, o que manterá o gasto com o serviço da dívida maior do que se previa. E a crescente tensão geopolítica está elevando os gastos militares pelo mundo. Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri), o gasto global com defesa subiu 6,8% em termos reais em 2023, em relação a 2022. E deve continuar subindo neste ano.

Por fim, há uma série de incertezas relacionadas à possibilidade de Trump ser novamente eleito presidente dos EUA. Ele já disse que pretende tornar permanentes os cortes de impostos aprovados no seu governo, o que tornará muito mais difícil reduzir o déficit fiscal americano.

Os fatores podem fazer com que o nível de déficit público global não volte ao patamar pré-pandemia nesta década. Isso implica que o mundo viveria quase dez anos com um nível de déficit fiscal sem precedente na história recente.

Há pressa em superar a defasagem digital

Tornar o Brasil totalmente digital em seis anos é o principal objetivo do Plano Brasil Digital 2030+, anunciado na semana passada pela Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD), formada por empresários e acadêmicos ligados à área de tecnologia da informação que fazem parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o chamado Conselhão.

A meta é ambiciosa não só porque a digitalização total do país seria obtida antes mesmo de outros objetivos que vêm sendo perseguidos há tempos, como a universalização do saneamento básico, esperada apenas para 2033, mas também pelos obstáculos a serem transpostos. De qualquer forma, a questão merece tratamento urgente do Estado.

No mais recente ranking de competitividade digital, elaborado pelo instituto suíço IMD em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), o Brasil estava no 57º lugar entre 64 países em 2023. Perdia, na América Latina, para o México e o Peru, e ganhava da Colômbia e da Venezuela, por exemplo. Na liderança, estavam EUA, Holanda e Cingapura.

Entre os 50 indicadores analisados pelo IMD e pelo FDC, o Brasil estava mal colocado em oferta de mão de obra com habilidades digitais (63º lugar), em capacidades tecnológicas (62º) e em apoio das cidades ao desenvolvimento de negócios na área (61º). Do lado positivo, estava em 7º lugar em produtividade em estudos de pesquisa e desenvolvimento, em 11º em serviços públicos on-line e em 12º em gastos públicos com educação.

A própria comissão do Conselhão aponta como um dos principais desafios as deficiências da educação e da capacitação digital, que prejudicam a disponibilidade de profissionais capacitados na área e colocam o Brasil na 75ª posição em outro ranking de oferta de mão de obra especializada. De acordo com a comissão, apenas 57% dos professores da rede estadual e 40% dos da rede municipal são capazes de selecionar materiais digitais para a preparação de aulas. Talvez em consequência de todos esses fatores, 56% da população não utilizam a internet e computadores devido à falta de “letramento” digital.

Dados do Censo Escolar de 2023 mostraram que a rede municipal, apesar de ser a que tem mais escolas do ensino fundamental, é a que oferece menos recursos tecnológicos, como lousa digital (12,5%), projetor multimídia (58,8%), computador de mesa (39,6%) ou portátil (34,8%). As escolas da rede estadual geralmente estão mais bem equipadas, com computador de mesa para 77,5% dos alunos, e portátil para 61,4%. Já as escolas de

ensino médio têm mais recursos tecnológicos. Na rede estadual, o percentual de computadores portáteis para os alunos é de 63,1%, e o de tablets, de 26,9%.

O acesso à internet, de banda larga ou não, é mais abrangente no ensino médio do que no fundamental, com o serviço disponível em 86,6% das unidades escolares. Já na rede estadual do ensino básico, 74,6% têm internet para alunos e 79,1% para o ensino. Há que se observar ainda as desigualdades regionais, com menor acesso à internet na região Norte e maior no Sudeste e no Centro-Oeste. Nas escolas de Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão, a cobertura de internet é inferior a 60%.

Não é por outro motivo que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na semana passada projeto de lei que exige critérios mínimos de qualidade para as escolas públicas de educação básica. O PL, de 2019, atribui ao poder público a responsabilidade, que deveria ser óbvia, de equipar todas as unidades do ensino básico com biblioteca, laboratórios de ciência e informática, acesso à internet, quadra poliesportiva coberta, condições de acessibilidade, energia elétrica, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de cozinha e refeitório.

Não basta, porém, conseguir equipar totalmente as escolas e ampliar a cobertura de banda larga. Como lembraram na semana os participantes da live feita pelo Valor, em parceria com o Valor Social, área de responsabilidade social da Globo, dois a cada dez jovens brasileiros de 15 a 29 anos, ou 9,8 milhões de pessoas, não concluíram o ensino básico, sendo que 200 mil deles nunca frequentaram uma sala de aula. Será preciso primeiro atrair esses jovens para a escola para então prepará-los para a tecnologia. Ao mesmo tempo construir a ponte entre os futuros especialistas digitais e o mercado de trabalho.

Um ponto duvidoso do Plano Brasil Digital 2030+ é a proposta de criar uma secretaria, com estrutura própria e status de ministro para quem for comandá-la, para centralizar o planejamento e definir ações práticas para os demais órgãos de governo. Seria a Secretaria Especial para Transformação Digital, com atuação próxima ao presidente da República, responsável pela formulação e pela aprovação de políticas públicas estratégicas relacionadas à tecnologia.

De imediato, dois problemas sobressaem. Um deles é a eventual má aceitação da interferência pelos ministérios que têm suas próprias estratégias na área. O outro é a disponibilidade de recursos para se criar uma nova estrutura diante da penúria fiscal que o governo atravessa.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

75 ANOS

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghailb Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pr_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual
Multiplatformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
(roberta.costa@valor.com.br)
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Roseblum
(celia.roseblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente Internacional
Assis Moreira
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcao (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisiojunior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo – SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel/Fax: (71) 3043-2205 MG/ES - Sat Propaganda Tel/Fax: (31) 3264-5463/3264-5441	PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel/Fax: (41) 3019-3717 RS - HRM Representações Tel/Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613	SC - Marcucci & Gontran Associados Tel/Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497
--	--	--

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R\$ 1.738,80 ou R\$ 144,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Poluição química e alimentos ultraprocessados ainda não sensibilizaram setor financeiro. Por Ricardo Abramovay

Mercados avaliam bem os riscos socioambientais?

A litigância climática é uma solução de frente que hoje mobiliza milhares de pessoas e organizações no mundo todo contra o avanço da maior ameaça à própria vida. Em 2017 eram 884 casos. Em 2020 aumentaram para 1.550, chegando ao final de 2022 a 2.180 processos, em 65 jurisdições. Com a publicação do “Global Climate Litigation Report”, as Nações Unidas subsidiaram juizes, advogados, ONGs e comunidades as mais variadas na luta contra a crise climática. No Brasil, a Plataforma JUMA da PUC/RJ contabilizava 80 casos ao final do ano passado.

São cada vez mais claros os sinais de que os custos ocultos da economia (ou seja, a destruição de recursos e serviços ecossistêmicos dos quais a oferta de bens e serviços depende e pelos quais as empresas nada pagam) atingiram um patamar que cedo ou tarde vai-se exprimir nos balanços contábeis e nas avaliações de risco a partir das quais o sistema financeiro opera. É verdade também que esta expressão, hoje, não poderia ser mais imperfeita.

O recém-lançado “Insurance Disaster 2024”, da prestigiosa organização britânica Share Action, por exemplo, mostra que as maiores empresas globais de seguro (detentoras de ativos representando nada menos que 7% do PIB do mundo) seguem oferecendo apólices e fazendo investimentos nas piores modalidades de exploração fóssil, em atividades que destroem a biodiversidade e com pouca ou nenhuma preocupação com o bem-estar social.

Mas por mais tímidos que sejam ainda os impactos das diferentes formas de litigância so-

cioambiental nas contas empresariais e em sua expressão na avaliação dos riscos financeiros, este é um movimento crescente que merece ser acompanhado de perto. E esta litigância não se limita ao clima.

A agência de proteção ambiental norte-americana (EPA) acaba de divulgar uma legislação que proíbe a presença de seis substâncias perfluoroalquiladas (os famosos PFAS, também conhecidos como “toxic forever chemicals”) na água que abastece nada menos que 100 milhões de habitantes. São elaborações químicas que não se encontram na natureza e que estão em embalagens de fast-food, utensílios de cozinha antiaderentes, maquiagens à prova d’água, roupas impermeáveis, móveis e cerca de nove mil produtos de uso cotidiano. Como estas elaborações químicas estão no ambiente desde 1940, existem estudos robustos mostrando-as como vetores de câncer, doenças renais, deformações neonatais, problemas imunológicos, alterações hormonais, entre outros.

Sobem a quase US\$ 15 bilhões o que algumas empresas químicas foram obrigadas a pagar por esta poluição. Segundo especialistas ouvidos pelo The Guardian, só a descontaminação da água nos Estados Unidos vai custar cerca de US\$ 400 bilhões. Até aqui, não está claro sobre quem vai recair esta conta, mas várias municipalidades começam a voltar-se contra a indústria química para que esta responda pelo reparo aos danos que seus produtos vêm causando.

Mas é importante mencionar também casos em que a destruição socioambiental já se exprime nas contas empresariais. No

MARCOS ALVES/AGÊNCIA O GLOBO

“Capital Market Day” de 2024 da empresa química Bayer, a positiva presença da “agricultura regenerativa” na pauta não foi suficiente para ofuscar a constatação da Planet Tracker (<https://shorturl.at/dhEJX>) de que a litigância sobre os químicos sintéticos ocupava o topo da agenda. Em 2023, os pagamentos da empresa por processos ligados a seus poluentes químicos subiram a € 13 bilhões, mais do que os dividendos distribuídos aos acionistas, que foram cortados em 95%, relativamente ao ano anterior. As provisões para enfrentar novos processos so-

bem a € 6,6 bilhões. A Planet Tracker considera que a situação da Bayer deveria servir de alerta a empresas cujos produtos dependem de químicos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana. Daí segue uma pergunta crucial: os investidores estão “precificando” de forma adequada os riscos destas empresas?

Esta pergunta conduz a outro caso recente e fundamental. Cinco investidores institucionais da Nestlé, a maior empresa global de alimentos, detentores de uma carteira de US\$ 1,68 trilhão, constatam que a empresa é altamente dependente de produtos

não saudáveis (basicamente de ultraprocessados) que correspondem a algo entre 58% e 75% de suas vendas. Esta informação é especialmente importante para nós, pois a América Latina lidera as vendas globais da Nestlé.

O relatório da Share Action, que assessora os acionistas em sua proposição, constata que o custo das doenças decorrentes da pandemia global de obesidade está estimado em US\$ 4,32 trilhões anuais até 2035. Continuar oferecendo produtos que contribuem para esta pandemia não só é prejudicial à saúde, mas representa um risco que, até aqui, não tem alcançado

os radares dos investidores financeiros. Daí então a moção aos acionistas (<https://shorturl.at/bghsz>) para que se reduza a proporção de ultraprocessados e se aumente imediatamente a parte de produtos saudáveis naquilo que a maior empresa de alimentos do mundo oferece aos consumidores.

As propostas de natureza socioambiental nas assembleias de acionistas das grandes corporações chegaram a seu nível recorde em 2023 e devem continuar crescendo em 2024, segundo o Institucional Shareholder Service norte-americano. Mas o apoio a este tipo de proposta caiu pelo segundo ano consecutivo em 2023.

Os reguladores dos mercados financeiros norte-americanos (a Securities and Exchange Commission, SEC) estão cada vez mais rigorosos para que as empresas exponham a seus acionistas e investidores os riscos climáticos de suas atividades. Mas, até aqui ao menos, não há indícios de que a poluição química e os produtos alimentares ultraprocessados, que originam a pandemia de obesidade e as doenças que mais matam no mundo, tenham sensibilizado de fato as antenas dos mercados financeiros. Para isso, vai ser necessário fortalecer e diversificar os processos de litigância socioambiental, bem como a regulação pública para que a revelação e o pagamento dos custos ocultos do sistema econômico contribuam para a transformação ecológica da produção social.

Ricardo Abramovay é professor titular da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP e autor de “Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia” (Editora Elefante).

O fator economia nas eleições

Christopher Garman

Uma tese tem ganhado cada vez mais peso entre analistas e operadores políticos, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil: o desempenho da economia está ficando cada vez mais descolado da aprovação de governos, e possivelmente, dos resultados eleitorais.

No Brasil, esse argumento cresce dentro do próprio governo federal. O Palácio do Planalto observa que mesmo com melhores resultados econômicos, comparados com previsões no início de 2023, além da renda real crescendo na casa dos dois dígitos, a aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontra em patamares comparativamente baixos. E olhando as simulações eleitorais para 2026, candidatos apoiados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro não se encontram tão atrás de Lula. A reação do atual presidente a esse quadro tem sido cobrar uma melhor execução de programas de governo, mas em particular, uma melhoria na comunicação de seus ministros.

Nos EUA, o debate tem paralelos com o Brasil. Estrategistas democratas se deparam com cenário de muito baixo desemprego

e, na visão deles, ótimos resultados econômicos. Mas, ainda assim, o presidente Joe Biden se encontra com aprovação próxima a 40% e atrás do ex-presidente Donald Trump nas pesquisas. Analisando esse quadro, a ala política de Biden discute sobre como as conquistas econômicas do governo podem ser “explicadas” de forma mais efetiva ao eleitor.

Sem dúvida alguma, a dinâmica eleitoral muda em países altamente polarizados e divididos. Mas, ainda assim, isso não significa que fatores econômicos deixaram de ser decisivos para resultados eleitorais. Há dois equívocos de análise que estão sendo cometidos tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos que levam a essa conclusão.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que o teto de aprovação presidencial de fato caiu em vários países com ambientes de alta polarização. Logo, o espaço de disputa política se encontra em uma camada menor da população. Pesquisas de opinião comparativas mostram que o grau de insatisfação e a falta de confiança contra o “sistema” estão em patamares elevados em vários países. O resultado é um ambiente de profunda divisão e polarização, além de governos mais fracos.

Se no passado era comum governantes iniciarem com taxas de aprovação popular mais elevadas — na casa de 70% — hoje, eles iniciam seus governos com índices entre 50% e 65%. Na América Latina, por exemplo, lideranças eleitas no Brasil (Lula), Colômbia (Gustavo Petro), Chile (Gabriel Boric), Argentina (Javier Milei), e

Peru (Pedro Castillo) — iniciaram com taxas de aprovação abaixo de 60% após 100 dias de governo. Igualmente importante, eles perdem apoio popular de forma rápida. Depois de um ano e meio de administração, presidentes eleitos no Chile, Colômbia, Peru e Equador estavam com taxas de aprovação abaixo de 40%. Obviamente há exceções à regra. Manuel López Obrador, no México, e Nayib Bukele em El Salvador têm índices de apoio popular bem elevados. Mas a regra na região é de aprovação popular baixa.

Nesse contexto, pode-se argumentar que a taxa de aprovação popular do presidente Lula de fato se encontra em um patamar elevado. O chefe do Executivo assumiu o governo no início de 2023 com resultado mensurado em uma escala binária (aprova/desaprova) de 52%. O percentual subiu para uma média de 55% em meados de 2023. Hoje, caiu para um patamar mais próximo de 49%.

Mas pesquisas indicam que o teto de aprovação do atual governo brasileiro provavelmente ficará ao redor de 60%. Uma pesquisa da AtlasIntel, por exemplo, mostra que 38% da população continua a acreditar que o ex-presidente Jair Bolsonaro ganhou a última eleição presidencial, e outros 43% continuam a aprovar o ex-chefe do Executivo. Isso significa que o potencial de apoio ao atual governo é bem menor que o do passado. Se Lula está com uma taxa de aprovação próxima a 50%, isso sugere que ele está obtendo apoio de algo perto de 83% de seu “potencial de voto” (50% sobre 60% da população que pode aprová-lo).

Igualmente importante, ele permanece com uma taxa de aprovação muito próxima ao período quando foi eleito. Aqui a economia foi decisiva. O aumento na renda de dois dígitos e um PIB crescendo próximo a 3% em 2023 evitou uma perda de apoio popular visto em vários países. Sobre essa ótica, o governo está indo muito bem. O problema não está na falta de “comunicação”, mas em um ambiente de opinião pública em que a luta por apoio popular se encontra em uma fatia menor do eleitorado.

Dinâmica eleitoral muda em países altamente polarizados, mas a economia segue decisiva para resultados eleitorais

O segundo equívoco analítico se encontra em observar os fatores econômicos que mais impactam apoio popular. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, analistas tendem a subestimar o papel da inflação.

Nos EUA, por exemplo, estrategistas democratas se encontram perplexos quanto à razão do eleitor permanecer insatisfeito com sua condição financeira a despeito de uma economia que cresceu 2.5% em 2023 e com desemprego abaixo de 3%. A resposta se encontra no surto inflacionário de 2021 e 2022. A inflação subiu para 7% e 6.5%, respectivamente, no período. O emprego permanece elevado, mas o eleitor é influenciado pela grande elevação dos preços. Não adianta olhar para o PIB e emprego. O eleitor está

muito mais influenciado pelos preços. A grande pergunta para a campanha democrata é: a melhora na renda com inflação mais próxima a 3,5% em 2023/2024 pode levar a uma recuperação modesta nos índices de aprovação do presidente? Tudo depende da economia.

No Brasil, a última queda nos índices de aprovação do presidente Lula também está altamente relacionada ao aumento nos preços dos alimentos nesse início de ano — exacerbado pelo fenômeno climático El Niño. Em janeiro e fevereiro, o aumento no custo da comida subiu mais que o dobro que a inflação observada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nesses dois meses, produtos como feijão, arroz, batata e cenoura tiveram alta superior a 10%. Se no ano de 2023 o presidente Lula se beneficiou de uma queda nos preços de alimentos, no início desse ano sua aprovação caiu com o impacto da alta. Logo, a queda na aprovação do governo nesse ano também provém de fatores econômicos — não pela falta de boa “comunicação”.

Em suma, está muito cedo para decretar o descolamento entre economia e aprovação popular/resultados eleitorais. Esses fatores permanecem decisivos para eleições. Mas o embate político se encontra em uma faixa do eleitorado mais estreita que no passado, e é preciso focar nas variáveis econômicas que importam mais para o eleitor.

Christopher Garman é diretor-executivo para as Américas do Eurasia Group.

Democracia dos EUA está presa em uma espiral desesperada de colapso. Por **Richard Sherwin**

Os facilitadores de Trump na Suprema Corte

O destino da democracia americana estava na pauta da Suprema Corte dos EUA na semana passada, enquanto advogados discutiam a natureza e os limites da imunidade presidencial.

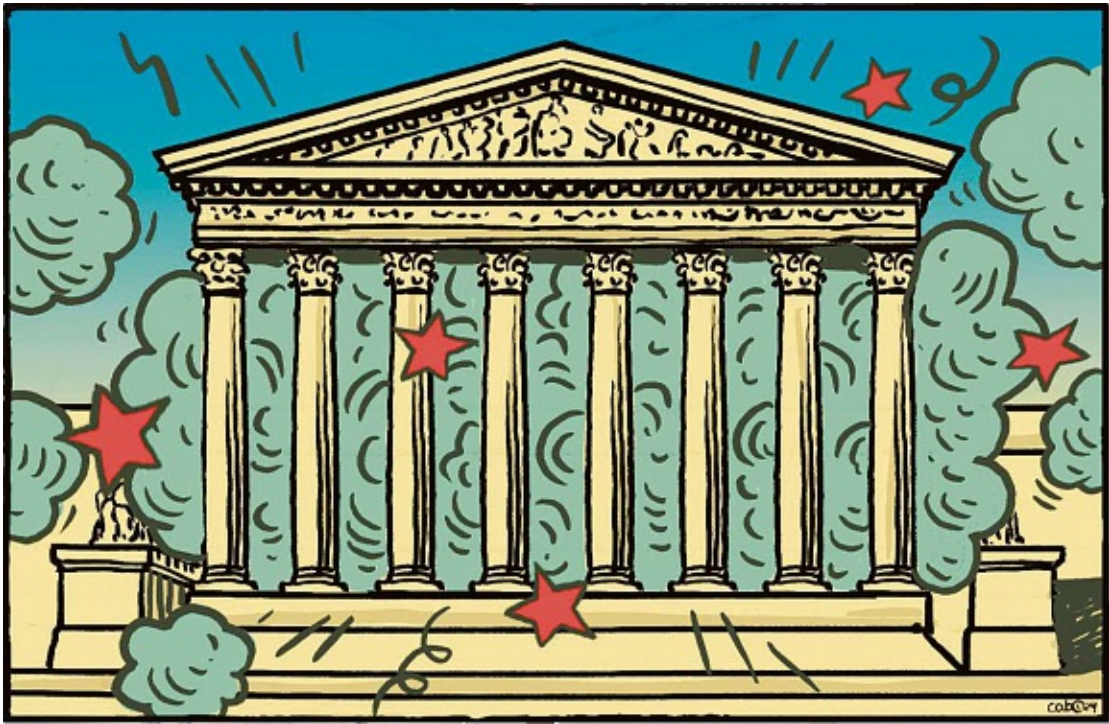
O caso perante a Corte diz respeito a acusações criminais federais decorrentes da suposta tentativa do ex-presidente Donald Trump de obstruir a transição pacífica do poder após a eleição de 2020. Os atos imputados incluem exigir de forma fraudulenta que autoridades estaduais “entrassem” votos não existentes a favor de Trump e coagir o vice-presidente Mike Pence a certificar eleitores falsos, cujos votos, se aceitos, manteriam Trump ilegalmente no cargo.

Os advogados de Trump afirmam que apenas o impeachment pelo Congresso pode romper a imunidade absoluta de um presidente. O alcance dessa afirmação é de tirar o fôlego. Poderia um presidente ordenar que militares assassinassem um adversário político?, perguntou a juíza Sonia Sotomayor. Poderia ele vender segredos nucleares a um adversário estrangeiro ou tentar realizar um golpe contra o governo?, perguntou a juíza Elena Kagan.

Sim, respondeu o advogado de Trump, D. John Sauer, contanto que eles fossem “atos oficiais”. Mas isso não encorajaria futuros presidentes a “cometer crimes?”, questionou a juíza Ketanji Brown Jackson. O que, conjecturou ela, impediria um presidente de “transformar o Salão Oval na... sede da atividade criminosa neste país”?

Ou talvez a preocupação do juiz Brett Kavanaugh seja a maior: quando ex-presidentes são submetidos a processos, “a história nos mostra que isso não vai parar”. O presidente da Suprema Corte, o juiz John Roberts, pareceu concordar: “Sabemos como é fácil, em muitos casos, um promotor conseguir que um grande júri apresente uma acusação”.

A juíza Amy Barrett sugeriu que toda a questão poderia ser resolvida de uma forma simples se o governo limitasse as acusações a “ações privadas”. Afinal, todas as partes parecem con-



Ampliar a imunidade presidencial para preservar uma democracia estável seria concretizar o risco que os juízes temem. Ao dizer que a má-fé é habitual, que os EUA viraram um país onde "o perdedor é jogado na prisão", Trump já ganhou e a democracia perdeu

cordar que se Trump não estivesse agindo em sua qualidade oficial de presidente, ele não poderia reivindicar imunidade.

Mas como traçar a linha entre atos “privados” e “oficiais”? Como reconheceu Sauer, alguns dos atos envolvidos na acusação — como assinar um formulário afirmando falsas alegações eleitorais — poderiam ser considerados privados, mas outros — como telefonar para o presidente do Partido Republicano — seriam oficiais.

Para aumentar a complexidade, a acusação federal expõe uma “conspiração integrada”. Segundo Michael Dreeben, o advogado do Departamento de Justiça que defendeu o caso perante a Suprema Corte, mesmo que Trump fosse considerado isento de responsabilidade pelas suas ações oficiais, os promotores ainda assim deveriam ser autorizados a apresentar provas sobre elas ao júri, porque elas são relevantes para avaliar seu conhecimento e intenções.

Diferenciar atos oficiais de atos privados não é o único desafio. Segundo os advogados de Trump, todos os atos oficiais gozam de imunidade absoluta de processo criminal. Mas os advogados do Departamento de Justiça afirmam que apenas os atos oficiais “essenciais” merecem imunidade.

Os atos “essenciais”, afirmam eles, são definidos pelas funções presidenciais explicitamente estabelecidas no Artigo II da Constituição. Eles incluem ações empreendidas como comandante em chefe (como dirigir tropas no terreno), o poder de perdoar e o poder de veto a legislações do Congresso.

Sob esta análise, ameaçar demitir funcionários do Departamento de Justiça que se recusam a ser coniventes com a mentira do presidente sobre fraude eleitoral, ou pedir ao vice-presidente que se recuse a certificar os votos eleitorais oficiais, podem ser atos oficiais, mas eles estão fora do “essencial” e, portanto, não sujeitos a imunidade.

Essas questões não resolvidas levaram Roberts a perguntar: “Por que não deveríamos... enviar [o caso] de volta para a Corte de Apelações?” É claro que se isso ocorresse — e provavelmente acontecerá —, seriam necessárias audiências para determinar quais atos são privados e quais são oficiais, sem mencionar quais são “essenciais” e quais não são. Isso tornaria impossível julgar o caso antes das eleições de novembro, nas quais Trump é o provável candidato republicano. Se Trump for reeleito, não há dúvidas de que ele ordenará ao De-

partamento de Justiça que abandone totalmente o caso.

Em qualquer caso, Trump não pode ser processado por crimes federais enquanto estiver no cargo. E, como presidente, Trump poderia se perdoar. Isso explica por que o adiamento tem sido a principal estratégia de Trump.

Aconteça o que acontecer, poder-se-ia afirmar que a democracia americana já está presa em uma espiral desesperada de colapso. Como disse a juíza Sotomayor, “uma sociedade estável e democrática precisa da boa-fé de seus funcionários públicos”. Ela também precisa de uma crença compartilhada de que os promotores processarão de boa fé e que os presidentes cumprirão seus juramentos de “preservar, proteger e defender fielmente a Constituição dos Estados Unidos”.

Mas é exatamente isso que os defensores da imunidade executiva, como o juiz Samuel Alito, não assumem. Para eles, a má-fé tornou-se a norma e os ex-presidentes precisam esperar se tornar alvo de processos judiciais por má-fé, uma ameaça que Trump invocou explicitamente. Como defensor da imunidade expansiva para os ex-presidentes, Alito se torna protetor do presidente Joe Biden, porque se Trump for reeleito, Biden seria o primeiro a sofrer com os “ciclos intermináveis de retribuição” que Alito prevê.

Em aliança com outros juízes conservadores da Suprema Corte, Alito poderá, em última análise, ampliar a imunidade presidencial para evitar o que eles veem como um risco manifesto a uma “sociedade democrática estável”. Mas ao fazer isso, eles concretizam o próprio risco que temem. Ao confirmar que a má-fé é habitual — que os EUA se tornaram um país onde, como disse Alito, “o perdedor é jogado na prisão” —, Trump já ganhou e a democracia perdeu. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Richard K. Sherwin, professor emérito de Direito na New York Law School, é coeditor de “A Cultural History of Law in the Modern Age”. Copyright: Project Syndicate, 2024. www.project-syndicate.org

Frase do dia

“Continuarei militando e entretido com os legumes. Enquanto o fôlego durar, vou continuar”.

Do ex-presidente do Uruguai, José Mujica, ao comunicar que está com câncer no esôfago, detectado em check up

Cartas de Leitores

Fracasso social

A classe política com ajuda de governos relapsos, e até corruptos, são os responsáveis por esse lamentável fracasso social, como apresentado pelos números divulgados pelo IBGE, refletindo o último trimestre de 2023. Dos 78,3 milhões de domicílios existentes no país, 21,6 milhões enfrentam insegurança alimentar. Estamos infelizmente assistindo a décadas desse flagelo, que em pleno final de 2023, esses números do IBGE, indicam que mais de 80 milhões de brasileiros vivem com insegurança alimentar, além da maioria destes viverem sem saneamento básico também. Uma vergonha. Não por outra razão que a continuidade de 21 milhões de residências beneficiadas com o Bolsa Família, é o retrato fiel de um fracasso ininterrupto e perverso de governos incompetentes e insensíveis em gerar condições para o país emergir à condição de uma nação, prospera e desenvolvida e dar um fim a essa tragédia.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Portugal e Brasil

Sou português e estou no Brasil há mais de 60 anos. Sou de uma pequena aldeia, Escalhão, perto da Guarda, estive recentemente lá e pude comprovar que Portugal, sem os imigrantes, em especial do Brasil, estaria muito pior do que está. País velho, pequeno, sem grandes indústrias criadoras de empregos, população pequena e idosa, visto que a maioria dos jovens saem para trabalhar fora pela facilidade da Comunidade Europeia.

E agora o presidente, que adora falar coisas talvez em horas erradas ou sem noção da fraqueza da economia portuguesa, que vive às custas basicamente do turismo, mesmo com um custo de vida caro e salário mínimo, que é mínimo mesmo, fala em reparar ex-colônias. Sendo português sugiro que ele comece amanhã, já doando parte do salário e das mordomias dele e do Partido Socialista nos últimos anos. Em Portugal, assim como no Brasil, nada está ruim que não possa piorar. Marcelo Rebelo por que não te calas?

Antônio José Gomes Marques
ajgmescalhao@gmail.com

Livro para Haddad

Gostaria de sugerir ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que goste de ler, o livro: “O prefeito escritor: dois retratos de uma administração”, em que constam os relatórios de Graciliano Ramos. O autor de Vidas Secas oferece, em tempos de reforma tributária, uma receita simples para reduzir injustiças e acabar com privilégios. Aliás, não só o ministro deveria lê-lo, assim como toda sua equipe e inclusive o presidente da República. Naquele governo saíram os que faziam política e os que não faziam nada. Imagine se aqui acontecesse o mesmo, a economia iria bombar. Num momento em que tudo paga imposto neste governo, sonhar ainda é de graça. Sonhemos pois.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Oriente Médio Rafael Grossi, diretor da agência que zela contra a expansão militar da energia nuclear, vai a Teerã em maio para discutir o futuro do programa iraniano

Para diretor da AIEA, status nuclear do Irã é inquietante

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão das Nações Unidas responsável, desde 1957, por zelar contra a expansão militar da energia nuclear, enfrenta duas tensões latentes, no Oriente Médio e na Ucrânia. No primeiro caso, o governo iraniano anunciou que cogita mudar o status de seu programa nuclear de pacífico para militar. No segundo, a planta de Zaporizhzhia, na Ucrânia, a maior da Europa e sob domínio russo, foi alvo de um ataque atribuído por Vladimir Putin, presidente da Rússia, aos ucranianos.

O diretor-geral da AIEA, Rafael Grossi, um argentino de 62 anos, é um dos poucos interlocutores com trânsito livre entre todos os contendores. O Irã o preocupa mais por avaliar que o país já tem urânio enriquecido para cinco bombas. Como o Irã deixou o acordo nuclear de 2015 depois de os EUA fazê-lo, a AIEA não tem pleno acesso às instalações, mas as informações de que Grossi dispõe sugerem que o país esteja muito próximo de obter a bomba. No início de maio, deve ir a Teerã para discutir o tema.

Aos 62 anos, Grossi trabalhou no programa nuclear bilateral entre Brasil e Argentina e tem parentes em São Paulo, o que o traz ao país com frequência. Como diretor-geral fará sua segunda visita ao Brasil em junho. De Roterdã, onde foi ao Congresso Mundial de Energia, Grossi falou ao **Valor** por telefone. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *A agência enfrenta hoje dois momentos de tensão mais latente, a situação no Oriente Médio, e o conflito entre Ucrânia e Rússia. Qual das duas situações mais o preocupa?*

Rafael Grossi: São dois desafios complexos para o cenário internacional em geral e não apenas para a AIEA. Temos uma tarefa importante em Zaporizhzhia, onde a agência começou um trabalho imediatamente após a ocupação militar. Em setembro de 2022 visitei a instalação e lá instalei uma missão permanente, com inspetores especializados. E também demos início a um esforço diplomático voltado a mitigar a possibilidade de um acidente nuclear por meio de manifestações diversas ante o Conselho de Segurança da ONU. Voltei a fazê-lo em abril último, depois do novo episódio de ataque com drones naquela planta. A agência é a única instância internacional que mantém um diálogo permanente com os dois beligerantes. Visitei muitas vezes a Ucrânia e a Rússia. Na minha última reunião com o presidente Putin pude apresentar alternativas ao futuro desta instalação, que é a maior central nuclear da Europa.

Valor: *E como o senhor avalia os danos causados nesta planta e os riscos que trazem?*

Grossi: Foi um ataque com drones carregados de explosivos que não são capazes de destruir um reator que é muito robusto, mas a ideia parece ter sido enviar um recado de que pode vir um ataque muito mais forte. A ideia foi de enviar um recado da possibilidade latente de um ataque mais grave. É esta a maior preocupação, um ataque mais definitivo sobre um dos reatores. Foi uma demonstração clara da capacidade efetiva de se fazer ataques diretos sobre aquela instalação nuclear

Valor: *Qual é a situação mais grave?*

Grossi: O programa nuclear iraniano suscita dúvidas e preocupações há muito tempo na comunidade internacional porque o Irã não cumpriu suas obrigações no acordo de salvaguardas com a agência. Neste momento o que temos é um vazio motivado pela quase morte desse acordo de 2015 entre as grandes potências e a República Islâmica. Na ausência deste acordo, o Irã não está sujeito a muitas limitações. Tanto sabe disso, que está atuando para desenvolver o programa nuclear de uma forma que acreditamos ser inquietante porque o Irã é o único país que não possui arma nuclear e está



Para Rafael Grossi, morte do acordo de 2015, do qual os EUA foram o primeiro país a sair, está na origem do conflito: "O Irã está muito perto da bomba"

enriquecendo urânio a esses níveis tão elevados de 60%, muito próximo do militar.

Valor: *O Irã deixou este acordo de 2015 depois que os EUA saíram deste mesmo acordo. Como o sr. avalia a decisão americana?*

Grossi: O presidente Joe Biden tentou fazer um esforço diplomático para reviver este acordo, mas não deu certo. A negociação durou mais de um ano em Viena e não produziu os resultados esperados. Agora temos uma situação inquietante porque os Estados Unidos estão imersos num processo pré-eleitoral e é muito difícil arrancar compromissos diplomáticos tão sérios quanto este com o Irã. Sempre é possível se chegar a uma solução diplomática, mas hoje temos um vazio em que a AIEA é a única instância de diálogo.

Valor: *A agência tem pleno acesso às instalações nucleares do Irã?*

Grossi: Temos um acesso limitado. Estamos sempre com nosso trabalho de inspeção que continua de maneira permanente. Mas o problema é que, depois da saída dos americanos e dos iranianos, a agência perdeu a possibilidade de ter um acesso mais amplo e mais frequente às instalações não declaradas. Agora não mais. Por isso estou tentando chegar a um acordo voluntário que permita à agência ampliar essa capacidade. Planejo retornar ao Irã. Estou em contato com o vice-presidente da República Islâmica, Mohammad Mokhber. Ele me ligou me convidando a voltar a Teerã para retomar o diálogo.

Valor: *A viagem já foi marcada?*

Grossi: A data precisa não, mas deve acontecer nas próximas duas semanas. Acredito que estaremos no Irã no começo de maio.

Valor: *Como o sr. avalia a reação do Conselho de Segurança das Nações Unidas a essas ameaças nucleares mais prementes?*

Grossi: O caso do Irã é mais difícil pela perda de consensos básicos entre os membros permanentes. Na crise da Ucrânia, o Conselho de Segurança tem uma visão muito mais unívoca e positiva em relação ao trabalho da agência

Valor: *Quão perto da bomba o Irã está?*

Grossi: O Irã já chegou a acumular material suficiente para fazer cinco bombas nucleares. Isso não quer dizer que o Irã tem a bomba, mas a acumulação do material é inquietante. Somente países que têm a bomba têm acumulação de material a esses níveis de enriquecimento. Mas ter uma bomba operativa é mais complexo que isso.

Valor: *O Irã tem tecnologia para desenvolvê-la?*

Grossi: O país tem muita tecnologia nuclear, mas não tenho informação que eles, neste momento, tenham todas as capacidades requeridas para isso. Mas não estão longe disso.

Valor: *Os iranianos denunciaram o assassinato de seus cientistas ao longo dos últimos anos. Como a*

“Israel tem política de opacidade; a AIEA não pode afirmar nem negar a posse de armas nucleares”
Rafael Grossi

agência viu essas execuções?

Grossi: É uma situação muito difícil de avaliar. Um organismo internacional de paz não pode ficar indiferente ou aprovar assassinatos políticos como ferramenta, mas não temos informações fidedignas para afirmar que isso aconteceu dessa maneira ou de outra. Tudo que podemos dizer é que lamentamos profundamente toda a mobilização da violência

Valor: *Na semana passada, um integrante da guarda revolucionária iraniana, Ahmad Haghtalab, disse que o Irã poderia redirecionar seu programa nuclear para fins militares. Como o senhor entendeu esta declaração? Foi apenas um recado para Israel parar ou o senhor acha que, de fato, esta disposição está sendo levada a sério?*

Grossi: São declarações que não ajudam. O Irã é membro do tratado de não proliferação. Tem obrigações internacionais muito claras que têm que ser obedecidas. É sobre isso que gostaria de conversar com o governo iraniano. Não somente temos essas declarações, mas também as do vice-presidente, que é meu parceiro nas negociações nucleares, de que também poderia montar um artefato nuclear e não o faz porque isso não é islâmico. Tudo isso para mim é muito grave porque o Irã não tem direito a arma nuclear. Tem a obrigação, assim como todos os países que assinaram o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), como o Brasil e a Argentina, de cumpri-lo. Por isso o diálogo com a República Islâmica é urgente

Valor: *Depois do ataque de 7 de outubro, um ministro israelense chegou a sugerir que Israel jogasse uma bomba em Gaza. O que a agência conhece do programa nuclear israelense? Israel tem a bomba?*

Grossi: Israel tem uma política de opacidade, baseada no princípio de nem negar, nem confirmar armas nucleares. Tem um acordo muito limitado com a agência, que não permite inspeções nos laboratórios e instalações militares. É uma realidade. Mas também devo dizer que Israel não é parte do TNP. Assim como a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte, Israel integra o bloco dos quatro únicos países que não são membros do TNP. Por isso temos uma visão muito limitada. Não podemos afirmar nem negar a presença de armamentos nucleares nos seus arsenais.

Valor: *Da mesma maneira que o senhor vai visitar o Irã, pretende também visitar Israel?*

Grossi: Já visitei, Tel Aviv e Jerusalém.

Valor: *Depois do 7 de outubro?*

Grossi: Não, em outra oportunidade, para um diálogo político, mas a política israelense não é favorável à assinatura do TNP. Minha posição pessoal é sempre de insistir sobre a conveniência de que todos os países no Oriente Médio subscrevam o tratado, mas esta é a realidade.

Valor: *As instalações nucleares israelenses não são fiscalizadas?*

Grossi: Não, apenas uma pequena parte porque a inspeção de todas as instalações, de forma abrangente, só é possível com os países que são membros do TNP. Não é o caso de Israel

Valor: *No Brasil houve muitos embates sobre o envolvimento do país, juntamente com a Turquia, na tentativa de mediação de um acordo nuclear com o Irã em 2010. Qual é sua visão daquele episódio?*

Grossi: Todas as tentativas de chegar a um acordo são positivas. Sei que no Brasil e em outros países há uma avaliação diferente mas este foi um esforço importante mas que não chegou a resultados positivos lamentavelmente

Valor: *A energia nuclear ficou excluída por longo tempo da transição energética. O fechamento das usinas nucleares na Alemanha é um exemplo. O que a agência tem feito para reverter esta percepção?*

Grossi: É um tema em que estamos vendo uma mudança fundamental. Esta situação mudou radicalmente. Veja o que aconteceu na última conferência do clima, a COP 28. O consenso final foi o de acrescentar energia nuclear. Tivemos a primeira reunião em Bruxelas nessa direção. No mundo inteiro, na África, nos EUA, na China, há um retorno muito acentuado da energia nuclear paralelamente às renováveis. Somos favoráveis a uma parceria com as energias renováveis que, como sabemos, são intermitentes. Por isso precisamos também de energia de base que pode ser fóssil ou nuclear.

Valor: *O ministro das Minas e Energia do Brasil [Alexandre Silveira] disse recentemente que uma saída para a Amazônia mais ambientalmente aceita que as hidrelétricas são as pequenas centrais nucleares. Como o sr. vê essa possibilidade?*

Grossi: A agência trabalha muito com as empresas de pequenas centrais. Tem um futuro muito promissor. O Brasil tem um setor nuclear muito forte, uma tradição muito positiva que conheço muito bem como diplomata argentino com 40 anos de trabalho com colegas brasileiros. Os pequenos reatores são uma grande possibilidade. O setor nuclear tem que fazer parte da matriz energética brasileira.

Valor: *A energia nuclear tem grande potencial na medicina, mas a produção de radioisótopos é concentrada em poucos países. Como o senhor vê esta limitação?*

Grossi: O Brasil tem um projeto muito bom que é o RNB. Um reator em cooperação com uma empresa argentina que está construindo um reator irmão do RNB. Serão importantes para um mercado com tanta necessidade de radiofármacos e radioisótopos. Espero que os orçamentos necessários ao RNB possam ser facilitados pelo governo brasileiro que dará ao setor oncológico da região uma capacidade muito interessante.

Agências
Governo de São Paulo planeja uma reformulação ampla de suas agências reguladoras
B2

Infraestrutura
Benini, secretário estadual paulista, prepara reforma das agências reguladoras **B2**



Petroquímica
Unigel acerta novos termos em seu plano de recuperação extrajudicial **B4**

Petróleo e gás
Produção total da Petrobras cresce 3,7% no primeiro trimestre **B5**

Entretenimento
Paramount muda estrutura e será comandada por grupo com três executivos **B6**

Valor B
Terça-feira, 30 de abril de 2024

Empresas

Varejo No mercado, há dúvidas sobre capacidade de rede sair de reestruturação extrajudicial

Casas Bahia tem pedido de recuperação aceito, e foco será execução

Adriana Mattos
De São Paulo

O pedido de recuperação extrajudicial da Casas Bahia foi aprovado na noite de ontem pela Justiça de São Paulo, e com isso a rede tenta pôr uma pedra no assunto e passar ao mercado a percepção de que o foco, daqui para frente, é o processo de retomada operacional.

O mercado ainda tem, no entanto, dúvidas relativas à execução e à capacidade de a cadeia recuperar os resultados, algo vital para que a rede honre com seus compromissos com os bancos credores.

O atual de cenário de corte de linhas de crédito pelas seguradoras estrangeiras, que protegem a indústria do risco da venda, como o **Valor** revelou ontem, é parte dos desafios que a rede tem de lidar para conseguir virar essa página.

Ontem, o comando da empresa detalhou aos investidores, em teleconferência, aspectos do plano, e as ações fecharam o pregão em forte alta de 34,20%, a R\$ 7,30. A expansão reflete o fato de já ser um papel que perdia valor há meses, mas também um otimismo com o plano — apesar da posição cautelosa sobre a execução do projeto.

“Estamos cientes do desafio, ninguém aqui acredita que será fá-

cil”, disse ontem o CEO, Renato Franklin. “Mas o reperfilamento das dívidas com os bancos dá tempo hábil para podermos trabalhar e permitir o foco do ‘management’ na operação [da rede]”. Segundo ele, a empresa ainda ganha tempo para gerir esse cenário de juros ainda elevados, mesmo após a queda da taxa Selic, e a demanda ainda fraca no varejo de duráveis.

O plano envolve apenas as dívidas sem garantias com credores do setor financeiro — fornecedores e empregados não fazem parte do acordo, já que não se trata de uma recuperação judicial que envolve todo o passivo.

Pelo proposto, a dívida renegociada com esses credores se refere a quatro emissões de debêntures e uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), somando R\$ 4,1 bilhões, com prazo alongados de 22 meses para 72 meses, com carência de dois anos e meio para o principal. Com isso, o desembolso de caixa até 2027 cai de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 500 milhões.

A dívida será convertida para uma emissão de debêntures de R\$ 4,1 bilhões, com duas séries (parte pode ser convertida em ações). Ao fim dos 72 meses, a rede fala numa economia de R\$ 60 milhões ao ano em juros de dívida.



Renato Franklin, da CEO da varejista, afirma que mudança do perfil da dívida com os bancos dará mais tempo para a empresa trabalhar na gestão do negócio

Banco do Brasil e Bradesco têm nas mãos 54,5% desse passivo e já deram aval ao plano, em negociações que ocorrem desde meados do ano passado. E por isso, o pedido de recuperação e o plano de 159 páginas pode ser encaminhado no domingo para a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, e aceito no início da noite de ontem. Apesar de ser uma recuperação extrajudicial, a Justiça tem que analisar o pedido.

A expectativa é de um balanço do primeiro trimestre de 2024 “mais limpo”, diz Franklin, sem o peso dos vencimentos, e com questões operacionais melhor encaminhadas. A varejista está em reestruturação operacional desde o início de 2023.

Mesmo com essa expectativa, ainda há alguns temas na mesa da empresa que precisam evoluir.

A Casas Bahia teve problemas com fornecimento de produtos por grandes fabricantes, em categorias como eletrodomésticos e eletroeletrônicos no fim do ano passado e no começo deste ano, quando buscou recompor estoques. Isso refletiu uma redução nas linhas das seguradoras de créditos estrangeiras e dos fornecedores.

Segundo fontes, o aperto maior

no crédito se manteve, pelo menos, até fevereiro. Há tratativas em andamento na busca de uma normalização, mas esse fluxo de crédito ainda não está dentro do ideal pelo comando. “Se tivéssemos as linhas, teríamos vendido mais [nos últimos meses]”, diz uma fonte.

Nenhum grande fornecedor estrangeiro, como Whirlpool, Samsung, LG e Motorola fecha fornecimento para varejistas nacionais sem a cobertura do seguro de algum percentual sobre a venda. A crise na Americanas ajudou a tornar seguradoras mais seletivas.

O plano de recuperação junto aos bancos, e a melhora recente na geração de caixa da rede, pode abrir espaço para uma normalização dessas linhas, acredita uma pessoa próxima à cadeia. Em novembro, um rebaixamento de “ra-

Rede teve problemas com fornecimento de produtos entre o fim do ano passado e início deste ano

ting” da Casas Bahia pela S&P ajudou a reduzir esse fluxo de crédito.

Sobre essa questão do acordo com o Bradesco e o Banco do Brasil, as instituições queriam tirar da mesa o “risco Casas Bahia” de forma definitiva, apurou o **Valor**.

A ideia era deixar de lado soluções pontuais, que jogariam a questão um ou dois anos para frente, para algo com mais “cara de definitivo”, disse uma fonte.

Em fevereiro, chegou a ocorrer um reperfilamento de dívidas, numa transação ancorada por Bradesco e BB, mas com dificuldades de o grupo levantar novos recursos, e com vencimentos de debêntures no curto prazo, a rede precisou voltar à mesa de novo. Mais de R\$ 1,5 bilhão em debêntures com os bancos venciam neste ano.

Na visão dos bancos, soluções de renegociação “fatiadas, uma aqui e outra ali”, apenas adia uma dosagem de remédio mais forte, dizem pessoas a par das negociações. “Se adiasse muito um acordo mais amplo, o ‘timing’ que ainda existia poderia ser perdido e aí, só resolveria uma RJ [recuperação judicial], que é o pior cenário” resume um credor a par do tema.

Na negociação com as instituições, uma das questões exigidas

pelos bancos teve a ver com avanço da migração da linha de CDCI, o crédito direto ao consumidor, para o Fids, o fundo em direito creditório, apurou o **Valor**.

O CDCI coloca a cadeia como responsável pela liquidação das parcelas de financiamento de clientes junto aos bancos. Já no Fdic, o fundo de direitos creditórios, o risco fica diluído com milhares de operações ao consumidor. Essa migração ao Fdic já estava em negociação no ano passado, mas atrasou e não saiu do papel. Agora, isso terá que avançar.

Daqui para frente, a rede afirma que a prioridade é a recuperação de resultados. Entre os focos estão a melhora da margem bruta, aumento da penetração de serviços na loja e ganho na participação de mercado com a retomada mais acelerada nas vendas, disse Franklin.

Analistas de bancos consideram o plano de recuperação extrajudicial positivo, pela renegociação substancial de valores, mas chamam atenção para o risco de diluição dos atuais sócios (Michael Klein é o maior de deles) após a emissão das debêntures convertidas em ações. A reestruturação foi costurada pelo Lazard e Pinheiro Neto.

Varejista pagou pelos erros de decisões erradas

De São Paulo

Há um longo histórico de impactos que levaram a Casas Bahia a chegar à situação atual, e é comum nas análises atribuir a maior parte do peso para a alta da taxa de juros após 2021 e à crise na Americanas, que fez disparar a aversão ao setor de investidores e bancos.

Não há dúvida de que isso piorou muito o quadro, mas ambos afetaram dezenas de outras companhias, que sentiram o baque da crise no varejo, mas que não recorreram a recuperações extrajudiciais para tentar se reequilibrar.

Isso ocorreu na Casas Bahia porque fatores aceleraram um cenário já complexo, de uma empresa já alavancada no curto prazo e com erros na tomada de ações especialmente em 2022, dizem diversas fontes consultadas de dentro e fora da empresa.

“A freada que todo mundo sentiu em 2022, já com juros nas alturas, foi mais pesada para a ‘Bahia’ porque ela não teve a disciplina de caixa que deveria ter tido quando tudo mudou em 2021”, diz um executivo da rede.

O erro ali foi ter desembolsado milhões para construir “coisa de-

mais ao mesmo tempo” no on-line, num momento em que os rivais faziam o mesmo, e que não deu resultado no curto prazo.

Para ficar num exemplo, com a operação do banco digital banQi, lançado em meados de 2019 — antes da venda da empresa para o empresário Michael Klein e um “pool” de fundos — era consumidos em caixa R\$ 300 milhões por ano, apurou o **Valor**.

A aposta na operação foi mantida pela gestão e pelo conselho de administração, só que o custo do dinheiro disparou a partir de 2021. E o banQi só teve uma forte

revisão no negócio em 2023.

Outro fato lembrado por fontes refere-se às decisões de aumento de estoque na varejista num momento em que curva da demanda já dava sinais de desaceleração, no fim de 2021. E a taxa Selic já havia subido de 2% ao ano em janeiro para 8% em outubro de 2021.

“Vai faltar produtos com a crise global de insumos na China e estaremos bem preparados, é uma aposta estratégica”, diziam executivos da empresa na inauguração de uma loja de 9 mil m² na Marginal Pinheiros, para a venda na Black Friday de 2021. A “Black” aca-

bou sendo a pior desde 2016, e a Casas Bahia fechou aquele ano com 120 dias de produtos estocados, sendo que o nível normal é de 70 a 90 dias. Estoque alto eleva custo fixo e consome caixa, algo crucial numa rede de varejo.

A companhia só conseguiu se livrar desses estoques encalhados no fim do ano passado.

Parecem fatos isolados, ou de menor relevância olhando no detalhe, mas no varejo as coisas não funcionam bem assim.

Uma medida tomada sem o retorno esperado, que se soma a outra, numa cadeia de fatores negati-

vos, podem ter efeito nocivo se há qualquer sacolejo no mercado. Pior ainda num verdadeiro terremoto como foi a disparada da Selic e a crise na Americanas.

Outro fato teve a ver com a aposta na venda on-line de produtos fora do foco da rede, como itens industrializados e de bazar após 2020. Na teoria, essa venda amplia o tráfego de pessoas na plataforma e atrai vendas, mas também queima caixa até decolar, e foi mantida por dois anos. A percepção hoje é que, apesar dessa evidência, se demorou muito para puxar o freio de mão e rever medidas de custo alto. (AM)

Destaques

Isa Cteep lucra menos

A transmissora colombiana Isa Cteep reportou lucro líquido de R\$ 643,1 milhões no primeiro trimestre, queda de 14,1% em relação ao mesmo intervalo de 2023. O Ebitda ajustado totalizou R\$ 1,092 bilhão no período, crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida somou

R\$ 1,9 bilhão no trimestre, crescimento de 25,9% na comparação com igual etapa de 2023. Considerando os indicadores dos resultados regulatórios, o lucro líquido foi de R\$ 409,2 milhões, alta de 33,7% nos primeiros três meses de 2024 em relação ao igual período do ano anterior e a receita foi de R\$ 1,1 bilhão, crescimento de 24,3%.

Tintas em alta

As vendas de tintas imobiliárias cresceram 0,7% no primeiro trimestre, na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo informou a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati). No período, foram comercializados 302 milhões de litros do produto. O região Sudeste teve o maior aumento nas

vendas, de 3,2%. Também houve crescimento no volume vendido no Sul, de 1,1%. Já as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram retração na comercialização do material, de 5%, 2,7% e 2,4%, em relação ao início de 2023. A entidade projeta, para todo o ano de 2024, um crescimento de 2% a 2,5% volume vendido das tintas imobiliárias.

Cbic revê projeções

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) revisou para cima sua estimativa de crescimento do PIB da construção em 2024, passando de 1,3% para 2,3%. Em 2023, houve queda de 0,5% no indicador. A melhora no programa MCMV e o aumento de contratações no setor motivaram o crescimento.

Receita da Copasa sobe

A Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) registrou lucro líquido de R\$ 351,6 milhões no primeiro trimestre de 2024, aumento de 4,1% na comparação com o mesmo período do ano passado. A receita total da empresa foi de R\$ 1,86 bilhão, 7,55% maior do que no primeiro trimestre de 2023.

Fiscalização Além de criação de órgão para águas, Artesp e Arsesp terão mudança em diretoria; projeto busca blindar área técnica

São Paulo prepara reforma de agências reguladoras

Taís Hirata
De São Paulo

O governo de São Paulo planeja uma reformulação ampla de suas agências reguladoras, que incluirá regras para a indicação dos diretores, uma tentativa de maior blindagem política da área técnica e a formação de um novo órgão voltado à segurança hídrica, segundo Rafael Benini, secretário paulista de Parcerias em Investimentos do Estado.

O pacote de mudanças está em fase final de avaliação pelo Executivo e deverá ser enviado à Assembleia Legislativa até junho.

Haverá reformulações na Ar-tesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), responsáveis pelo controle de concessões de rodovias, de aeroportos e pelas regras do transporte intermunicipal, e na Arseps (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), que regula grupos como Sabesp e Comgás.

Os órgãos passarão a ter mais requisitos técnicos para indicações à diretoria, em linha com o que a lei federal prevê, explica André Iper Barnabé, secretário-

executivo da pasta e um dos responsáveis pela reforma.

Também haverá mudanças na estrutura interna. A Artesp deverá incorporar a regulação de mobilidade urbana — hoje feita por um comitê do governo sem autonomia ou corpo técnico próprio.

Nas diretorias, o novo padrão será de quatro diretores mais um presidente — no caso da Artesp, isso significa que haverá o corte de uma diretoria. Além disso, os diretores deixarão de ser setoriais, e passarão a atuar em todos os segmentos, tal como nas agências federais. Para as análises específicas por setor, serão criados novos cargos, de superintendentes e gerentes — que terão que ser ocupados, em grande parte, por

"É importante ter uma agência com capacidade técnica para fazer o controle"
André Iser

Mercado externo será foco de nova fábrica da CMPC

Celulose

Stella Fontes
De São Paulo

Uma das maiores produtoras de celulose de mercado do mundo, a chilena CMPC confirmou os planos de instalar uma nova fábrica da matéria-prima no Brasil, também no Rio Grande do Sul. Com investimentos estimados em US\$ 4,6 bilhões (R\$ 24 bilhões ao câmbio de hoje), a decisão final de construção da megafábrica, que terá o mesmo porte da que a Suzano está em vias de colocar em operação em Ribas do Rio Pardo (MS), deve ser tomada em meados de 2026.

Ontem, em solenidade no Palácio Piratini, representantes da companhia chilena, controlada pela família Matte, e do governo gaúcho assinaram um protocolo

de intenções que permite avançar nos estudos do Projeto Natureza. A CMPC também deu início aos trâmites para obtenção da licença prévia junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), órgão do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepra). A expansão será para atender à demanda global.

O projeto Natureza contempla a construção de uma fábrica no município de Barra do Ribeiro (RS), com capacidade instalada de 2,5 milhões de toneladas por ano de celulose branqueada de

US\$ 4 bi
é o investimento só
do projeto industrial

funcionários permanentes.

Um dos objetivos é reforçar a estrutura técnica das agências e “blindar” a área de interferências políticas. “[Os novos requisitos para indicação de diretores] ajudam, mas não impedem a indicação política. Então a ideia é que, como nas federais, haja um corpo técnico que faz a agência funcionar. Por mais que eventualmente tenha uma diretoria não tão técnica, a agência continua funcionando, pior, mas continua”, diz Benini. O reforço também deverá vir acompanhado de aumento salarial e do preenchimento de vagas que hoje estão desocupadas.

Adicionalmente, estão previstas medidas para ampliar a autonomia administrativa — por exemplo, com possibilidade de nomeação de cargos sem aval prévio do Estado — e orçamentária dos órgãos reguladores.

Outra mudança relevante da reforma é a transformação do atual Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) em agência reguladora, a SP Águas, conforme anunciado nas últimas semanas pelo governador Tarcsio de Freitas (Republicanos).

Segundo Benini, a agência surgiu da necessidade de um maior controle dos recursos hídricos no Estado, em especial dos poços artesianos no interior. “Hoje não se tem controle nenhum do quanto de água os poços estão tirando, do quanto podem tirar. As outorgas são frouxas. Estamos contraindo um grande problema futuro de escassez hídrica”, diz.

Além disso, a criação da SP Águas se tornou relevante após a privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), que foi leiloada no dia 19 de abril. A companhia faz o controle de cheias dos reservatórios de Guarapiranga e Billings, que abastecem a região metropolitana de São Paulo. “É importante ter uma agência com capacidade técnica para isso. Hoje o DAEE já faz, mas é importante fortalecer e dar independência”, afirma Isper.

Procurada, a Artesp afirma que “aguarda a proposta do governo” e “entende que o fortalecimento das agências reguladoras é fundamental”. A Artesp diz que “vê com entusiasmo as propostas, que reforcem a independência e a eficiência das agências.”

"Hoje, o controle de retirada de água é frouxo", afirma Rafael Benini

Curtas

Expansão da Quero-Quero

A Lojas Quero-Quero projeta a abertura de 20 a 30 novas lojas neste ano. No fim de março, a companhia possuía 552 unidades. Na sexta-feira (26), a varejista reportou lucro líquido de R\$ 53,9 milhões no primeiro trimestre — revertendo prejuízo de R\$ 22,4 milhões anotado no mesmo período do ano anterior — e alta de 4,75% na receita, para R\$ 588,3 milhões.

BMW investe na China

A BMW investirá US\$ 2,76 bilhões para adaptar uma de suas principais fábricas chinesas, em Shenyang, para produzir mais veículos elétricos, como plano de lançar suas mais novas unidades totalmente elétricas no maior mercado para esse modelo no mundo.

Francisco Ruiz-Tagle. Na fase de obras, a expectativa é que sejam abertos 12 mil empregos.

Presente no Brasil desde 2009, a CMPC possui operações em sete Estados. Em Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre, a CMPC pode produzir cerca de 2,4 milhões de toneladas por ano. Em 2021, deu início a investimentos de R\$ 2,75 bilhões para modernização das operações, com adição de capacidade de 350 mil toneladas de fibra e foco em sustentabilidade.

Considerando-se o prazo médio de 30 meses para construção de uma fábrica com essa escala, a nova unidade da CMPC no Brasil poderia entrar em operação entre o fim de 2028 e o início de 2029.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de **Rony Meisler**

Agenda Tributária

Mês de Abril de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf/IGPS*	Período de Apreciação do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Remuneração de Trabalho	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta		
	Remuneração de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	
	Outros Advocatícios, Cimentológicos e Videofonias (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	
	Remuneração de direitos	9427*	
	Previdência privada e Fapi	9446*	
	Alaque e arrendamento	9478*	
	Outros Rendimentos	5278*	
	Pagamento a beneficiário não identificado	5279*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro de declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível	9438*	Importação, cujo registro de declaração tenha se verificado no mesmo dia
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Altafado, sem remuneração	1684*	Março/2024
30	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Fundos de Investimento Imobiliário - Rendimentos e Ganhos de Capital Distribuídos	5232*	Março/2024
30	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior - Pessoa Jurídica		
	Ganhos de capital de alienação de bens e direitos do ativo circulante localizados no Brasil	0473*	Março/2024
30	Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)		
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190*	
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600*	
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos e nas liquidações e resgates de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira	8523*	
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015*	
30	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)		
	PJ obrigadas a apuração com base no lucro real		
	Entidades Financeiras	1599*	Janeiro a Março/2024
	Balanco Trimestral (1ª quota)	2319*	Março/2024
	Estimativa Mensal	0230*	
	Demais Entidades	2210*	Janeiro a Março/2024
	Balanco Trimestral (2ª quota)	2327*	Março/2024
	Estimativa Mensal	3362*	
	Opções pela apuração com base no lucro real	3373*	Janeiro a Março/2024
	Balanco Trimestral (1ª quota)	5993*	Março/2024
	Estimativa Mensal	5993*	
	Lucro Presumido (1ª quota)	2089*	Janeiro a Março/2024
	Lucro Arbitrado (1ª quota)	5625*	
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Real	3317*	Março/2024
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Presumido ou Arbitrado	0231*	
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507*	
30	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (OFCF)		
	Contrato de Derivativos	2927*	Março/2024
30	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção - Aquisição de autoperpetuos	3770**	1ª a 15/abril/2024
30	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção - Aquisição de autoperpetuos	3746**	1ª a 15/abril/2024
30	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real		
	Entidades Financeiras	2030*	Janeiro a Março/2024
	Balanco Trimestral (1ª quota)	2469*	Março/2024
	Estimativa Mensal		
	Demais Entidades	6012*	Janeiro a Março/2024
	Balanco Trimestral (2ª quota)	2484*	Março/2024
	Estimativa Mensal	2372*	Janeiro a Março/2024
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado (1ª		

Data de Vencimento	Tributos	Código Dart/IGPS**	Período de Apaguração do Fato Gerador (FG)
30	Programa de Recuperação Fiscal (Refis) Parcelamento vinculado à receita bruta Parcelamento alternativo ITR/Exercícios até 1996 ITR/Exercícios a partir de 1997	9100* 9222* 9113* 9126*	Diversos * * *
30	Parcelamento Especial (Paes) Pessoa física Microempresa Empresa de pequeno porte Demais pessoas jurídicas Pessoa ITR	7042* 7093* 7114* 7122* 7288*	Diversos * * * *
30	Parcelamento Excepcional (Paes) Art. 1º MP nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples Demais pessoas jurídicas	0830* 0842*	Diversos *
30	Parcelamento Excepcional (Paes) Art. 8º MP nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927*	Diversos *
30	Parcelamento Excepcional (Paes) Art. 9º MP nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919*	Diversos *
30	Parcelamento - IRRPJ/CSLL - Ganho de Capital - RFB Parcelamento - IRRPJ/CSLL - Ganho de Capital - PGN	4983* 4990*	Diversos *
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RF nº 767/2007 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285*	Diversos *
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 4º IN/RF nº 767/2007 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4324**	Diversos *
30	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º §3º IN/RF nº 902/2008 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873*	Diversos *
30	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RF nº 1508/2014 Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos Diversos
30	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RF nº 1508/2014	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificado do Microempreendedor Individual)	Diversos
30	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 5º § 3º IN/RF nº 1.677/2016 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos Diversos
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 4º § 3º IN/RF nº 1.713/2017	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificado do Microempreendedor Individual)	Diversos
30	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
30	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
30	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN-MEI) Microempreendedor Individual	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificado do Microempreendedor Individual)	Diversos
30	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º § 4º IN/RF nº 902/2008 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4359** 4105**	Diversos Diversos
30	Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009 PGFN - Dívidas Previdenciárias - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º PGFN - Dívidas Previdenciárias - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paoes e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º Anteriormente - Art. 1º PGFN - Dívidas Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paoes e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Apropriação Indevida de Créditos de IPI - Art. 2º RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paoes e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º RFB - Dívidas Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º RFB - Dívidas Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paoes e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Apropriação Indevida de Créditos de IPI - Art. 2º	1136* 1165* 1194* 1204* 1210* 1233* 1240* 1279* 1285* 1291*	Diversos * * * * * * * * *

Nº do Vencimento	Tributos	Código Darfº/GPS*	Período de Apaguração do Fato Gerador (FG)
30	Reabertura Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009		
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3780*	Diversos
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Pases, Pases e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3706*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3835*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Pases, Pases e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3841*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IPI - Art. 2º	3850*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3878*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Pases, Pases e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3887*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3926*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Pases, Pases e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3932*	
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IPI - Art. 2º	3955*	
30	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40 Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4059* 4065*	Diversos
	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - PIS/Cofins Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Capet Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Capet Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, §1º Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1º	4007* 4013* 4020* 4042*	Diversos
30	Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4720* 4723* 4743* 4750*	Diversos
30	Programa de Regularização Tributária (PRT) PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física PRT - Demais Débitos	4135* 4136* 5184*	Diversos
	Programa Especial de Regularização Tributária (PerT) PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física PERT - Demais Débitos	4141* 4142* 5190*	Diversos
30	Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Prem)	5525*	Diversos
30	Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)	5161*	Diversos
30	Parcelamento Constitucional Excepcional dos Débitos Decorrentes de Contribuições Previdenciárias dos Municípios	6063*	Diversos
30	Arrecimentos Legais de Contribuinte Individual, Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei nº 8.212/91 NIT/PS/Pasep GR Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Facultativo, Empregado Doméstico, Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) ACAL - CNPJ ACAL - CEI GR Contribuição de empresa normal - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ Pagamento de débito administrativo - Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de parcelamento administrativo - número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título de Cobrança - Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC-104) Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial - Referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável - Referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento - Referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Compre - pagamento de Dívida ativa - não parcelada de regime próprio da previdência social RPPS - órgão do poder público - referência	1759* 1201* 3000* 3010* 3204* 4006* 4103* 4200* 4308* 4995* 6009* 6203* 6300* 6408* 6513*	Diversos

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.



SAVE THE DATE

O evento mais aguardado pelos amantes dos vinhos já tem data marcada, no Rio e em São Paulo.

O Vinhos de Portugal é uma experiência única. O evento promove encontros do público com produtores e especialistas de renome internacional. São quase **800** rótulos, **32** provas guiadas, **47** sessões gratuitas do Tomar um Copo – bate-papos com personalidades e especialistas –, além de gastronomia e loja de vinhos. Tudo em um espaço cheio de charme e bom gosto. Siga nossas redes sociais e prepare-se, porque as vendas começam em breve.

7a9
JUNHO

RIO

Jockey Club Brasileiro
Gávea

SP 13a15
JUNHO

Pavilhão Ciccillo Matarazzo
(Pavilhão da Bienal)
Parque Ibirapuera

parceria



Início das vendas em maio.
Para mais informações:
vinhosdeportugal.oglobo.com.br
[f /vinhosdeportugal](#)
[@vinhosdeportugalbr_](#)

cidade anfitriã



realização



participação



apoio

apoio institucional



local oficial



hotel oficial



água oficial



rádio oficial



curadoria



Governança Documento detalha planos implementados em 2023

Globo destaca avanços em diversidade e inclusão em relatório ESG

Marli Olmos
De São Paulo

Quem assistiu ao BBB23 não deve ter notado que no período de confinamento os participantes conseguiram reciclar ou reutilizar 83% dos resíduos de materiais usados, como madeira, entulhos e lonas, num total de 125 toneladas. O telespectador talvez tenha percebido, porém, aumento na quantidade de reportagens sobre questões ambientais na Rede Globo. O total equivale a 40 dias de conteúdos só sobre esse tema. E muita gente certamente se deu conta do protagonismo negro em todas as novelas exibidas no ano passado. Essas são algumas das conquistas que compõem o relatório 2023 ESG da Globo, que será lançado nesta terça-feira (30). As 212 páginas do documento discorrem sobre tudo o que a emissora avançou em 2023 em termos de impacto social do conteúdo, diversidade e inclusão, desenvolvimento e bem-estar dos colaboradores, biodiver-

sidade e consciência ambiental, governança transparente e responsável e educação como vetor de transformação do país. A cada dia, o mundo corporativo incorpora na sua rotina boas práticas sociais, ambientais e de governança. E o impacto desse conjunto de ações é grande numa empresa de mídia que todos os dias entra em 96% dos lares brasileiros. “Entrar na casa é um diferencial; nosso papel é fomentar isso e dar o exemplo”, diz Maurício Gonzalez, diretor executivo do centro de serviços compartilhados da Globo e líder do compromisso da agenda ESG da Globo que trata da consciência ambiental. Segundo ele, não existem metas quando se trata de falar sobre questões como a ambiental. Em 2023, foram 57,6 mil minutos de reportagens. A Globo está próxima de ter 100% de seu consumo de energia de fontes renováveis. Em um ano saiu de 97% para 99,5%. A instalação de placas fotovoltaicas, que já somam 8,6 mil nos estúdios,

no Rio, também vai avançar. Para 2024, o plano é colocar placas de geração de energia solar no estacionamento da filial em São Paulo. Gonzalez aponta, ainda, as ações que levaram à redução de 37,7% para 17,4% de resíduos que vão para aterro sanitário e parcerias como a Reurbí, especializada no descarte correto de computadores e eletroeletrônicos. O isopor passou a ser aproveitado por uma indústria de móveis e os antigos uniformes do sportv viraram cestas de basquete e mochilas que beneficiam projetos sociais. E mais ideias vêm por aí. No ano passado, a emissora lançou um programa interno chamado “Embaixadores da economia circular”, que conta com mais de 250 voluntários que buscam meios de reaproveitar materiais. As roupas dos figurinos passaram a ser selecionadas de acordo com a possibilidade de reciclagem ou reaproveitamento. “Ao definir o material já escolhemos o destino.” O acervo de roupas tem sido

mais reutilizado. Parte do material é usado para confeccionar roupas infantis que seguem para instituições de projetos sociais. No relatório 2023 ESG, Paulo Marinho, diretor-presidente da Globo, aponta o compromisso histórico com a educação, que no ano passado resultou no Movimento LED, programa de prêmios que envolveu educadores, estudantes e empreendedores. Marinho comenta sobre a responsabilidade da empresa de incluir a discussão de boas práticas sociais, ambientais e diversidade no conteúdo do entretenimento e do jornalismo. Segundo o executivo, o conteúdo é criado “por times cada vez mais diversos, capazes de trazer para as telas as múltiplas visões e ex-

125 toneladas recicladas no BBB de 2023

periências que formam nossa sociedade”. A diversidade racial e cultural foi tema na novela “Amor Perfeito”, e o foco de “Fuzuê” foi a comunidade LGBTQIAP+. O protagonismo da mulher no agronegócio foi o enredo de “Terra e Paixão”. Além das novelas, o debate de questões que envolvem a violação de direitos humanos esteve presente em séries e programas de auditórios. A violência contra a mulher foi tratada em “Altas Horas”, e uma reportagem mostrando mulheres dando à luz em hospitais subterrâneos improvisados na Ucrânia rendeu prêmio para a Globonews. Em 2023, a Globo aumentou em 10% a quantidade de atores e atrizes negros no elenco principal. Mas a preocupação envolve toda a organização. “A diversidade tem que ser um dos nossos compromissos nas telas e atrás das telas”, diz Gonzalez. A ouvidoria da empresa recebeu 1.047 denúncias, das quais 50% relacionadas ao código de ética – “devidamente apuradas”,

segundo o relatório. Gonzalez diz que a empresa tem um programa de compras sustentáveis e iniciou um processo de educação sobre o tema junto aos fornecedores. “Compramos de empresas de todos os tamanhos, desde as gigantes até as de pequenos itens. Temos feito workshops. Assim, começamos com a conscientização para nivelar o conhecimento. No futuro vamos selecionar os fornecedores que comprovarem as boas práticas”, destaca. E assim tem sido o dia a dia da agenda ESG da Globo. Não foi à toa, lembra Gonzalez, que o apresentador William Bonner bebeu água de uma latinha durante a apresentação das eleições em 2022. A atitude gerou debate nas redes sociais pelos que estavam habituados a ver água em embalagem plástica e cerveja em latas. “O índice de reciclagem do alumínio é muito superior. Aquele gesto do Bonner já fazia parte da nossa mensagem de redução de consumo de plástico”, destaca Gonzalez.

Plano de recuperação da Unigel prevê potencial IPO

Petroquímica

Stella Fontes
De São Paulo

Ainda em busca de um acordo com a maioria dos credores para repactuar R\$ 3,9 bilhões em dívidas financeiras, a Unigel acertou novos termos em seu plano de recuperação extrajudicial, incluindo a possibilidade de uma oferta pública inicial de ações (IPO) mais à frente. A oferta daria condições de saída a detentores de créditos que receberem ações da “nova” Unigel, empresa que ficará com os ativos do grupo após a reestruturação, apurou o **Valor**. A petroquímica conta com o apoio de mais de um terço dos credores ao plano e tem até 20 de maio para alcançar a adesão de

50% mais um, evitando ter de recorrer a uma eventual recuperação judicial para se proteger da provável enxurrada de ações de execução de dívida, na visão de fontes que acompanham as negociações. Além de passivos com instituições financeiras, a companhia teria débitos junto a fornecedores, como Petrobras e Shell. Como previsto originalmente, a família Slezynger, dona de 100% do grupo petroquímico, ficará com 50% de participação, cedendo 50% aos credores no primeiro mo-

50% é a redução inicial da fatia do controlador

mento da reestruturação. Mas, em caso de futuro IPO, considerando-se a venda do percentual mínimo de 20% do capital estabelecido na nova versão do plano, sua fatia seria novamente reduzida, para 40%. O **Valor** apurou que a Unigel e o fundador, Henri Armand Slezynger, se opuseram a uma potencial recuperação judicial desde o início das tratativas com credores. A reestruturação extrajudicial foi considerada a saída possível, e menos amarga, em meio ao avanço das ações de execução de dívidas. Mas as conversas com os credores têm sido mais duras do que se previa. Pelo plano, o conselho de administração da empresa resultante (identificada como “HoldCo”) terá sete membros, três indicados pelo controlador, três pelos credores e o sétimo indicado em consenso entre acionista e credores. Os detentores de créditos junto à Unigel se comprometem a conceder uma nova linha de recursos à empresa, no valor mínimo de US\$ 100 milhões, com vencimento em 2027. Com cinco assentos, o conselho de administração da Unigel está esvaziado. Há duas semanas, o engenheiro Weber Porto renunciou ao cargo. Dessa forma, hoje o colegiado é composto por Henri Slezynger, presidente, e seu filho Marc, vice-presidente. Procurada, a empresa não comentou o assunto.

Energia

Fábio Couto
Do Rio

A Eneva vai entrar no crescente mercado da comercialização de energia elétrica, com o lançamento de uma varejista. Para a empreitada, a empresa decidiu mudar o modelo de negócios da sua startup de mobilidade elétrica, a Volтта, para oferecer também contratos de eletricidade a clientes com contatos a partir de R\$ 10 mil. Desde janeiro, qualquer consumidor conectado em redes de alta tensão pode migrar para o mercado livre, em que se pode escolher o fornecedor e as condições de suprimento de eletricidade. A partir da Volтта, criada em 2019, a Eneva abre espaço para a criação de uma plataforma que pode oferecer outros serviços para o segmento. Na análise do novo modelo de negócios, foram identificadas habilidades e sinergias que favoreceriam o redirecionamento do rumo da “energytech” da empresa. O movimento acontece em meio a tentativas da empresa de se unir a concorrentes. No começo do ano fracassou a tentativa da Eneva de buscar uma fusão com a Vibra. Agora, a companhia mantém conversas com a PetroRecôncavo. A Eneva encerrou 2023 com dívida

líquida de R\$ 17,1 bilhões, o equivalente a 3,99 vezes o Ebitda. Segundo Marcelo Lopes, diretor de marketing, comercialização e novos negócios da Eneva, diferentemente de grandes clientes de energia, que têm contratos desenhados para atender ao perfil de consumo, os novos clientes demandam contratos padronizados, com certas flexibilidades. Isso exige uma dose maior de tecnologia e inovação, de acordo com o executivo. “Nós estudamos alternativas, pois vimos que a tendência do mercado é de se desregulamentar. É importante para quem tem posição relevante, como a Eneva, participar desse movimento. É um mercado bastante competitivo”, disse. A área de comercialização da cresceu com a aquisição da Focus Energia, em 2022, o que a permitiu se posicionar entre os cinco maiores agentes do segmento, mas a empresa também mira o crescimento com a esperada abertura do mercado para clientes da baixa

tensão, como residenciais, ainda sem horizonte de se concretizar. A meta da Volтта, afirmou Lopes, é que sejam firmados contratos com 5 mil clientes até 2030, para comercialização de 1,7 gigawatts (GW) médios. Para isso, a Eneva desenvolveu para a Volтта plataforma que atende a pedidos de “customização” dos contratos, com uso de ferramentas de inteligência artificial para entender o perfil de cada cliente e ofertar as soluções que a empresa considera como as mais adequadas. Essas ferramentas automatizam processos e agilizam leitura de faturas, permitindo que a solução de inteligência artificial “aprenda” sobre os clientes. “Levamos dois segundos para emitir uma proposta que demandaria uma semana para fazer ‘no braço’”, disse Maurício Sant’Anna, presidente da Volтта. A tecnologia permite que o cliente acesse em tempo real, em celulares e tablets, dados da demanda da unidade consumidora (residências ou instalações comerciais, por exemplo). Ele conta que a proposta da empresa envolve aliar a oferta de soluções em energia elétrica às de eletromobidade. Como exemplo, cita redes de supermercados que optam por migrar para o mercado livre e que poderão oferecer aos clientes das unidades o serviço de recarga de veículos elétricos.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Clinica de Emagrecimento com Aparelhos Ltda.** - CNPJ: 21.788.114/0001-18 - Endereço: Rua Um Mil Cento e Vinte e Nove, Nº 116, Quadra 237, Lote 28, Sala 01, Bairro Setor Marista - Requerente: Clínica de Emagrecimento com Aparelhos Ltda. - Vara/Comarca: 22a Vara de Goiânia/GO - Observação: Pedido de auto falência. Requerido: **Colégio Jardim Botânico Coc Ltda.** - CNPJ: 23.630.816/0001-02 - Endereço: Condomínio Estância, Jardim Botânico II, Cjto. B, Lotes 2/3, Setor Habitacional, Jardim Botânico - Requerente: Insíeme Indústria de Móveis Eireli Epp - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Agropecuária Bx Ltda.** - CNPJ:

45.154.141/0001-05 - Endereço: Fazenda Umua-rama I, Lote Ito, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/MT - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Gaia Service Tech Tecnologia e Serviços Ltda.** - CNPJ: 07046.566/0001-01 - Endereço: Av. Automóvel Clube, 63, Sala 217, Centro, São João de Meriti/rj - Vara/Comarca: 6a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ
Empresa: **Galdino do Amaral Carvalho, Produtor Rural** - CNPJ: 02.682.036/0001-28 - Endereço: Rodovia Mt.020, Sentido Planalto da Serra, Km 18 Margem Direita, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/MT - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Luciana Vanessa Peruchini Vidori,**

Produtora Rural - CNPJ: 54.560.931/0001-73 - Endereço: Rodovia Mt. 020, Sentido Planalto da Serra, Km 35 Margem Esquerda, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Algodoeira Npp Cotton Ltda.** - CNPJ: 33.881.735/0001-20 - Endereço: Rodovia Mt. 449, Km 15 Sentido Tapurah, Margem Direita, S/nº, Lote 36, Zona Rural, Lucas do Rio Verde/mt - Administrador Judicial: Dux Administração Judicial Mato Grosso Ltda. Me, Representada Pelo Dr. Alexandry Chekerdemian Sanchik Túlio - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT
Empresa: **Nivaldo Piva** - CNPJ: 54.302.314/0001-78 - Endereço: Rodovia MT 449, Km 15 Sentido Tapurah, Margem Direita, S/nº, Lote 31, Zona Rural, Lucas do Rio Verde/mt -

Administrador Judicial: Dux Administração Judicial Mato Grosso Ltda. Me, Representada Pelo Dr. Alexandry Chekerdemian Sanchik Túlio - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT
Empresa: **Nivaldo Piva Júnior Ou G. N. P. Transporte Ltda.** - CNPJ: 33.332.282/0001-83 - Endereço: Rua Concorórdia, 232 S, Sala 02, Centro, Lucas do Rio Verde/mt - Administrador Judicial: Dux Administração Judicial Mato Grosso Ltda. Me, Representada Pelo Dr. Alexandry Chekerdemian Sanchik Túlio - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Fabiane Raquel Kopper Piva** - CNPJ: 54.315.719/0001-40 - Endereço: Rodovia Mt. 449, Km 15 Sentido Tapurah, Margem Direita, S/nº, Lote 31, Sala 01, Zona Rural, Lucas do Rio Verde/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Relatório Empresa teve média de 2,77 milhões de boe/dia de petróleo, LGN e gás natural no período

Produção da Petrobras aumenta 3,7% no 1º tri

Fábio Couto e Rafael Rosas
Do Rio

A Petrobras fechou o primeiro trimestre com produção de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia) no Brasil e no exterior, alta de 3,7% em relação aos três primeiros meses do ano passado. Os dados constam do relatório de produção e vendas do primeiro trimestre, divulgado na segunda-feira (29) pela estatal.

No Brasil, a empresa produziu 2,74 milhões de boe/dia, crescimento de 3,9% ante os três primeiros meses de 2023. Em termos de petróleo e LGN, a companhia extraiu 2,23 milhões de barris/dia,

4,4% a mais que entre janeiro e março do ano passado, enquanto a produção de gás natural no primeiro trimestre de 2024 foi de 507 mil boe/dia, 1,6% a mais que em igual período de 2023.

No exterior, a empresa produziu 33 mil barris por dia no primeiro trimestre, 8,3% a menos na comparação anual.

Segundo a companhia, a pro-

Produção de derivados sobe 6,1% no 1º trimestre, para 1,75 milhão de barris/dia

dução de óleo no pré-sal foi de 1,857 milhão de barris/dia por dia no primeiro trimestre, 4,1% abaixo do quarto trimestre de 2023, devido, principalmente, ao maior volume de perdas por paradas e manutenções.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela maior contribuição dos FPSOs Almirante Barroso e P-71, pelo “ramp-up” do FPSO Sepetiba e pela entrada em produção de dois novos poços de projetos complementares no campo de Tupi, na Bacia de Santos.

A produção do pós-sal foi de 343 mil barris por dia, queda 10,4% em relação ao reportado um ano antes e 11,6% abaixo do quarto trimestre de 2023, principalmente em função do maior vo-

lume de perdas com paradas e manutenções e do declínio natural de produção, fatores parcialmente compensados pelo “ramp-up” do FPSO Anita Garibaldi.

A produção de derivados da petroleira no primeiro trimestre atingiu 1,75 milhão de barris/dia, 6,1% acima de igual período do ano passado. A produção de diesel entre janeiro e março cresceu 6,4%, ante os três primeiros meses de 2023, para 699 mil barris/dia, enquanto a de gasolina foi de 391 mil barris por dia, alta de 5,1% na mesma comparação.

A empresa elevou em 8,2%, para 92 mil barris por dia, a produção de querosene de aviação (QAV) ano a ano. Juntos, os três derivados representaram 67% da produção

da Petrobras no primeiro trimestre, estável frente a igual período de 2023. O fator de utilização das refinarias subiu sete pontos percentuais ante o primeiro trimestre do ano passado, para 92%.

A estatal vendeu, no mercado interno, 1,64 milhão de barris de derivados, queda de 2,9% frente a igual período de 2023. As vendas de diesel recuaram 3,4% na comparação anual e 7,6% frente ao quarto trimestre do ano passado, para

691 mil barris/dia. A Petrobras creditou o recuo das vendas frente aos três últimos meses de 2023 à sazonalidade no consumo e ao aumento de 12% para 14% do teor mínimo obrigatório de biodiesel no diesel, em março de 2024.

Já as vendas de gasolina caíram 6,8% na comparação anual e 5,2% frente ao quarto trimestre de 2023, para 386 mil barris por dia, por influência da sazonalidade e da perda de participação para o etanol hidratado no abastecimento de veículos flex. A exportação de petróleo no primeiro trimestre caiu 11,3% na comparação anual, para 650 mil barris por dia. A importação de diesel, por sua vez, cresceu 24,3% na mesma comparação, para 87 mil barris por dia.

92% é o fator de utilização nas refinarias

Prática ESG

Nova regra contábil ESG exige preparo e governança

PRÁTICA
ESG



Suzana Liskauskas
Para o Prática ESG, Do Rio

Empresas de capital aberto têm até 2026 para se preparar para a divulgação obrigatória de informações sobre riscos climáticos e práticas ESG (sigla em inglês para temas ambientais, sociais e de governança), junto com suas demonstrações financeiras, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na Resolução número 193.

A autarquia nacional foi a primeira do mundo a aprovar a exigência da adoção dos padrões internacionais de sustentabilidade (IFRS S1 e S2), emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) em 2023. O pioneirismo, porém, demanda que as companhias comecem já a se organizar para ter tudo na mão daqui a menos de dois anos.

Conforme apurou o **Prática ESG**, algumas grandes companhias nacionais já começam a se mexer, mas ainda não é uma prioridade para muitas. “A grande maioria das companhias abertas brasileiras e mundiais ainda não divulga informações sobre os seus riscos climáticos”, comenta Alexandre Furtado, sócio da auditoria Grant Thornton e professor de IFRS S1 e S2.

Para ele, em menos de dois anos, elas terão de criar processos e governança, além de controles internos para comprovar que as informações estão corretas. Isso, diz, “requerirá um grau de governança e de gestão de risco elevadíssimo para que a opinião do auditor seja favorável”.

O **Prática ESG** ouviu especialistas para entender o que muda no dia a dia das empresas e como se

preparar. Eles apontam, por exemplo, que elas terão de investir no desenvolvimento e implementação de mecanismos de governança e controles internos para analisar minuciosamente os riscos e oportunidades relacionados a ESG, o que nem todas já faziam.

Segundo Eduardo Flores, professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador técnico do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), os relatórios precisam expor com clareza como os aspectos de sustentabilidade podem afetar a geração de caixa da empresa e a sua capacidade de captação de recursos. Portanto, reitera, é fundamental que os relatórios de sustentabilidade conversem com os relatórios contábeis.

“Para isso, a empresa precisa montar equipes multidisciplinares, desenvolver padrões, processos e estabelecer controles mínimos de rastreabilidade, tornando os dados consistentes o suficiente para serem auditados”, conta, em audiência pública do CBPS sobre as normas na segunda-feira (29).

Flores cita como exemplo a indústria automotiva. O investidor que vai ler as demonstrações quer saber como uma montadora vai se comportar no médio e longo prazo, qual será o caminho da expansão dos negócios (eletrificação, veículos híbridos ou matriz energética fóssil), e se haverá recursos suficientes para atender a demanda – como o lítio para as baterias elétricas.

“Do ponto de vista da sustentabilidade, uma empresa pode perceber que é preciso descontinuar um produto, para atender, por exemplo, às metas de redução de emissões de GEE [Gases de Efeito Estufa]. Essa decisão tem reflexos nas informações contábeis e financeiras”, diz.

O professor lembra ainda que o mesmo acontece com as oportu-

nidades que podem surgir no contexto de mudanças climáticas, como o mercado de crédito de carbono. Isso pode ser uma nova oportunidade de um negócio, portanto, deve estar refletida nas informações contábeis.

Para Rogerio Mota, diretor Técnico do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), o processo de adaptação aos requerimentos do IFRS S1 e S2 tende a ser menos complexo em companhias abertas mais atuantes no mercado de capitais, que já contam com uma estrutura de governança e divulgam relatórios de sustentabilidade, seguindo outros padrões internacionais, anteriores ao S1 e S2. Mas pontua que as novas regras são mais rígidas com relação à credibilidade dos dados divulgados.

“A grande preocupação da CVM é com o greenwashing [quando é menos sustentável do que diz ser]”, explica Mota. Isso exige, segundo ele, que os dados sejam submetidos ao processo de asseguaração, uma espécie de avaliação realizada por auditor independente com registro no regulador do mercado de capitais. Alerta ainda que, diferentemente das normas contábeis, também passíveis de interpretações e julgamentos, o nível de subjetividade do IFRS S1 e S2 é maior.

“Toda essa preparação vai exigir um reforço nos controles internos, na governança e nos processos de captura das informações internamente. A área de sustentabilidade deve se relacionar com comitês, como o de auditoria, e com o Conselho de Administração”, sugere.

Por isso, Furtado, da Grant Thornton, aconselha quem ainda não começou a se preparar a se apressar, uma vez que os desafios são muitos e vão exigir, em um primeiro momento, investimentos em capacitação e, depois, em diagnósticos, consultoria de implementação, auditorias internas de ESG, certificações científicas e outras assegurações.

“Quanto menor o nível de maturidade ESG, maior será o custo da empresa para se adequar”, diz.

Para Fernanda Claudino, líder de ESG da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), o processo de implantação do S1/S2 promoverá uma transformação na governança das empresas e afirma que as regras deixam claro que o ESG é um tema transversal e deve estar presente na alta administração e no operacional. Para ela, a mudança de cultura passa, necessariamente, pela etapa de treinamentos e conscientização. “É preciso trazer a relevância do conceito de contabilidade, da materia-

lidade, de forma muito assertiva. Os auditores internos precisam ser apoiados para subsidiar os contadores no reporte dessas demonstrações financeiras”, afirma.

Em março, a Abrasca promoveu o primeiro levantamento entre seus associados sobre a implementação do IFRS S1 e S2. Dos 462 membros, só 28 responderam. Desse total, 61% pretendem adiantar a adoção entre 2024 e 2025. Quase todos (96%) já fizeram alguma avaliação sobre o impacto trazido pelas novas normas. E para todos os participantes, sua implementação é um avanço nas diretrizes ESG.

Entre os principais desafios mapeados junto aos associados, estão a dificuldade de interpretação das novas normas, a busca pela consistência e coerência das informações divulgadas nos relatórios e a compreensão do formato solicitado pela CVM. A expectativa é que o conjunto de minutas de Pronunciamentos Técnicos feitos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), a serem abertos para audiência pública entre 12 de abril e 13 de junho, diminua as dúvidas.

Apesar de as regras implicarem em novos custos e processos, algumas companhias já reconhecem

que sua adoção pode representar um ganho de reputação, por aumentar a transparência de dados ESG e facilitar a análise de investidores e do público em geral.

Em nota, a mineradora Vale, diz apoiar sua adoção e vê como positiva a transparência trazida pela padronização. “[As normas] irão promover padronização e transparência no reporte das informações de sustentabilidade, além da maior integração entre os relatórios financeiros e de sustentabilidade. As iniciativas serão reportadas pelas empresas de forma mais precisa e comparável”. *(Colaborou Naiara Bertão)*



esg

vivo

Mais que uma sigla, um compromisso.

Unimos propósito e tecnologia, desde a conectividade que impulsiona o desenvolvimento sustentável, até programas de ação climática, reciclagem de lixo eletrônico, iniciativas para a inclusão social e ética corporativa.



A empresa mais sustentável do Brasil.

ISEB3



Saiba mais sobre o compromisso da Vivo com as pessoas e o planeta

Telefônica



Fernanda Claudino, da Abrasca: regra promoverá transformação na governança



CONTEÚDO

Valor | O GLOBO

PATROCÍNIO



Empresas

Consumo Com sede na Espanha, dono de marcas como Carolina Herrera e Rabbane deverá fazer o maior IPO deste ano na Europa

Puig vai abrir o capital e busca avaliação de € 14 bi

Barney Jopson, Ivan Livingston e Adrienne Klasa
Financial Times, de Madri, Londres e Paris

O grupo espanhol de produtos de beleza Puig [se pronuncia putch] busca alcançar uma avaliação próxima de € 14 bilhões em sua oferta pública inicial de ações (IPO) marcada para sexta-feira, o que mostra uma forte procura em uma operação que deverá ser a maior estreia de uma empresa no mercado de ações da Europa neste ano.

Qualquer oferta dos investidores inferior a € 24,50 por ação —equivaleria a um valor de mercado de € 13,9 bilhões— corre o risco de “perder a oferta”, segundo consta no prospecto distribuído pelos bancos que estão coordenando a oferta. A Puig disse este mês que espera uma avaliação na faixa de € 12,7 bilhões a € 13,9 bilhões.

A demanda dos investidores está superando a oferta, segundo fontes que trabalham na operação, com a companhia de produtos de beleza pretendendo vender até € 3 bilhões em ações.

Uma cotação forte das ações da Puig daria um impulso ao mercado de IPOs da Europa, depois que o grupo de private equity europeu CVC Capital Partners viu o preço de suas ações saltar no primeiro dia de negociação na semana passada, após uma longamente aguardada IPO.

Os banqueiros da Puig disseram que a companhia venderá entre 21,5% a 23,7% de suas ações, com o restante permanecendo nas mãos da família Puig, que fundou a companhia há 110 anos. A Puig, comandada por Marc Puig, deverá finalizar seu preço de oferta nesta terça-feira, antes do início dos negócios com as ações na sexta-feira. JP Morgan e Goldman Sachs estão liderando a operação.

O lançamento da Puig no mercado aberto acontece em um momento complicado para a indús-



Marc Puig comanda o grupo fundado por sua família há 110 anos: Brasil está entre seus cinco maiores mercados

tria global de artigos de luxo, em que o crescimento vem desacelerando depois do boom registrado durante a pandemia de covid-19.

Os consumidores chineses, especialmente os da classe média, que ajudaram a alimentar a expansão recente do setor mas que também está mais exposta às pressões econômicas, estão comprando menos à medida que as perspectivas para o setor no país se deterioram.

Os números de vendas no primeiro trimestre mostraram uma grande divergência no desempenho entre os principais grupos de artigos de luxo, com os mais voltados para os consumidores ricos saindo-se melhor.

A Puig, que controla as marcas de luxo Rabanne e Carolina Herrera, além de uma série de marcas de produtos de maquiagem e cuidados com a pele, aumentou suas receitas em 19% no ano passado, para um total de € 4,3 bilhões.

Os produtos de beleza e os perfumes, que representam a maior parte dos negócios da Puig, vêm se mostrando resilientes, com os

consumidores, mesmo pressionados, ainda dispostos a gastar com perfumes e batons de preços mais moderados.

Companhias como a varejista de produtos de beleza Sephora (controlada pela LVMH) e a L'Oréal, líder do setor, superaram as expectativas no começo do ano, diminuindo as preocupações dos investidores com a desaceleração da economia dos Estados Unidos, o maior mercado de beleza do mundo.

No entanto, as IPOs recentes no setor de produtos e beleza não têm sido fáceis, com a estreia no mercado da varejista alemã de perfumes Douglas fracassando em março, com as ações ainda sendo negociadas abaixo de seu preço inicial de listagem. *(Tradução de Mario Zamarian)*

23,7%
é a fatia limite de venda do capital

Grupo espanhol é acionista da brasileira Granado

De São Paulo

O Brasil é um dos cinco maiores mercados do grupo de produtos de beleza Puig, com sede na Espanha e que nesta semana deve abrir capital na bolsa de Madri.

No mercado brasileiro vende fragrâncias, maquiagem e cuidados para a pele. Os campeões de vendas são os perfumes de Carolina Herrera e Rabanne. O grupo tem 300 funcionários no Brasil e vende em lojas como Sephora, Época, Dufry, Renner e Riachuelo. Em 2016, passou a ser acionista minoritário da brasileira Granado, que tem lojas em Paris, Lisboa, Bruxelas e Londres. “Foi uma oportunidade. Eles buscavam um parceiro para apoiar seu crescimento e expansão”, disse o CEO da Puig, Marc Puig, ao **Valor**, em setembro, quando visitou o Brasil.

‘FT’ e OpenAI fecham acordo sobre utilização de conteúdo

Tecnologia

Financial Times

O “Financial Times” fechou acordo com a OpenAI pelo qual a dona do ChatGPT — apoiada pela Microsoft — poderá para treinar seus modelos de inteligência artificial (IA) usando o conteúdo do jornal. Segundo os termos do acordo, o “FT” licenciará seu conteúdo à OpenAI para ajudar a desenvolver a IA generativa para criar textos e imagens. O acordo também permite que o ChatGPT responda a perguntas com breves resumos de artigos do “FT”, com links para o FT.com. Isso significa que os 100 milhões de usuários do software em todo o mundo poderão acessar reportagens do “FT”.

“Além dos benefícios para o FT, há implicações mais amplas para a indústria. É certo, claro, que as plataformas de IA paguem aos editores pela utilização do seu material. A OpenAI entende a importância da transparência, atribuição e compensação, todas essenciais para nós”, disse o presidente-executivo do “FT”, John Ridding. “Ao mesmo tempo, é claramente do interesse dos usuários que esses produtos contêm fontes confiáveis”.

Brad Lightcap, diretor de operações da OpenAI, disse que a “parceria e diálogo contínuo com o Financial Times visa encontrar maneiras criativas e produtivas para a IA capacitar organizações de notícias e jornalistas e enriquecer a experiência ChatGPT com jornalismo de classe mundial em tempo real, para milhões de pessoas em todo o mundo.” Este é o quinto acordo desse ti-

po a ser fechado pela OpenAI, após entendimentos similares com a Associated Press, com sede nos EUA, a alemã Axel Springer, o francês “Le Monde” e a espanhola Prisa Media. Os termos financeiros não foram divulgados.

Espera-se que a Axel Springer ganhe dezenas de milhões de euros por ano ao permitir que a OpenAI acesse conteúdo de seus veículos como “Bild”, “Político” e “Business Insider”. O acordo inclui um pagamento único pelo conteúdo histórico da editora e uma taxa maior paga sob um acordo de licenciamento anual para permitir que a OpenAI acesse informações atualizadas.

Enquanto isso, o jornal “The New York Times” tornou-se, em dezembro, o primeiro grande grupo de mídia dos EUA a processar a OpenAI e a Microsoft, argumentando que as empresas de tecnologia tinham aproveitado milhões de artigos para construir os modelos subjacentes ao ChatGPT. O jornal afirma que manteve discussões sobre licenciamento com a Microsoft e OpenAI “durante meses”, mas que “não levaram a uma resolução”.

O Google também construiu seu chatbot, o Gemini, usando conteúdo da internet, mas ainda não fechou acordos com veículos de comunicação.

Rock in Rio se prepara para combater fome e pobreza

Ação social

Victoria Netto
Do Rio

O Rock in Rio decidiu ampliar o marketing social em 2024, quando comemora 40 anos desde a primeira edição. Com projetos dedicados ao combate à fome e a superação da pobreza, a organização do evento lançou, nesta segunda-feira (29), o “Dia Brasil”, que reunirá apenas artistas brasileiros, e uma música inspirada na ação de “We Are the World”. Os recursos derivados de direitos autorais serão destinados a causas sociais.

A canção intitulada “Deixa o Coração Falar” foi gravada após uma primeira apresentação pública ontem por mais de 60 artistas brasileiros. O Rock in Rio também vai criar produtos licenciados que terão lucros revertidos em doações, além de promover leilões de instrumentos autografados. O público poderá participar doando no site oficial do festival na compra de ingressos.

“Vamos usar a música mais uma vez para dar voz a grandes causas sociais”, disse a vice-presidente executiva da Rock World, Roberta Medina. Ela relembrou que o Rock in Rio foi inovador no passado, quando o marketing social não era usado no Brasil. “Era feio você falar do seu produto e da sua empresa por meio de ações sociais, e o Rock in Rio mostrou que, além de as empresas gerarem riqueza pela sua própria existência, elas podem fazer mais. Se elas podem fazer pela sociedade, é justo que o consumidor reconheça”, afirmou.

Patrocinado pelo Itaú – que completa 100 anos em 2024 –, pela Gerdaul e pela Fundação Volkswa-

gen, o projeto de combate à fome implementado por meio da ONG Ação da Cidadania destinará 1,5 milhão de pratos de comida para pessoas com insegurança alimentar. A meta do festival é mais ambiciosa: convocar o público, marcas e empresas para alcançar a marca de 10 milhões de refeições. A ONG Gerando Falcões coordenará o projeto Favela 3D (Dignas, Digitais e Desenvolvidas), que busca gerar empregos e oportunidades.

Também foi divulgado ontem um dia de festival dedicado exclusivamente a artistas nacionais, o “Dia Brasil”, programado para 21 de setembro. No total, 72 cantores farão parte da data, considerada histórica pelo festival. Entre os estilos a serem apresentados, estão MPB, sertanejo, trap, rap, samba, rock e funk, passando por jazz e música clássica.

“Está na hora de mobilizar mais uma vez as pessoas, assim como fizemos em 1985, pós-ditadura, e, em 2001, quando paralisamos todas as emissoras de rádio e TV por três minutos para provocar as pessoas a refletirem sobre o papel de cada um de nós na construção de um mundo melhor”, disse o presidente do festival, Roberto Medina. “Precisamos conversar e escutar mais uns aos outros. Essa união e esse abraço são a proposta do movimento que vem do Dia Brasil.”

“Vamos usar a música para dar voz a grandes causas sociais”
Roberta Medina

Como sites ‘MFA’ drenam dinheiro de anunciantes

Marketing

Guilherme Ravache
Para o Valor, de São Paulo

Você provavelmente nunca ouviu a expressão site MFA anteriormente, mas certamente já foi vítima dele, principalmente se você é responsável pela compra de publicidade digital de uma grande marca. O que são sites MFA? Os sites MFA (“made for ads”), ou feitos para publicidade, são produtos desenvolvidos para enganar os mecanismos de busca e drenar dinheiro de anunciantes de sites. Ao invés de investirem na criação de conteúdo relevante para os usuários, esses sites priorizam a exibição de anúncios para aumentar o faturamento com publicidade.

A grande maioria destes sites não oferece nenhum conteúdo original. Eles vivem de copiar e agregar a produção de outros sites. Títulos sensacionalistas e falsas promessas são o combustível que os coloca na frente dos concorrentes sérios. Não raro, também são plataformas de disseminação de “fake news” e desinformação.

Por que sites MFA são um problema? Primeiramente, porque a experiência do usuário é péssima. Ao entrar em uma página do site MFA, o leitor é bombardeado por janelas de publicidade por todos os lados. Dezenas de anúncios rodam nestas páginas.

Não raro, quem paga por essa publicidade são grandes marcas que nem imaginam que suas campanhas estão sendo veiculadas neste tipo de publicação que muitas vezes deprecia a marca.

Segundo um estudo divulgado mês no passado pela Adalytics, plataforma de otimização de publicidade, centenas de grandes anunciantes colocaram, sem saber, anúncios em sites MFA. “Os sites MFA empregam atualizações agressivas de anúncios, o que pode resultar em um usuário sendo exposto ao mesmo anúncio milhares de vezes durante uma única sessão de visualização de página, levantando preocupações sobre a eficácia ou utilização do limite de frequência”, afirma o estudo.

“Devido a uma aparente falta de limite de frequência quando as campanhas são veiculadas em sites MFA, algumas marcas estão pagando preços astronomicamente altos para alcançar um único consumidor”, diz a Adalytics.

A Kroger (varejista dos Estados Unidos) pagou um custo efetivo por mil pessoas alcançadas de US\$ 5.491 para alcançar um consumidor em um site MFA. Já Comcast pagou um custo efetivo por mil pessoas alcançadas de US\$ 2.628 para chegar a um consumidor em um site MFA em uma só sessão de visualização de página. O custo para alcançar um usuário único em um site MFA pode ser mais caro do que o custo de alcançar incremental da publicidade no show do intervalo do Super Bowl.

No Brasil, os sites MFA têm publicidade de grandes empresas e até de governos estaduais. Nos casos acompanhados pelo **Valor**, todos tinham campanhas servidas via Google.

Em junho de 2023, a Associação de Anunciantes Nacionais (ANA) dos EUA informou que 21% das impressões de anúncios ocorrem em sites MFA, e os anunciantes não têm controle sobre a colocação de seus anúncios. Os sites MFA “são em grande parte inúteis para estratégias orientadas para o crescimento” e “geralmente oferecem uma experiência de usuário ruim e potencialmente prejudicam a reputação da publicidade digital como um todo”, disse ANA.

Esses sites também criam uma concorrência desleal com veículos que produzem conteúdo original, que acabam perdendo receita de publicidade. “Os sites MFA são uma preocupação para toda indústria de publicidade digital. São projetados para maximizar o número de anúncios aos quais os visitantes são expostos, manipulando as jornadas dos usuários para que eles tenham

que clicar em várias páginas para acessar conteúdo”, diz Cristiane Camargo, CEO do IAB Brasil, associação que reúne plataformas digitais e veículos de comunicação.

“Esse tipo de site foca na receita publicitária em detrimento da experiência, manipulando métricas e reduzindo o impacto dos gastos da publicidade digital — o que acaba comprometendo a eficácia e a reputação de todo o setor”, disse Camargo, lembrando que o IAB Brasil resalta a importância das marcas se associarem a publishers de boa reputação, que garantam a eficácia e a integridade das campanhas de publicidade digital.

Ao longo dos últimos dois meses, a coluna acompanhou diversos resultados de busca no Google no qual sites MFA estavam posicionados no topo dos resultados, à frente de veículos de mídia nacionais e grandes marcas que produzem conteúdo original. Todos os sites veiculavam publicidade por meio da plataforma de anúncios do Google.

Procurado pela reportagem na terça-feira, o Google pediu que a coluna enviasse prints de resultados de busca com o problema. Após o envio na quarta-feira, ao repetir os termos de busca, verificamos que na sexta-feira o site já não aparecia nas primeiras colocações. O Google no Brasil não respondeu às perguntas enviadas.

O Google não é um caso isolado. Muitos “ad exchanges” (plataforma digital de compra e venda de espaço publicitário, por meio de leilão) e plataformas de fornecimento (SSP, uma tecnologia usada para facilitar a venda de anúncios) continuam a veicular anúncios em sites MFA mesmo após declarações públicas que atuariam para combater o problema.

Com a IA, o problema piorou. Um relatório da NewsGuard diz que os sites MFA estão cada vez mais usando IA para aumentar o volume de publicações. Um desses sites produz em média mais de 1.200 artigos por dia. A NewsGuard define sites de Notícias Geradas por Inteligência Artificial não Confiáveis (UAIN) como sites que operam com pouco ou nenhum monitoramento humano e publicam artigos escritos principalmente ou inteiramente por robôs.

Em janeiro, analistas da NewsGuard atualizaram o número de sites em seu novo rastreador de sites UAIN de 49 para 217 nos Estados Unidos. Embora muitos anunciantes e suas agências de publicidade mantenham “listas de exclusão” de sites “não seguros para a marca” onde sua publicidade não deve aparecer, essas listas geralmente não são atualizadas e claramente não acompanharam o aumento de sites UAIN.

Mais de 90% dos anúncios identificados pela NewsGuard — 356 de 393 — foram servidos à NewsGuard pelo Google Ads, a maior plataforma online desse tipo, que gerou US\$ 168 bilhões em receita no ano passado com publicidade on-line, de acordo com a revista “Digiday”.

Chris Kane, presidente e fundador da Jounce Media, empresa de pesquisa de publicidade, disse em um evento no fim do ano passado que combater MFA requer quase nenhuma sofisticação ou esforço técnico. “A quantidade de receita de MFA na web aberta em qualquer ponto está diretamente correlacionada à quantidade de dinheiro tolo” gasto em programática, disse Kane. “A única razão pela qual agências, fornecedores de tecnologia publicitária e editores não eliminam MFA em massa é que a demanda existe. Os anunciantes dizem ao seu sistema automatizado que desejam inventário barato e visível e recebem o suprimento MFA que se encaixa perfeitamente no que procuram.

Ou seja, desconfie se a oferta for boa demais, porque o barato pode ser caro.

Ver mais na coluna de Guilherme Ravache no site do Valor

Gol Linhas Aéreas S.A.

CNPJ nº 07.575.651/0001-59

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, a GOL Linhas Aéreas S.A., juntamente com demais empresas da GOL, permaneceu concentrada na eficiência operacional através de uma flora otimizada e uma gestão dos *yields*, além de se dedicar à entrega contínua de excelência nos produtos oferecidos aos Clientes. • O número de Passageiro-Quilômetro Transportado Paga (RPK) reduziu 1,0%, enquanto o total de Assento-Quilômetro Ofertado (ASK) diminuiu 5,6%. • A Receita Operacional Líquida aumentou 7,7% para R\$5,0 bilhões; ocupação média (*load factor*) foi de 84,0%, um aumento de 3,9 p.p. • Taxa de ocupação doméstica foi 83,8%, maior (3,2 p.p.), enquanto a taxa de ocupação internacional foi de 85,7%, maior (em 10,1 p.p.). • A utilização das aeronaves operacionais aumentou em 0,9%, para 117 horas por dia. • O número de passageiros transportados cresceu 0,6%, para 7,8 milhões; • A Receita Líquida por Assento-Quilômetro Ofertado (RASK) evoluiu 13,1% para 47,0 centavos (R\$); • O *yield* médio por passageiro cresceu 9,2%, atingindo o recorde para um quarto trimestre de 52,6 centavos (R\$); • O Custo por Assento-Quilômetro Ofertado (RASK) para operações de passageiros diminuiu 1,9% para 35,31 centavos (R\$), enquanto o CASK Combustível diminuiu 18,5% para 13,25 centavos (R\$), devido à redução de 22,0% nos preços do querosene de aviação; • O EBITDA recorrente foi R\$1,62 bilhão com margem de 32,0%, enquanto o EBIT recorrente foi de R\$1,2 bilhão com margem de 23,4%; • O prejuízo, excluído de efeitos de variação cambial e marcação a mercado do componente derivativo do ESN, no total de R\$ 1,1 bilhão, foi de R\$22 milhões; • A relação dívida líquida ajustada sobre o EBITDA recorrente UDM foi de 3,7 em 31/12/2023, uma redução de 0,3x comparada a 4,0 em 30/09/2023.

1) EBITDA Recorrente - não houve eventos não recorrentes para o 4T23; 2) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, depósitos e contas a receber; (3) Dívida Líquida Ajustada/EBITDA UDM.

Indicadores Operacionais e Financeiros

Dados de tráfego - GOL (em milhões)	4T23	4T22	% Var.
RPK GOL - Total	9.012	9.107	(1,0%)
RPK GOL - Mercado Doméstico	8.117	8.208	(1,1%)
RPK GOL - Mercado Internacional	899	899	(0,0%)
ASK GOL - Total	10.732	11.375	(5,6%)
ASK GOL - Mercado Doméstico	9.687	10.185	(4,9%)
ASK GOL - Mercado Internacional	1.045	1.189	(12,1%)
Taxa de Ocupação GOL - Total	84,0%	80,1%	3,9 p.p.
Taxa de Ocupação Doméstica	83,8%	80,6%	3,2 p.p.
Taxa de Ocupação GOL - Mercado Internacional	85,7%	75,6%	10,1 p.p.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.302	147.502
Ajustes para reconciliação	24	244.195	244.819
Contas a receber	7	912.376	911.301
Estoque	8	397.216	438.865
Depósitos	9	264.524	380.267
Impostos a fornecedores e terceiros	10	145.043	262.271
Imposto a recuperar	11	162.044	181.222
Direitos com operações de derivativos	32.2	730	16.250
Outros créditos e valores	202	202.857	132.820
Total circulante		2.583.700	2.727.443
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	142.636	19.304
Depósitos	9	2.243.339	2.226.961
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	10	101.515	49.698
Impostos a recuperar	11	14.077	40.182
Direitos com operações de derivativos	32.2	6.004	6.004
Creditos com empresas relacionadas	27	141.991	149.078
Outros créditos e valores	23	23.096	30.834
Investimentos	13	50.647	22.797
Imobilizado	14	8.216,22	9.172.244
Intangível	15	1.924,30	1.860,209
Total não circulante		13.356,253	13.577,311

Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	503.144	851.896
Arrendamentos a pagar	17	1.739.641	1.948.253
Fornecedores	18	1.893.888	2.179.528
Fornecedores - Risco sacado	19	39.877	29.941
Obrigações trabalhistas	20	645.764	597.079
Impostos a receber	21	134.088	256.348
Taxas e tarifas aeroportuárias	22	1.018.915	1.173.150
Transportes a executar	26	3.130.724	3.202.556
Programa de milagem	23	1.655.171	1.491.276
Adiantamentos de clientes	24	204.571	350.457
Obrigações com operações de derivativos	32.2	8.929	519
Obrigações	32.2	4.548	39.756
Total circulante		11.776,897	13.055,592
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	521.574	709.189
Arrendamentos a pagar	17	7.701.733	9.258.701
Fornecedores	18	93.162	45.451
Obrigações trabalhistas	20	495.988	285.736
Impostos a receber	21	338.551	552.112
Taxas e tarifas aeroportuárias	22	605.527	218.459
Programa de milagem	23	239.209	292.455
Provisões	24	2.680.166	2.894.660
Obrigações com operações de derivativos	32.2	7.601.956	7.095.609
Obrigações com empresas relacionadas	12	197.670	36.354
Impostos diferidos	20	65.794	60.562
Total não circulante		20.541,310	21.162,305

Patrimônio líquido negativo	2023	2022
Capital social	25	6.947.111
Reservas de capital	1	1.230.813
Ajustes de avaliação patrimonial	1	1.377.452
Prejuízos acumulados	1	17.728.726
Total patrimônio líquido negativo		(16,378,254)

Total	15,939,953	16,304,754
-------	------------	------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Adiantamento para futuro aumento de capital	Remuneração baseada em ações	Reservas de capital	Resultado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5,511,194	307,350	82,293	1,070,755	43,404	(918,802)	(18,293,544)
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	305,449	(17,514)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.128.567	-	-	-	-	1.128.567
Aumento de capital por acionistas controladores (Nota 25)	1.435.917	(1.435.917)	-	-	-	-	-
Opção de compra de ações	-	26.184	-	-	-	-	26.184
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6,947,111	108,477	1,070,755	43,404	(613,353)	(2,571)	(909,980)
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	252,576	(34,503)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.372.957	1.372.957
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	252,576	(34,503)
Opção de compra de ações	-	8.177	-	-	-	-	8.177
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6,947,111	116,654	1,070,755	43,404	(360,777)	(69,621)	(909,980)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A GOL Linhas Aéreas S.A. ("Companhia" ou "GLA"), é subsidiária integral da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("GLAI" ou "GLAI") e explora extensivamente os serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas e malas postais, em âmbito nacional e internacional, sob a conformidade das concessões das autoridades competentes; • atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; • a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; • a prestação de serviços de hangaragem de aviões; • a prestação de serviços de atendimento de pátio e pista, abastecimento de combustível de bordo e limpeza de aeronaves; • o desenvolvimento de outras atividades comexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima. A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Senador Salgado Filho, s/nº, Sala de Gerência - Back Office, área pública, edifício 46-48/O-P, Rio de Janeiro, Brasil, 11. **Estrutura societária.** A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, está apresentada a seguir:

| Entidade

 | Data de constituição | Localidade | Principal atividade | Tipo de participação | % de participação no capital social | |

--
--
--
--|----------------------|------------|------------------------|----------------------|-------------------------------------|------------|
|

 | | | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Smiles Viagens

 | 10/08/2017 | Brasil | turismo | Direto | 100,00 | 100,00 |
| Smiles Fidelidade Argentina (a)

 | 07/11/2018 | Argentina | Programa de fidelidade | Direto | 100,00 | 100,00 |
| Smiles Viagens Y Turismo (a)

 | 20/11/2018 | Argentina | Agência de turismo | Indireto | 100,00 | 100,00 |
| Aifim (b)

 | 07/11/2003 | Brasil | Fundo de investimento | Direto | 100,00 | 100,00 |
| Fundo Sorriso (b)

 | 14/07/2014 | Brasil | Fundo de investimento | Direto | 100,00 | 100,00 |
| <p>(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS). (b) Os fundos de investimento possuem a característica de fundo exclusivo, razão pela qual a Companhia, a partir do momento que detém o controle direto, consolida os ativos e passivos fundo em demonstrações financeiras.</p>

 | | | | | | |
| <p>2.2. Estrutura de Capital e reestruturação financeira:</p> <p>2.2.1. Estrutura de Capital: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$9.193.197 (R\$10.328.149 negativo em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido negativo de R\$16.378.254 (negativo em R\$17.913.143 em 31 de dezembro de 2022). Isso se deve principalmente a empréstimos, financiamentos, arrendamentos, taxas aeroportuárias e contas a pagar com fornecedores, que deverão ser liquidados com dinheiro, e vendas antecipadas de passageiros e programas de milagem em troca de créditos e, substancialmente liquidados pela Companhia. As operações da Companhia são sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 89,0% do empreendimento (empréstimos, financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano ("USD") e 48,5% dos custos também são afetados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço de venda em dólar é limitada, com o impacto da indústria aérea globalmente, os quais sofrem interrupção sem precedentes em seus negócios. Consequentemente, a volatilidade no fluxo de caixa operacional causado pelo declínio substancial na demanda por viagens aéreas, resultando em impeditos e redução dramática na receita e geração de caixa cujas restrições significativas de liquidez e recursos durante a pandemia. Para administrar esse cenário, a Companhia realizou operações de capital, incluindo a emissão de dívida por meio de obrigações regulatórias, bem como obrigações financeiras relacionadas com a promulgação e renovação dos vencimentos da dívida financeira. O resultado foi a continuidade das operações dos negócios da Companhia, apesar desses desafios relacionados à pandemia, mas com um aumento substancial nos passivos postergados e não pagos. Embora as operações da Companhia tenham se recuperado após a pandemia e atualmente, a Companhia vem financiando seus custos operacionais e certos investimentos necessários através do fluxo de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais
decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais
decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais
decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais
decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais
decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidiárias, incluindo a GLA, executaram determinadas transações e empreenderam uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contábeis financeiros, muitos dos quais decorreram ativo temporário e líquido de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa. A GOL e suas subsidi</p> | | | | | | |

→ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Gol Linhas Aéreas S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Gol Linhas Aéreas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, que indica que, conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo de R\$16.378 milhões, bem como o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$9.193 milhões. Adicionalmente, em 25 de janeiro de 2024, a Companhia, juntamente com sua controladora direta, Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., apresentou petições voluntárias de reorganização perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“Tribunal de Falências dos Estados Unidos”), pautadas nas regras do código de falências dos Estados Unidos (“Chapter 11”). Conforme apresentado na Nota 1.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.2, indicam a existência de incerteza significativa que pode levar à dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto, abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **• Receitas de transporte de passageiros:** Conforme mencionado na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros foram de R\$17.254 milhões. Conforme divulgado na nota explicativa 4.18.1 às

demonstrações financeiras, as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros são reconhecidas quando o serviço de transporte é prestado. O processo de reconhecimento da receita oriunda do transporte de passageiros é dependente de sistemas de tecnologia da informação e ocorre em grande volume. Esse processo também considera outros aspectos complexos que podem afetar o reconhecimento de receita, tais como o registro de bilhetes vendidos e não voados, créditos aos passageiros referentes às passagens não utilizadas, registro da obrigação de desempenho do programa de fidelidade, entre outros. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, avaliação da integridade da base de dados oriunda dos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receitas de transporte de passageiros; teste da reconciliação dos registros contábeis com os relatórios de receitas de transporte de passageiros voados e passivos relacionados a bilhetes vendidos e não voados; acompanhamento do embarque de passageiros e verificação do reconhecimento da respectiva receita para uma amostra de voos; teste de uma amostra de bilhetes transportados e a transportar por meio de inspeção física; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de registro de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o reconhecimento de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, consideramos que os critérios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.18.1 e 28, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **• Provisão para devolução de aeronaves e motores:** Conforme mencionado na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 o saldo da provisão para devoluções de aeronaves e motores da Companhia referentes à contratos de arrendamentos era de R\$2.389 milhões. Conforme descrito nas notas explicativas 4.16.1 e 24.2 às demonstrações financeiras, determinados contratos de arrendamentos contêm cláusulas de obrigações da Companhia para cumprimento de certas condições de devolução ao final dos respectivos contratos de arrendamento. A Companhia estima os custos de devolução das aeronaves e motores referentes aos contratos de arrendamentos levando em consideração a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outros variáveis. Os procedimentos de auditoria sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores envolveram julgamentos significativos de nossa parte devido à incerteza e complexidade existentes para estimar os valores que seriam devidos quando da devolução, que levam em consideração padrões de utilização dos equipamentos e respectivos custos para mensuração da provisão. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, avaliação da estimativa considerada pela Companhia para registrar a provisão para devoluções de aeronaves e motores através do teste de uma amostra de contratos de arrendamentos com cláusulas de condições de devolução; comparação dos planos da administração para utilização futura das aeronaves e motores com os respectivos padrões históricos de utilização; avaliação do processo de estimativa dos custos de manutenção de aeronaves e motores, conforme seus preços de mercado; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16.1, 24 e 24.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:**

Demonstrações financeiras consolidadas: A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., controladora direta da Companhia, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre as quais emitimos relatório de auditoria separado, não contendo qualquer modificação, em 27 de março de 2024. Desse modo, conforme divulgado em nota explicativa “4.1 Consolidado”, a Companhia, conforme facultado pelas normas contábeis, deixou de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas. **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações, inclusive as divulgações de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/0
Bruno Mattar Galvão
Contador CRC SP-267770/0



As Demonstrações Financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/>

Agro 4.0

Estratégia Plataforma de informações agronômicas recebe aporte de US\$ 3 milhões

Reforço à ‘bula digital’ da Smartbreeder

Isadora Camargo
De São Paulo

A Smartbreeder, plataforma brasileira que fornece informações agronômicas para os produtores rurais, acaba de receber um aporte de US\$ 3 milhões do fundo internacional de impacto EcoEnterprises. O fundo investe em empresas que desenvolvem ações socioambientais, como preservação, adaptação às mudanças climáticas, segurança alimentar e apoio às comunidades locais.

A companhia vai destinar 50% dos novos recursos aos trabalhos de melhoria da plataforma, segundo o presidente da Smartbreeder, Éder Giglioti. Com a outra metade, a empresa dará início a seu projeto de internacionalização, que incluirá países como Estados Unidos, Guatemala, Colômbia e Austrália.

A tecnologia da empresa cruza dados de diferentes aplicativos, sensores e satélites para receitar uma “bula digital”, que fornece orientações para melhorar o ma-

nejo das lavouras, explica Giglioti. Com isso, a plataforma apresenta indicações personalizadas de acordo com a necessidade de cada produtor. Na lista de orientações há, por exemplo, informações sobre a hora mais adequada para o plantio, sobre o uso da água e de insumos e sobre como reduzir as emissões de carbono.

Giglioti conta que a ferramenta utiliza inteligência artificial generativa para “alimentar” a base de informações do robô, que com elas, gera análises customizadas, que auxiliam o produtor no manejo de culturas e em seus esforços de ganho de produtividade. Esses dados são gerados em aplicativos, tecnologias em-

25%
foi o crescimento da
receita da empresa
no ano passado

barcadas nas máquinas agrícolas, e também captados por sensores, satélites e mapas.

Fundada em 2009 em Piracicaba (SP) e com uma filial em Adamantina (SP), a Smartbreeder quer utilizar os recursos do investimento do EcoEnterprises para consolidar sua presença no segmento sucroenergético. A ferramenta da companhia já está presente em 3 milhões de hectares das principais regiões de produção de cana-de-açúcar do país.

Outro objetivo da empresa, afirma Giglioti, é passar a atuar em outros segmentos do agronegócio, como as áreas de cultivo de grãos e algodão. Com esse passo, a área potencial de atuação da Smartbreeder passaria a ser de 70 milhões de hectares, estima o executivo.

Ele diz que, para continuar investindo no aprimoramento da tecnologia, a startup vai trabalhar para atrair recursos de outros fundos. De 2018 a 2023, a Smartbreeder recebeu R\$ 15 milhões de investidores como o Fundo FIMA, criado pelo Banco Nacional de De-

envolvimento Econômico e Social (BNDES) e administrado pela Inseed Investimentos, gestora que deu origem à KPTL depois de se fundir com a A5 Capital Partners.

De acordo com o executivo, a companhia investe em pesquisa e desenvolvimento, por ano, 30% do que fatura. Em 2023, a receita da empresa foi de R\$ 25 milhões, o que representou um crescimento de 25% em relação ao ano anterior.

Os investimentos da startup em pesquisa e desenvolvimento incluem o Smartbreeder Academy, um projeto de capacitação online para clientes. Por meio dessa ação, a empresa firmou uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP) para oferecer um MBA em agro 5.0, que poderá utilizar o banco de dados do qual a Smartbreeder é proprietária.

“Esses dados funcionam como uma bula eletrônica de recomendação para todo tipo de manejo, mas, para podermos aproveitar todo o seu potencial, contamos com a ajuda de pesquisadores e alunos do curso”, diz Giglioti.



"Queremos consolidar nossa atuação em áreas de cana e chegar às de grãos e algodão"
Éder Giglioti

Agronegócios

Chineses aceitam pagar mais por carne ‘sem desmatamento’

Comércio exterior

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Em um momento em que a China amplia o número de frigoríficos brasileiros autorizados a vender carne bovina ao país, uma pesquisa feita em Pequim e em Xangai mostra que parte dos consumidores chineses está disposta a pagar mais pelo produto.

Mas com uma condição: que essa carne não esteja associada ao desmatamento da Amazônia.

A pesquisa é fruto de um projeto da Academia Chinesa de Ciências Sociais e a FGV Agro, da Fundação Getúlio Vargas. O trabalho das duas instituições tem o apoio da ONG americana The Nature Conservancy.

Mesmo com uma amostra pequena de consumidores que compram carne bovina brasileira na China — apenas 720 foram ouvidos, nas duas maiores cidades do país — o resultado surpreendeu os pesquisadores.

Em média, os entrevistados afirmaram que pagariam 22,5% a mais do que pagam hoje pela carne do Brasil se ela viesse com alguma garantia de que é de criações de gado em áreas de desmatamento zero. Um quilo de filé mignon chega aos chineses atualmente a preços que variam de cerca de US\$ 40 a cerca de US\$ 70 (o equivalente a R\$ 204 a R\$ 357).

No ano passado, as exportações brasileiras de carne bovina totaliza-



Kevin Chen e Eduardo Assad: ideia de um selo verde para carne brasileira na China incentivaria produção sustentável

ram US\$ 5,73 bilhões — quase 1,2 milhão de toneladas. O Brasil responde por cerca de 60% da carne importada pela China. A China é o maior importador de carne bovina do Brasil e em março habitou mais 38 unidades de frigoríficos brasileiros para atender seu mercado, a maior parte justamente de carne bovina. Com isso, o número de unida-

des de carnes (bovina, aves e suínos) do Brasil com autorização para vender à China subiu para 144.

Kevin Chen, acadêmico chinês e membro da Universidade de Zhejiang, diz que uma perspectiva é que, em algum momento, a carne brasileira livre de desmatamento possa ser vendida nos mercados chineses com um selo que ateste

sua rastreabilidade. Chen está no Brasil esta semana para reuniões e para apresentar detalhes da pesquisa, em um encontro que ocorre nesta terça-feira, em São Paulo.

Eduardo Assad, pesquisador do FGV Agro, afirma que a indústria da carne no Brasil tem avançado em termos de rastreabilidade. Mas que há ainda uma parce-

la de produtores que dá menos importância para a sustentabilidade, com o argumento de que sempre haverá muitos consumidores que não levam em conta essa questão na hora da compra.

Assad diz que a sondagem com consumidores chineses reforça uma percepção que ele defende há anos. “Não vai ser o governo [que vai puxar uma mudança na forma de se produzir], não vai ser órgão regulatório. Vai ser o mercado. Isso já está acontecendo, embora ainda numa escala pequena, mas vai explodir quando a China falar que paga mais por uma carne sustentável.”

Ao falar da ideia de um futuro selo, Chen afirma que não quer parecer ingênuo. “Não estou dizendo que um selo desse tipo vá solucionar todos os problemas”, diz. Mas, acrescenta, que há a possibilidade de que chineses aceitem pagar um preço extra para ter certeza de que não estão contribuindo com o corte de floresta do outro lado do mundo. “A pesquisa mostra que isso é factível. A indústria e o governo têm de atentar para isso.”

Chen é uma voz influente junto ao governo chinês em temas relacionados à sustentabilidade e à alimentação. E estabelece uma diferença marcante entre o caminho que está propondo na China e o caminho adotado pela União Europeia. Os europeus aprovaram regras que impedirão a entrada no bloco de um conjunto de produtos que não tiverem sinal verde de um sistema de controle e auditoria.

“Não queremos que um futuro sistema de selo seja mandatório. Queremos que seja voluntário. Quando é mandatório, seja ou não uma boa política, se torna um tema polêmico. Se é voluntário, deixamos que o mercado decida”, diz Chen.

Fernando Sampaio, diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias de Carne (Abiec), afirma que o país tem potencial para produzir mais em áreas menores e que o mercado é o motor para ampliar essa eficiência.

Em relação ao desmatamento, a Abiec fala da necessidade de mais ações de controle por parte do Estado e também do setor privado. Um dos elos frágeis da cadeia na carne no país continua sendo o dos fornecedores indiretos de animais. São aqueles pecuaristas que não vendem gado para os frigoríficos, mas que fornecem animais para as fazendas que têm contratos com a indústria. “A questão é que a gente não tem informação sobre esses indiretos”, afirma Sampaio.

Apesar do resultado da sondagem, Chen diz que hoje consumidores e importadores da China não consideram um problema o fato de não terem informação suficiente sobre rastreabilidade da carne. “No momento, não é. Mas será no futuro. Por algumas razões: uma delas é que a comunidade internacional dá atenção para o tema do desmatamento e a China, que importa muitos produtos do Brasil, também. Isso tem se tornado uma questão importante”.

Feiras Mesmo com queda dos preços das commodities, que tem reduzido as margens de produtores rurais no país, bancos preveem resultados positivos em Ribeirão Preto

BB, Bradesco e Santander projetam mais de R\$ 8 bilhões em negócios na Agrishow

Nayara Figueiredo e Paulo Santos
De Ribeirão Preto (SP) e São Paulo

A organização da Agrishow, em Ribeirão Preto (SP), projeta R\$ 13 bilhões em negócios na edição deste ano da feira, considerada uma das maiores do segmento de tecnologia agrícola do mundo. Se o desempenho for mesmo esse, ele será levemente inferior ao de 2023, quando a Agrishow movimentou R\$ 13,3 bilhões. Mas não se pode dizer que será um mau resultado: caso se confirme, ele será o segundo maior da história do evento, que está em sua 29ª edição. Essa perspectiva alimenta as projeções de três dos principais bancos do segmento de crédito rural do país, que preveem fechar mais de R\$ 8 bilhões em negócios nos cinco dias da programação.

O Banco do Brasil, líder no mercado de crédito rural, prevê fechar R\$ 3 bilhões em negócios durante a Agrishow — essa é a maior estimativa que o BB já fez para seu desempenho em uma feira de agronegócios. O Bradesco prevê crescer até 15% em relação a 2023, quando o banco os negócios do banco do evento chegaram a R\$ 3 bilhões. Já o Santander espera no mínimo repetir seu desempenho do ano passado, quando seus negócios na feira chegaram a R\$ 2 bilhões.

É verdade que, hoje, os preços das commodities estão em patamares mais baixos que os de um ano atrás, quando os negócios na feira bateram recorde. Esse quadro apertou as margens dos produtores rurais, o que reduziu o ímpeto de muitos deles de investir em máquinas e outras melhorias nas fazendas. Por outro lado, os juros também estão mais baixo hoje do que na Agrishow de 2023 — a taxa Selic, que era de 13,75% há um ano, hoje está em 10,75%.

Ao **Valor**, representantes das instituições disseram que culturas como cana-de-açúcar, café, arroz, trigo e laranja têm condições normais de safra no momento, o que abre espaço para que o agricultor siga investindo. Soja e milho, em contrapartida, que se desvalorizaram de um ano para cá, pesam sobre o mercado.

“A própria direção da feira colocou a estimativa em um patamar muito próximo do ano passado. Visitei alguns fabricantes [de máquinas] hoje. Alguns deles disseram que pode ser uma

Agrishow até melhor que a de 2023, ainda que outros fabricantes estejam mais pessimistas. Acho que vai ser uma Agrishow muito parecida com a do ano passado”, disse Roberto França, diretor do Bradesco.

Segundo o executivo, o banco trabalha com a perspectiva de, no mínimo, repetir a captação de negócios que teve no ano passado, ainda que projete crescer de 10% a 15%. A movimentação financeira representa as indicações de negócios que os bancos podem converter efetivamente em operações de crédito, o que ocorre no período de seis a oito meses.

O Bradesco levou à Agrishow 2024 uma equipe maior que a do ano passado. Além disso, o banco lançou a linha CPR Máquinas, que tem máquinas agrícolas como principal garantia.

Para a edição deste ano, o BB começou a fazer ações de fomento de negócios há cerca de um mês. O banco organizou 320 eventos pré-feira, que contaram com a participação de produtores e de empresas locais.

“Estamos muito confiantes em gerar bons negócios em mais uma edição da Agrishow”, afirmou Tarciana Medeiros, presidente do Banco do Brasil. A instituição participa do evento desde a primeira edição, em 1994.

Em uma perspectiva mais conservadora, o Santander espera repetir os R\$ 2 bilhões que movimentou na Agrishow do ano passado. Ricardo França, executivo comercial da área de agronegócios do banco, admitiu que “não é um momento tranquilo” para o mercado, já que, com a quebra de safra e a queda dos preços dos grãos, os produtores estão com baixa liquidez. “Eu vou tentar tirar em consórcio, em custeio. Esse vai ser o nosso planejamento estratégico para chegar aos R\$ 2 bilhões”, afirmou o executivo.

Neste ano, o Santander quer elevar em 30% sua carteira de crédito agrícola. Para alcançar a meta, a estratégia do banco passa pela ampliação de sua base de clientes. “[O aumento da] Base de clientes está sendo o diferencial e o nosso foco. Se ficarmos alavancando os mesmos clientes, vamos gerar problemas para nós e para eles. Estamos trazendo gerentes para captação de novos clientes em regiões onde não temos muita presença”, disse.



Público circula na Agrishow no primeiro dia da feira: bancos negociam para fechar empréstimos nos próximos meses

Nova linha do BNDES deve ter efeito limitado para a venda de máquinas

De Ribeirão Preto (SP)

A nova linha de crédito anunciada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode ter efeito limitado sobre a comercialização de máquinas agrícolas, apesar de ser uma medida positiva para o agronegócio por ampliar as fontes de recursos para tomada de financiamentos.

“É mais uma alternativa bem-vinda, mas não deve ser impactante no volume de vendas”, afirmou o presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMA) da Associação Brasileira da Indústria de Máquina e Equipamentos (Abimaq), Pedro Estevão Bastos.

Chamada CPR BNDES, a linha é uma das tentativas do governo federal para impulsionar a retomada de investimentos no campo, em um ano em que os produtores estão conservadores devido às perdas na safra de grãos e com margens apertadas.

Para Bastos, a linha do banco

em dólar continua sendo mais atrativa para o setor. “Mais atrativa leia-se com custos menores. Nas outras modalidades, o custo do financiamento é bem caro”.

A taxa de juro final da CPR BNDES será composta pela remuneração básica do BNDES de 1,3% ao ano, do agente financeiro de até 4,3% ao ano e pelo referencial de custo financeiro.

Ricardo França, executivo comercial de agronegócios do Santander, calcula que é possível oferecer uma tarifa abaixo disso. “Se a gente olhar para essas taxas, hoje, eu consigo fazer melhor e tenho liberado o montante de recursos que o produtor precisa buscar. Se vierem procurar a linha do BNDES, a orientação é que podemos oferecer a nossa própria, que está mais competitiva”, afirmou.

O diretor do Bradesco, Roberto França, tem uma visão mais otimista. “A CPR BNDES é uma fonte de recursos. Muitas vezes um banco menor ou cooperativa não tem condições de financiar a longo prazo. Para o mercado é

importante ter fontes diversas para financiar o produtor”.

O executivo ressaltou que o Bradesco já trabalha com essa modalidade de financiamento utilizando Cédula do Produtor Rural (CPR) e que as taxas oferecidas pelo BNDES na nova linha são muito próximas do que já é oferecido no mercado.

A chegada de uma nova forma de financiamento pelo BNDES se torna ainda mais relevante, na avaliação do diretor, porque o setor agrícola caminha para uma normalização das margens, diante da queda nos custos com insumos utilizados na safra.

“O preço do insumo já está no patamar pré-pandemia e o valor da soja está acima do pré-pandemia. Então, isso está indicando que as margens para a atividade agropecuária voltarão para o patamar mais histórico, entre 20% e 30%, dependendo da gestão”.

Roberto França ainda projetou melhora nas condições dos juros do próximo Plano Safra, o que deve beneficiar os produtores. *(NF)*

Resultado líquido da Kepler Weber cresceu 2% no primeiro trimestre

Balanço

Fernanda Pressinott
De São Paulo

O agronegócio tem sentido os impactos da queda dos preços das commodities agrícolas, mas isso não tem reduzido os investimentos em silos e estruturas de armazenamento no país. Com a perspectiva de chegada do fenômeno La Niña e de, na safra 2024/25, o Brasil voltar a produzir mais de 300 milhões de toneladas de grãos, os desembolsos nessa frente prosseguem, o que se refletiu sobre o resultado financeiro da Kepler Weber no primeiro trimestre.

Segundo o balanço que divulgou na noite de ontem, a companhia teve lucro líquido de R\$ 52,2 milhões entre janeiro em março. O resultado foi 2% maior que o do mesmo intervalo do ano passado.

Na mesma base de comparação, a receita líquida da empresa subiu 17,7%, para R\$ 380,3 milhões, e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, 18%, para R\$ 91,3 milhões. A margem líquida caiu 2,1 pontos percentuais, para 13,7%, em razão da mudança tributária (Lei 14.789/23), que retirou benefícios fiscais da área de custos.

“Temos clientes muito estruturados que estão direcionando o investimento para armazena-



“Há clientes direcionando investimentos para armazenagem”
Bernardo Nogueira

gem, uma vez que esse é o grande gargalo do agronegócio do país”, disse ao **Valor** o CEO da Kepler Weber, Bernardo Nogueira.

Além das fazendas de grande porte, também há cooperativas ampliando pedidos. Segundo informou ontem o **Valor**, sete das principais cooperativas agrícolas

do país anunciaram neste ano investimentos de R\$ 7,4 bilhões.

Nogueira destacou que a receita da companhia diversificou-se no último ano, desde a compra do controle da Procer, empresa que oferece serviços digitais para armazenamento de grãos. A partir do negócio, a Kepler, uma empresa originalmente metalúrgica, que vendia silos, tornou-se uma prestadora de serviços recorrentes.

No primeiro trimestre deste ano, 1,6 mil unidades estavam conectadas ao sistema de monitoramento da Procer. A ferramenta usa inteligência artificial para avisar os clientes sobre a necessidade de manutenção ou secagem os grãos, por exemplo. No primeiro trimestre, receita da Procer cresceu 30% em relação ao mesmo período de 2023, para R\$ 9,5 milhões. A receita total do segmento de prestação de serviços foi de R\$ 57 milhões.

Nas exportações, a Kepler teve seu melhor primeiro trimestre da história. A receita da companhia com os embarques subiu 70,2%, para R\$ 38,8 milhões.

Para o restante do ano, as perspectivas são positivas. Neste segundo trimestre, o número de negócios da empresa, que deverão se tornar pedidos, cresceram 18%. Casos os acordos se efetivem, eles terão impactos sobre faturamento em até três trimestres.

Ministério quer crédito para cooperativa investir em etanol de milho e aves

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

De olho em oportunidades de investimentos para alavancar o crescimento agroindustrial no interior do país, o Ministério da Agricultura quer desenhar com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma nova linha de crédito destinada às cooperativas do setor, com juros mais baratos, prazos longos e uma provável ajuda do Tesouro Nacional para equilibrar financiamentos feitos em moeda estrangeira.

Uma reunião está marcada para esta terça-feira na sede da instituição financeira no Rio de Janeiro. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e seu assessor especial, Carlos Augustin, vão levar representantes de quase 20 cooperativas do Centro-Oeste, de médio porte, para iniciar o diálogo com o BNDES. Entre as cooperativas deverão estar Copac, Lar, Coopercotton, Coopal, Cooperfarms, Copasul e Coagril.

A meta é construir uma linha de crédito especial de longo prazo para financiar atividades agroindustriais, com foco na instalação de usinas de etanol de milho e estruturas de avicultura,

com aviários e frigoríficos.

Uma das alternativas que serão colocadas na mesa é usar a captação de moeda estrangeira pelo governo federal, por meio de emissões do Tesouro Nacional, para repasse a essa linha. A intenção é usar uma “pequena ajuda” da União para buscar dinheiro mais barato no exterior. A meta é ir além do dólar e chamar a atenção de investidores da China e do Japão, por exemplo, cujos recursos podem chegar em condições mais acessíveis aos produtores e cooperativas.

A avaliação de Carlos Augustin é que empresários estrangeiros têm ganhado a corrida em áreas estratégicas do agronegócio que poderiam ser exploradas pelas cooperativas brasileiras. A principal delas é o etanol de milho. Em expansão no país, o setor atrai investimentos de usinas controladas por empresas de fora do país, que têm acesso a recursos mais baratos, disse o assessor especial do ministro. Na visão dele, faltam opções de financiamento adequadas para apoiar os investimentos pelas cooperativas, sobretudo no Centro-Oeste.

valor.com.br

Mais sobre planos para linha de crédito para cooperativas em www.valor.com.br/agro

Comércio
Chineses aceitam pagar mais por carne “sem desmatamento”, diz pesquisa
B9

Ativos
Para Kawall, da Oriz, mercado de juros sofre com ajuste na política monetária do Fed e meta fiscal **C2**



INÊS249

Bancos
C6 Bank tem seu 1º resultado positivo e atinge 30 milhões de clientes **C2**

Tecnologia
Brasil é 2º maior em pagamento instantâneo, atrás apenas da Índia **C4**

Travellex Bank

SEU BANCO DE CÂMBIO PARA MOVIMENTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.

travellexbank.com.br

(11) 3004-0490

Valor C
Terça-feira, 30 de abril de 2024

Finanças

Investimentos Revisão de preços por tom mais conservador na condução da política monetária americana abriu oportunidades em papéis prefixados e atrelados ao IPCA

Atraso no corte de juros nos EUA reforça apelo da renda fixa no Brasil

Adriana Cotias
De São Paulo

Os movimentos abruptos dos juros dos títulos do Tesouro americano em abril levaram a uma revisão das taxas mundo afora e, no Brasil, isso se traduziu em prêmios mais atraentes para a velha e boa renda fixa. O Tesouro IPCA+ voltou a apontar retornos na casa dos 6% acima da inflação, e os prefixados longos esbarram nos 12%, ante os 10,75% ao ano da Selic atual. Enquanto o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) empurra para frente o seu ciclo de afrouxamento monetário, são esses ativos que aparecem nas principais recomendações de especialistas para maio. Na bolsa e outros ativos de risco, um desempenho mais consistente ficou para depois.

Até ontem, o Ibovespa tinha desvalorização de 0,6%, enquanto o índice de “small caps” recuava 5,8%. O dólar subia quase 2%. Todos os índices de renda fixa ficaram abaixo do CDI no mês. No ano, o melhor resultado foi do IMA-B 5, de títulos do Tesouro indexados à inflação com vencimento em até cinco anos, com alta de 2,0%, em comparação a 3,5% da taxa referencial. Até aqui, a melhor aposta sem risco de crédito foram os títulos pós-fixados. Já o índice de debêntures da Anbima de papéis ligados ao CDI acumula ganhos de 4,7%.

Se na virada do ano havia a percepção de que o Fed poderia iniciar seu ciclo de redução de juros em junho, a realidade se impôs, com a economia americana mostrando mais recentemente um desempenho melhor do que se imaginava por conta da força do consumo e do mercado de trabalho, diz Luciano Telo, executivo-chefe de investimentos (CIO) para o Brasil do UBS Global Wealth Management.

Abril marcou a recalibragem dessas expectativas, com consequências para os ativos de forma geral. “É um cenário de juros altos por mais tempo e de atividade de mais forte. Já está no jogo não ter corte nenhum, ou um ou dois mais para frente”, diz Telo. Na toada do mercado, o executivo diz que, enquanto as taxas dos títulos do Tesouro dos EUA seguírem atrativas, não há como outros ativos deslancharem.

Ele aponta que, com o estresse da semana passada, as taxas dos Treasuries de dez anos bateram os 4,60%, nível de setembro do ano passado, antes de o Fed mudar a sua comunicação para um posicionamento mais pró-afrouxamento em novembro. “Precisa esperar uma sequência de dados para trazer mais confiança para o mercado e para o Fed, uma sequência mais prolongada de inflação indo para o território benigno, para voltar a apostar em corte de juros”, diz.

A reação esperada no Brasil, combinada com uma meta fiscal mais frouxa, é que a Selic caia agora a um passo menor, de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), interrompendo o ritmo de 0,50 ponto percentual de cada encontro. “Começou a aparecer uma discussão que, se o Brasil cortasse mais rápido que o resto do mundo, de 50 em 50, se a falta

Evolução das aplicações financeiras - prévia

Rentabilidade no período em %

2024	Nominal					Real *				
Renda Fixa										
Selic ⁽¹⁾	0,97	0,80	0,83	0,89	3,53	0,54	-0,03	0,67	0,53	1,72
CDI ⁽¹⁾	0,97	0,80	0,83	0,89	3,53	0,54	-0,03	0,67	0,53	1,72
CDB ⁽²⁾	0,78	0,75	0,75	0,73	3,04	0,36	-0,08	0,59	0,36	1,24
Poupança ⁽³⁾	0,59	0,51	0,53	0,60	2,25	0,17	-0,32	0,37	0,24	0,46
Poupança ⁽⁴⁾	0,59	0,51	0,53	0,60	2,25	0,17	-0,32	0,37	0,24	0,46
IRF-M ⁽⁵⁾	0,67	0,46	0,54	-0,18	1,49	0,25	-0,37	0,38	-0,54	-0,28
IMA-B ⁽⁵⁾	-0,45	0,55	0,08	-1,00	-0,83	-0,87	-0,28	-0,08	-1,36	-2,56
IMA-B 5 ⁽⁵⁾	0,68	0,59	0,77	-0,03	2,02	0,26	-0,23	0,61	-0,39	0,24
IMA-B 5 + ⁽⁵⁾	-1,47	0,51	-0,55	-1,90	-3,38	-1,88	-0,32	-0,71	-2,25	-5,07
IMA-S ⁽⁵⁾	0,99	0,82	0,86	0,86	3,57	0,56	-0,01	0,70	0,50	1,76
Renda Variável										
Ibovespa ⁽⁵⁾	-4,79	0,99	-0,71	-0,59	-5,09	-5,19	0,16	-0,87	-0,95	-6,75
Índice Small Cap ⁽⁵⁾	-6,55	0,47	2,15	-5,81	-9,66	-6,94	-0,35	1,99	-6,15	-11,24
IBrX 50 ⁽⁵⁾	-4,15	0,91	-0,81	0,46	-3,62	-4,55	0,08	-0,97	0,10	-5,31
ISE ⁽⁵⁾	-4,96	1,99	1,21	-4,81	-6,61	-5,36	1,15	1,05	-5,15	-8,25
ICON ⁽⁵⁾	-8,33	0,09	1,26	-4,16	-10,97	-8,72	-0,74	1,09	-4,50	-12,52
IMOB ⁽⁵⁾	-8,46	1,27	1,10	-8,52	-14,26	-8,84	0,43	0,94	-8,85	-15,76
IDIV ⁽⁵⁾	-3,51	0,91	-1,20	0,08	-3,73	-3,91	0,08	-1,36	-0,28	-5,41
IFIX ⁽⁵⁾	0,67	0,79	1,43	-0,97	1,92	0,25	-0,03	1,27	-1,33	0,13
Valor-Coppead Performance ⁽⁵⁾	-3,91	1,91	0,45	-5,47	-7,01	-4,31	1,07	0,29	-5,81	-8,64
Valor-Coppead MV ⁽⁵⁾	-2,18	2,45	2,57	-2,00	0,74	-2,59	1,60	2,41	-2,35	-1,03
Dólar Comercial Ptax - BC ⁽⁵⁾	2,32	0,60	0,26	2,39	5,66	1,89	-0,23	0,10	2,02	3,82
Dólar Comercial Mercado ⁽⁵⁾	1,75	0,71	0,86	1,98	5,41	1,32	-0,12	0,70	1,62	3,56
Euro - R\$/€ - BC ⁽⁵⁾	0,54	0,25	0,07	1,57	2,45	0,12	-0,58	-0,09	1,21	0,66
Euro Comercial Mercado ⁽⁵⁾	-0,34	0,38	0,71	1,35	2,12	-0,75	-0,44	0,55	0,99	0,33
Ouro B3	7,39	1,64	10,65	-	20,77	6,94	0,80	10,47	-	18,66
Bitcoin - R\$ ⁽⁵⁾	-0,05	45,23	17,24	-9,53	53,95	-0,47	44,03	17,05	-9,86	51,26
Inflação										
IGP-M	0,07	-0,52	-0,47	0,31	-0,60	-	-	-	-	-
IPCA ⁽⁶⁾	0,42	0,83	0,16	0,36	1,78	-	-	-	-	-

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE, Mercado Bitcoin e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Descontado o IPCA. (1) taxa efetiva. (2) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (4) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (5) em abril até o dia 29. (6) expectativa de 0,36% para o mês de abril



Telo, do UBS Global Wealth Management: sequência de dados de inflação benignos condiciona cortes de juros

de sincronia não ia aparecer no câmbio, tirando o diferencial [maior] de juros”, afirma Telo.

Para o especialista, até haveria espaço para cortar mais, “mas o BC vai olhar os juros lá fora, os sinais do Fed, e o ‘timing’ de redução no Brasil pode ser dependente do que acontecer lá fora para não esticar demais a corda”.

Apesar de os números mais recentes de inflação terem vindo em linha com as expectativas do mercado, a Selic em um dígito no Brasil vai demorar mais tempo para se materializar.

Nesse cenário, diversas classes de ativos são favorecidas pelo carregamento de juros, menos para capturar ganhos de capital, diz. É o caso dos títulos prefixados e dos indexados à inflação. O custo de oportunidade mais alto também adia uma recuperação mais sólida para a bolsa. “Uma das visões era que, à medida que os juros caís-

sem, a tomada de risco no portfólio doméstico poderia aumentar. Mas o juro real alto por mais tempo retarda algumas apostas mais ousadas em ações e coisas do tipo.”

O preço das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B ou Tesouro IPCA+) apontando taxas acima de 6% e títulos prefixados esbarrando em 11% para vencimento em até três anos são um nível considerado atraente

“São poucos os momentos em que o mercado de juros dá prêmio suficiente para aplicar em prefixados; agora é um deles.”

Luís Barone

sob a perspectiva histórica, continua o executivo do UBS.

Para Telo, vai ser preciso pelo menos duas ou três semanas de Treasuries com oscilações mais comportadas lá fora, desempenho baseado em dados macroeconômicos, para que se desenhe um cenário mais propício a colocar risco nas carteiras.

O aumento recente das taxas futuras de juros no Brasil abriu uma oportunidade para se ampliar a exposição em títulos públicos prefixados, as Letras do Tesouro Nacional (LTN, ou Tesouro Prefixado), segundo Luís Augusto Barone, sócio e diretor da Galapagos Wealth Management.

“O prêmio subiu demais, muito além do que as notícias sugeririam. Costumo dizer que o investidor deveria ficar apenas 20% do tempo aplicado em prefixados. São poucos os momentos em que o mercado de

juros dá prêmio suficiente para isso, e agora é um deles.”

A recomendação é privilegiar os papéis com vencimento em três anos. Ontem, no Tesouro Direto, a LTN com vencimento em 2027 apontava uma taxa de 10,78% ao ano, ante os 10,75% atuais da Selic. Se a taxa recuar pelo menos mais 0,50 ponto, haveria um ganho a capturar sobre o CDI só com a valorização do preço dos papéis. “Tem prêmio, justifica alocar de 5% a 8% da carteira”, afirma Barone.

O executivo considera que os dados de inflação permitem que o Banco Central (BC) mantenha o roteiro de reduzir a Selic em 0,50 ponto percentual na próxima reunião do Copom.

Em bolsa, a recomendação tem sido colocar até 5% da carteira, mas o investidor resiste, está “mal acostumado com o ‘spread’ [o prêmio das alternativas de renda fixa], quer mesada grande todo mês, é muito avesso ao risco”, diz Barone.

No varejo de alta renda, a principal posição é em crédito, que ocupa de 60% a 70%, pelo perfil da casa. “O papel isento é um incentivo perverso para o Brasil”, reconhece Barone, acrescentando que a tendência, no longo prazo, é o spread em relação aos títulos públicos cair, com mais competidores investindo no segmento e por causa do aumento da demanda pelos papéis.

As guinadas no discurso de Jerome Powell, presidente do Fed, têm movido a disposição à tomada de risco globalmente, com os Estados Unidos sendo um grande atrator de recursos para a renda fixa ou para a bolsa, diz Alexandre Silverio, sócio-fundador e principal executivo da Tenax Capital. “Mal ou bem, 5,25% de ‘Fed rate’, com a taxa de dois anos perto de 5%, é bastante juros. Isso draga os recursos do mundo todo. Vamos depender do Fed, é isso mesmo.”

Nesse ambiente, a hipótese de uma Selic a 9%, com um câmbio na faixa dos R\$ 4,80, caiu por terra. “O cenário mudou. A economia americana mais forte pressupõe um dólar mais forte, isso fez com que o real se estressasse, sem falar nas questões domésticas, com discussões fiscais pela frente”, afirma o gestor. “O Banco Central vai ter que calibrar. O câmbio [dólar/real] mais alto pode bater na inflação.”

Silverio ainda acha que há espaço para o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduzir a taxa básica de juros pelo menos mais três vezes, em 0,25 ponto porcentual. “Vamos ver onde o câmbio vai parar, é uma variável importante.”

O Copom vai se reunir na semana que vem, já com novos dados de inflação na mesa e com uma reunião do Fed na frente — o Comitê de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) se reúne amanhã. Silverio diz que mantêm posições aplicadas em vencimentos mais curtos de juros no Brasil, sob a crença de que tem espaço um pouco maior para a Selic cair do que o mercado embute nos preços atuais.

Na bolsa, pelo menos no multimercado macro, a escolha foi não ter exposição.

Ações de ‘big techs’ seguem no radar

De São Paulo

O soluço das bolsas americanas e de algumas das favoritas do setor de tecnologia em abril não encontra ainda do ladro microeconômico fundamentos que apontem para uma deterioração acentuada dos preços desses ativos, segundo executivos da área de investimentos.

“Em geral, quando se quebra os resultados das empresas de tecnologia, ele é muito diferente, a gente continua mantendo alocação na classe”, diz Luciano Telo, executivo-chefe de investimentos (CIO) para o Brasil do UBS Global Wealth Management. Na carteira dos clientes, a recomendação para bolsas globais está no ponto neutro, “não dá para alocar mais porque os preços estão muito esticados”. Mas a maior preocupação seria se uma outra temporada de resultados confirmasse algum sinal de recessão nos Estados Unidos.

João Vitor Valladares, gestor da Arbor Capital, lembra que foi o bloco das gigantes de tecnologia o que mais sofreu em 2022 e boa parte da recuperação de 2023 foi por um efeito-rebote. “Agora, retomaram os picos de 2021, mas com crescimento. Essas empresas têm aumentado lucro e receitas, a performance condiz com o ‘valuation’ mais alto”, afirma. Se comparar as de tecnologia com as demais da bolsa, pela ótica do fundamento houve uma dispersão grande, e no agregado, os lucros foram revisados para baixo.

Entre as chamadas “Sete Magníficas” — Alphabet (dona do Google), Amazon, Apple, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla —, Tesla e Meta enfrentam um ciclo mais difícil, diz Valladares.

A Meta é um caso em que as ações tiveram performance brilhante no ano passado, teve crescimento de 27% das receitas, a margem segue expandindo, com o lucro operacional dobrando ano a ano, descreve o gestor. Mas há um certo “ranço” com o programa de investimentos da empresa, depois da controvérsia aposta no metaverso, que não trouxe resultados de curto prazo.

Já a Alphabet, que detém mais de 90% da participação de mercado na sua ferramenta de buscas do Google, é sempre questionada se vai perder espaço para o Bing da Microsoft, mas o resultado veio muito acima das expectativas de mercado em receita e margem, destaca Valladares.

“O mercado limpou um pouco as expectativas que tinha de disrupção, mas isso continua na mesa”, afirma. “Num call trimestral, representantes da companhia disseram que demoraram 20 anos para atingir US\$ 150 bilhões de receita e depois mais seis anos para mais US\$ 150 bilhões. Há uma concentração nas grandes empresas, que estão capturando todos os grandes mercados do mundo.”

A Microsoft, por sua vez, tem um crescimento de receitas mais acelerado e previsível, e na crise os clientes não cancelam a assinatura dos serviços. “É muito impressionante, tem mais de US\$ 60 bilhões de faturamento num trimestre e cresce a receita em 17%, desafia a lógica do que se espera para uma empresa desse porte”, diz o gestor da Arbor. “A Coca-Cola já parou de crescer há muito tempo. Mas a tecnologia, por acessar mercados globais de nuvem na internet, tem um crescimento muito prolongado e a inteligência artificial já vem contribuindo cada vez mais trimestre a trimestre.” (AC)

Finanças





G20 no Brasil

UMA INICIATIVA
O GLOBO econômico Valor CBN

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): OS RISCOS E OPORTUNIDADES DA NOVA “CORRIDA DO OURO” TECNOLÓGICA

Acompanhe um debate sobre desenvolvimento digital, conectividade, armazenamento de dados e também as aplicações e as fronteiras da inteligência artificial. Não perca este encontro com especialistas e autoridades para discutir o tema que está na vanguarda em todo o mundo.

LIVE
02/05, ÀS 9H

CONVIDADOS:

MEDIAÇÃO:



Luciana Santos
Ministra de Ciência e Tecnologia
e coordenadora do subgrupo
de IA do GT de Economia
Digital do G20



Bruno Bioni
Diretor-Fundador da Data Privacy
Brasil e co-chair de Transformação
Digital Inclusiva do T20



Fernando Ferreira
Doutor em Inteligência
Computacional pela UFRJ e
pesquisador do Netlab UFRJ



Juliana Causin
Jornalista do GLOBO

Transmissão:

O GLOBO VALOR



SAIBA MAIS SOBRE TUDO
O QUE ACONTECE NO G20

ESTADO ANFITRIÃO

CIDADE ANFITRIÃ

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO



Finanças

Tecnologia País registrou 37,4 bilhões de transações em tempo real em 2023, atrás apenas da Índia Brasil é 2º maior em pagamento instantâneo

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Com o avanço do Pix, o Brasil se consolidou como o segundo país que mais usou pagamentos instantâneos em 2023. No ano passado, foram 37,4 bilhões de transações, um salto de 77,9% sobre o ano anterior. O Brasil ficou atrás apenas da Índia, que registrou 129,3 bilhões de transações. As informações são do Prime Time for Real-Time 2024, feito pela ACI Worldwide, empresa de software de pagamentos em tempo real, em parceria com a GlobalData, de análise e dados globais. É a quinta edição do relatório.

O estudo estima que os pagamentos em tempo real devem continuar com forte expansão no país. A previsão é que, em 2028, essas transações somem 115,8 bilhões, o que representa uma taxa composta de crescimento anual de 25,4%. É esperado ainda que os pagamentos instantâneos passem a representar metade do total de pagamentos eletrônicos no país até 2028. No ano passado, essa participação foi de 36%.

O ranking das cinco economias que mais usam pagamentos em tempo real é composto ainda por Tailândia (20,4 bilhões), China (17,2 bilhões) e Coreia do Sul (9,1 bilhões). No mundo, foram registradas 266,2 bilhões de transações em tempo real em 2023, um crescimento anual de 42,2%. Até 2028, a previsão é de 575,1 bilhões de pagamentos instantâneos. Ao todo, foram 51 países analisados.

O desempenho do Brasil é puxado pela popularização do Pix e pelo contexto de digitalização da economia, diz o líder da ACI Worldwide no Brasil, Vladimir Santos. No caso do país, o estudo considera como pagamentos em tempo real o Pix, lançado em novembro de 2020 pelo Banco Central, e as TEDs. “O BC, como regulador, tem um importante papel nesse processo, de criar a infraestrutura do Pix, tornar a adesão obrigatória e atuar na agenda de modernização”, afirma.

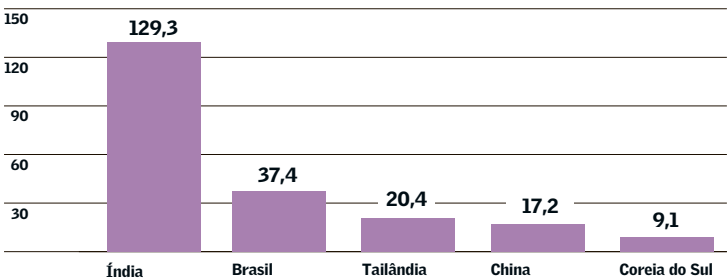
O avanço dos pagamentos em tempo no real no país, de acordo com a pesquisa, será impulsionado pela maior utilização do Pix também no varejo e pelas novas

Em alta

Brasil é o 2º país que mais usou pagamentos instantâneos em 2023

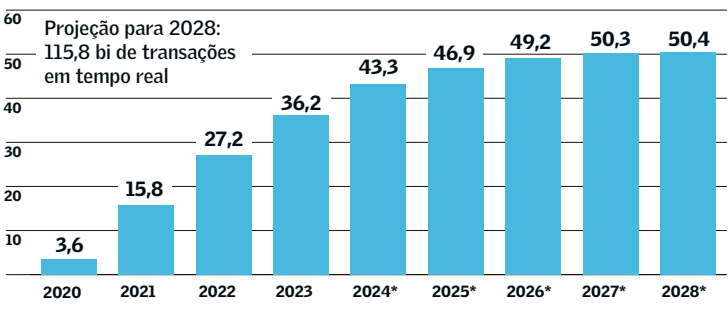
No mundo

Transações em tempo real em 2023 - Em bi



No Brasil

Participação das transações em tempo real no total de pagamentos eletrônicos - Em %



Fonte: Prime Time for Real-Time 2024, da ACI Worldwide e da GlobalData *projeções

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IFR-M	1*	15.677,6945800	0,06	-0,63	3,10
IFR-M	1+**	20.103,8993630	0,12	-0,55	0,81
IFR-M	Total	18.210,7441690	0,10	-1,18	1,49
IMA-B	5+***	9.158,6882070	0,05	-0,03	2,02
IMA-B	5+****	11.213,0712330	0,04	-0,10	-3,38
IMA-B	Total	9.824,9921790	0,04	-0,10	-0,83
IMA-S	Total	6.618,8145390	0,04	-0,86	3,57
IMA-Genl	Total	8.061,9949410	0,06	0,03	1,66

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Limites - em % no período

	15/04	12/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Limites - pessoa jurídica						
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,65	29,99	29,65	28,05	31,46	39,15
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,39	25,17	25,89	23,95	27,25	30,33
Conta garantida pré - a.a.	46,32	45,01	41,26	44,57	47,52	50,57
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,87	22,16	23,81	23,97	24,39	26,40
Vendedor pré - a.a.	15,71	16,08	15,69	15,36	16,00	18,96
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,60	18,82	17,62	15,40	16,52	19,90
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,20	16,63	17,18	16,99	17,05	18,92
Conta garantida pós - a.a.	25,32	25,05	24,26	24,49	25,99	27,74
ADL pós - a.a.	8,19	8,27	8,49	9,04	8,86	8,03
Factoring - p.m.	3,33	3,32	3,33	3,30	3,34	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	29/04/24	26/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3100	5,3400	5,3400	4,8100
1 mês	-	5,3297	5,3300	5,3224	5,3224	4,8224
3 meses	-	5,3477	5,3479	5,3506	5,3506	4,6685
6 meses	-	5,3903	5,3902	5,3888	5,3888	4,3738
CDIR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9070	3,9100	3,8990	3,8990	2,9840
1 mês	-	3,9132	3,9131	3,9121	3,9121	2,9017
3 meses	-	3,9259	3,9256	3,9239	3,9239	2,5447
6 meses	-	3,9428	3,9431	3,9414	3,9414	2,0609
1 ano	-	3,7567	3,7433	3,6738	3,6738	0,9059

Fonte: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro ECU. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. *** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Taxas referenciais no mercado norte-americano

	Prime Rate	Federal Funds	Taxa de Desconto	FBIH (1 mês)	FBIH (3 meses)	FBIH (6 meses)	FBIH (2 anos)	FBIH (5 anos)	FBIH (10 anos)	T-Bond (30 anos)
	8,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85
	0,85	0,85	0,80	0,97	0,89	0,92	3,49	12,35		
	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,40	10,72		
	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,80		
	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,80		
	0,59	0,53	0,58	0,53	0,56	0,53	5,41	16,03		
	0,58	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,49	14,03		
	0,08	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-3,73	27,20		
	0,07	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	1,42	23,44		
	2,39	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	5,66	-1,66		
	1,98	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	5,41	-1,06		
	1,57	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	2,45	-2,29		
	1,35	0,71	0,38	0,34	0,52	0,36	2,12	1,60		
	-	10,65	1,64	7,39	0,98	-2,85	20,77	8,20		

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro ECU. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. *** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %												
Renda Fixa	abr/24*	mar/24	Mês					Acumulado			12 meses**	
	abr/24*	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	ago/23	ago/22	ago/21			
SBC	0,85	0,83	0,80	0,87	0,89	0,92	0,94	0,92	3,49	12,35		
CDI	0,85	0,83	0,80	0,87	0,89	0,92	0,94	0,92	3,49	12,35		
CDR (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,88	0,94	0,94	3,04	10,72		
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,65	0,68	0,75	0,75	2,25	7,60		
PRB (3)	0,53	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	0,62	0,58	2,25	7,60		
IRF-M	-1,18	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	2,47	1,49	14,03	14,03		
IMA-8	-0,08	0,08	0,55	0,45	2,75	2,62	2,62	-0,83	11,81	11,81		
IMA-S	-0,06	0,86	0,92	0,99	0,92	0,91	0,91	3,57	12,58	12,58		
Renda Variável												
Ibovespa	-0,59	-0,71	0,89	-4,79	5,38	12,54	-5,09	-25,74	-25,74	-25,74		
Brasil Small Cap	-5,81	2,15	0,44	7,95	12,46	9,96	24,13	9,96	24,13	9,96		
IBX 50	-0,46	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-3,62	24,03	24,03	24,03		
ISE	-0,81	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-6,61	26,88	26,88	26,88		
INDX	-8,52	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-14,26	41,14	41,14	41,14		
IFIX	0,08	-1,20	0,01	-3,52	6,90	10,70	-7,13	22,00	22,00	22,00		
FNBB	0,97	1,43	0,79	6,67	4,25	0,66	1,92	23,44	23,44	23,44		
Dur (Período BC)	2,39	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	5,66	-1,66	1,66	1,66		
Dur (Período Comercial (mercado))	0,86	0,86	0,86	1,17	1,75	1,28	0,45	5,41	1,06	5,41		
Euro (BPI)	1,57	0,07	0,25	0,54	0,63	0,75	2,45	-2,29	5,66	5,66		
Euro Comercial (mercado) (4)	1,35	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	2,12	-1,60	1,60	1,60		
Dur (B3)	-	-10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20	8,20	8,20		
Índice												
PCA-5	0,36	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,78	3,73	3,73	3,73		
IGP-M	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,60	-4,26	-4,26	-4,26		

Entrevista Após performance positiva no mês, gestora zera posições em juros locais e aposta na valorização do dólar ante euro e yuan

Selic abaixo de 10% seria ‘imprudente’, diz Genoa

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Com cerca de R\$ 19 bilhões em ativos sob gestão e apostas que tiveram um bom desempenho neste mês de abril, ao contrário de boa parte do mercado, a Genoa Capital adota, em suas premissas, um cenário mais conservador. Em entrevista ao **Valor**, os sócios e gestores André Raduan e Mariano Steinert dizem ver um Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) que deixa uma flexibilização da política monetária apenas para o fim do ano ou até mesmo para 2025.

A esse ambiente naturalmente mais desafiador para emergentes se soma uma atividade econômica doméstica aquecida, com nível forte do mercado de trabalho e expectativas de inflação mais altas, apesar da inflação corrente benigna. “O juro real tem que parar em níveis mais altos. Uma Selic abaixo de 10% seria imprudente”, defende Raduan, ao apontar que não tem posições em juros locais por já precificarem um cenário considerado “justo” pela gestora.

Valor: Como o global tem afetado o cenário para os ativos locais?

Mariano Steinert: Boa parte da volatilidade dos mercados que observamos recentemente é devido ao cenário dos EUA. Mais do que, propriamente, a história individual de cada país. É verdade que o Brasil teve uma história relevante neste intervalo [revisão das metas fiscais], mas, basicamente, no ano passado, houve uma sequência de

dados bons de inflação que levaram o Fed a acreditar que podia reduzir o nível de aperto monetário para evitar um ‘hard landing’. Neste ano, os dados de inflação vêm se mostrando piores, com uma atividade econômica ainda forte. O que achamos que aconteceu é que essa confiança do Fed na desinflação se quebrou e ele vai precisar de uma sequência longa de dados bons de inflação para iniciar os cortes.

Valor: Quais as implicações para os juros nos EUA?

André Raduan: A economia americana cresceu muito bem, mesmo com as taxas de juros em torno de 5,3% e o juro longo entre 4% e 4,5%. Isso se deve a diversos fatores, que apontam para uma economia de juro neutro maior, na casa de 1,5%. Não é o cenário de uma economia à beira de uma recessão. Podemos ter cortes de juros para afrouxar a política monetária, mas eles devem ser bem rasos e não dá para descartar que não haja cortes. O risco, neste momento, parece ser bem maior em cortar mais e ver as expectativas de inflação desancorarem do que o de trazer a atividade econômica para baixo.

Valor: Há chance de uma alta de juros nos EUA?

Raduan: O mercado de trabalho parece mais equilibrado, o que deveria ajudar na inflação, mas, se a inflação de 3% a 3,5% continuar e se o Fed quiser trazê-la para perto de 2%, esta ‘última milha’ pode custar mais. Ou deixar mais tempo para não, ou, se quiser convergir mais rápido, subir os juros. Temos algum receio de as expectativas de infla-

ção desancorarem de vez. Não é algo que dê para fazer muitos modelos em cima disso, mas, caso ocorra, o Fed teria que atuar. Mas isso não está no nosso cenário base.

Valor: Neste contexto, o dólar deve permanecer forte?

Steinert: São raras as oportunidades de comprar dólar com o diferencial de juros aumentando, com a economia americana crescendo mais que os pares e uma história de aumento de produtividade. Por isso mantemos posições compradas no dólar contra euro e yuan. Além disso, em momento de estresse, o dólar ainda é tido como porto seguro.

Valor: Como o cenário externo impacta a política monetária local?

Raduan: O BC vem comunicando que as taxas mais altas por mais tempo nos EUA acabam atraindo recursos para lá. O que temos visto recentemente é uma entrada de capital nos EUA, que sai do mundo todo. Como você atrai capital neste momento? Ou com crescimento muito mais robusto que o dos EUA ou com diferencial de juros mais alto. É como se o juro americano subisse a barra para todo mundo.

Valor: Como a Genoa vê o processo de inflação no Brasil?

Raduan: O que a gente vê é uma história de inflação corrente benigna e isso é inegável. Mesmo a

4% é o ‘piso’ visto pela casa para o IPCA 2025

média dos núcleos vem rodando entre algo como 3% ou 3,5%. A inflação baixa em bens tem a ver com o efeito global e também com a parte de alimentação.

Valor: E essa desinflação deve continuar daqui para frente?

Raduan: Pensando no mercado de trabalho, é preciso fazer uma hipótese heróica para dizer que ele está frouxo. Nominalmente, a inflação de salários está acelerando um pouco. E a política monetária saiu de uma supercontração para uma contração menor. O déficit também segue elevado, há o tema dos precatórios... Não vemos grandes vetores de desaceleração para a inflação e para a atividade. Então, quando você olha para a inflação corrente, ela é boa, mas a inflação prospectiva é bem pior. Vai ser muito difícil encontrar uma inflação abaixo de 4% no ano que vem.

Valor: Como isso se traduz para a condução da política monetária?

Raduan: Acho que o BC está em cima deste tema e também está vendo uma inflação pior para o ano que vem, com um Focus caminhando para os 4%. Então, achamos que o juro precisa parar em um nível mais alto, de dois dígitos. Conseguir cortar até 10,25% ou 10% não deve ser uma batalha grande. Mas, mais baixo que isso, seria imprudente. Existe o risco de continuar cortando rápido e descobrir uma inflação mais alta e desvalorização do câmbio.

Valor: Como vem a mudança recente na comunicação do BC?

Raduan: Li como uma retirada do ‘guidance’ para incluir uma ár-



Raduan: risco de cortar rápido e descobrir inflação alta e desvalorização do câmbio

vore de probabilidade de cenários. Desde que isso foi colocado, é verdade, tivemos um dado bom de inflação. Mas o cenário externo segue bem incerto. Acho que é prudente o BC cortar os juros cortar mais devagar e adotar o ritmo de 0,25 ponto. E isso porque temos números fiscais bons para 2024. Estamos trabalhando com déficit de 0,4% do PIB, mas achamos que é muito possível entregar um déficit de 0,25%.

Valor: Houve divergência entre a comunicação dos membros do Copom recentemente. Como interpretaram isso?

Raduan: A comunicação do [Gabriel] Galípolo [diretor de política monetária do BC] foi diferente, especialmente quando ele fala de seriedade para ver os efeitos da piora do cenário externo nos preços domésticos. Se você realmente olhar para o que aconteceu no câmbio, ele de fato melhorou e voltou dos R\$ 5,30 para os R\$ 5,10. Mas ele também voltou por conta de uma postura ‘hawkish’ [dura] do BC. Se o BC for mais ‘dovish’ [suave], provavelmente esse câmbio vai depreciar. Mecanicamente, o modelo não vai piorar tanto porque tem uma Selic ‘terminal’ mais alta do

que tinha há três semanas, mas é uma certa miopia. Parte do processo de valorização do câmbio veio dessa postura mais dura.

Valor: A Genoa foi uma das primeiras gestoras a apostar na alta dos juros futuros, o que se mostrou acertado. Isso continua?

Raduan: Estamos zerados em juros locais. Quando ‘tomamos’ [aposta na alta] juros, achávamos que a taxa final do mercado era baixa e o posicionamento técnico era muito ruim, já que todos apostavam na queda das taxas. Hoje não vemos nenhum desses dois fatores.

Valor: É um cenário mais difícil para ativos brasileiros?

Raduan: Estamos vendo um fluxo de capital menor. Pensando na renda variável, uma valorização expressiva é mais difícil. Não acreditamos em uma apreciação forte do real nem em alta significativa da bolsa, apesar de os modelos indicarem que ela está barata. Não vemos gatilhos. Já o real deve ter um segundo semestre mais desafiador. Agora temos um fluxo de safra entrando, mas, mais para o fim do ano, sem cortes de juros do Fed e com uma sazonalidade pior, o câmbio tende a se desvalorizar.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 47ª EMISSÃO (IF 22H1579450) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 47ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 47ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 24 de agosto de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de maio de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opecapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opecapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 47ª Emissão - (IF 22H1579450), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador:** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; **e b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador:** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos: ri@opecapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opecapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 344ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0733768) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 22 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de junho de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opecapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opecapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 344ª Série da 1ª Emissão - (IF 21D0733768), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador:** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; **e b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador:** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos: ri@opecapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opecapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 108ª EMISSÃO (IF 22L1474446) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 20 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de maio de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de junho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opecapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opecapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 108ª Emissão - (IF 22L1474446), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador:** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; **e b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador:** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos: ri@opecapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opecapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

FREITAS
RECURSOS OFICINAIS

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: ☎ **3117.1000**

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 180 LOTES - DIA: 02/05/2024 - 10h00 - 5ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 02/05/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 3FA6PD09XER273426 - 93HF89640EZ128150 - 3VWPE61KXCM655722 - 9BFZ20A288276502 - 9BWKB45UXEP190271REM - 9BGFZHS5LXK8314927 - 9BWA805U697257790 - 9BGA869W078219913 - 9C2KC2200LR122794 - 9C6RG3150L0031955 - 9BD358A1NNYL40663 - 93XPRK94W8C102123 - 9BD19710NM34004472 - 3GNAL7EK5DS626289 - 9BFZK53A1A191555 - 9BD17122ZH7612553 - 9BFZE12P198990865 - 9BD17122ZG7587107 - 9BGT848W09B112601 - 9BWA4A5UIEP168383 - 9BGRZ08909G100750 - 9362AKFW988076953 - 9BD1146752491342 - 935FCFV88B503920 - 9C2KC22200NR123284 - 9C6RG7710P0006629 - 9C2KC2200PR601783 - 9C6RG5010K0015101 - 9C2ND1110FR028863 - 9BWLB45U1EP060917 - 9BWL805U2CP058177 - 9BWA05W39P016430 - 9BFZ54F988048116 - 9BWA05W1EP047976 - 9BFZ16P688167675 - 9BWB05W0CP036794 - 8BCLCRJFVBG543320 - 8AFZCZFFCJ272705 - 9BFZHS54SOL8455709 - 9BD19250R73061671 - 93YR8B00XPJ334148 - 8AD3CN6B48G058205 - 9C2KC2210J0R055432 - 9C2KC2200NR115671 - 9C2JC4830NR055777 - 9C2KC2210NR088787 - 9C2KC2210J0R045975 - 9C2JC4830HRA19267 - 9BGT848COAB129933 - 9362NKFVX9B051195 - 9BFZHS5LXJ8061266 - 9BGS48B0G284909 - 8AD3CN6BTA0G013185 - 9BGR48G0F456657 - 9BD19713NM3388819 - 9BWA05W07P022904 - 9C2KC2210RR000489 - 9C2KC2200NR093866 - 9C2KC220PR003182 - 9C2KC2200NR225999 - 9C2JC4830NR052851 - 9C2MC4400K02125727 - 9BD2755MC7433947 - 9BWA805Z4A032523 - KMHDCS1EB8U279949 - 9BWAH520P574277 - 3C6UR5FL4G156510 - 9BGC480XOB146513 - 9BFZ55P7C813243 - 9BHBG41CAG625968 - 8A1LZBW21D0L09783 - 8AGCN48X0ER162961 - 9UK64ED56G0093924 - 9BWB05W6AP013730 - 9BHBG51DAFP489945 - 9BWA05UXAT020498 - 9BFZHS54SOM8043288 - 9C2KC2200PR205930 - 9C2KC2200NR233729 - 9BWA05W79T033528 - 935FCFVYAB516473 - 8AD4CRFJV0G025464 - 8AGCN48X0BR124077 - 9BGC480XO0B254534 - 9BD27803MC7427125 - 9BWE05W8X8P141082 - 9BD22315572010499 - 9BD17140A85263499 - WDDG4JKW6CF714159 - KMHJM81BP7U625654 - 93HFA6660A2103523 - 8AGCN48POAR136881 - 9BWA841J8A4002981 - 9362MKFWXDB013267 - 9BD17164G72810550 - 9BGTU89W068102259REM - 9BWB45SU0E113778 - 9BGS659B0DG271650 - 3N1BC1AD0DK193954 - 9BGT689F0YB198302 - 8A18B8V05A1366745 - 8AD3CN6B48G015631 - 935FCFVYAB516473 - 9BGC480XOB146513 - 9BFZ55P7C813243 - 9BHBG41CAG625968 - 8A1LZBW21D0L09783 - 9355LYFYEE536020 - 9BGFZHS51S8487513 - 8AGSA19906R134160 - 9BD17122L7F506362 - 9BFZK53A29B094957 - 9BHBG41DAEP106585 - 9BD341A4LY668319 - 93YLM2M1H91179174 - 9BGA869W088021722 - 93YBSR7RHEJ778479 - 9362PM6A39B004356 - 93YR8B00UL987436 - 9362EN6A98067553 - 9BWA805U2AT059485 - 8A1LB8215FL758381 - 9BGRZ08909G154891 - 9BFZHS5LZJ8014507 - 9BWA805U6AP116974 - 8AD2MKFWX8G073077 - 9BD15802786053410 - 9BGRM69X08G127132 - 9BWA05U49P086436 - 9BGSU19FOCC100334 - 9BWA05WXP04863 - 9BGC480XO0B113278 - 9BD5781FFY178352 - 9BD2651HM9161813 - 9BD5781FFY138301 - 9C2NCG110PR017940 - 9BFZFS5A9B8120295 - 9BGS48G0F5311736 - 9BWB05W0A0768374 - 93HGS860G221602 - 9BWA45Z3E4170861 - 9BHBG51CAIP902843 - 9BHBG51CAKP050867 - 8AD4CNFMVDG002127 - 9BGB69A0G205645 - 9BD1351672056959 - 9BWA805U9B9062054 - 9BGS48B0G1569056 - 9BFZHS5LXK8314927 - 9BWB84A1NKL15828 - 8AFTZFHCBJ374032 - 9BWA845Z7E4038604 - 9BD17106LA5425236 - 93YSR064FJ16688 - 9BWF07X88P003916 - KNAPB817B7568203 - 3N1CN7AD2EK479131 - 9BD17140A95315700 - 3HGRM5830DG502581 - 9BHBG51CAFP498139REM - 9BGE44A0NG111567REM - 9B8RDWHEG0313171 - 9886112XMK348098.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•Condições de venda e pagamento dos leilões: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Valor
ECONOMICO

Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Investimentos Ex-Orram, Nest e Taler, Otavio Vieira chega à gestora de fortunas com carteira com cerca de R\$ 115 milhões e quase cem cotistas

Est atrai novo sócio, que traz fundo de crédito próprio

Adriana Cotias
De São Paulo

A gestora de fortunas Est acertou a vinda de Otavio Vieira, executivo com passagens por Orram, Nest e Taler Investimentos, como novo sócio. O gestor de recursos traz um fundo de crédito com cerca de R\$ 115 milhões e quase cem cotistas, entre seguradoras, fundações e outros escritórios de administração de riqueza familiares, os “multifamily offices” (MFO).

Com um patrimônio de cerca de R\$ 4,6 bilhões de famílias endinheiradas, a movimentação inaugura uma vertical de “asset management” na Est, diz Mauro Rached, o diretor geral da casa, que se juntou ao grupo no fim do ano passado. O executivo, que passou 19 ano no BNP Paribas, tendo sido executivo-chefe (CEO) do braço de gestão de riqueza no Brasil, com o novo crachá assumiu a missão de “transformar a empresa num ecossistema de negócios”, com o MFO no núcleo. A chegada de Vieira é um passo nessa direção.

“Para nós faz muito sentido, primeiro porque são os ativos de crédito privado que vêm atraindo o investidor e a tendência é

que continuem ganhando participação nos portfólios, não só dos nossos clientes, mas de forma geral”, diz Rached. “É um segmento que exige mais especialização. Uma coisa é um analista de crédito de 30 anos que vivenciou poucos casos de ‘default’ [calote] e de recuperação judicial na carreira, e outra é ter uma equipe de pessoas tarimbadas que já passou por diversas situações em função do tempo e da trajetória.”

Vieira traz também conhecimento do lado da gestão de fortunas, com 4,5 anos na Taler Investimentos, operação adquirida pela Galapagos Capital no ano passado, além de ter passado pelo antigo Safdié Private Banking e pela GPS, que foi a porta de entrada do grupo suíço de private banking Julius Baer no Brasil. Na Nest, ele ingressou em julho de 2020, para desenvolver a vertical de crédito da asset que tem o empresário Roberto Justus como sócio. Até ali, a gestora só tinha estratégia de ações na grade.

O gestor deixou a casa em julho de 2023 e é de lá o fundo que vem carregado, agora rebatizado-o como Ceter, um portfólio sob a estrutura de um multimercado de crédito privado. Formalmente, a Nest

permanece como co-gestora da carteira, auxiliando na captação.

Na Est, Vieira terá acesso a uma base de investidores potencialmente maior já dentro de casa. Ele vai cuidar do estoque atual e pensar em novas carteiras, a exemplo de um fundo de crédito “high yield”, de maior risco e potencial de retorno, e um veículo de previdência. “Uma asset com gestora de patrimônio é um organismo vivo, se move de acordo com a necessidade do investidor e das condições do mercado, vai dos ativos mais simples, como CDB, letras financeiras e fundos de recebíveis como matéria-prima até enveredando por searas mais sofisticadas”, afirma.

Mas não há pressa para colocar de pé novas estratégias. “É preci-

"Ativos de crédito privado vêm atraindo investidor e devem continuar ganhando participação nos portfólios"
Mauro Rached



Da esq. para a dir., Pereira, Cesar, Rubira, Vieira e Rached (sentado): novas estratégias de crédito no radar, mas sem pressa

so ter paciência, esperar o próximo choque e lançar produto num momento adequado. Se você destrói o histórico no primeiro ano é difícil de recuperar”, prossegue Vieira. “Os prêmios do ‘high grade’ [de dívida de melhor qualidade] ficaram muito ‘amassados’, temos olhado com certo ceticismo as novas emissões.”

Vieira diz que não quer cometer o mesmo erro de gestoras de multimercados e de ações que se multiplicaram no Brasil no período de Selic para baixo, em que parte do desempenho ruim derivou do desejo de crescer rápido demais, num ritmo “acima da capacidade do gestor de conseguir bons ativos, levando a retornos medíocres e, consequentemente, à diminuição do tamanho”.

Dentro da Est, a percepção é que o crédito privado tende a ganhar importância na carteira dos clientes, diz o sócio Marcelo Bresser Pereira — sobrinho do ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira. “Foi uma oportunidade, é um gestor que já vem com um fundo

rodando e pode abrir isso para o mercado, com clientes de outros segmentos, da distribuição de varejo ao institucional”, afirma. “Com isso, passa a ter também um contato em segmentos que no médio e longo prazo trazem oportunidades não só para a asset, mas para o próprio MFO.”

Segundo o executivo, a dependência do crescimento, com demanda por outros produtos, a ideia lá na frente é apartar a asset de crédito, com uma estrutura comercial própria. “A gente poderia ser cliente do Otávio em outro lugar, mas é mais valioso ele estar aqui.”

Vieira também se junta a Deiwes Rubira, ex-presidente da unidade do ING Bank no país (1991 a 2009) e Gilberto Cesar Filho, que foi da tesouraria do ING e que, ao lado de Rubira, fundou a Verus Gestão de Patrimônio, em 2010. A união de Verus e Gaia Investimentos deu origem à Est, em 2021.

A gestora de fortunas já aloca em ativos de crédito privado por meio de fundos dedicados ou diretamente, que passavam pelo

crivo do seu comitê de investimentos. Vieira não vai participar desse fórum para preservar a governança de cada vertical e evitar potenciais conflitos de interesses, diz Rached. “As pessoas da gestão do MFO não votam na escolha dos ativos do fundo, e aqueles que forem criados no contexto da nova vertical também vão ter limites de alocação. Não há intenção de concentrar a posição de nossos clientes em crédito privado nos fundos da casa.”

Com a taxação dos fundos fechados exclusivos e reservados a poucos cotistas e de veículos fora do Brasil (“offshore”), Vieira diz que o mercado saiu do “modo pânico” do ano passado — com eventos de crédito como Americanas e Light detratando os papéis tidos como de melhor qualidade — para uma corrida por ativos de dívida corporativa, em especial os isentos. “Tenho sido conservador, tem muita coisa em que a relação entre o prêmio de risco e o retorno não tem compensado”, afirma.

Com R\$ 15 bi sob gestão, MAG negocia mais 3 carteiras

Pipe

Maria Luíza Filgueiras
De Miami (EUA)

A expansão da MAG Investimentos nos últimos anos, gestora criada pela joint venture entre Mongeral e Aegon, animou os sócios locais e o internacional a entrarem no jogo de consolidação. Com quase R\$ 15 bilhões sob gestão, a firma já incorporou dois fundos ao portfólio, com seus respectivos gestores: o Cash, veículo de renda fixa de Sergio Machado, em junho passado, e o fundo de ações Somma Brasil, de Mauricio Gallego, em março des-

te ano. Agora, negocia mais três.

“São mais dois fundos de ações e um multimercado”, conta Fernando Gabriades, sócio diretor da MAG Investimentos, ao Pipeline. “Na atual situação de mercado, muitas empresas têm nos procurado para uma associação e, desde que tivemos aval do nosso conselho para aquisições, esse tem sido um caminho para crescer em renda variável.”

A situação de mercado a que Gabriades se refere é um volume relevante de resgates na indústria de fundos e uma rentabilidade pressionada, à medida que o investidor migrou para a renda fixa. Mesmo com o início de queda de juros, esse movimento ainda não se inverteu: somente em março, por exemplo, dado mais recente da Anbima,

os multimercados tiveram saída líquida de R\$ 7,1 bilhões e os fundos de ações somaram resgate líquido de R\$ 831 milhões; já fundos de renda fixa captaram R\$ 17 bilhões.

“Há gestoras que estão no ‘breakeven’ mas não conseguem crescer mais, e outras em que a perda de patrimônio líquido tornou difícil arcar com os custos fixos”, diz o executivo. Com renda fixa e a escala, a MAG fechou o tri-

R\$ 350 mi
é o volume reunido em fundos offshore da gestora

mestre com captação líquida positiva em cerca de R\$ 2 bilhões.

Para aquisições, o interesse da MAG está voltado a operações numa faixa entre R\$ 300 milhões e R\$ 600 milhões. Não há um orçamento fixo para aquisições, analisadas caso a caso pelo conselho.

Quando Gabriades deixou a cadeira de chefe de vendas na SulAmérica Investimentos para se tornar sócio-executivo da MAG, há três anos e meio, a gestora tinha R\$ 6,2 bilhões em AUM. O sócio Cláudio Pires, diretor de investimentos, já vinha tocando a carteira há dez anos e segue no comando da estratégia. O salto no período se deve ao reforço comercial, com distribuição dos produtos da casa em plataformas como XP Investimento, BTG Pactual Digital, Safra e

Itaú, e maior atração de fundos de pensão e regimes próprios (RPPS).

Neste último grupo, a gestora está formando uma equipe dedicada, com a estimativa de passar de R\$ 350 milhões geridos de RPPS para R\$ 1 bilhão até o final do ano.

As duas seguradoras que controlam a MAG fizeram a joint venture em 2008. Como a Aegon já atuava em investimentos, quis implementar também no Brasil.

Na primeira conferência realizada pela Aegon com distribuidores e sócios, que aconteceu em Miami, a companhia deu peso relevante à participação dos países latino-americanos. “É uma região promissora para o grupo”, afirma Mark Johnson, chefe de parcerias estratégicas da Aegon Asset.

A MAG distribui no Brasil pro-

duto globais da Aegon (já são quatro fundos globais e um quinto, de “high yield”, chegando no segundo semestre), mas a maior representatividade é dos produtos locais. “Dos R\$ 14,5 bilhões que temos hoje, R\$ 350 milhões são offshore. Ainda é pequeno devido à taxa de juros local mas, assim como na renda variável, a gestora fica bem posicionada para quando vier uma nova dinâmica no mercado, com busca de rentabilidade em portfólio mais diversificados”, diz.

Em âmbito global, a Aegon Asset gere € 337 bilhões (o equivalente a R\$ 1,2 trilhão).

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Inovação, segurança e democracia no mercado de FIDCs

Palavra do gestor



Guilherme Sá

Estamos vivenciando uma revolução no mercado de fundos de investimento em direitos creditórios, os FIDCs, com o novo marco regulatório — resolução CVM 175 — que simplifica o amaranhado de normas anteriores, consolida 39 regulamentações em um único documento estruturado de forma mais moderna, introduz normas gerais aplicáveis a todos os tipos de fundos e anexos normativos específicos para cada categoria.

O feito inaugura uma era marcada por inovação, segurança e, pela mudança mais significativa, a democratização do acesso a instrumentos financeiros antes reservados somente a investidores qualificados.

Se, por um lado, oferece a nós, gestores e administradores de fundos, uma estrutura normativa clara, unificada, aumentando a segurança jurídica e a eficiência operacional, de outro, eleva a proteção dos investidores, com a delimitação de suas responsabilidades e riscos. Entendemos que esse é um passo vital para incentivar um número maior de CPFs e CNPJs a investir nesse tipo de produto.

Dessa forma, a resolução 175 permite o acesso a produtos financeiros anteriormente restritos a investidores de alta renda, transformando o cenário de investimentos no país.

Acreditamos, ainda, que essa abertura ao varejo de FIDCs é um movimento significativo na direção da inclusão financeira e da diversificação de portfólios do mercado como um todo.

Essas inovações nos permitem continuar desenvolvendo produtos financeiros ainda mais alinhados às necessidades de diferentes perfis de risco, com maior personalização e eficiência.

Enquanto a implementação da resolução 175 traz consigo o desafio da adaptação às novas regras, esperamos que os benefícios a longo prazo superem significativamente os obstáculos iniciais.

Recentemente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a resolução CVM 200, que posterga os prazos previstos originalmente na 175. Foram concedidos mais seis meses e, agora, a data limite para adaptação, antes em 31 de dezembro de 2024, foi prorrogada para 30 de junho de 2025; especificamente para

os FIDCs, o “deadline” foi alterado de 1º de abril para 29 de novembro deste ano.

Essa mudança de prazos reflete, ao nosso ver, uma bem-vinda sensibilidade dos agentes reguladores quanto às complexidades inerentes à gestão desses fundos.

Com os prazos estendidos, esperamos que a transição para atender às novas exigências aconteça de forma mais orgânica e menos abrupta, garantindo que a conformidade seja alcançada por nós, administradores e gestores, sem comprometer a estabilidade operacional.

Diferentemente das outras classes de fundos, que vêm passando por um forte movimento de resgates nos últimos anos, os FIDCs vêm crescendo consistentemente ano após ano.

A possibilidade de se ter retornos atrativos, aliada à proteção de uma estrutura multiclasses, em que as primeiras eventuais perdas ficam com os “gestores” do fundo, tornam esse produto único.

Dependendo de como o fundo seja estruturado, é possível, ainda, que não haja incidência do “come-cotas”, trazendo um

benefício ainda maior para o investidor de longo prazo.

Entretanto, investir em FIDCs demanda um acompanhamento constante do mercado para assegurar que as estratégias prometidas sejam eficazmente implementadas.

Ressaltamos ainda que há uma diferença muito grande entre os inúmeros FIDCs disponíveis, pois é um produto bastante flexível e, às vezes, com políticas de investimento completamente distintas.

Nesse sentido, se sobressai a gestão que realiza estudos detalhados e diversifica as alocações entre diferentes classes de ativos, garantindo uma robusta pulverização dos investimentos. Ou seja, baixa concentração com alta diversificação é uma estratégia que mitiga riscos e potencializa retornos.

Muito importante, também, é a política de liquidez nesse tipo de fundo. A prudência garante a capacidade de pagamento dentro dos prazos estipulados, evidenciando uma gestão cuidadosa, segura, que reflete a preocupação com a diversificação do passivo e proporciona confiança e conforto aos investidores.

Por último, deve-se buscar produtos com taxas de administração competitivas, ausência de custos com distribuição e que os rebates sejam sempre revertidos para o cotista, além de total transparência e independência na seleção dos ativos investidos.

Em suma, apostamos no novo marco regulatório dos FIDCs, pois promete maior segurança, transparência e acesso a oportunidades de investimento antes limitadas aos investidores mais sofisticados.

No entanto, para que essas promessas se materializem, será necessário um processo de educação e divulgação responsável, para que haja uma alocação correta e equilibrada nesse tipo de produto, e se alcance, no longo prazo, os benefícios que esse investimento certamente pode proporcionar.

Guilherme Sá é sócio-diretor da Grão Investimentos
E-mail guilherme@grao.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.



Empresarial Alta é de 3,9% em relação aos últimos três meses de 2023, segundo dados do Monitor RGF

Volume de empresas em recuperação judicial dá novo salto no primeiro trimestre de 2024

Marcela Villar
De São Paulo

A quantidade de empresas em recuperação judicial no Brasil continua a subir. No fechamento do primeiro trimestre, um total de 4.203 companhias estava sob a tutela da Justiça para renegociar dívidas com credores. A alta é de 3,9% em relação ao último trimestre de 2023, segundo dados do Monitor RGF de Recuperação Judicial, feito pela consultoria RGF & Associados, e compartilhados com exclusividade para o Valor.

O Monitor mostra que 1,87 a cada mil corporações de pequeno, médio e de grande porte passava por reestruturação, de um universo de 2,3 milhões. Essa proporção é a maior desde que a RGF começou a compilar os números, no segundo trimestre de 2023. O índice é pior na região Centro-Oeste, onde três a cada mil empresas enfrentavam o processo judicial. Ainda pior no Estado de Goiás, em que o número chega próximo a cinco.

A localização não é coincidência. Dentre os cinco segmentos com maior dificuldade financeira, três se referem a atividades relacionadas ao setor do agronegócio, tradicionalmente forte na região, como o cultivo de cana-de-açúcar, que lidera com 29 empresas em recuperação a cada mil. Em seguida, os maiores índices são a fabricação de laticínios (15,88), construção de rodovias e ferrovias (15,05), transporte coletivo municipal (15,03) e cultivo de soja (11,83).

Nesse período de janeiro a março, alguns dos principais casos de empresas que entraram no processo envolvem a rede de supermercados Dia, em São Paulo, com dívida de R\$ 1,1 bilhão; a OSX, uma das companhias do empresário Eike Batista, no Rio de Janeiro, com passivo R\$ 7,94 bilhões; e o Grupo Libra Bioenergia, produtor de etanol no Mato



Rodrigo Gallegos: impacto da pandemia ainda deve ser visto nos próximos meses, mas deve melhorar no fim do ano e início de 2025

Grosso, devendo R\$ 534,7 milhões. Dentre as que saíram, está a Schumann Móveis e Eletrodomésticos, rede de Santa Catarina.

Segundo o especialista em reestruturação e recuperação judicial Rodrigo Gallegos, sócio da RGF, os números ainda são reflexo da pandemia da covid-19. “Com a alta da taxa de juros, as empresas começaram a perder caixa e a segurança financeira acabou em 2023”, afirma. Ainda houve o efeito Americanas, acrescenta, que entrou em recuperação no início do ano passado e fez “todas as instituições financeiras segurarem o crédito”.

Esse impacto da pandemia ainda deve ser visto nos próximos meses, mas deve melhorar no fim do ano e começo de 2025, de acordo com Gallegos. “Se tudo se mantiver do jeito que está hoje, com a economia melhorando, o governo fazendo esforços e o Banco Central reduzindo a taxa de juros aos poucos,

são excelentes acenos para o custo da dívida começar a cair.”

Apesar dos números, os especialistas da RGF dizem que há uma desaceleração do ritmo de empresas nesta situação, o que indica que o crescimento não é exponencial. “Do terceiro para o quarto trimestre, tivemos um crescimento muito grande, tanto absoluto, quando no índice. Continua crescendo, mas em um ritmo menor que no ano passado”, afirma a consultora especialista em reestruturação Roberta Gonzaga, da RGF.

O número absoluto de empresas que entrou em recuperação judicial foi 17% menor no último trimestre ante o período anterior — 296 em 2024 contra 357 no quarto trimestre de 2023. Porém, como menos empresas saíram da recuperação no início do ano, o número total de companhias nessa situação continua a crescer. Enquanto no fim do ano passado foram 196 saídas da supervisão da Justiça, no começo deste

ano foram 138. Pela Lei de Recuperações Judiciais e Falências (Lei nº 11.101/2005), a tutela judicial dura dois anos a partir da data de concessão do procedimento, prazo prorrogável pelo juiz.

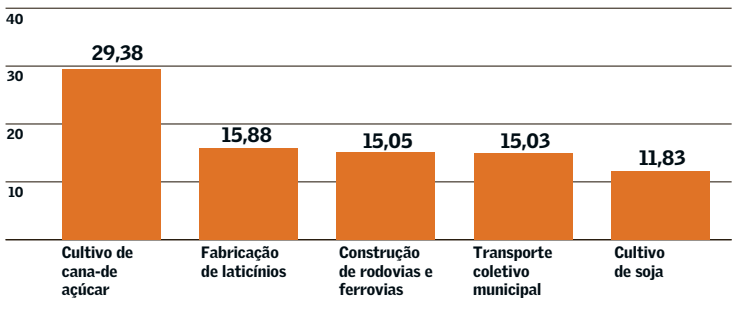
Mas Roberta indica como positivo o crescimento de três pontos percentuais na categoria de companhias que, ao saírem do processo judicial, voltaram para a operação normal. Subiu de 60% para 63% e tem se mantido acima da metade. No terceiro trimestre de 2023, estava em 55%.

Segundo a advogada Cinthia de Lamare, sócia da área de reestruturação e insolvência do escritório

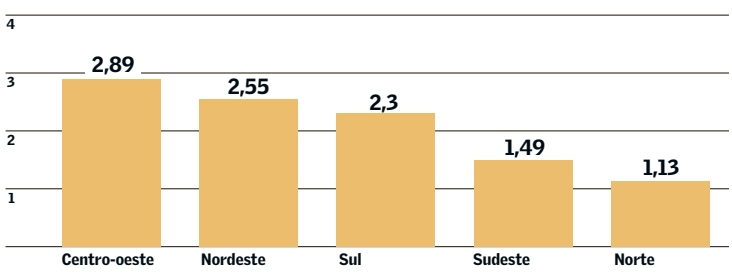
“A maior participação dos credores tem sofisticado o instrumento”
Cinthia Lamare

Setores em crise

Número de empresas em recuperação judicial a cada mil (1º tri/2024)



Por região



Fonte: Monitor RGF de Recuperação Judicial

Cescon Barriau, outro motivo para as recuperações judiciais continuarem em alta, que considera “discreta”, é o fato de que elas não são mais vistas unicamente como um espaço para renegociar dívidas de devedor, mas também como um ambiente de negócios.

“Dentro das recuperações judiciais, temos desde financiamento com o DIP a taxas mais atrativas para o investidor, venda de ativos a operações societárias no mercado de capitais. Isso tudo sinaliza para o mercado que o processo pode ser uma solução interessante para empresas viáveis”, diz. “Houve uma mudança de paradigma”, adiciona.

Cinthia Lamare também sinaliza que a maior participação dos credores tem sofisticado o instrumento, aprimorado com a reforma da Lei nº 14.112, em 2020, o que tem feito que empresários fiquem mais seguros para buscar a recuperação judicial. “Hoje se tem regras mais

claras e o próprio plano de recuperação judicial é feito a muitas mãos, o que torna a recuperação mais exitosa.”

O Monitor RGF Recuperação Judicial utiliza dados da Receita Federal e considera apenas recuperações judiciais já homologadas, não os pedidos. Os microempreendedores e empresas governamentais são excluídos da base, assim como as filiais, para se considerar apenas a matriz.

No primeiro trimestre, de acordo com dados coletados da Serasa Experian, foram apresentados 501 pedidos de recuperação judicial e 427 foram deferidos. A diferença de dados se deve à disparidade entre as metodologias das pesquisas. Enquanto o RGF faz o levantamento pelos dados da Receita, a Serasa, que faz o acompanhamento desde 2005, quando iniciou a série histórica, coleta as informações junto aos fóruns, varas de falências e diários oficiais e da justiça dos Estados.

STJ valida 30% de honorários em caso de falência

Marcela Villar e Beatriz Olivon
De São Paulo e Brasília

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) validou o pagamento de 30% de honorários para um escritório de advocacia que fez a busca e bloqueio no exterior de bens do empresário Daniel Birmann, sócio da empresa Sam Indústrias, falida em 2008. Foi a primeira vez que o STJ julgou o assunto.

O empresário queria reduzir o percentual para 10%, mas a maioria dos ministros não conheceu do recurso, ou seja, não analisou o mérito. Como a falência tem passivo de cerca de R\$ 600 milhões (valor ainda em discussão), o escritório ganhará, no mínimo, R\$ 180 milhões. Esse valor pode ser ainda maior a depender da quantidade de bens arrecadada.

Segundo fontes ligadas ao caso, as investigações para encontrar os ativos do sócio ocorreram em três países diferentes, inclusive em paraísos fiscais, e já foram bloqueados cerca de R\$ 1 bilhão em bens de Birmann. Antes disso, em mais de dez anos de processo judicial, os bens não haviam sido localizados, pois estavam ocultos em offshores e em nome de



“Se prevalecesse o voto do relator, haveria muita insegurança jurídica”
Daniel C. Costa

terceiros no exterior.

O contrato foi feito com o Duarte Forsell Advogados, escritório especializado em busca de patrimônio desviado, e a massa falida, por sugestão do administrador judicial da época — Carlos Magno, Nery e Medeiros Sociedade de Advogados, em 2018. Em novembro de 2023, o administrador judicial do caso mudou para a Preserva Ação, o mesmo da Americanas.

O Valor procurou a Preserva Ação, o Duarte Forsell, advogados de Daniel Birmann e de credores, mas ninguém quis comentar o assunto. Especialistas da área falam sob condição de anonimato, exceto os que defenderam o Duarte Forsell no STJ — a advogada Ângela Cignachi Baeta Neves e o advogado Daniel Carnio Costa, ex-juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Na prática, os ministros mantiveram a decisão anterior do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que validou a contratação do escritório. Além do juiz, o Ministério Público também havia opinado de forma favorável, assim como os credores (REsp 1967252).

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, que teve o voto vencedor nesse caso, considerou que, como os honorários não foram questionados anteriormente no processo, não poderiam ser abordados em recurso ao STJ. Mas o ministro também se manifestou um pouco sobre o mérito, ponderando que o juízo da falência, depois de ouvir o Ministério Público, autorizou a contratação dos serviços pela massa falida, representada pelo administrador judicial.

Ainda segundo Cueva, a especificidade do serviço contratado pela massa falida foi considerada pela Corte local ao autorizar a opção da remuneração de êxito. Por isso, os critérios para os honorários do administrador judicial (conforme a Lei nº 11.101, de 2005) não se aplicam ao caso. Por se tratar de honorários advocatícios contratuais, estipulados pelas partes, também não seria necessário seguir os limites do Código de Processo Civil sobre a fixação dos honorários sucumbenciais.

Cueva foi acompanhado pelos ministros Moura Ribeiro e Nancy Andrighi. Não participou o ministro Marco Aurélio Bellizze. Ficou venci-

do o ministro relator, Humberto Martins, que acatou a tese do empresário para reduzir os honorários para 10% por entender que 30% seria um valor “abusivo”. O julgamento ocorreu no dia 16.

Daniel Carnio Costa, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), diz que, além de o STJ não poder reinterpretar contratos privados, não pode fazer reanálise de provas. “Para saber se a remuneração foi muita ou pouca, tem que saber o trabalho que foi feito e não é permitido reanalisar provas”, afirma Carnio, citando as Súmulas nº 5 e 7 do STJ.

Na visão do advogado, se prevalecesse o voto do relator, ministro Humberto Martins, haveria muita insegurança jurídica no mercado. “Teria uma repercussão muito negativa para o mundo, que iria ter uma visão de que no Brasil não se respeita contrato”, diz.

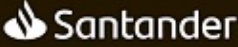
Angela Cignachi, advogada com atuação em tribunais superiores, afirma que a decisão da 3ª Turma “beneficia o bom andamento dos processos de falência”. “Tínhamos uma falência decretada por mais de dez anos que não tinha um ativo que

honrasse o pagamento dos credores. Somente a partir da contratação do escritório que se conseguiu a recuperação de ativos”, diz.

Ela também chama a atenção para a modalidade do contrato, que só possibilita o recebimento dos honorários contratuais sobre o valor recuperado em favor da massa falida. “Se nada fosse encontrado, nada seria devido. O escritório trabalhou no risco e arcou com todos os custos.”

Especialistas afirmam que apesar de não haver previsão legal sobre a remuneração, a prática do mercado é cobrar 30% nesse tipo de contratação. Em âmbito internacional, pode chegar a 40%. “Se o caso durar muito tempo, acho 30% razoável. Mas se em um ano resolver tudo, 30% é muito, porque escritório no exterior ganha por hora, então quanto mais tempo levar, significa que mais ele gastou”, afirma um administrador judicial.

Nesse caso da Sam Indústrias, acrescenta, “o absurdo é ver que o falido estava recorrendo contra alguém que o estava investigando, o que dá a conotação de que ele não quer seja investigado”.



Sancap Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 15.023.998/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Governança Corporativa

Na AGE realizada em 28 de abril de 2023, os acionistas aprovaram a reeleição do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho como Diretor Presidente, e a reeleição dos Srs. Reginaldo Antonio Ribeiro e Antonio Pardo de Santayana Montes, como Diretores Executivos, com mandatos válidos até Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

Na AGE realizada em 26 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram a exoneração do Sr. Antonio Pardo de Santayana Montes do cargo de Diretor Executivo, e elegeram o Sr. Franco Raul Rizza como Diretor Executivo da Companhia, com mandato válido até Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 1.367 milhões (31/12/2022 - R\$ 1.348 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2023 foi de R\$ 661 milhões (31/12/2022 - R\$ 550 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$ 1.518 milhões (31/12/2022 - R\$ 1.350 milhões). Desse montante, destacamos, R\$ 1.281 milhões (31/12/2022 - R\$ 1.224 milhões) referentes aos investimentos em controladas, R\$ 74 milhões (31/12/2022 - R\$ 121 milhões) que são representados por títulos e valores mobiliários e R\$ 162 milhões (31/12/2022 - R\$ 2 milhões) referentes a Rendas a Receber.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos totais atingiram R\$ 1.518 milhões (31/12/2022 - R\$ 1.350 milhões). Desse montante, destacamos R\$ 150 milhões representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (31/12/2022 - R\$ 0).

Política de Distribuição de Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Por deliberação da Diretoria Executiva, poderão ser pagos, no curso do exercício social e até a AGO, juros sobre o capital próprio até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios.

Em 31 de março de 2023 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas para equalização de dividendos no montante de R\$ 150 milhões. O pagamento ocorreu em 03 de abril de 2023.

Em 30 de junho de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 200 milhões, apurado com base no balanço do mês de junho de 2023, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento foi imediato.

Em 16 de agosto de 2023 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas para equalização de dividendos no montante de R\$ 60 milhões. O pagamento ocorreu em 17 de agosto de 2023.

Em 27 de setembro de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 150 milhões, apurado com base no balanço do mês de setembro de 2023, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento ocorreu em 28 de setembro de 2023.

Em 27 de dezembro de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 150 milhões, apurado com base no balanço do mês de novembro de 2023, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento ocorreu em 28 de março de 2024.

Outras Informações

A política de atuação da Sancap na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Sancap informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PwC e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Sancap confirma que a PwC dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		237.584	125.696	Passivo Circulante		151.478	1.173
Caixa e Equivalente de Caixa	4&11.c	6	1.076	Impostos a Pagar		1.451	1.130
Aplicações Financeiras	5&11.c	73.879	120.577	Contas a Pagar		27	43
Rendias a Receber	11.c	161.880	1.986	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	7.b	150.000	-
Outros Créditos		99	-				
Ativos Fiscais - Corrente		1.726	2.057	Patrimônio Líquido		1.366.720	1.348.389
Ativo não Circulante		1.280.614	1.223.866	Capital Social		847.135	847.135
Investimentos em Controladas	6	1.280.610	1.223.862	Reservas		537.114	586.530
Ativos Fiscais - Diferido	4	4	4	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(17.529)	(85.276)
Total do Ativo		1.518.198	1.349.562	Total do Passivo		1.518.198	1.349.562

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		847.135	124.483	361.672	(112.358)	-	1.220.932
Ajustes de Avaliação Patrimonial no Resultado Abrangente das Controladas		-	-	-	27.062	-	27.062
Lucro Líquido		-	-	-	-	550.375	550.375
Destinações:							
Reserva Legal	7.c	-	27.519	-	-	(27.519)	-
Dividendos	7.b	-	-	(450.000)	-	-	(450.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	7.d	-	-	522.856	-	(522.856)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		847.135	152.002	434.528	(85.276)	-	1.348.389
Ajustes de Avaliação Patrimonial no Resultado Abrangente das Controladas		-	-	-	67.747	-	67.747
Lucro Líquido		-	-	-	-	660.584	660.584
Destinações:							
Reserva Legal	7.c	-	17.425	-	-	(17.425)	-
Dividendos	7.b	-	-	(210.000)	-	(500.000)	(710.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	7.d	-	-	143.159	-	(143.159)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		847.135	169.427	367.687	(17.529)	-	1.366.720

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado									
1. Contexto Operacional									
A Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Sancap"), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 CJ 201, Parte 2, Bloco A, Cond Wtorre JK Vila Nova Conceição CEP 04543 011, é uma Sociedade integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social exclusivo participar como sócia acionista ou quotista de sociedades autorizadas a funcionar de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).									
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Estimativas Contábeis									
Em função da atuação exclusiva da Sancap na atividade de holding da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), da Evidence Previdência S.A. (Evidence), e da Santander Auto S.A. (Santander Auto) as demonstrações financeiras da Sancap foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela SUSEP estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, conforme Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.									
Essas práticas contábeis não requerem a apresentação das demonstrações consolidadas em conjunto com as individuais. Não obstante, a Sancap é controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), investidores estes que totalizam o equivalente à 100% do capital social da Sancap (Nota 7.a). O Banco Santander, foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.									
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de abril de 2024.									
O resultado e a posição financeira da Sancap estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.									
A Sancap é controladora integral da Evidence Previdência S.A. (Evidence), sendo o investimento o equivalente à 100% do capital social da Evidence. E controladora integral da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), o qual detém 99,99% de participação no Investimento da Santander Capitalização (Nota 6), e detém 50% de participação no investimento da Santander Auto S.A. (Santander Auto) (Nota 6).									
a) Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de Dezembro de 2023									
1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros									
Em 06 de julho de 2022, o Conselho Diretor da SUSEP decidiu colocar em consulta pública minuta de Circular que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivos da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, visando a implementação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros pelo mercado supervisionado pela Susep, e outras alterações regulatórias. Em 10 de outubro de 2023 a SUSEP através da Circular nº 678 recepcionou o CPC 48 a partir de 02 de janeiro de 2024. A Administração considera que a adoção dos respectivos normativos não ocasionará impactos materiais.									
1.a) Classificação de Instrumentos Financeiros									
O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão como das características dos fluxos de caixa contratuais. Com base no supracitado, um ativo financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo afetando o resultado ou iii) valor justo afetando o patrimônio líquido.									
2. CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)									
O CPC 50 visa substituir o CPC 11 e tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros à medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda não teve aprovação da SUSEP.									
b) Estimativas Utilizadas									
Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Sancap na elaboração das demonstrações financeiras. A Sancap faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. As estimativas e as suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, ao reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (Nota 3.a).									
3. Principais Políticas Contábeis									
As principais políticas contábeis e os critérios de apuração utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:									
a) Caixa e Equivalentes de Caixa									
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.									
b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros									
i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração									
Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:									
• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;									
• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos em longo prazo" ou "instrumentos de recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.									
ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação									
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:									
• "Caixa e equivalentes de caixa";									
• "Aplicações financeiras"; e									
• "Rendias a receber".									
iii. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração									
Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:									
• Passivo financeiro ao custo amortizado; demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.									
iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação									
Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:									
• "Contas a pagar";									
• "Impostos a pagar"; e									
• "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar".									
v. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros									
Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, subsequentemente são mensurados ao valor justo ou custo amortizado, dependendo da categoria.									
Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.									
c) Investimentos em Controladas e Resultado de equivalência patrimonial									
Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de equivalência patrimonial.									
d) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)									
O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.									
e) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)									
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, e não classificados como não circulantes.									
4. Caixa e Equivalentes de Caixa									
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a depósitos bancários (Nota 11.c).									
5. Aplicações Financeiras - Títulos para Negociação									
Composição		31/12/2023	31/12/2022						
Fundo de Renda Fixa ⁽¹⁾		73.879	120.577						
Total (Nota 11.c)		73.879	120.577						
⁽¹⁾ Fundo de investimento SBAC, carteira composta substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas. Títulos sem vencimento.									

Em 26 de julho de 2023 a Evidence pagou dividendos mínimos obrigatórios de 2022 no montante de R\$ 107,7. Em 06 de abril de 2023 a Santander Auto pagou dividendos de R\$ 1.880. Em 15 de dezembro de 2023, a Santander Auto pagou Juros sobre Capital Próprio de R\$ 2.152. Em 31 de março de 2023, a Santander Capitalização aprovou o pagamento de: (1) dividendos intercalares no valor de R\$ 17,12, com base no balanço de agosto de 2022, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023 e (2) dividendos intermediários no valor de R\$ 134,288, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento dos dividendos foi realizado em 03 de abril de 2023. Em 30 de junho de 2023, a Santander Capitalização aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 200,000, com base no balanço de junho de 2023, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento foi realizado em 30 de junho de 2023. Em 27 de setembro de 2022, a Santander Capitalização aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 150,000, com base no balanço de setembro de 2023, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento foi realizado em 26 de setembro de 2023. Em 29 de dezembro de 2022, a Santander Auto pagou Juros sobre Capital Próprio de R\$ 2.152. Em 30 de junho de 2022, a Santander Capitalização aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 100,000, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2022. O pagamento foi realizado imediatamente. Em 30 de junho de 2022, a Santander Capitalização aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 100,000, com base no balanço de junho de 2022, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2022. O pagamento foi realizado em 05 de julho de 2022. Em 26 de setembro de 2022, a Santander Capitalização aprovou o pagamento de: (1) dividendos intercalares no valor de R\$119,161, com base no balanço de agosto de 2022, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2022 e (2) dividendos intermediários no valor de R\$80,839, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento dos dividendos foi realizado em 26 de setembro de 2022. Em 30 de junho de 2022, a Santander Capitalização aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 150,000 referentes ao exercício de 2022. O pagamento foi realizado imediatamente.

Valor

Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://valor.globo.com/valor/n-central-de-resultados/>; <https://iuienergia.com.br/cvm/>.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante	34.775	44.931
Caixa e equivalentes de caixa	13.385	25.967
Títulos e valores mobiliários	6.004	6.315
Contas a receber de clientes	14.560	11.194
Despesas pagas antecipadamente	424	436
Adiantamento a fornecedores	359	995
Outros ativos	35	24
Não circulante	356.410	372.108
Tributos a compensar	3.187	5.618
Depósitos judiciais	4.582	4.598
Imobilizado	335.128	348.599
Intangível	13.513	13.833

Total do ativo

391.177 417.039

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	298.936	5.361	42.038	-	346.335
Dividendos intermediários	-	-	(42.038)	-	(42.038)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.021	26.021
Reserva legal	-	1.301	-	(1.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.180)	(6.180)
Transferência para reserva de lucros	-	-	18.540	(18.540)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	298.936	6.662	18.540	324.138	748.276
Dividendos intermediários	-	-	(18.540)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.524	26.524
Reserva legal	-	1.326	-	(1.326)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.299)	(6.299)
Dividendos intercalares	-	-	-	(7.455)	(7.455)
Transferência para reserva de lucros	-	-	11.444	(11.444)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	298.936	7.988	11.444	318.368	736.736

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Iuij Energia S/A (“Companhia” ou “Iuij”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico”, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Iuij, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José (UHE “São José”), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”). O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 009/2006-MME-UHE-SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Iuij e em potência instalada mínima de 51 MW. Adicionalmente, em 21 de outubro de 2022, a Companhia e a União celebraram o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.648 (mil e seiscentos e quarenta e oito) dias, ou seja, até 18 de fevereiro de 2046. O contrato de concessão estabeleceu que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 10. Em 02 de dezembro de 2022, a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despatchadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN - por meio do Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE’s Despatchadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, alterando a garantia física da UHE São José de 30,4 MW para 29,9 MW. A partir de 1º de janeiro de 2022 a Companhia passou a ser controlada pela Foz do Rio Claro S.A., cuja participação direta é de 51%. A Foz do Rio Claro S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Declaração de conformidade:** A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de março de 2024. Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e, despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis dos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não futuras de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). • Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações

A Diretoria

Extrato do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://valor.globo.com/valor/n-central-de-resultados/>; <https://iuienergia.com.br/cvm/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de março de 2024, sem modificações.



Iuij Energia S.A.
CNPJ nº 07.823.304/0001-06

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

	31/12/2023	31/12/2022
(Em milhares de Reais)		
Receta	11.106	71.014
Costos operacionais	(36.410)	(33.190)
Lucro bruto	39.696	37.824
Despesas (receitas) operacionais	(3.644)	(3.275)
Lucro antes do resultado financeiro	36.052	34.549
Resultado financeiro	(7.140)	(8.797)
Despesas financeiras	78	3.854
Receitas financeiras	(7.062)	(4.943)
Lucro antes do imposto de renda	28.990	29.606
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.466)	(3.585)
Lucro líquido do exercício	26.524	26.021

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

	31/12/2023	31/12/2022
(Em milhares de Reais)		
Lucro líquido do exercício	26.524	26.021
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	26.524	26.021

receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo anterior estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia considera ainda um valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O custo provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. **Ativos e passivos financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos aos fluxos de caixa. **Ativos e passivos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma U



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis, acompanhadas de notas explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Agis Construção S.A. ("Companhia").

No ano de 2023, mantendo sua estratégia de atuação nos mercados público e privado, a Companhia contratou grandes projetos de infraestrutura, a exemplo da linha 17 – Monotrilho – Metro SP, incluindo obras civis e sistema de tração, no valor total de R\$11,5 bilhão. Também estão sendo executados projetos de execução de usinas fotovoltaicas que totalizam 1,7 GWp de geração, demonstrando a capacidade executiva adquirida neste seguimento de atuação.

Os contratos em andamento nos segmentos público e privado, incluindo as contratações junto à clientes das indústrias de mineração e de energias renováveis nos permite projetar uma receita de R\$2,0 bilhões para o ano de 2024, com um backlog bastante robusto, que incluindo os contratos em fase de assinatura,

atinge a expressiva soma de R\$6,0 bilhões.

O nível de endividamento vem sendo reduzido de forma significativa, sendo que em dezembro/2023 foi assinado acordo judicial com a CBTU, o que propiciou a entrada de R\$ 235 milhões em janeiro/2024, o que foram direcionados para as atividades operacionais, gerando recursos para a manutenção do seu forte crescimento.

A manutenção desse patamar, associada à conquista de novos clientes e relevante carteira de obras é resultado dos permanentes investimentos em políticas e ações de Compliance, novas metodologias de gestão, otimização dos controles internos, atração e retenção de talentos, além da aquisição de máquinas, equipamentos, veículos pesados e outros bens tangíveis ao longo dos últimos anos.

A permanente preocupação da Companhia em operar com a máxima eficácia e qualidade na prestação de serviços, bem como garantir a prevenção de danos ao meio ambiente, a segurança e a saúde das

pessoas, além do integral respeito às comunidades onde atua. Tal compromisso também é materializado na manutenção das certificações nos seguintes Sistemas de Gestão Integrada: ISO 9001 (Sistemas de Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Sistemas da Gestão Ambiental), OHSAS 18001 (Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho) e PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - Nível "A").

Realiza-se que no ano de 2023 houve a mudança para uma nova sede. Essa mudança está em sintonia com o nosso projeto de crescimento e com os conceitos de gestão do Grupo Agis, que prioriza o compartilhamento de ideias e colaboração entre as equipes.

A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 30 de abril de 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)				
		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida operacional		17	852.897	595.482
(-) Custo dos serviços prestados		18	(791.965)	(423.379)
(=) Lucro bruto			60.932	172.103
(+/-) Despesas e receitas operacionais				
Despesas administrativas, comerciais e gerais		18	(43.798)	(73.357)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		18	(5.004)	1.038
			(48.803)	(72.320)
(+/-) Resultado financeiro				
Receitas financeiras		19	93.602	1.512
Despesas financeiras		19	(61.250)	(51.882)
			36.352	(50.370)
(=) Lucro antes dos impostos			48.481	49.413
(-) IRPJ/CSLL corrente		14.1	(9.802)	-
(-) IRPJ/CSLL diferido		14.2	(7.478)	(18.891)
(=) Lucro líquido do exercício			31.201	30.522
Lucro por ação - R\$/ação (22.830.992 ações)			1,37	1,34

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)				
		31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício		31.201	30.522	
Total do resultado abrangente do exercício		31.201	30.522	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)				
		31/12/2023	31/12/2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		48.481	49.413	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:				
Depreciações e amortizações		15.513	15.093	
Amortização do direito de uso		856	1.111	
Provisão para demandas judiciais		2.317	1.382	
Apropriação de juros, inclusive de imóvel locado		34	135	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado		230	1.396	
Outros ajustes ao resultado		15.628	8.753	
		82.860	77.283	

Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		48.481	49.413	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:				
Depreciações e amortizações		15.513	15.093	
Amortização do direito de uso		856	1.111	
Provisão para demandas judiciais		2.317	1.382	
Apropriação de juros, inclusive de imóvel locado		34	135	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado		230	1.396	
Outros ajustes ao resultado		15.628	8.753	
		82.860	77.283	

Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		48.481	49.413	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:				
Depreciações e amortizações		15.513	15.093	
Amortização do direito de uso		856	1.111	
Provisão para demandas judiciais		2.317	1.382	
Apropriação de juros, inclusive de imóvel locado		34	135	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado		230	1.396	
Outros ajustes ao resultado		15.628	8.753	
		82.860	77.283	

Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		48.481	49.413	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:				
Depreciações e amortizações		15.513	15.093	
Amortização do direito de uso		856	1.111	
Provisão para demandas judiciais		2.317	1.382	
Apropriação de juros, inclusive de imóvel locado		34	135	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado		230	1.396	
Outros ajustes ao resultado		15.628	8.753	
		82.860	77.283	

Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		48.481	49.413	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:				
Depreciações e amortizações		15.513	15.093	
Amortização do direito de uso		856	1.111	
Provisão para demandas judiciais		2.317	1.382	
Apropriação de juros, inclusive de imóvel locado		34	135	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado		230	1.396	
Outros ajustes ao resultado		15.628	8.753	
		82.860	77.283	

Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo:

Contas a receber (61.981) (182.268)

Tributos a recuperar 1.005 6.689

Créditos diversos (12.414) (3.833)

Estoques (2.556) (1.403)

Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo:

Fornecedores (7.920) 22.378

Obrigações trabalhistas e tributárias 44.662 3.075

Adiantamento de clientes 10.527 (3.740)

(=) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais 53.284 (61.719)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adições ao imobilizado e intangível (5.199) (6.200)

Adições ao ativo de direito de uso - (67)

(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (5.199) (6.267)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Terceiros:

Empréstimos tomados de terceiros 211.187 187.419

Empréstimos pagos a terceiros (252.544) (109.355)

Juros pagos (25.215) (28.558)

Pagamento do passivo de arrendamento 2.046 (1.014)

Acionistas:

Empréstimos tomados de partes relacionadas 10.378 48.743

Empréstimos pagos a partes relacionadas - (19.500)

Empréstimos realizados a partes relacionadas 247 (1.618)

(=) Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos (53.901) 76.116

(-) Geração (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa (8.345) (20.214)

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício 8.345 8.345

Caixa e equivalente de caixa no final do exercício 2.529 8.345

(-) Geração (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa (5.816) (11.869)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis fiscais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia. ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two: Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organization for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do grupo da Companhia, a saber: informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações da Companhia. 3.4 Normas novas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estarão em vigor em 31 de dezembro de 2023: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores dessas demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa				
		31/12/2023	31/12/2022	
Caixa e bancos		147	282	
Aplicações de liquidez imediata		2.362	8.063	
Total		2.509	8.345	
As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações CDB-DI, de curto prazo e rendem juros de 100% do CDI (100% do CDI em 2022). Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.				

5. Contas a receber de clientes				
		31/12/2023	31/12/2022	
Prestação de serviço de construção				
Público		618.362	603.323	
Privado		111.367	64.384	
(-) Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (a)		(2.529)	(781)	
Total		728.917	666.936	
Circulante		451.461	386.655	
Não circulante		277.456	280.280	
Total		728.917	666.936	
a) A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito. A parcela classificada no ativo não circulante refere-se a créditos vencidos de contratos de serviços prestados a órgãos públicos com grandes perspectivas de realização, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, conforme demonstrado a seguir:				

6. Impostos a recuperar				
		31/12/2023	31/12/2022	
IRRF		1.268	2.964	
CSLL		1.895	2.335	
Outros impostos a recuperar		2.855	825	
Total		6.018	6.123	

7. Créditos diversos				
		31/12/2023	31/12/2022	
Adiantamento a fornecedores		18.673	9.867	
Títulos a receber de terceiros		204	214	
Cauchês diversas		2.900	2.498	
Outros		52	52	
Total		21.829	12.630	

continua →

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e Patrimônio Líquido		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		4	2.529	8.345	Fornecedores		11	33.276	43.697
Contas a receber de clientes		5	451.461	386.655	Empréstimos e financiamentos		12	86.993	109.620
Impostos a recuperar		6	6.018	6.123	Obrigações trabalhistas e tributárias		13	39.503	19.915
Estoques			3.959	1.403	IR/CS corrente		14.1	9.802	-
Seguros a apropriar			1.232	455	Tributos diferidos		14.2	16.974	6.447
Créditos diversos		7	21.829	10.132	Adiantamento de clientes			2.217	171
			487.028	413.113	Arrendamentos a pagar			356	1.037
								189.121	180.887
Não circulante					Não circulante				
Contas a receber de clientes		5	277.456	280.280	Empréstimos e financiamentos		13	42.934	61.666
Partes relacionadas		8.1	2.261	2.508	Partes relacionadas		8.1	61.541	51.162
Depósitos judiciais		15	831	906	Dividendos a pagar			2.189	1.893
Seguros a apropriar			134	118	Provisão para demandas judiciais		15	5.360	3.713
Tributos diferidos		14.2	123.200	127.609	Tributos diferidos		14.2	185.545	182.475
			403.882	411.422	Obrigações trabalhistas e tributárias		13	25.074	6.322
					Débitos diversos			3.363	862
								326.006	308.094
Imobilizado		9	27.426	36.042	Patrimônio líquido				
Intangível		10	309	362	Capital social		16	239.009	239.009
Direito de uso			294	950	Reserva Legal		16	8.811	7.251
			431.911	448.776	Reserva de lucros		16	155.993	126.648
			918.939	861.889				403.813	372.908
Total do ativo					Total do passivo e patrimônio líquido			918.939	861.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

		Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021			239.009	5.725	97.941	-	342.676
Lucro líquido do exercício			-	-	-	30.522	30.522
Constituição de reserva legal		17	-	1.526	-	(1.526)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		17	-	-	-	(290)	(290)
Reserva de lucros		17	-	-	-	(28.706)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022			239.009	7.251	126.648	-	372.908
Lucro líquido do exercício			-	-	-	31.201	31.201
Constituição de reserva legal		17	-	1.560	-	(1.560)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		17	-	-	-	(296)	(296)
Reserva de lucros		17	-	-	-	(29.345)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023			239.009	8.811	155.993	-	403.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional:

A AGIS Construção S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Av. Paulista, nº 2.421, 8º andar, São Paulo - SP - Brasil. Tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia e construção civil a clientes públicos e privados, com foco em projetos de infraestrutura, geração de energia renovável, mineração, transportes e mobilidade urbana. A execução desses projetos pode ser feita de forma individual pela Cia. ou por meio da constituição de Consórcio específico para a realização de tal projeto, onde dois ou mais participantes, somam suas competências a fim de ganhar eficiência e qualidade na realização desses.

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis:

2.1. Declaração de conformidade: A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores da Companhia em 30 de abril de 2024. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31

Crise climática
Mercado no Brasil cobre só 5% das perdas por desastres naturais, diz Isabel Solano **F5**



INÊS 249
Saúde
Convênios lançam ofertas com planos mais acessíveis e com foco regional **F3**

Tendência
Resseguros registram contratação recorde em janeiro **F6**

Obras públicas
Seguro garantirá continuidade se construtora abandonar projeto **F8**

Valor F
Terça-feira, 30 de abril de 2024

Especial

Seguros e Resseguros

Operação com saldo positivo anima o setor

Cenário Empresas estão otimistas com arrecadação em alta e apostam na combinação de fatores conjunturais, como aumento da massa salarial, redução da inflação e retomada do crédito, para manter expansão na casa de dois dígitos

Nelson Rocco
Para o Valor, de São Paulo

O mercado de seguros brasileiro está otimista. Tem registrado crescimento robusto de receitas, ou arrecadação na linguagem técnica, na casa de dois dígitos. Esse desempenho, na visão dos empresários do setor, faz com que as previsões para este ano sejam as mais confiantes. Dados da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), a entidade que reúne as companhias, mostram que a arrecadação das empresas chegou a quase R\$ 670 bilhões em 2023, com crescimento de 11,5% sobre 2022. Isso contando todas as atividades, incluindo seguro saúde.

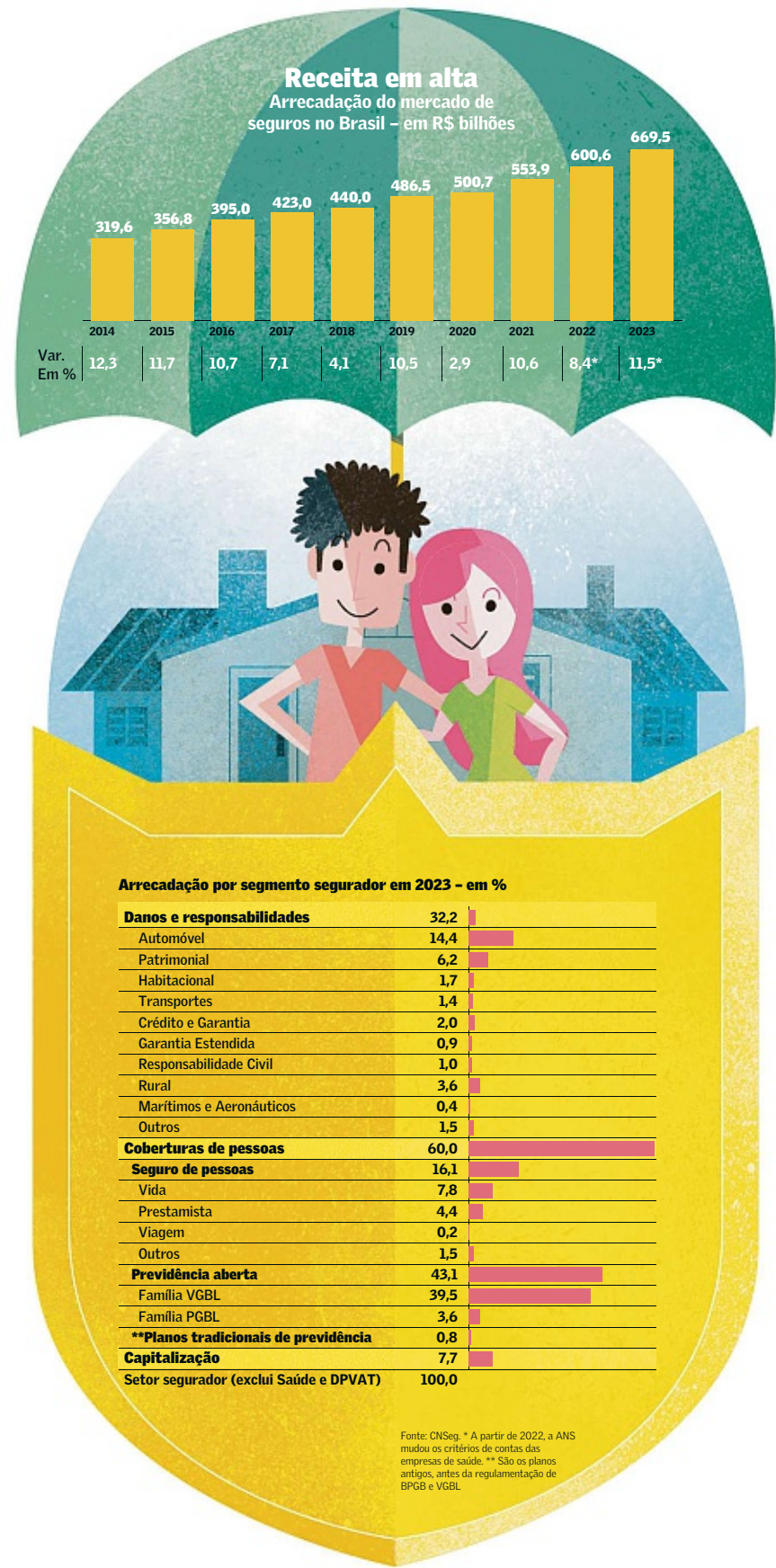
O saldo das operações foi bastante positivo, já que no ano passado os prêmios pagos pelas seguradoras, ou as despesas com sinistros, indenizações, sorteios e resgates ficaram em R\$ 467,9 bilhões, um aumento de 7,9% sobre 2022, percentual bem abaixo da evolução da arrecadação.

“Para este ano, vemos a economia brasileira mais robusta, com o Produto Interno Bruto (PIB) em alta de 2,5%, a massa salarial crescendo 7% em termos reais, a taxa de inflação arrefecendo, os preços das commodities estáveis, e uma retomada das operações de crédito”, afirma Dyogo Oliveira, presidente da CNseg. A entidade projeta um crescimento do setor para este ano de 12%.

Oliveira ressalta, no entanto, que as projeções não se baseiam somente nos aspectos conjunturais da economia, mas em um componente estrutural que vem se consolidando na sociedade após a eclosão da pandemia de covid-19, em 2020. “O pós-pandemia trouxe um componente adicional ao setor, porque o seguro foi muito utilizado durante aquele período, principalmente os ramos de saúde e vida. Devido a esse aumento de demanda, as pessoas passaram a refletir mais sobre a importância do seguro”, afirma o presidente da CNSeg.

De acordo com os cálculos do executivo, o bom desempenho em 2024 será percebido em diversos ramos do mercado segurador. A maior alta deve ser registrada pelo seguro garantia, da ordem de 22%. Isso por conta da retomada de grandes obras, da entrega de insumos para diversas atividades econômicas, do aprimoramento de contratos entre as empresas ou mesmo entre governos e as concessionárias, além de seguro de crédito e seguro para ações judiciais. “O seguro garantia tem impacto com a retomada das grandes obras, do crescimento econômico e do aumento das operações de crédito”, diz Oliveira.

O seguro de bens, que tem no automóvel a modalidade mais relevante, apresenta potencial de expansão de 15% nas projeções da CNSeg. Isso graças ao aumento previsto nas vendas de veículos novos e na renovação das apólices dos que já estão em circulação pelas ruas. Previdência comple-



mentar é outro ramo com desempenho positivo esperado pela entidade. Segundo Oliveira, essa área deve mostrar uma alta de 9% por conta do aumento da renda da população e a redução do endividamento das famílias, o que dá margem para o planejamento financeiro de longo prazo.

A baixa penetração dos produtos de seguro no Brasil, uma queixa antiga do setor no país, é outro fator estrutural que pode auxiliar na expansão. Oliveira observa que o seguro de automóveis, o mais popular, tem apenas 30% da frota coberta. No caso das residências, apenas 20% contam com seguro. “Em agro, temos apenas 6% da área plantada assegurada”, diz.

Na Brasilseg, companhia que tem o Banco do Brasil como um dos principais acionistas, as apostas para este ano recaem, principalmente, nos segmentos

de seguro rural e prestamista. “Nossa expectativa é muito otimista. Prevemos um aumento na arrecadação de, no mínimo, 8%, podendo chegar a 13%”, estima Amauri Vasconcelos, presidente da companhia. Suas contas se baseiam em um Plano Safra robusto para o setor agropecuário, no aumento do número de eventos nessa área e no crescimento das operações de crédito, que impulsionam o prestamista.

A receita de prêmios da Brasilseg alcançou R\$ 18 bilhões em 2023, acima dos R\$ 15,8 bilhões de 2022. “Ano a ano temos ampliado o lucro, que em 2023 chegou a R\$ 4 bilhões”, conta. “O seguro rural é nosso carro-chefe. No ano passado, 50,5% de nossa receita veio desse segmento”, afirma Vasconcelos. Por conta desse fator, a Brasilseg criou um programa em 2023 para reforçar a atuação junto às concessioná-

rias de carros e veículos pesados e vendas de máquinas e equipamentos. “Dos R\$ 18 bilhões de receita, R\$ 2 bilhões vieram dessas parcerias. São mais de mil agências parceiras.”

Vasconcelos afirma que seu otimismo está calcado nas expectativas para a economia do país, especialmente na redução da taxa básica de juros, a Selic. Esse fator, diz ele, tem dois efeitos no desempenho das companhias. Por um lado, com uma taxa mais baixa, as empresas têm ganhos financeiros menores sobre suas reservas aplicadas. Por outro, no entanto, “temos oportunidade de ampliar receita com o crescimento da carteira, especialmente do seguro prestamista”. Ele explica que, com juros mais baixos e com aumento de renda, a tendência é de as pessoas tomarem mais crédito, contratando mais apólices de seguro prestamista para garantir essas operações.

A Bradesco Seguros também tem o agronegócio como um dos principais fatores de crescimento para 2024. No ano passado, obteve receita de R\$ 106,6 bilhões, o que representa expansão de 11,8% em relação ao resultado de 2022. O lucro líquido atingiu R\$ 8,9 bilhões. A estratégia da empresa é focada em uma agenda de apresentações dos benefícios do seguro pelo país, com abordagem de corretores de mercado para a venda dos produtos.

“Vamos caminhar mais para regiões fora dos grandes centros, em particular as do agro, Nordeste, Norte e o interior de São Paulo. Essa é uma tendência natural do mercado segurador no Brasil. Nosso desafio é ampliar o acesso ao seguro onde ele é mais necessário e desejado”, afirma Ivan Gontijo Junior, presidente da Bradesco Seguros.

Para a Allianz Seguros, que teve aumento de receita de prêmios, em 2023, de 5,3%, para R\$ 9,2 bilhões, as principais linhas de crescimento devem vir do seguro auto, seguros corporativos e de pessoas. A estratégia da empresa, segundo Eduard Folch, presidente da Allianz, continuará focada em três pilares fundamentais: crescimento, margem e eficiência de capital. “Dessa forma, buscamos fortalecer a base de segurados, diversificando os negócios, ou seja, descentralizando do automóvel, e expandindo a presença nos mercados onde atuamos. Embora São Paulo continue sendo um mercado crucial, estamos empenhados em aumentar nossa presença nos demais Estados”, afirma

A Mapfre aposta no reforço dos ramos de seguros automotivo, de vida e agrícola para este ano, áreas que são consideradas essenciais para o presidente da empresa no Brasil, Felipe Nascimento. Para a Porto Seguro, o crescimento deve vir das carteiras de auto, vida e previdência, além do seguro patrimonial — empresarial e residencial. “Pensando nesse cenário, a tendência é que essas coberturas ganhem mais espaço dentro do mercado de seguros”, avalia Rivaldo Leite, CEO da Porto Seguro.

“Vamos caminhar para fora dos grandes centros. É uma tendência do mercado”
Ivan Gontijo Jr

“Vemos a economia robusta, com PIB em alta e a massa salarial crescendo”
Dyogo Oliveira

Previdência privada Nos últimos 12 meses até fevereiro, prêmios e contribuições do setor cresceram 11,7% e superaram R\$ 176 bilhões

Captação e adesões crescem e retomam níveis pré-pandemia

William Salasar
Para o Valor, de São Paulo

Com as sequelas da pandemia de covid-19 praticamente dissipadas, a previdência privada volta a apresentar bons resultados em termos de captação, rentabilidade dos ativos e crescimento dos investidores. Só que, agora, dentro de um novo marco regulatório que gestores e analistas consideram atrativo do ponto de vista do poupador e positivo para o crescimento do mercado.

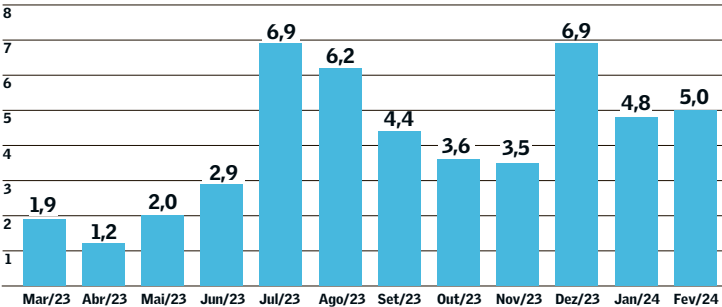
“Olhando para trás, para o comportamento dos clientes da previdência privada, o setor mostrou resiliência na pandemia, com todas as consequências socioeconômicas, preservando um nível de captação líquida positiva, ainda que reduzida, e até algum crescimento em quantidade de participantes”, avalia o presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), Edson Franco.

Nos últimos 12 meses, até fevereiro de 2024, o resultado acumulado indica um crescimento de 11,7% nos prêmios e contribuições, superando os R\$ 176 bilhões. A captação líquida cresceu 48,9% no período, somando 49,4 bilhões. Os resgates subiram 1,8%, abaixo da inflação no período, totalizando R\$ 126,8 bilhões.

Dados da entidade mostram um início de ano promissor: a arrecadação dos planos de previdência privada aberta somou R\$ 31,2 bi-

De olho no futuro

Captação líquida* da previdência privada**, em R\$ bilhões



Fonte: Fenaprevi. *Aportes menos resgates. **Dados de VGBL, PGBL, Trad. Acum. Fapi e Trad. Risco

lhões no primeiro bimestre de 2024, uma alta de 23,9% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto os resgates somaram R\$ 21,4 bilhões, com queda de 1,6% sobre janeiro/fevereiro de 2023, o que resulta numa captação líquida de R\$ 9,8 bilhões no bimestre, com alta de 185,1% em relação ao primeiro bimestre de 2023.

A base baixa do ano passada explica em parte tal desempenho: janeiro e fevereiro viram o colapso das Lojas Americanas e da Light, que compunham parte significati-

va das carteiras de muitos fundos previdenciários. Além disso, a rentabilidade de fundos multimercados e de renda variável sofreu com a aversão ao risco e eles perderam atratividade, comparativamente aos de renda fixa, como explicam o CEO da Valora Investimentos, Daniel Pegorini, e Francisca Brasileiro, sócia e diretora de investment solutions da TAG Investimentos.

Pegorini também ressalta o movimento de migração de investidores motivado por novas regras tributárias. “Quando os fundos exclusivos deixaram de ser isentos do come-cotas, vários foram transformados em programas de previdência ao longo do ano passado e começo deste ano, e os que não foram transformados, parte foi fechada e os investidores acabaram indo para o regime previdenciário porque este apresenta uma equa-

ção fiscal de longo prazo melhor em relação àqueles fundos”, detalha Pegorini, acrescentando a esse movimento migratório as novas regras para emissão de certificados imobiliários e agrícolas, conhecidos pelas siglas CRI e CRA.

“Começamos o ano com um forte rally, muito por conta da tributação dos fundos exclusivos. A demanda já diminuiu um pouco, mas ainda temos visto uma procura grande pelos investimentos em previdência de forma geral, tanto na parte da família quanto do lado corporativo”, diz Brasileiro, apontando para o crescimento da previdência complementar dos serviços públicos. “Depois que caiu a previdência pública integral, é o segmento que mais cresce em termos de patrimônio: a cada dia a gente ouve falar de novos municípios adotando essa previdência.”

Paralelamente, o novo marco regulatório que instituiu a adesão automática à previdência das empresas tende a ser um impulsionador do crescimento dos participantes. “É comprovado em outros países, notadamente da Europa, que [adesão automática] aumenta cerca de 30% a participação, e isso deve acontecer também no Brasil”, frisa Brasileiro.

Segundo o diretor da área de previdência da consultoria Mercer Brasil, Thiago Calçada, apenas 10% da população brasileira entre 20 e 64 anos possui hoje previdência privada. O Brasil, afirma ele, en-



Francisca Brasileiro, da TAG: procura grande por investimentos em previdência

frenta obstáculos similares aos países da América Latina e comunga os desafios dos sistemas de seguridade social ao redor do mundo com o crescente aumento da longevidade, bem como patamares mais elevados de inflação observados nos últimos anos

“A solução poderia envolver, além do incremento do nível de contribuição, um sistema onde a

solvência focasse mais em mecanismos de formação de poupança de longo prazo”, sustenta Calçada. “Qualquer solução estrutural deve focar além do binômio paramétrico [valor do benefício x idade de aposentadoria], abordar outros itens, como forma de financiamento, nível de benefício da população abrangida, incentivo a previdência complementar”, diz.

Novo marco regulatório dos planos agrada mercado

De São Paulo

As alterações na regulamentação dos planos de previdência privada promovidas pelas Resoluções 463 e 464 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), adotadas neste início de ano, foram bem recebidas pelos empresários desse mercado, basicamente por conferir maior flexibilidade aos planos de previdência e aumentar sua atratividade entre os investidores.

“As resoluções possibilitam ao empregador estabelecer a adesão automática nos planos coletivos — mas sempre com uma cláusula de saída, se o trabalhador assim preferir”, frisa o presi-

dente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), Edson Franco. Essa mudança, diz ele, terá reflexo nos planos de previdência fechada sobre os planos coletivos de previdência aberta, hoje, relativamente poucos.

As novas regras também abrem a possibilidade de o investidor

“É importante a adequação dos planos aos perfis dos investidores”
Ricardo Rocha

definir o regime tributário do investimento, não no momento da contratação, mas no momento em que precisar fazer o primeiro resgate, ou for usufruir o benefício. “Isso tende a aumentar a quantidade de pessoas que adotam o regime de taxação regressiva, que permite pagar menos imposto em função da maior permanência dos recursos e que também leve a um comportamento de alongamento do perfil das reservas, desestimulando o resgate prematuro”, explica Franco.

Ele destaca o “forte aperfeiçoamento regulatório” da permissão para o poupador dar como garantia de empréstimos suas reservas previdenciárias.

Por dois motivos, primeiro, barateia o crédito para clientes de previdência e, subsequentemente, produz um efeito importante de alongamento do perfil dos recursos dos planos. “Numa determinada emergência, o cliente ao invés de resgatar e perder o benefício, pode recorrer a um instrumento de crédito a um custo que eventualmente compense fazer um empréstimo.”

O diretor de Operações da W1 Consultoria Financeira, Ricardo Moura Rocha, assinala a importância do normativo que impõe a suitability aos planos previdência. “É importante a adequação dos planos, dos tipos de investimentos, aos perfis dos in-

vestidores, para evitar produtos que não façam sentido para o consumidor”, diz.

Para Guilherme Almeida, especialista em educação financeira da Suno Research, outra mudança que torna o investimento mais atrativo é a introdução de diferentes opções de recebimento de renda. Podem optar por receber o valor total de uma só vez, mensalmente por um período específico, ou mesclar diversos modelos, como receber parte do acumulado como uma renda mensal por um determinado tempo e a outra parte de forma vitalícia.

“Confere mais flexibilidade, sobretudo a escolha do regime de tributação. Antes, quando o clien-

te contratava o plano em questão, ele precisava esperar até o último dia útil do mês subsequente à contratação do plano para decidir a tabela de regime tributário, se o plano seria tributado de forma regressiva, de acordo com o tempo de acumulação”, detalha Almeida.

Alterações posteriores foram introduzidas Susep, abordando o conceito de plano ou fundo exclusivo, constituídos basicamente por um único beneficiário ou uma família. Os planos ou fundos exclusivos familiares foram impossibilitados de aceitar novos aportes ou portabilidades, caso o valor acumulado pelos poupadores, seja igual ou superior a 5 milhões. (WS)

Investimentos de infraestrutura previstos no Novo PAC devem impulsionar seguro garantia

Guilherme Meirelles
Para o Valor, de São Paulo

Os investimentos previstos de R\$ 1,7 trilhão em obras de infraestrutura por meio do Novo PAC e a nova Lei de Licitações — que prevê seguro garantia com cláusula de retomada e conclusão da obra pela seguradora caso a contratada não a entregue —, já apresentam os primeiros sinais positivos para o mercado. “É um ponto em que há convergência entre seguradoras e governo sobre uma maior fiscalização de obras públicas, cabendo às companhias uma atenção maior no acompanhamento em conjunto com o Estado”, afirma Jessica Bastos, responsável pela área de seguro garantia da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Um relatório da entidade sobre o futuro dos investimentos, a partir do debate com cerca de 50 entidades e empresas ligadas aos setores de seguros e infraestrutura, concluiu que os ramos mais relevantes serão o de seguro garantia, riscos de engenharia, responsabilidade civil, riscos operacionais/nomeados e transporte. Caso os investimentos de vulto se concretizem e cumpram a Lei de Licitações, o setor estima que



“Há convergência entre seguradoras e governo sobre uma maior fiscalização de obras públicas”
Jessica Bastos

seus resultados passem de 3,8% do PIB para até 10% até 2030, aproximando-se do índice de 10,5% do mercado americano. Em 2023, segundo a Susep, o setor (excluídos seguro saúde e DPVAT) registrou receita bruta de R\$ 388 bilhões, uma de alta de 9% ante 2022. A participação do seguro garantia foi de R\$ 4,31 bilhões, alta de 18,8%.

Segundo Andre Dabus, diretor de infraestrutura da Marsh, o novo cenário vai exigir mudanças operacionais, já que as seguradoras de infraestrutura ainda trabalham com produtos padronizados, diz. “Agora, deverão investir na formação e qualificação de profissionais de subscrição de riscos, além de formação jurídica para interpretação de contratos, matrizes de riscos e, principalmente, experiência em project finance”, afirma.

A Sompom vislumbra oportunidades nos ramos de seguro garantia e rural. “Quando a economia se movimenta, o setor de logística tem reflexos imediatos”, aponta Adailton Dias, diretor executivo de produtos e resseguro. Por sua vez, a Allianz Seguros lançou a marca Allianz Commercial, voltada a riscos corporativos. “No setor de engenharia e construção, os dois princi-

pais riscos apontados costumam ser a interrupção e/ou perturbação na cadeia de suprimentos e as catástrofes naturais”, diz Luciano Calheiros, diretor executivo de negócios corporativos. Com atuação nos principais ramos ligados à infraestrutura, a Tokio Marine pretende manter crescimento de dois dígitos, diz Sidney Cezarino, diretor de seguros patrimoniais.

Com 11 produtos voltados para grandes projetos, o IRB(Re) tem no portfólio obras como a ponte Rio-Niterói e a usina de Itaipu. Com o Novo PAC, pretende retomar o processo de crescimento após as recentes inconsistências contábeis. “O Brasil deverá representar 70% da carteira”, diz Daniel Castilho, vice-presidente em resseguros. Guilherme Perondi, vice-presidente Brasil da Swiss Re Corporate Solutions, também demonstra otimismo, citando aportes de R\$ 120 milhões realizados por acionistas e matriz na companhia em 2023. “Nos últimos quatro anos dobramos nossa operação no país”, diz.

Os futuros negócios ainda podem impulsionar novos produtos, como os voltados a créditos de carbono, diz Luciana Dias Prado, da área de seguros, resseguros e previdência do Lefosse Advogados.

Projeto altera dinâmica de contratos e impõe desafios

Lúcia Helena Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Aprovado em abril na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o texto-base do PLC 29/2017, altera a dinâmica dos contratos de seguros privados. Os senadores ainda podem votar, separadamente, emenda do senador Rogério Marinho (PL-RN), que determina a independência financeira e administrativa da Susep e mandatos fixos aos dirigentes. O texto está agora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ernesto Tzirulnik, presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS), cita, entre os avanços, um maior nível de transparência nos contratos, já que as seguradoras deverão informar tudo que não é coberto pelos seguros, ao contrário do sistema atual, no qual são listadas apenas as coberturas.

Para Tzirulnik, o projeto ainda “joga luz” sobre práticas discriminatórias. “Se chega um pedido para fazer seguro do carro de um morador de Capão Redondo [bairro da zona sul de São Paulo, conhecido pelos índices de violência] e a seguradora recusa, fica configurada que selecionou o perfil do segurado com base em critério socioeconômico. Isso é ilegal. Tira das

pessoas o direito de fazer seguro.”

Alessandro Octaviani, superintendente da Susep, considera que o texto aumenta a transparência e a proteção dos consumidores e a atratividade do produto no longo prazo. O regulador, responsável pela análise do sinistro, é uma figura que ganha relevância.

Embora continue a ser contratado pela seguradora, será cobrado, na forma de relatórios específicos, por estabelecer a imparcialidade. “O regulador costuma ser um capacho das seguradoras. Com a nova lei, terá que atender aos interesses do segurado na mesma proporção”, afirma Tzirulnik.

Glauce Carvalhal, diretora jurídica da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), concorda que a interpretação possa ser mais favorável ao consumidor, em caso de dúvidas. Isso exigirá, em sua opinião, um processo de adaptação no mercado.

Já Ronaldo Guimarães Gallo, sócio do Madrona Fialho Advogados, diz que o texto “não se mostra atual para um mundo digital margeado por ferramentas de inteligência artificial”. Além disso, entende que mudança impõe cláusulas rígidas às seguradoras, cria “resistência ideológica e ataca a voracidade pela disputa judicial.”

Saúde Novas modalidades incluem parcerias com prestadores de serviço e atenção primária; alta das mensalidades melhorou resultado das empresas

Convênios lançam planos acessíveis e regionalizados

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

As seguradoras de saúde, que enfrentam custos crescentes no setor, estão adotando estratégias para incrementar seu resultado operacional, como oferta de produtos mais acessíveis e regionalizados, foco na atenção primária e parcerias com prestadores de saúde. Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em abril mostram que as operadoras médico-hospitalares — que compõem a maior parte do setor de saúde suplementar — acumularam resultado operacional negativo de R\$ 5,9 bilhões em 2023. No entanto, considerando os ganhos financeiros, o lucro líquido chegou a R\$ 1,9 bilhão.

Já a sinistralidade caiu 2,2 pontos percentuais em comparação a 2022, fechando 2023 com 87%. É o melhor índice dos últimos três anos, diz a agência, que atribui essa redução à recomposição das mensalidades. Segundo a ANS, observa-se “uma tendência de maior crescimento das mensalidades médias (ajustadas pela inflação do período observado) em relação à despesa assistencial por beneficiário (também ajustada pela inflação)”. Em 2023, o reajuste dos planos individuais dado pela ANS foi de 9,6%, contra uma inflação de

4,62%. Para os planos coletivos, que têm aumento negociado entre operadoras e clientes, o percentual em alguns casos superou os 20%.

Segundo Vera Valente, diretora-executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), ainda é cedo para estimar o crescimento em 2024. Ela defende mudanças na regulação para permitir a comercialização de planos exclusivos de consultas e exames e atrair mais clientes. “Ou seja, planos mais aderentes às necessidades e às capacidades de pagamento de parte relevante das famílias e empresas brasileiras”, afirma.

“Despesas administrativas ainda são relevantes no setor”
Nuno Vieira

A Bradesco Saúde, com cerca de 3,9 milhões de beneficiários em planos coletivos, tem apostado na coparticipação e na regionalização, com prestadores de serviço locais. São produtos que também dão cobertura nacional. “Por ser desenhada de acordo com a realidade local, essa modalidade chega

a preços mais competitivos para empresas”, ressalta Manoel Peres, diretor-presidente da seguradora.

A estratégia tem se mostrado acertada. Em 2023, a Bradesco Saúde cresceu 22% na base de beneficiários de produtos regionais. No mesmo período, registrou prejuízo operacional de R\$ 1,4 bilhão e lucro líquido de R\$ 841,2 milhões por conta de operações financeiras, segundo dados da ANS. A empresa também lançou, no ano passado, um modelo de coparticipação para planos da categoria SPG (Seguro para Grupos). Nesse produto, pequenas e médias empresas têm percentual de coparticipação de 30%, limitado a um valor fixo por procedimento. Segundo Peres, uma vez que essa fórmula traz maior previsibilidade de custos, a economia para as empresas-clientes pode chegar a 18% em comparação a outros planos.

O segmento PME também é visto como atraente pela Seguros Unimed. O segmento saúde cresceu 12,5% em 2023, para 793,2 mil clientes. Segundo Elias Leite, diretor comercial de produtos e marketing de seguros, uma das frentes de expansão é a oferta de produtos regionais que atendam demandas específicas, com preços mais atrativos e opção de coparticipação.

Há produtos que incorporam a atenção primária à saúde, que



Vera Valente, da FenaSaúde: nova regulação para permitir comercialização de planos exclusivos de consultas e exames

promove a prevenção e o diagnóstico precoce, resultando em redução de custos ao evitar agravos de doenças. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, a modalidade ode atender de 80% a 90% das necessidades de saúde de uma pessoa ao longo de sua vida. Para fortalecer essa linha, a Unimed ampliou parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, de São Paulo. Com a iniciativa, diz Leite, os mais de 140 mil segurados da capital e região metropolitana podem realizar consultas de atenção primária em uma unidade do hospital. Segurados de outros Estados podem se consultar via telemedicina.

A Porto Saúde, que fechou 2023 com 543 mil beneficiários (em 2022 eram 413 mil), é focada nos planos coletivos empresariais e vem criando soluções mais em conta para o segmento. Lançou no Rio de Janeiro, em março, uma linha pensada para firmas com 3 a 99 vidas, sem reembolso e de 20% a 30% mais barata do que os seguros

tradicionais. O serviço está disponível na cidade de São Paulo, Campinas (SP) e no litoral paulista.

A seguradora também criou um plano nacional para empresas de todos os portes com rede otimizada, reembolso e um preço até 15% menor que a linha tradicional. A Porto Saúde, que teve lucro de R\$ 200,4 milhões em 2023, acertou parcerias com hospitais do Rio de Janeiro e lançou na cidade o “Time Médico”, um serviço que já funciona em São Paulo e algumas cidades do interior paulista e que permite agendar consultas pelo aplicativo.

Segundo o CEO da Porto Saúde, Sami Fogel, parcerias são um dos motores do crescimento. “No ano passado, firmamos uma joint-venture junto à Oncoclínicas e parce-

rias com Sirio-Libanês e Oswaldo Cruz em São Paulo, Centro Médico de Campinas e Grupo Vera Cruz, e Grupo Casa de Saúde, no litoral, entre outros”, destaca o executivo.

Nuno Vieira, sócio-líder de seguros da consultoria EY para América Latina, vê as empresas de planos de saúde desenvolvendo estratégias para minimizar a escalada dos custos, como a oferta de mais produtos e serviços médico-hospitalares dentro da rede conveniada e com menos reembolso. Há ainda, afirma ele, um esforço de eficiência operacional em relação às despesas administrativas. “Elas ainda são relevantes no setor”, diz Vieira.

Em outra linha de ataque aos custos elevados, Vieira lembra as tentativas para reduzir fraudes e desperdícios, que podem representar mais de 10% das receitas dos planos. O dado consta de um estudo da EY feito em parceria com o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) e divulgado em novembro do ano passado.

9,6%
foi o reajuste dos convênios em 2023

Seguro de Vida | Previdência

ICATU.COM.BR

— Deixar a família desprotegida
— Gastar todas as reservas
— Faltar dinheiro para o futuro

Risque seus riscos.
Garanta proteção completa com a Icatu Seguros.

Faça como mais de 10 milhões de brasileiros: conte com a maior seguradora independente do país em seguro de vida, previdência e capitalização.

ICATU
SEGUROS

Planos administrados por Icatu Seguros S.A. (CNPJ/MF: 42.283.770/0001-39). A aprovação dos planos de previdência pela SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O proponente tem a possibilidade de opção ou não pelo critério de tributação por alíquotas decrescentes. A Icatu Seguros não promete rentabilidade e/ou resultados financeiros durante os períodos de diferimento e de pagamento do benefício sob a forma de renda, com base no desempenho do respectivo fundo de investimento, no desempenho alheio ou no de quaisquer ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro. SAC: 0800 286 0110 (2ª a 6ª: 8h às 20h; fins de semana e feriados: 8h às 16h). Nos demais horários ou atendimento em libras: portal.icatusseguros.com.br/atendimento. Ouvidoria: 0800 286 0047 (2ª a 6ª: 8h às 18h, exceto feriados).



Em janeiro, graneleiro Gibraltar Eagle (na foto) foi alvo, perto da costa do Iêmen, no Golfo de Aden, de um míssil disparado por rebeldes Houthi, que já realizaram mais de 50 ataques contra navios comerciais que passam pelo Mar Vermelho

Guerras e ameaças crescentes desafiam o mercado

Emílio Sant’Anna
Para o Valor, de São Paulo

Ucrânia, Rússia, Israel, Faixa de Gaza, Irã, China, Taiwan, Sudão. A lista de guerras e conflitos em curso, ou ainda latentes, é longa. À medida que tensões geopolíticas escalam mundo afora, o mercado de seguros se adapta a um ambiente mais imprevisível, com reflexos para cadeias produtivas e relações comerciais na economia global.

Em um cenário de tamanha volatilidade e incertezas, seguradoras estão aprimorando processos para enfrentar desafios que exigem mais aperfeiçoamento. Para Antônio Trindade, presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), essa é a tônica do mercado ante o tamanho do desafio. “As seguradoras estão revisan-

do estratégias de gestão de riscos e desenvolvendo soluções inovadoras para ajudar as empresas a mitigar os impactos de eventos geopolíticos”, afirma. “É crucial para as seguradoras colaborarem estreitamente com seus clientes para compreender e responder adequadamente a esses novos desafios.”

Mesmo que alguns desses conflitos sejam amplamente noticiados e mobilizem a opinião pública, seus efeitos que extrapolam fronteiras nem sempre são facilmente reconhecidos. “A situação na Ucrânia e as tensões entre China e Taiwan têm implicações significativas para o mercado de seguros”, diz Trindade. Segundo ele, os conflitos aumentam a incerteza e o risco geopolítico e dificultam a avaliação e precificação de riscos.

Um dos impactos da guerra en-

tre Ucrânia e Rússia, que se estende desde fevereiro de 2022, com mais de uma centena de milhares de mortos dos dois lados, foi a escassez de fertilizantes no mercado mundial, essenciais para a agricultura. O Brasil consome 8% da produção mundial do insumo e importa 85% do que utiliza. Apesar da regularização no fornecimento, Trindade alerta que uma eventual interrupção pode levar a uma escassez de alimentos e afetar o preço de produtos agrícolas. “Isso representa um aumento nos riscos para as seguradoras que cobrem o setor agrícola, além de potenciais maiores custos de sinistros.”

Já tensões entre China e Taiwan têm impactos na cadeia de suprimentos de semicondutores, presentes tanto em celulares e eletrodomésticos como geladeiras

quanto em carros e aviões. A falta do item teria impacto em diversos setores da economia. “Isso pode resultar em perdas financeiras para empresas em todo o mundo e aumentar a demanda por seguros contra interrupções na cadeia de suprimentos”, destaca o executivo.

Esses conflitos se somaram a um mercado que já havia sido afetado pela pandemia de covid-19 e se refletem em produtos como o seguro de automóvel. A maior crise sanitária global em mais de cem anos inflacionou o setor automotivo em todo o mundo devido à falta de insumos para os fabricantes produzirem peças de reposição — incluindo os semicondutores —, o que causou o atraso de meses na entrega de carros novos.

“Esse cenário se refletiu na valorização dos seminovos, fazen-

do subir as indenizações pagas pelas seguradoras. Esse custo entrou inevitavelmente na precificação do seguro auto no momento da renovação das apólices”, explica o presidente da comissão de automóvel da FenSeg, Marcelo Sebastião.

Na sequência, quando se esperava que o fim da escassez de peças se encerrasse em meados de 2023, a eclosão da guerra na Ucrânia derrubou essa previsão. Agora, uma eventual escalada do conflito na Faixa de Gaza pode levar a economia mundial a se retrair mais uma vez. “Um cenário como este deve ter efeitos negativos na indústria automobilística. Caso isso ocorra, é provável que o seguro de automóvel também seja afetado em todo o mundo, inclusive no Brasil”, diz Sebastião.

Outro setor diretamente afetado é o de transporte. As tensões no Oriente Médio levaram a apreensões de navios, como a embarcação de bandeira portuguesa MSC Aries, em abril, no estreito de Ormuz. “O que acontece no momento de guerra é que as coberturas de guerra não são ofertadas, uma vez que não há estatística que suporte o cálculo do seguro. Já as demais coberturas continuam sem qualquer aumento de preço”, afirma Marcos Siqueira, presidente da comissão de transporte da FenSeg.

“Outro ponto muito importante é que nas situações de guerras, os volumes de movimentação de cargas com origem/destino para cidade ou país em guerra diminuem, ou seja, refletindo em uma queda brutal nos negócios”, diz.

Estratégia Diante da digitalização crescente, seguradoras criam produtos para pequenas empresas

Aumentam opções para riscos cibernéticos



DIVULGAÇÃO

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Até 2025, os ataques cibernéticos podem custar ao mundo US\$ 10,5 trilhões, segundo a empresa de pesquisas Cybersecurity Ventures. De acordo com levantamento da plataforma Check Point Research, esse tipo de problema cresceu 38% no Brasil no primeiro trimestre de 2024, na comparação com o ano anterior.

Diante da digitalização das empresas e da maior incidência de ataques, as seguradoras estão aumentando a oferta para o segmento. Há coberturas para várias modalidades de riscos, de vazamento e roubo de informações sigilosas a extorsões (mediante sequestro de dados) e uso de deepfakes.

Globalmente, o mercado de seguro cibernético deve chegar a US\$ 22,5 bilhões em 2025 e a US\$ 33,3 bilhões em 2033, de acordo com estimativas da Munich Re. O crescimento tem sido expressivo:

em 2019, o segmento movimentava apenas US\$ 5,8 bilhões.

Alexandre Arias, diretor de TI da Bradesco Seguros, conta que o crescimento de 25% na demanda pelo segmento fez a companhia firmar, no ano passado, uma parceria com a Swiss Re para ampliar seu portfólio. Foram criadas ofertas conjuntas, como o seguro para riscos cibernéticos PME, pensado para pequenas e médias empresas com faturamento de até R\$ 160 milhões. Os prêmios, que variam de acordo com os riscos enquadrados, chegam a R\$ 2 milhões (valor de perda máxima por apólice).

“Nosso produto torna acessível o seguro contra ciberataques às pequenas e médias empresas, que nem sempre contam com departamentos de proteção digital ou têm fôlego para manter grandes investimentos em tecnologia e segurança”, diz Arias.

A Bluecyber, insurtech (startup do ramo de seguros) fundada em 2021, especializou-se em mode-

lar seguros contra ciberataques para empresas menores. “As grandes companhias são dotadas de departamentos inteiros dedicados à defesa virtual; nós oferecemos soluções para aquelas que precisam de proteção, mas não têm capacidade de fazer isso sozinhas”, diz Eduardo Rocha, CEO e cofundador da empresa.

Em conjunto com seguradora Sura, a Bluecyber oferece planos de assinaturas que custam R\$ 450 mensais e cobrem danos de até R\$ 400 mil. Entre as modalidades cobertas está o chamado deepfakee, mecanismo pelo qual, com utilização de IA, é capturada a imagem de uma pessoa real na criação de um

38%
foi a alta no volume de ataques virtuais no 1º trimestre

vídeo falso para aplicar golpes.

Rocha e seu sócio, Claudio Macedo, citam como exemplo o caso de um escritório de advocacia cujo sistema de computação em nuvem foi invadido por hackers em 2022, levando a um prejuízo de R\$ 1,8 milhão. A empresa não tinha seguro contra esse tipo de risco. “A apólice com cobertura de até R\$ 2 milhões, nesse caso, teria custado cerca de R\$ 1 mil por mês”, calcula Macedo, cofundador da Bluecyber.

A companhia recebeu investimentos da ordem de R\$ 7 milhões das gestoras de venture capital Investo e Bossa Invest no ano passado. Com parte dos recursos, comprou a Ismac, startup de “managed detection and response” (MDR, serviço gerenciado de segurança cibernética) e ampliou a oferta para diferentes perfis de empresas.

Com isso, a expectativa é faturar R\$ 5 milhões este ano, um salto ante a receita de R\$ 1 milhão em 2023. A meta é chegar a 10 mil clientes até dezembro — hoje são

4,2 mil. “Vamos também trabalhar para aumentar o número de corretores especializados em seguros para pequenas e médias empresas, pois é um nicho com imenso potencial”, afirma Macedo.

A Finansystech, empresa de tecnologia que cria softwares na área de seguros cibernéticos, também tem crescido com o aumento desse mercado.

Fundada em 2021, a companhia foi adquirida em 2023 pela Celcoin, plataforma que conecta 400 fintechs e bancos digitais, em uma transação de cerca de R\$ 100 milhões. Sua carteira de clientes inclui Icatu, Sicoob, XP, Magalu Fintech, entre outros.

Danillo Branco, CEO da Finansystech, aposta na atualização constante e em seguros sob medida. “Gastamos US\$ 2 mil por mês apenas para termos acesso às atualizações da inteligência artificial na área de seguros e sermos capazes de oferecer produtos cada vez mais específicos”, diz.

Violência e lei impulsionam apólice de cargas

De São Paulo

O roubo de cargas tem aquecido o mercado de seguros contra esse tipo de crime, que cresceu 4,8% no Brasil em 2023, segundo consultoria Overhaul. A cobertura do transporte de cargas cresceu 8,7% no ano passado, conforme a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg). Em um cenário de insegurança pública desafiador para as empresas que movimentam cargas, a expectativa do setor é que a venda dessas apólices continue a avançar em 2024 após mudanças na lei que obrigaram as transportadoras a arcar com a contratação desse seguro específico.

O primeiro bimestre deste ano aponta para a confirmação deste cenário. No período, o setor de responsabilidade civil para desvio de cargas registrou arrecadação de R\$ 198 milhões, aumento de 33% sobre janeiro e fevereiro de 2023. “O aumento pode ser atribuído a uma maior conscientização por parte das empresas em relação aos riscos

envolvidos no transporte de cargas, levando a uma busca crescente por coberturas de seguro adequadas”, afirma Marcos Siqueira, presidente da Comissão de Transportes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg).

Siqueira avalia que o panorama econômico e político pode contribuir para um cenário de instabilidade e, consequentemente, para o aumento dos roubos de cargas, o que impulsiona a demanda por seguros. A entidade projeta um crescimento de dois dígitos neste ano.

Para Luciano Calheiros, diretor executivo de negócios corporativos da Allianz Seguros, o avanço do segmento está ligado, principalmente, ao varejo e ao consumo geral. A tendência é que 2024 tenha desempenho ainda melhor, afirma, acompanhando o desempenho econômico do país. “Diversos setores usarão a estrutura logística para transporte e entrega de mercadorias. A demanda por seguro de cargas acompanhará esse movimento”, avalia o executivo.

A carteira de transportes da seguradora cresceu dois dígitos no primeiro bimestre, número que a empresa espera manter ao longo do ano. “A alta deve acontecer, especialmente, em decorrência da nova legislação”, diz Calheiros.

A Lei 14.599, que entrou em vigor em junho de 2023, estipulou que somente transportadores podem contratar os seguros, ficando vetada a contratação por parte dos proprietários das cargas — medida que enfrentou resistência entre as empresas. A legislação ainda obriga a contratação de três tipos de coberturas: para perdas ou danos causados à carga em decorrência de acidentes com o veículo; contra roubo ou furto; e de danos corporais e materiais causados a terceiros pelo veículo utilizado no transporte rodoviário.

Se a arrecadação aumentou, as indenizações diminuiram. Seguradoras pagaram R\$ 477 milhões em apólices para roubo de cargas em 2023, queda de 24% sobre o ano anterior, tendência que se mantém, embora em ritmo menor. As indenizações em janeiro e feverei-

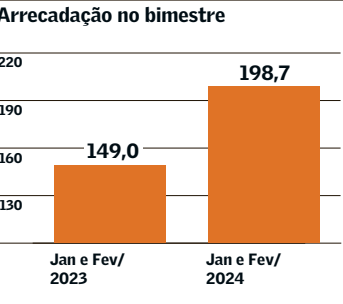
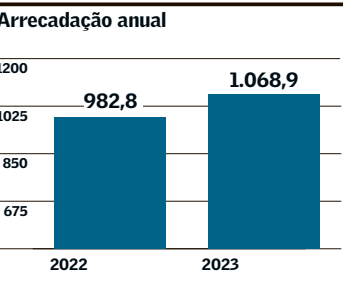
ro caíram 18%, para R\$ 76,9 milhões. “A queda nas indenizações pode indicar uma melhoria nas medidas de segurança adotadas pelas empresas, bem como uma maior eficiência na recuperação de cargas roubadas. Investimentos em tecnologia, como rastreamento via GPS e monitoramento em tempo real, podem estar contribuindo”, avalia Siqueira.

As mercadorias mais visadas pelos criminosos são aquelas com maior valor agregado e de fácil distribuição, como eletrônicos, cigarros e alimentos. No ano passado, de acordo com o levantamento da Overhaul, foram registrados 17,1 mil casos de roubo de carga no Brasil. A região Sudeste teve 76% das ocorrências. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram 70% dos roubos no país.

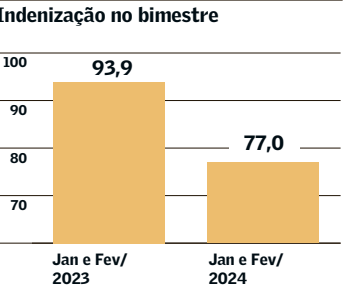
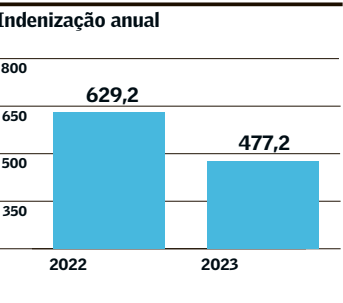
No Rio, entretanto, os registros recuaram 24% em 2023, atingindo o menor patamar dos últimos 11 anos, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Desde 2018 esse tipo de crime cai no Estado, trajetória oposta do

Em alta

Cresce arrecadação de seguro contra roubo de carga - em R\$ milhões



Fonte: Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg)



que se viu de 2013 a 2017. Ainda assim, diariamente foram roubados, em média, nove caminhões em território fluminense, totalizando 3,2 mil ocorrências em 2023, com perdas diretas estimadas em cerca de R\$ 283 milhões.

Apesar da melhora, segundo Siqueira, é importante ressaltar que o combate ao roubo de cargas con-

tinua sendo um desafio significativo para o setor de seguros e para a indústria como um todo. “A complexidade e a sofisticação das quadrilhas especializadas exigem uma abordagem multifacetada, que inclua não apenas medidas preventivas, mas também uma resposta rápida e eficaz no caso de ocorrência de roubo”, diz. (ES)

Crise climática Seguros cobrem 5% dos danos causados por eventos extremos no Brasil

Desastres causam perdas de US\$ 380 bi

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

Com a temperatura média global 1,45 °C acima dos níveis pré-Revolução Industrial, o ano de 2023 bateu recordes não só nos termômetros, mas também nas ocorrências de desastres naturais, como enchentes, secas extremas, incêndios florestais e furacões. As perdas financeiras associadas a esses eventos alcançaram US\$ 380 bilhões, um aumento de 22% em relação à média do século XXI, de acordo com o relatório “da Aon Seguros. Das 66 catástrofes naturais que causaram prejuízos de US\$ 1 bilhão ou mais, 63 foram causadas pelo clima. Entre as perdas cobertas por seguros, outro recorde: total de US\$ 118 bilhões, marcadas por um recorde de 37 eventos bilionários, o maior número já registrado pelo setor de seguros.

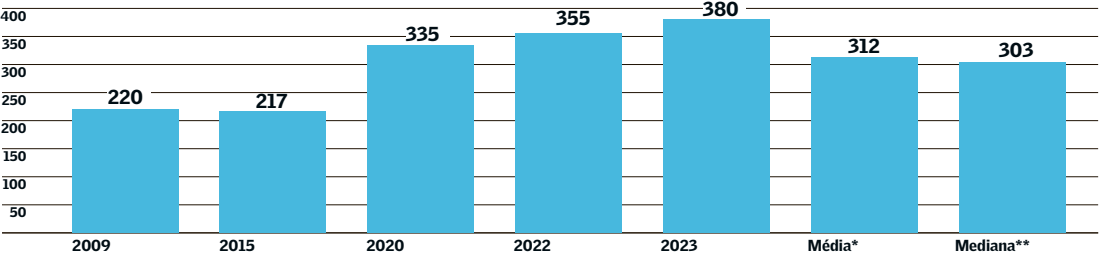
Na América Latina, o relatório destaca a estiagem prolongada na bacia do Rio Prata, que atingiu o sul do Brasil, a Argentina e o Uruguai e foi responsável por um prejuízo de US\$ 15,3 bilhões, especialmente na agricultura, sendo US\$ 1 bilhão em perdas seguradas. Também registra a seca histórica do Amazonas, no segundo semestre de 2023, que levou o rio Negro ao mais baixo nível desde 1902, prejudicando atividades como o comércio, serviços e a navegação.

Ao longo do ano, o Brasil teve uma média de três eventos climáticos significativos por dia em todo o território e mais de meio milhão de pessoas sendo forçadas a sair de suas casas por causa deles, em tragédias como as fortes chuvas de São Sebastião, no litoral paulista.

Aumentar a resiliência do país a eventos climáticos, minimizando perdas de vidas e de recursos, passa por medidas que podem ser to-

Natureza em fúria

Perdas econômicas globais decorrentes de desastres naturais - em US\$ bilhões



Eventos climáticos que geraram mais perdas econômicas em 2023

Local	Local	Mortes	Perdas econômicas nas regiões afetadas - em US\$ bilhões	Perdas seguradas - em US\$ bilhões
Terremoto	Turquia e Síria	59.272	92,4	5,7
Inundação	China	370	32,2	1,4
Furacão	México	52	15,3	2,1
Seca	Brasil, Argentina, Uruguai	-	15,3	1,0
Seca	EUA	-	14,0	6,5
Enchente	Itália	15	9,8	0,6
Tempestade convectiva severa*	EUA	13	6,2	5,0
Tempestade convectiva severa	Europa	11	5,8	3,0
Incêndio florestal	EUA	100	5,5	3,5
Tempestade convectiva severa	EUA	37	5,5	4,4

Fonte: 2024 Climate and Catastrophe Insight/AON *Resultado da soma das perdas entre 2000 e 2022 **Valor entre o menor e o maior valor entre 2000 e 2022

madadas pelo poder público e iniciativa privada. Do ponto de vista público, os gestores terão de investir em infraestrutura e planejamento urbano que considerem os riscos de desastres naturais, aperfeiçoamento dos sistemas de previsão meteorológica e de alerta precoce para garantir que populações em áreas de risco possam ser avisadas e evacuadas com antecedência.

Já do ponto de vista privado, as

seguradoras e resseguradoras, que já sentem no bolso o aumento dos custos decorrentes dos desastres naturais, defendem a ampliação da oferta e da cobertura de seguros, de modo que atendam às novas necessidades da população exposta aos extremos do clima. Em 2023, a lacuna global de proteção a catástrofes foi de 69%, o que indica uma grande parcela de perdas não cobertas por seguros.

Segundo Isabel Blazquez Solano, CEO de resseguros da Aon Brasil, o mercado segurador no Brasil cobre 5% das perdas econômicas decorrentes de desastres naturais, e de forma bastante concentrada nos produtos agrícolas. “O seguro tem um papel de mitigação de riscos climáticos. Por isso, a criação de produtos de seguro que sejam

acessíveis e que cobrem uma gama mais ampla de riscos é essencial.”

No dia 17 de abril, a comissão especial da Câmara dos Deputados sobre prevenção e auxílio a desastres e calamidades naturais realizou audiência onde foram debatidas propostas nessa direção, como a do seguro social contra catástrofes (leia mais nesta página), o mecanismo de seguro para infraestruturas urbanas, o seguro contra o rompimento de barragens e a ampliação dos recursos do Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural (PSR), que hoje cobre 6% da produção agrícola nacional.

“Caso o projeto de lei seja aprovado, pode haver a cobertura de bens e auxílio funeral decorrentes de eventos naturais como chuvas, enxurradas e deslizamentos. Essa

medida seria importante, pois é necessário fazer o que está ao alcance para tentar a redução do impacto dessas catástrofes”, diz Marcio Probst, diretor de operações do Grupo HDI, que atua nos segmentos de vida, automotivos, residenciais e empresariais.

Parcerias entre o governo e o setor privado para financiar e implementar projetos podem ser uma solução. “Isso pode incluir o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras, como seguros paramétricos e fundos de catástrofes, além de uma análise de riscos mais eficiente. Ao abordar esses aspectos de maneira integrada, o Brasil pode melhorar significativamente sua resiliência a desastres naturais”, diz Solano.

O mercado já se movimentou nessa direção, com um pacote tecnológico que passa pela inteligência artificial (IA) e a inclusão, nas modelagens de risco, de novas variáveis como nível e temperatura dos oceanos, comportamento de espécies migratórias, ventos, irradiação solar, informações de geografia regional e também os cenários climáticos previstos pelos cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês).

O software Climate Diagnostic, lançado em 2022 pela consultoria americana WTW, utiliza os cenários do IPCC para realizar previsões em três panoramas (otimista, intermediário e pessimista) para 2030, 2050 e 2100. A ferramenta tem sido utilizado não só pelas seguradoras, mas por empresas do agronegócio e energia para identificar riscos aos negócios. Também pode ser utilizado como ferramenta de planejamento por governos, como o da Flórida, nos EUA, que mapeou riscos climáticos e de ordem social.

Avança debate sobre proteção a catástrofes

De São Paulo

Com mais de 8 milhões de brasileiros vivendo em regiões consideradas de risco para desastres naturais e com o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, avançam as discussões para a criação de um seguro social contra catástrofes, que funcionaria como um instrumento de amparo financeiro para vítimas de desastres provocados por inundações, alagamentos e deslizamentos de terras.

Dois projetos de lei tratam do tema na Câmara dos Deputados — o PL 988/19, sobre um seguro solidiedade para vítimas de catástrofes, e o PL 1410/22, que propõe um seguro obrigatório de danos pessoais e materiais causados por chuvas. Outra proposta em debate, formulada pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), prevê a contratação do seguro emergencial mediante pagamento de R\$ 3 mensais, a serem cobrados na conta de energia elétrica. A indenização estimada é de R\$ 15 mil por unidade habitacional, para cobertura de despesas materiais, e R\$ 5 mil de auxílio funeral, no caso de vítimas fatais. O valor seria depositado por Pix após as autoridades decretarem estado de calamidade pública.

Há ainda a possibilidade de o seguro ser acionado quando o município entrar em situação de emergência — ou seja, na iminência de danos, o que ocorre com maior regularidade — mas, neste caso, a indenização ficaria entre R\$ 7 mil e R\$ 10 mil, de acordo com Esteves Colnago, diretor de relações institucionais da CNSeg. “O projeto está amadurecendo. Estamos envolvendo as resseguradoras na discussão e buscando dar visibilidade para a questão”, diz Colnago. (AV)

Colaboradores, Corretores e Clientes.

Além desses 3C's, que são os pilares da CAPEMISA, **Confiança, Comprometimento, Credibilidade, Conexão e Criatividade** também fazem parte do nosso dia a dia.

Nosso propósito é oferecer às pessoas uma vida mais segura e mais feliz.

Esse é o jeito de C CAPEMISA!

+ DE 488 MM

destinados para instituições filantrópicas pelos títulos de Capitalização de Filantropia Premiável em 2023.

NOTA 9,7

Avaliação dos Clientes pela satisfação no atendimento.

INCLUSÃO

A CAPEMISA aderiu ao Pacto de Promoção de Equidade Racial e se tornou signatária da ONU Mulheres.

2 DIAS

Tempo médio de pagamento das indenizações aos Segurados e Beneficiários.

+ de 3.000

Corretores atuando com a CAPEMISA pelo Brasil.

SOCIAL

A CAPEMISA foi criada para apoiar o trabalho social do Lar Fabiano de Cristo que já beneficiou mais de 1 milhão de pessoas em 25 anos.

CAPACITAÇÃO

Apoio contínuo aos Corretores para formação de carteira do Seguro de Pessoas.

80%

de premiações dos sorteios pagas em até 48h.

96%

dos Colaboradores da CAPEMISA possuem graduação, pós-graduação ou estão cursando nível superior pelo Programa Graduação para Todos.

Por isso somos **Especialistas em Vida.**

Tendências Pulverização de riscos ganha mais apelo na estratégia de negócios das seguradoras

Resseguros registram contratação recorde em janeiro

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

A movimentação de negócios na área de resseguros segue em alta, em um cenário que os executivos da indústria chamam de “hard market” — com elevação de preços e aumento de rigor na subscrição dos riscos. De acordo com dados da plataforma IRB+Inteligência, de análises sobre o mercado securitário, o repasse de prêmios das seguradoras para as resseguradoras alcançou R\$ 25,2 bilhões em 2023, um aumento de 8,9% em relação ao ano anterior. Somente em janeiro de 2024, as seguradoras contrataram R\$ 2,8 bilhões em resseguros, alta de 3,6% ante o mesmo mês do ano passado, considerado o maior valor já registrado pela série histórica, iniciada em 2014.

Segundo Diogo Ornellas, coordenador-geral de grandes riscos e resseguros da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o avanço é puxado não só pelo cres-

cimento natural do mercado, mas em função do apelo que a pulverização de riscos ganha na estratégia de negócios das seguradoras. O resseguro é conhecido como “o seguro das seguradoras”. É um contrato em que o ressegurador assume o compromisso de indenizar a seguradora pelos danos que possam ocorrer em decorrência das apólices vendidas.

Ornellas acredita que os custos das coberturas devem se manter estáveis em 2024, com tendência de melhora. “Esse cenário deve-se ao fato do resseguro ter experimentado um endurecimento de condições nos últimos anos,

"Há novas demandas surgindo, como na área de riscos cibernéticos"
Eduardo Toledo



Castillo, do IRB(Re), observa alta na procura por seguro residencial compreensivo, com vários ramos numa mesma apólice

após o ‘relaxamento econômico’ para mitigar os efeitos da pandemia. O Brasil sofreu perdas na carteira de seguros e resseguros no setor rural, em decorrência de efeitos climáticos adversos, que potencializaram o impacto no aumento dos custos”, afirma.

Para o especialista, o mercado ressegurador voltará a ter, nos próximos meses, boas oportunidades de contratos no segmento rural, por conta de mais tecnologia embarcada nas fazendas, e em projetos de infraestrutura.

No IRB(Re), o ano de 2023 foi de repaginação da carteira em busca de um portfólio rentável, segundo Daniel Castillo, vice-presidente em resseguros. “Em linha com essa estratégia, o prêmio emitido total caiu 17,4% na comparação com 2022, alcançando R\$ 6,5 bilhões. Por outro lado, o resultado de subscrição avançou e encerrou 2023 positivo, em R\$ 155 milhões, frente a R\$ 1,4 bilhão negativo, no ano anterior.”

A empresa atua em 11 áreas, sendo que os negócios patrimoniais representam 37% da carteira, antes de vida (16%) e rural (15%). Castillo observa uma alta na demanda por seguro residencial compreensivo (que inclui vários ramos numa mesma apólice). “A modalidade cobre prejuízos com vendas, enchentes, desmoronamentos, incêndios e apagões, entre outros incidentes agravados pelas mudanças climáticas”, afirma. Só em janeiro, o produto rendeu R\$ 515,2 milhões pagos às seguradoras, uma alta de 32% em relação ao mesmo período de 2023.

Castillo avalia que o segmento vive um ciclo de “hard market”. “O preço do resseguro é o resultado da análise da exposição que desejamos assumir”, diz. “Subcrevemos a seguradora, visando entender o plano de negócios, a situação financeira e as motivações para a compra da proteção do resseguro. Somente após analisamos tudo, calculamos o preço.”

Para Fred Knapp, presidente da Swiss Re Brasil Resseguros, os riscos avaliados crescem com a maior exposição de ativos em zonas costeiras e o tamanho dos empreendimentos protegidos. “Isso aumenta a necessidade das seguradoras de ter uma maior diversificação nas carteiras, com maiores compras de resseguro”, diz. “O recurso também vem sendo utilizado como ferramenta de gestão de capital, auxiliando as seguradoras a expandir negócios, sem a necessidade de fazer novos aportes.”

Eduardo Toledo, vice-presidente de resseguros da Alper, conta que a procura pelo produto ganhou tração em segmentos não tradicionais da indústria, como na proteção de atletas, clubes esportivos e grandes eventos. “Há novas demandas surgindo, como na área de riscos cibernéticos”, afirma. “É um tema cada vez mais preocupante para as empresas, que gera não só prejuízo financeiro, mas problemas de reputação.”

Fusões e aquisições desaceleram

Rejane Aguiar
Para o Valor, de São Paulo

Passados cinco anos de intensa movimentação, com cerca de cem transações de M&A (fusões e aquisições) de empresas relacionadas à indústria de seguros no Brasil, segundo dados da KPMG, a expectativa é de arrefecimento desse tipo de operação em curto prazo.

“A perspectiva é de que o setor continue atrativo para M&A no país, mas esperamos que as empresas ainda precisem de algum tempo para consolidar as transações recentes. Por isso, novas transações de grande porte ainda devem demorar”, diz Marco André Almeida, sócio-líder de fusões e aquisições da KPMG para Brasil e América do Sul.

Segundo análise da consultoria Seneca Evercore com base em dados da plataforma MergerMarket, considerando apenas as companhias de seguros, no Brasil houve dez operações de M&A desde 2021, sendo a metade em 2023. A maior foi a compra da SulAmérica pela Rede D’Or, negócio de US\$ 1,73 bilhão fechado em 2022, seguida pela venda da Liberty para a HDI (2023), operação de US\$ 1,48 bilhão. Entre as corretoras, a movimentação foi bem mais intensa:

foram 45 transações de 2021 até o ano passado. A operação mais vultosa foi a aquisição, também em 2022, da Somp Consumer pela HDI Seguros por US\$ 255 milhões.

O pano de fundo para as M&As de seguros nos últimos anos foi a pandemia, que representou um desafio inédito para empresas que vivem de cobrir riscos e obter ganhos com isso. “Em algum momento pós-pandemia as empresas precisaram olhar para os impactos daquela situação, considerando desde os efeitos diretos da própria emergência sanitária até a inesperada disrupção das cadeias globais de abastecimento de matérias-primas e produtos. Isso tudo em meio à intensificação das mudanças climáticas”, observa Rodrigo Mello, sócio-diretor da Seneca Evercore. Nesse ambiente, as seguradoras precisavam ajustar portfólios, o que favoreceu fusões e aquisições.

Não por acaso, houve recorde no valor de transações no mundo em 2021: US\$ 213 bilhões, com 1.371 operações de M&A, conforme pesquisa recente da KPMG que menciona dados da PitchBook Data. Essa atividade, no entanto, perdeu ritmo nos últimos 12 meses, diante de um cenário macroeconômico incerto por causa

de inflação e taxas de juros globais e um quadro geopolítico com desafios ainda longe de serem ultrapassados.

Como seguros têm a ver com gestão de riscos, quando o ambiente é de vulnerabilidade a tendência é de o setor enfrentar, inclusive, apertos regulatórios — com exigências maiores de capital mínimo e limitações de exposição — decorrentes da necessidade dos governos de manter riscos sistêmicos sob controle.

Embora o cenário seja complexo, a expectativa para médio e longo prazos é de retomada das M&As de seguros, principalmente porque as próprias empresas estão em meio a processos de adaptação de portfólios e até de mudança do perfil do negócio.

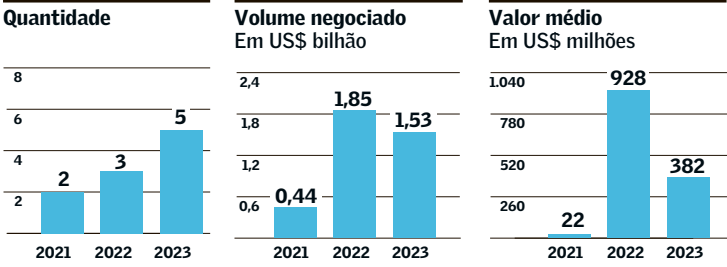
As mudanças climáticas, por exemplo, são um fator que deixa de ser eventual para a precificação de um seguro para ocupar um lugar central nas estratégias de muitas companhias seguradoras. Quando há esse tipo de mudança estrutural, M&As são um caminho preferencial para as empresas alcançarem esses objetivos.

“As operações de M&A, incluídas as operações de compra de carteira, contribuem para o desenvolvimento do mercado se-

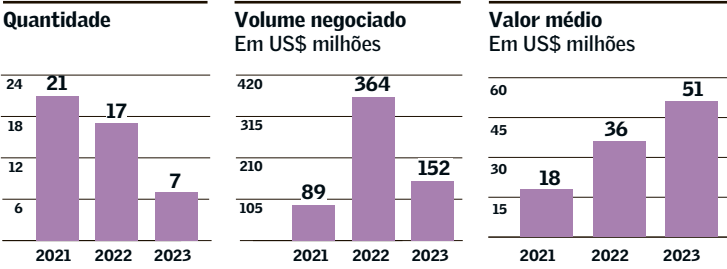
Estratégia corporativa

Negócios registrados nos últimos três anos

Transações envolvendo companhias de seguros no Brasil



Transações envolvendo corretoras de seguros no Brasil



Fonte: Análise da consultoria Seneca Evercore com base nos dados do MergerMarket

gurador em aspectos como fortalecimento da capacidade de solvência, especialização em produtos, eficiência operacional e aproveitamento de sinergias, maior engajamento dos clientes e aceleração da inovação”, diz André Alarcon, sócio de M&A e seguros do Demarest.

Segundo Eduardo Dal Ri, CEO do Grupo HDI, as M&A podem abrir caminhos para expansão de

participação de mercado, atendimento de novos públicos e elevação do patamar de performance. “A cada ano surgem novas necessidades, como seguros para smartphones, equipamentos eletrônicos, carros elétricos, Pix... Se uma seguradora não trabalha nessa frente e não tem know-how para incluí-la no portfólio, a aquisição de um outro player pode ser a solução”, acrescenta.

Triplica proteção para carros elétricos

Adriana Aguiar
Para o Valor, de São Paulo

Os veículos elétricos estão ocupando espaço no mercado devido ao maior interesse por carros que poluem menos o ambiente. Hoje, estes carros representam cerca de 5% do total da indústria a combustão no país. Com o avanço dos elétricos, as vendas de seguros triplicaram, mesmo sem referências dos riscos para estes modelos.

O vice-presidente de auto e frota da Alper Seguros, Antonio Azevedo, afirma que o número de seguros contratados para carro elétrico triplicou em um ano. Na seguradora Tokio Marine, em 2023, a procu-

ra cresceu 140%. “No primeiro trimestre de 2024, observamos aumento de 230% na demanda”, afirma o diretor de automóvel, riscos diversos massificados e precificação da Tokio, Arnaldo Bechara.

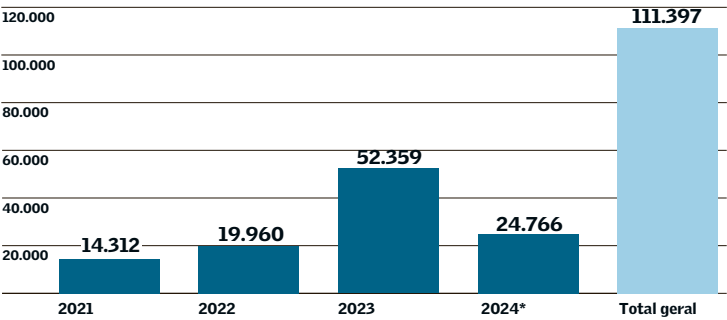
Diante do cenário, as seguradoras passaram a aceitar este tipo de seguro sem nenhuma experiência quanto aos riscos e sem a disposição de peças importadas e conhecimento do custo. Os critérios levados em conta na precificação do carro a combustão consideram modelo do veículo, atividade (comercial ou particular), região de circulação do automóvel, perfil do motorista, finalidade (passeio ou uso profissional), entre outros.

Atualmente, o preço de carros elétricos fica em torno de R\$ 150 mil, os mais acessíveis, até os mais luxuosos, na faixa de R\$ 670 mil. No mercado brasileiro, o preço do seguro para qualquer automóvel varia de 2,5% a 7% do valor do veículo. Na prática, os modelos mais caros possuem em média percentuais menores, explica Azevedo.

As seguradoras consultadas avaliam que, em 2024, haverá mais dados de sinistros de modelos elétricos para mensuração dos reais riscos. Além disso, as seguradoras estão buscando consultorias internacionais para compreensão dos dados e riscos da tecnologia envolvida nestes veículos.

Em aceleração

Cresce a venda de carros elétricos no Brasil - em unidades



Fonte: ABVE. *até março

O diretor da Gebram Corretora de Seguros, Maureci Oliveira, explica que, em alguns casos, 70% do valor do carro elétrico está concentrado na peça principal, sua bateria. “Caso haja um sini-

stro que afete diretamente essa peça, o reparo muitas vezes se torna inviável, elevando um pequeno incidente à característica de perda total para efeitos de indenização do seguro”, diz Oliveira.

Novo DPVAT depende do Senado

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou, no dia 24, a votação do projeto de lei complementar (PLP) 233/2023, que cria o Seguro Obrigatório Para Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), em substituição ao antigo DPVAT. O texto foi aprovado pela Câmara dia 9 e visa retomar a cobrança do seguro, suspensa desde 2021.

Segundo o texto, o SPVAT vai manter a Caixa Econômica Federal como gestora do novo fundo. Até 40% do valor arrecadado será direcionado aos municípios e Estados que tenham serviço público de transporte coletivo.

A cobrança do seguro obrigatório foi instituída por lei em 1974 para cobrir casos de morte, invalidez permanente e despesas com assistências médica e suplementares (DAMS) por lesões de menor gravidade causadas por acidentes de trânsito em todo o país. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro tentou extinguir o DPVAT por medida provisória, que acabou suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e perdeu a validade sem ter sido votada pelo Congresso.

Na época, a justificativa do governo para suspender a cobrança foi o “potencial de evitar fraudes com o seguro e amenizar/extinguir os elevados custos”. A solução encontrada por Bolsonaro foi zelar os valores e passar a gestão do fundo da seguradora privada Líder para a Caixa, que desde 2021 faz essa administração de forma emergencial. Os recursos acumulados, no entanto, só foram suficientes para pagar as indenizações até novembro de 2023.

Para o advogado constitucionalista Adib Abdouni, a extinção do pagamento decorreu de uma pauta política sem base na técnica. “Apesar de fundadas falhas na política de preços e lucros em patamar superior à margem — que exigiam investigação e aprimoramento do sistema —, encerrar a cobrança causou grave insegurança jurídica diante da iminência da interrupção da proteção social proporcionada pelo seguro, inclusive com a cessação, agora a ser retomada, dos repasses de verbas ao Sistema Único de Saúde”, afirmou.

Com o projeto ainda em tramitação, não há uma definição sobre qual será o valor do novo seguro. No entanto, o texto da matéria diz que por conta da suspensão dos pagamentos desde novembro, os novos valores podem ser temporariamente maiores do que os praticados antes, para que seja possível quitar os sinistros ocorridos de lá até o início da vigência do SPVAT.

Os últimos valores cobrados pelo DPVAT para donos de carros foram: R\$ 195,65 em 2016; R\$ 68,10 em 2017; R\$ 45,72 em 2018; R\$ 16,21 em 2019 e R\$ 5,21 em 2020. Para os donos de moto: R\$ 292,01 em 2016; R\$ 185,50 em 2017 e 2018; R\$ 84,58 em 2019 e R\$ 12,25 em 2020.

O texto inclui no valor do SPVAT o pagamento de eventuais despesas médicas decorrentes dos acidentes de trânsito, cobertura para serviços funerários e reabilitação profissional para vítimas de acidentes que ficaram com invalidez parcial. O governo desejava deixar de fora esse item para que o valor do seguro fosse mais acessível. O Senado ainda debaterá o assunto.

O projeto deixou de fora da cobertura reembolsos para despesas que forem cobertas por seguros privados, despesas que não apresentarem especificação individual do valor do serviço médico na nota fiscal e também de pessoas que foram atendidas pelo SUS.

Valores podem ser temporariamente maiores para cobrir sinistros não pagos desde dezembro de 2023

Obras públicas Seguro vai garantir continuidade do trabalho se construtora abandonar projeto

Licitação no MT testa modelo que prevê cláusula de retomada

Marli Lima Iacomini
Para o Valor, de Curitiba

A licitação de uma obra rodoviária agendada para o dia 6 de maio no Mato Grosso está sendo observada com atenção por seguradoras e por Estados. No edital que prevê a pavimentação de 50 km na região do Araguaia consta a exigência de contratação de seguro-garantia com cláusula de retomada, possibilidade incluída na Lei de Licitações com o objetivo de diminuir o risco de obras paradas. Se a construtora contratada não executar o serviço, a seguradora terá de assumir sua conclusão com até 30% do valor inicial ou poderá fazer contratações para a finalização da obra sem a necessidade de nova licitação.

“É o fim da picaretagem, o fim de empresas que entram, ganham e depois não fazem”, afirmou o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes, no anúncio da licitação. Segundo ele, todas as obras públicas do Estado com valor acima de R\$ 50 milhões terão a exigência. “Temos performance ruim de algumas empresas”, disse, acrescentando que “obra parada é um des-

respeito com o dinheiro público”. De 2019 a março de 2024, a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado (Sinfra-MT) assinou 374 contratos. Destes, 39 foram rescindidos e, das 125 obras concluídas, 106 tiveram algum tipo de atraso. No Brasil, segundo o último relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), há 8,6 mil obras paralisadas, o equivalente a 40% dos contratos existentes que envolvem recursos federais.

“A obra mais cara é aquela que não é entregue. Há um círculo vicioso na contratação, mas o gestor não tinha instrumentos para mudar isso”, diz Esteves Colnago, diretor de relações institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg). A possibilidade de inclusão da cláusula de retomada em licitações prevê que as seguradoras poderão acompanhar a execução do contrato, ter acesso a

auditoria técnica e contábil e requerer esclarecimentos.

“Está sendo difícil no Mato Grosso, o pessoal da construção está buscando meios de mudar ou flexibilizar os editais para que nem todos tenham essa cláusula”, conta Colnago. “Há um lobby recorrente, com diversos argumentos”, diz. Entre eles, a possibilidade de encarecer projetos e de dar poder às seguradoras, que passarão a filtrar as construtoras que julgarem ter qualidade para finalizar as obras.

O custo do seguro-garantia de obras é de cerca de 3% e, segundo Roque Melo, presidente da Comissão de Crédito e Garantia da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), com a cláusula a tendência é que ele não se mantenha o mesmo, “pelo fato de que o percentual será seis vezes maior, saindo dos atuais 5% para 30%”. Ele cita que os custos para a seguradora serão outros, considerando a necessidade de acompanhamento da obra do início ao fim. “De toda forma, o custo continuará sendo imaterial frente ao benefício para o Estado em ver as obras acabadas sem a necessidade de um novo processo de licitação ou desembolsos

8,6 mil
obras públicas
estão paradas



Colnago, da Cnseg: ‘A obra mais cara é a que não é entregue. (...) O gestor não tinha instrumentos para mudar isso’

adicionais”, afirma.

A intenção do mercado segurador é que a licitação de Mato Grosso, com investimento previsto de R\$ 110 milhões, seja referência para o país. Colnago informa que 12 seguradoras podem responder de imediato a editais semelhantes. Para que o modelo seja seguido em outros locais, a Cnseg e a FenSeg já falaram com representantes de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe, além de municípios e o governo federal.

O Rio Grande do Sul, que está estruturando parcerias público-privadas (PPPs) nas áreas de educação e saúde, planeja incluir a cláusula de retomada. O secretário estadual

de Parcerias e Concessões, Pedro Capeluppi, afirma que o papel de seguradoras em obras públicas é fundamental porque ocorre antes da contratação, com a avaliação do projeto. “Em concessões e PPPs, que têm contratos de longo prazo, a seguradora passa a ser um ator importante. Para dar apólice, ela vai avaliar a proposta e os riscos. Isso vai tirar aventureiros que não tenham condições de entregar o que foi contratado”, acrescenta.

Capeluppi disse que não tem o desenho final das duas PPPs, que envolverão a reforma de cem escolas — com leilão esperado para janeiro de 2025 — e a construção de um hospital em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, cu-

jo leilão é previsto para julho de 2025. O secretário comentou que as questões que envolvem a retomada de obras precisam evoluir e envolverão mudanças legais para as partes envolvidas, mas o custo adicional não seria um impedimento para que mais contratos usem o modelo. “O custo maior é uma obra paralisada. O argumento que pode encarecer obra é uma falácia completa”, afirma.

Na opinião de Capeluppi, é preciso que essas experiências deem certo, que a cláusula funcione, mas faz um alerta. “O sucesso da cláusula não é o uso dela lá na frente, mas o fim das obras paradas. Isso mostrará que o mecanismo teve o efeito desejado.”

Custo limita avanço de cobertura para produtor rural

Erivelto Tadeu
Para o Valor, de São Paulo

O seguro rural, instrumento que garante a cobertura de perdas decorrentes de fenômenos climáticos e adversos que afetam as lavouras, passa por um momento delicado. O custo quase dobrou em 2023 devido ao volume de indenizações de 2022. O segmento terá que lidar também com uma queda na oferta de recursos. A dotação orçamentária do Programa de Seguro Rural (PSR), destinado à subvenção aos prêmios de seguro, bancado pelo governo federal, teve um corte de R\$ 17 milhões neste ano, para R\$ 947,5 milhões.

A medida deve elevar o custo do seguro para agricultores, uma vez que o PSR subsidia parte do valor pago pelo produtor na contratação do produto. Sem a subvenção — que pode chegar a mais de 40% — ou com um percentual menor de incentivo, ele terá de arcar com a despesa adicional, o que, segundo especialistas, pode levar um grande número de produtores a deixar desprotegidas suas safras no ciclo 2023/24.

O presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg),



Felipe Prado Ribeiro, da Sompô: subvenção incentiva adesão ao seguro rural

Joaquim Neto, observa que as contratações do seguro rural são influenciadas pelos programas do governo. Embora a arrecadação dessa modalidade tenha aumentado no ano passado, a área segura-

da tem mostrado reduções anuais preocupantes, diz. Em 2020, eram 13,5 milhões de hectares cobertos, número que caiu para 6,2 milhões de ha (menos da metade) em 2023. “Essa queda anda junto com as re-

duções nos subsídios pagos pelo governo federal, que nos últimos dois anos não alcançaram a casa de R\$ 1 bilhão. Os dados mostram a importância dos programas para a ampliação do seguro rural no Brasil”, afirma o executivo.

Na avaliação do diretor técnico da Sompô, Felipe Prado Ribeiro, os programas de subvenção incentivam a adesão do produtor. “Além disso, a maior frequência na incidência de fenômenos climáticos severos fez aumentar a percepção do agricultor, sobretudo do pequeno e médio, de que a contratação do seguro rural é um importante instrumento para a gestão de riscos”, diz. Em 2023, a sinistralidade na carteira de seguro agrícola da Sompô foi de 46%; os prêmios totalizaram R\$ 82,8 milhões. No segmento de benfeitorias e peñhor rural — seguro para máquinas e equipamentos —, os prêmios foram de R\$ 362,3 milhões.

Além de ampliar e facilitar o acesso do produtor ao seguro rural, os programas de subvenção são indutores de produtividade no campo, avalia o diretor executivo de negócios corporativos da Allianz Seguros, Luciano Calheiro. “Afora o fato de poder adquirir

uma apólice a custo mais acessível, [a subvenção] favorece a produção, já que o agricultor pode adquirir melhores insumos”, diz ele.

Apesar das dificuldades do ano passado, ainda sob efeito dos prejuízos da quebra da safra em 2022, Calheiro diz que a Allianz faturou cerca de R\$ 300 milhões em 2023 somente com seguro rural, um crescimento de 30,7% na comparação com o período anterior. No ano, afirma o executivo, o setor como um todo cresceu apenas 3,8%.

A Mapfre foi outra empresa que superou o cenário de crise. Teve crescimento de 9% em prêmios emitidos na carteira agrícola, somando R\$ 1,25 bilhão em 2023. Mesmo com o bom desempenho, o head comercial de seguro agro da companhia, Afonso Arinos, observa que o produto rural de modo geral sofreu uma desaceleração. “O mercado como um todo emitiu R\$ 10 bilhões em prêmios no ano passado, considerando seguro agrícola e patrimonial. Se for comparado com 2022, houve queda de 3%.”

O dado positivo no ano, apontado por Arinos, é que houve uma redução no volume de indenizações na comparação com a safra de 2021/2022. “A crise hídrica na re-

gião Sul foi catastrófica para o seguro rural, o que fez, inclusive, com que muitas seguradoras deixassem o mercado de seguro agrícola”, afirma o executivo. Por isso, ele defende os programas de subvenção. “A subvenção ao seguro rural não é um mecanismo adotado só do Brasil, é mundial. Os Estados Unidos e a Espanha, por exemplo, subvencionam mais de 80% do prêmio do seguro agrícola, fazendo com que a sua penetração alcance mais de 80% das áreas agriculturáveis”, afirma.

A diretora de negócios da Wiz Corporate, Talita Ferrari, corrobora o ponto de vista de que instrumentos como o PSR têm papel primordial no estímulo ao seguro rural. Ela observa, porém, que apesar do progresso notável nos últimos anos, a penetração do seguro rural no Brasil ainda é baixa. “Isso sugere que há um grande potencial de crescimento desse mercado nos próximos anos. Contudo, para que ele seja plenamente aproveitado, é necessário superar alguns obstáculos, como a falta de informações confiáveis sobre riscos climáticos e a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas de apoio ao setor”, finaliza.

Operadoras ampliam oferta de produtos para autônomos

Alex Ricciardi
Para o Valor, de São Paulo

O aumento no número de trabalhadores autônomos, especialmente após a pandemia, vem sendo acompanhado de perto pela indústria de seguros, que amplia a oferta de produtos destinados a esse público. Além de coberturas já tradicionais, como de responsabilidade civil para profissionais liberais da área da saúde, aumenta a oferta de apólices voltadas àqueles que realizam serviços e reparos domésticos, como diaristas.

Pouco mais de um quarto dos trabalhadores ocupados são autônomos. No trimestre encerrado em dezembro de 2023, eles somavam 25,6 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE, contra 24,3 milhões no pré-covid — e 20,9 milhões dez anos antes. Esse mercado crescente é acompanhado pelos órgãos reguladores.

“A venda de seguros privados para autônomos representa um avanço significativo no acesso a seguros para camadas da população que estavam desprotegidas sob vários aspectos”, afirma Júlia Normande Lins, diretora técnica da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Segundo ela, um programa da entidades permitiu que as seguradoras testassem esses produtos sob supervisão do órgão, o que aumentou a confiança das empresas para operarem na área.

Algumas dessas apólices, em razão de seu ineditismo, são vendidas por insurtechs, as startups do setor. Uma delas é a IZA Seguros, que recentemente fez uma parceria com a Mary Help, empresa que faz a ponte entre profissionais do lar e clientes, para oferecer uma apólice para acidentes pessoais, incluindo de trajeto, para domésticas, cozinheiras etc. O teste foi rea-

lizado no ano passado em quatro cidades paulistas. Com a aceitação por parte das profissionais, o produto foi disponibilizado para as 160 unidades da Mary Help espalhadas por 15 Estados.

“O produto também foi muito valorizado pelas clientes que contratam as diaristas”, afirma José Roberto Campanelli, CEO da Mary Help. Gabriel de Ségur, fundador e CEO da IZA Seguros, diz que as indenizações podem ser pagas via Pix, em menos de 24 horas. “Nosso recorde de pagamento foi de somente 19 minutos”, afirma.

No caso de profissionais liberais, há apólices para engenheiros que cobrem eventuais falhas de execução, por exemplo, e seguro contra erros e omissões médicas, entre outras. “Nosso seguro de responsabilidade civil profissional para médicos, dentistas e outros profissionais da saúde garante a eles o pagamento de

indenizações, despesas e custas judiciais em caso de reclamações ou ações movidas por terceiros em razão de danos causados por procedimentos realizados por profissionais segurados”, detalha Andrea Nogueira Soares, superintendente de seguros massificados da Mapfre.

Segundo Bernardo Castello, diretor da Bradesco Vida e Previdência, essa amplitude de coberturas oferecidas está relacionada a uma mudança na percepção que a sociedade tem desse tipo de serviço. “Antes [o seguro] era visto como voltado apenas à proteção da família e beneficiários em caso de falecimento do provedor. Agora, já começa a ser percebido também como fator de prevenção, essencial ao cuidado e ao planejamento financeiro, podendo e devendo ser utilizado em vida”, afirma Castello.

A advogada Camila Calais, sócia

para seguros, resseguros e previdência privada do Mattos Filho, defende que seguros para autônomos devem ser mais simples para tornarem-se mais acessíveis não apenas em preço, mas em compreensão do que se está contratando. “As seguradoras devem ser mais livres para criar seus produtos e/ou trazer experiências bem-sucedidas desse mercado em outros países para o Brasil”, diz.

O gerente de produtos da MAG Seguros, Rodrigo Cunha, que estudou esse mercado fora do Brasil, afirma que apólices para esses profissionais também estão disponíveis em vários formatos — como coberturas de saúde, responsabilidade civil, invalidez, renda etc. — nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. “Mesmo em nações ainda em desenvolvimento, onde o mercado de seguros não é tão diversificado, encontram-se opções para os autônomos”, completa.



Oferta é um avanço para quem estava desprotegido, diz Júlia Normande Lins, da Susep

CUIDAR DO QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ

há mais de 90 anos, isso é o que importa para nós.

Proteger: em apenas três sílabas, cabem mais de 90 anos de história. Porque a MAPFRE nasceu para garantir que suas conquistas estejam sempre protegidas e, você, sempre tranquilo

Pode ser um carro, um imóvel, uma empresa e até o futuro: se é importante para o segurado, estamos aqui para cuidar.



MAPFRE





Introdução

A Administração do Grupo MAPFRE submete o Relatório da Administração, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, à apreciação de seus acionistas e sociedade.

O ano de 2023 foi de forte desempenho¹ e avanços consistentes da MAPFRE no Brasil. A companhia encerrou o período com um **lucro líquido de 233 milhões de euros no país** – um salto de **62% em relação ao ano anterior**. A operação brasileira registrou ainda um **crescimento de 5,9% nos prêmios** emitidos em 2023, **totalizando 5,1 bilhões de euros**, em comparação com 4,9 bilhões de euros em 2022.

Todos os segmentos de atuação da MAPFRE obtiveram resultados positivos no país. As performances mais expressivas devem-se ao **Seguro Rural**, com **crescimento de 7,4%**, e ao **Seguro de Vida**, com **5,6%**. Importante destacar também a carteira de **Seguro Auto** – a partir de adaptações tarifárias, com a implementação de estratégias de precificação mais competitivas, o segmento registrou **aumento de 0,9%** em relação ao ano anterior.

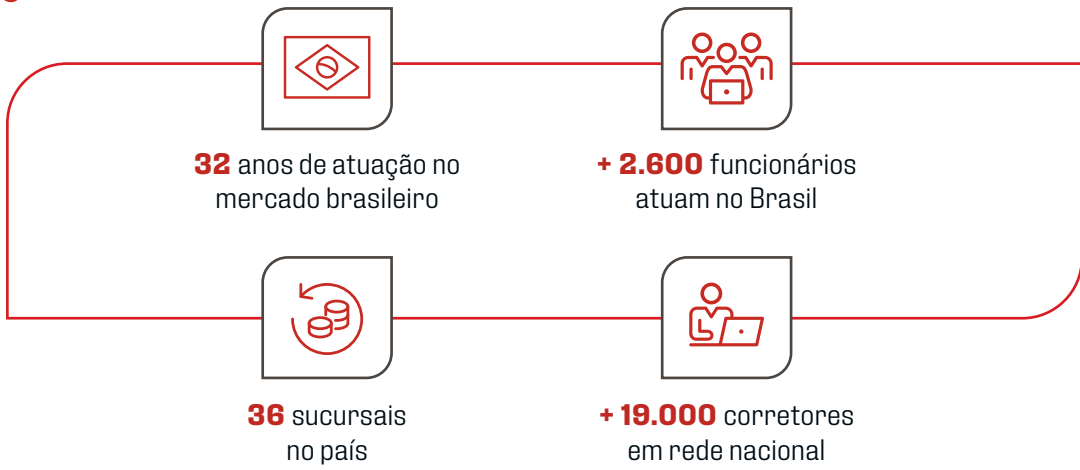
Com isso, em 2023, o Brasil foi responsável por mais de um terço do lucro líquido da MAPFRE no mundo e por quase 19% dos prêmios emitidos, lembrando que somos o maior mercado da companhia fora da Espanha. No contexto global, a MAPFRE registrou lucro líquido de **691,8 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 7,7% em relação a 2022. Sua receita total foi de **32,2 bilhões de euros**, **9,2% a mais do que em 2022**, graças ao aumento de 9,7% nos prêmios emitidos, que alcançaram **26,9 bilhões de euros**, e a maiores receitas financeiras.

32 anos de confiança e proteção

A MAPFRE é uma das maiores companhias multinacionais de prestação de serviços nos mercados segurador e financeiro. Presente no Brasil desde 1992, atua em seguros, investimentos, consórcios, capitalização, previdência e assistência a residências e veículos.

Com o propósito “Cuidamos do que é importante para você”, a MAPFRE protege mais de 6 milhões de clientes por meio de 36 sucursais em todo o país. Esse trabalho é realizado diariamente por cerca de 2.600 colaboradores e conta com o apoio de 19 mil corretores de nossa rede nacional de parceiros. Em 2023, atendemos mais de 470 mil solicitações de assistências, sendo os serviços para automóveis e agronegócio os mais acionados pelos segurados.

A companhia adota compromissos internacionais, como os Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI), e integra o Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), além de manter a Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos que promove e investe em iniciativas e pesquisas voltadas ao bem-estar social.



A companhia opera nas seguintes linhas no Brasil:



SEGUROS

Primeiro grupo² do país no Mercado de Riscos (14,6% de participação); líder em Agronegócios (68%) e Grandes Riscos (10,5%).



INVESTIMENTOS

Administra mais de R\$ 15 bilhões de recursos em fundos para pessoa física, pessoa jurídica e instituições.



CONSÓRCIOS

A BR Consórcios, sócia da MAPFRE na operação de consórcios, vendeu R\$ 1,62 bilhão, sendo 111% do orçado, e teve um crescimento de 27% em relação a 2022.

Nossa estrutura

REGIONAL BRASIL

HOLDINGS E DEMAIS EMPRESAS

- MAPFRE Brasil Participações S/A
- MAPFRE Participações S/A
- Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.
- Protenseg Corretora de Seguros Ltda.

SEGUROS

- MAPFRE Seguros Gerais S/A
- MAPFRE Vida S/A
- MAPFRE Previdência S/A
- MAPFRE Capitalização S/A

BRASILSEG³

- BB MAPFRE Participações S/A
- Brasilseg Companhia de Seguros
- Aliança do Brasil Seguros S/A

SERVIÇOS FINANCEIROS

- MAPFRE Investimentos Ltda.
- MAC Investimentos S/A

¹ Critério homogeneizado ao IRFS 17 – International Financial Reporting Standards.

² As empresas que compõem a MAPFRE Brasil são: MAPFRE Brasil Seguros Gerais, MAPFRE Brasil Vida, Brasil Veículos, MAPFRE Brasil Previdência, MAPFRE Brasil Capitalização, Aliança do Brasil, Cia. de Seguros Aliança do Brasil.

³ A MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolida em sua totalidade as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas.



Um ano memorável

2023 foi considerado um período histórico para a MAPFRE no Brasil, com conquistas que demonstram um desempenho financeiro robusto e o crescimento da nossa operação no país.

Para atingir um lucro líquido de 233 milhões de euros – 62% maior do que em 2022 –, concentramos esforços significativos em atualizações sistêmicas, em estratégias de tarifação e subscrição e em reforçar nosso time de profissionais.

Por meio da constante adaptação de nosso negócio ao mercado brasileiro, garantimos a oferta de produtos relevantes para nossos clientes. Destaco também nossa atuação multicanal e a bem-sucedida parceria com o Banco do Brasil, que proporciona a flexibilidade e a conveniência que os clientes esperam de uma empresa líder de mercado.

Em 2023, comemoramos o progresso de todas as frentes do negócio, impulsionado pela recuperação técnica da companhia e pelo volume da taxa de juros. Três segmentos foram os principais responsáveis pelos resultados positivos. Em Seguro Rural, tivemos um ano livre dos episódios climáticos que afetam a carteira. Em Vida, os efeitos da pandemia felizmente ficaram no passado. E em Automóvel, implementamos com êxito um plano competitivo de precificação.

O Brasil é o segundo maior mercado da MAPFRE no mundo, com quase 30% de participação – o que nos traz muito orgulho e também aumenta a nossa responsabilidade com a sociedade. Nosso desafio em 2024 é crescer com rentabilidade, tendo os critérios ASG cada vez mais presentes em nosso negócio. E estamos preparados para isso, com investimentos em tecnologia, processos e pessoas que certamente nos permitirão equilíbrio em nossa trajetória de evolução.

Felipe Nascimento
CEO MAPFRE Brasil

Sustentabilidade

Na MAPFRE, integrar a sustentabilidade à estratégia e aos processos do negócio é um compromisso contínuo e que responde às tendências e riscos apresentados pelos desafios atuais do planeta. Para materializá-la em nossas iniciativas, contamos com o Plano de Sustentabilidade 2022-2024: com quatro eixos e doze linhas de atuação, o material reúne os objetivos que buscam gerar oportunidades para o negócio, minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos na economia, no meio ambiente e na sociedade.

Em 2023, todos os países, unidades de negócio e áreas corporativas da MAPFRE avançaram no cumprimento dos objetivos. No Brasil, as iniciativas ASG implementadas tiveram vocação especial para as questões de impacto financeiro e social, com destaque a três projetos:

- 

MAPFRE INVESTIMENTOS
100% dos nossos fundos contemplam um ou mais aspectos que atendem critérios socioambientais
- 

MAPFRE SÊNIOR
Oferece produtos e serviços capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do público 60+
- 

MAPFRE NA FAVELA
Focado no desenvolvimento de produtos de microsseguros voltados para os micro e pequenos empreendedores locais das favelas



Fundación MAPFRE

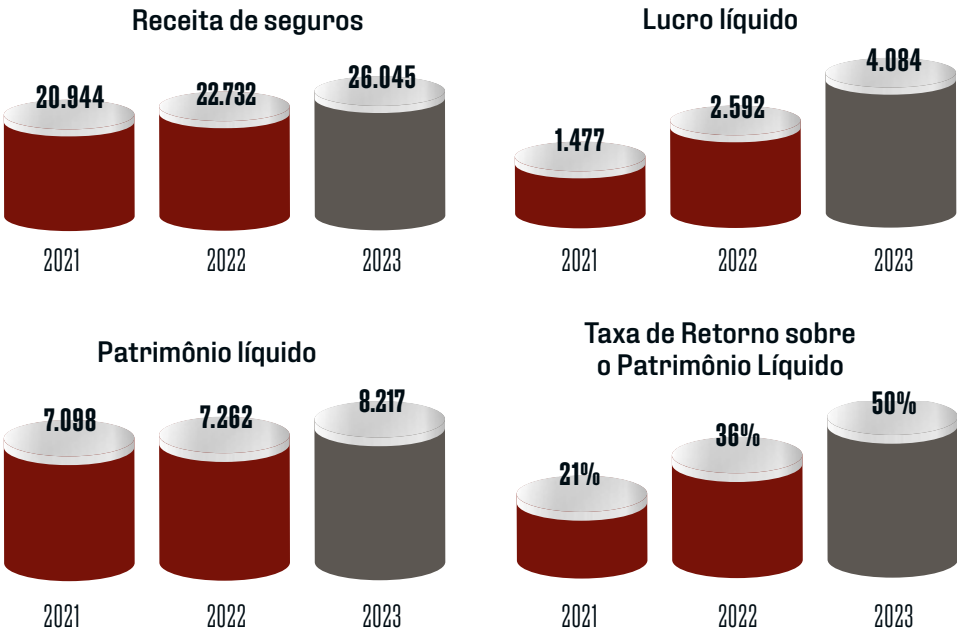
A Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos criada pela MAPFRE, promove e financia atividades que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento da sociedade. Como agente de desenvolvimento econômico e social, materializa sua contribuição social ao realizar estudos e pesquisas, divulgar bolsas e prêmios, disseminar conhecimento sociocultural e fomentar ações sociais em saúde, segurança viária e educação em seguros.

Em 2023, completamos 30 anos de atuação no Brasil e beneficiamos mais de 2 milhões de pessoas durante o ano por meio dos programas desenvolvidos e dos convênios firmados com governos e municípios. São eles:

- Em Prevenção e Segurança Viária:** o programa Educação Viária é Vital contribuiu para a formação de mais de 197 mil alunos e 5 mil professores nos projetos desenvolvidos em 1.336 escolas do Brasil;
- Em Promoção da Saúde:** ampliamos o programa Viver com Saúde – Saúde Mental nas Escolas para os estados de Minas Gerais e Bahia, com mais de 1,17 milhão de beneficiários presenciais e digitais.

Desempenho econômico e financeiro (em milhões de reais)

As medidas de desempenho foram atualizadas e consideram as métricas de apuração de acordo com a nova prática contábil do IFRS 17 (CPC 50) adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando inclusive o efeito de reapresentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022.



Índice Combinado	2021	2022	2023
Índice Combinado IRFS 4 Local	97%	89%	83%
Prêmio Ganho	18.763	22.716	25.939
Sinistro + Custo Aquisição + DA + DO + Resseguro	(18.124)	(20.265)	(21.539)
Índice Combinado IRFS 17 (CPC 50) (**)	(*)	85%	78%
Receita Líquida Cessão		18.202	20.801
Despesa Líquida de Recuperação		(15.563)	(16.204)

*De acordo com o estabelecimento pelo requerimento contábil, os saldos de 2021 não foram reapresentados, sendo os montantes comparativos a partir de 2022.
**A principal mudança, além da mensuração dos novos modelos, está na alocação do resultado de resseguro.

Agradecimentos

A Administração do Grupo MAPFRE agradece aos acionistas, parceiros de negócios, fornecedores, clientes, sociedade e à comunidade financeira pelo indispensável apoio e pela confiança, assim como aos nossos profissionais, que tornaram possível a conquista do desempenho aqui apresentado.

São Paulo, 29 de abril de 2024
A Administração

MAPFRE Brasil Participações S.A.

CNPJ: 09.007.935/0001-74



BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora			Consolidado		
		2022	2022	01.01.2022	2022	2022	01.01.2022
		2023 (reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	2023 (reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante		454.293	464.418	190.584	18.161.599	16.059.729	14.626.130
Caixa e equivalente de caixa		56	342	25	22.581	51.824	9.173.453
Ativos financeiros	5	337.468	401.208	63.103	13.502.261	11.486.670	9.709.791
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		337.468	385.810	63.103	13.348.144	11.125.783	8.665.978
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		—	15.398	—	154.117	203.811	309.157
Mensuradas a custo amortizado		—	—	—	—	157.076	734.656
Outros recebíveis	6	75.115	25.868	51.402	436.519	463.570	297.260
Ativos de contratos de resseguro	11	—	—	—	3.810.379	3.845.358	4.206.865
Ativo fiscal corrente	7	41.654	37.000	76.054	209.859	212.307	338.761
Ativo não circulante		5.283.848	4.580.587	4.521.621	13.560.901	14.044.716	13.641.595
Ativos financeiros	5	252.924	37.592	35.877	5.774.599	5.253.814	5.641.047
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		252.924	37.592	35.877	5.774.599	5.253.814	5.484.841
Mensuradas a custo amortizado		—	—	—	—	156.206	790
Outros recebíveis	6	630	—	—	89.213	790	1.711
Ativos de contratos de resseguro	11	—	—	—	620.565	1.601.811	1.287.994
Ativos fiscais diferidos	7	3.187	8.526	2.807	1.544.387	1.612.896	1.357.869
Depósitos judiciais	15	650	—	—	1.767.296	1.694.549	1.633.259
Participações societárias	8	5.019.268	4.527.759	4.476.312	12.213	8.514	8.535
Demais investimentos		—	—	—	260	271	3.369
Imobilizado	9	1.438	959	874	628.413	669.166	594.147
Intangível	10	5.751	5.751	5.751	3.123.855	3.202.905	3.113.864
Total do ativo		5.738.141	5.045.005	4.712.205	31.722.500	30.104.445	28.267.725
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.							
Passivo	Notas	Controladora			Consolidado		
		2022	2022	01.01.2022	2022	2022	01.01.2022
		2023 (reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	2023 (reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante		339.556	192.964	147.413	14.021.189	12.455.498	11.755.002
Passivos de contratos de seguro	11	—	—	—	12.064.306	11.067.213	10.424.253
Outros passivos	13	339.556	192.964	147.413	1.834.540	1.270.239	1.250.756
Passivos financeiros	14	—	—	—	122.343	118.046	79.993
Passivo não circulante		150.322	162.759	168.072	9.483.582	10.386.742	9.414.598
Passivos de contratos de seguro	11	—	—	—	6.505.805	7.446.368	6.493.445
Passivos fiscais diferidos	7	146.626	153.536	167.364	562.102	619.484	667.277
Outros passivos	13	3.033	9.217	—	338.805	341.079	324.231
Passivos financeiros	14	—	—	—	435.977	444.267	414.513
Provisões judiciais	15	663	6	708	1.640.893	1.535.544	1.515.132
Patrimônio líquido	16	5.248.263	4.689.282	4.396.720	8.217.729	7.262.205	7.098.125
Capital social		3.038.709	3.038.709	3.038.709	3.038.709	3.038.709	3.038.709
Reservas		2.283.899	1.912.597	1.559.089	2.283.899	1.912.597	1.559.089
Ajustes de avaliação patrimonial	(74.345)	(262.024)	(201.078)	(74.345)	(282.024)	(201.078)	(201.078)
Participação de acionistas não controladores	—	—	—	—	2.969.466	2.572.923	2.701.405
Total do passivo e patrimônio líquido		5.738.141	5.045.005	4.712.205	31.722.500	30.104.445	28.267.725
Total das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.							

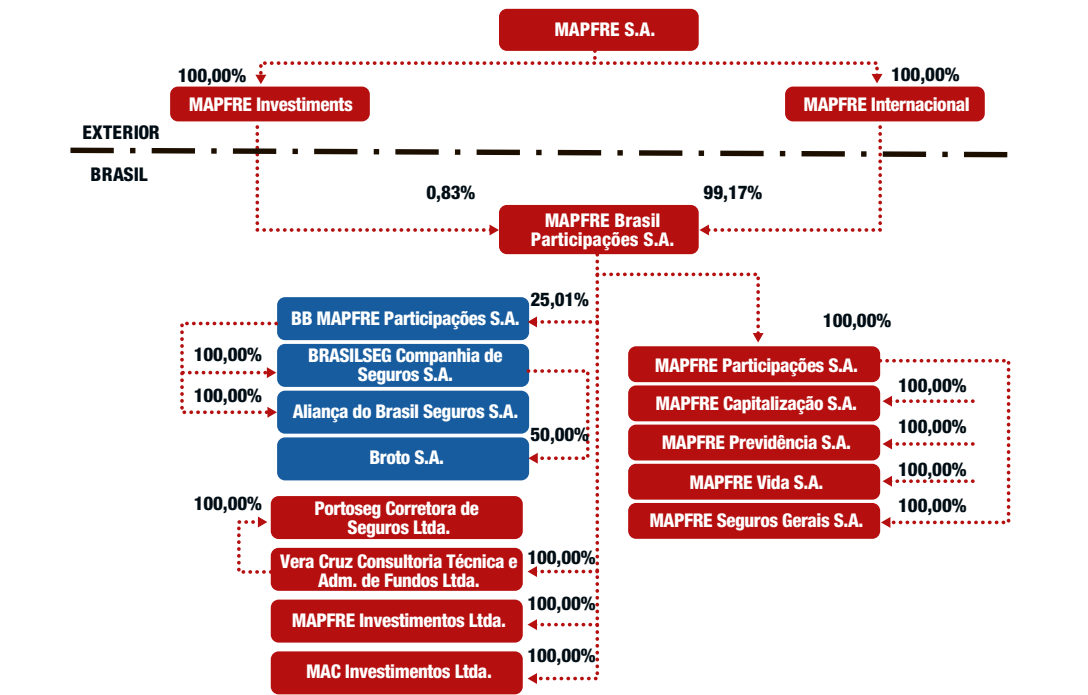
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		
Saldos em 1º de janeiro de 2022, publicado anteriormente	3.038.709	593.127	239.902	787.605	(234.285)	— 4.425.058	2.423.478	6.848.536
Ajuste na aplicação inicial da IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquido de impostos	—	—	—	(61.545)	33.207	— (28.338)	277.927	249.589
Saldos em 1º de janeiro de 2022 (reapresentado)	3.038.709	593.127	239.902	726.060	(201.078)	— 4.396.720	2.701.405	7.098.125
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	—	—	—	—	(92.425)	— (92.425)	4.555	(87.870)
Outros resultados abrangentes - IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquidos dos impostos	—	—	—	—	31.479	— 31.479	(18.003)	13.476
Dividendos pagos em 03 de março de 2022	—	—	—	(160.000)	—	— (160.000)	—	(160.000)
Dividendos pagos em 11 de agosto de 2022	—	—	—	(33.110)	—	— (33.110)	—	(33.110)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	720.490	1.871.567	2.592.057
Destinações:								
Dividendos propostos	—	—	—	—	— (173.872)	— (173.872)	—	(173.872)
Distribuição de dividendos de não controladores	—	—	—	—	—	—	(1.986.601)	(1.986.601)
Reservas	—	—	36.605	510.013	—	— (546.618)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	3.038.709	593.127	276.507	1.042.963	(262.024)	— 4.689.282	2.572.923	7.262.205
Aumento de capital de não controladores	—	—	—	—	—	—	31.200	31.200
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	—	—	—	—	(577)	222.464	57.640	279.527
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	— (34.785)	— (34.785)	22.176	(12.609)
Dividendos pagos em 03 de março de 2023	—	—	—	(141.250)	—	— (141.250)	—	(141.250)
Dividendos pagos em 05 de maio de 2023	—	—	—	(163.400)	—	— (163.400)	—	(163.400)
Dividendos pagos em 22 de setembro de 2023	—	—	—	(137.500)	—	— (137.500)	—	(137.500)
Dividendos pagos em 06 de novembro de 2023	—	—	—	(138.531)	—	— (138.531)	—	(138.531)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.264.622	2.819.439	4.084.061
Destinações:								
Dividendos propostos	—	—	—	—	— (312.062)	— (312.062)	—	(312.062)
Distribuição de dividendos de não controladores	—	—	—	—	—	—	(2.533.912)	(2.533.912)
Reservas	—	65.697	886.863	—	—	— (952.560)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.038.709	593.127	342.204	1.348.568	(74.345)	— 5.248.263	2.969.466	8.217.729
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Brasil Participações S.A. (doravante designada por "GRUPO" ou "Companhia"), controlada da MAPFRE S.A. entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 e em 29 de setembro de 2010, iniciou suas operações. A Companhia, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras. Com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711 - 21º andar em São Paulo - Brasil e cadastrada sobre o CNPJ nº 09.007.935/0001-74. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo:



a) Incorporação das empresas MAPFRE Investimentos e Participações S.A. e MS Participações Ltda.: Essas demonstrações financeiras contemplam a incorporação das empresas MAPFRE Investimentos e Participações S.A. e MS Participações Ltda. em 1º de novembro de 2023 onde a Controladora incorporou a totalidade dos ativos e passivos com o objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais e administrativos. Os acionistas aprovaram as incorporações através das Assembleias Geral Extraordinárias realizadas em 30 de novembro de 2023 e 29 de dezembro de 2023 respectivamente. Os saldos contábeis incorporados estão apresentados abaixo:

Ativo	Passivo	
Circulante	Circulante	118
Equivalente de caixa	Contas a pagar	118
Aplicações	Obrigações a pagar	113
Títulos e créditos a receber	Impostos e contribuições	5
Títulos e créditos a receber		
Créditos tributários e previdenciários		
Ativo não circulante	Passivo não circulante	709
Realizável a longo prazo	Outros débitos	709
Aplicações	Provisões judiciais	709
Títulos e créditos a receber		
Títulos e créditos a receber		
Depósitos judiciais e fiscais		
Investimentos	Patrimônio líquido (*)	106.871
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	107.698

(*) Patrimônio Líquido incorporado contra Participações Societárias em Investidas da empresa Controladora

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram submetidas para aprovação do Conselho de Administração em 29 de abril de 2024.

b) Critérios de consolidação: Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das companhias participantes da consolidação, bem como foram eliminadas as participações societárias e os saldos resultantes de operações realizadas entre as Companhias. As participações no patrimônio líquido e no resultado das companhias ligadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, não pertencentes na totalidade à MAPFRE Brasil Participações S.A., foram classificadas como participação de não controladores. A MAPFRE Brasil Participações S.A. é a controladora das demonstrações financeiras devido deter 50,01% do capital votante da BB MAPFRE Participações S.A. Além da MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolidou-se as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas a seguir relacionadas:

Controladas	% Participação de capital			
	2023	Direta	Indireta	2022
MAPFRE Participações S.A.	100,00	—	100,00	—
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	—	100,00	—	100,00
MAPFRE Vida S.A.	—	100,00	—	100,00
MAPFRE Capitalização S.A.	—	100,00	—	100,00
MAPFRE Previdência S.A.	—	100,00	—	100,00
BB MAPFRE Participações S.A.	25,01	—	25,01	—
Brasilegg Companhia de Seguros	—	25,01	—	25,01
Aliança do Brasil Seguros S.A.	—	25,01	—	25,01
Broto S.A.	—	50,00	—	—
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	100,00	—	100,00	—
MS Participações Ltda.	—	—	100,00	—
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	—	—	100,00	—
MAPFRE Investimentos Ltda.	100,00	—	0,10	99,90
MAC Investimentos S.A.	100,00	—	—	100,00
Protenseg Corretora de Seguros Ltda.	—	100,00	—	0,00
MAPFRE Seguros Gerais S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosegueros nos ramos de autos, vida e elementares.	—	—	—	—
MAPFRE Vida S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosegueros nos ramos de pessoas e vida.	—	—	—	—
MAPFRE Capitalização S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera na modalidade de capitalização.	—	—	—	—
MAPFRE Previdência S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera na modalidade de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência.	—	—	—	—
Brasilegg Companhia de Seguros é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosegueros nos ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional.	—	—	—	—
Aliança do Brasil Seguros S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosegueros nos ramos de danos e seguros rurais.	—	—	—	—
Broto S.A. é uma companhia que tem por objeto a prestação de serviços de intermediação de negócios em geral, incluindo bens e serviços de qualquer natureza, inclusive insumos, máquinas, bens de consumo, bens de capital, produtos financeiros, produtos securitários, dentre outros; (ii) criação, edição, produção, distribuição e comercialização de conteúdos e materiais didáticos impressos ou digitais; (iii) a realização de cursos, eventos ou atividades associadas à difusão de conhecimento, presenciais ou à distância; e (iv) a prestação de serviço de correspondente no País.	—	—	—	—
MAPFRE Participações S.A. e BB MAPFRE Participações S.A. são sociedades por ações de capital fechado que operam como holdings de companhias seguradoras.	—	—	—	—
A MAC Investimentos S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, administração de fundos por contrato ou comissão e a participação como acionista em instituições não financeiras.	—	—	—	—
A Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. é uma sociedade limitada opera com prestação de serviços. A MAPFRE Investimentos Ltda., sociedade limitada, tem por objeto social (i) o exercício profissional da gestão de recursos, bem como a distribuição de quotas de fundos de investimento dos quais seja gestora; e (ii) a participação no capital de outras empresas, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista ou cotista.	—	—	—	—
PROTENSEG, sociedade limitada que tem por objeto social (i) a corretagem de seguros em todos os ramos; (ii) a participação em outras sociedades, simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras, sendo vedada a participação em sociedades seguradoras; e (iii) a prestação de serviços de consultoria na contratação de seguros. Foram também objeto da consolidação os fundos de investimentos exclusivos relacionados a seguir, os quais são considerados como entidades de propósitos específicos, para os quais foram destacados e eliminados os saldos entre ativos e passivos e as receitas e despesas correspondentes das operações realizadas entre a Controladora, Controladas e estas entidades.	—	—	—	—

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	Notas	2022	2022	2022	2022	2022
		2023	(reapresentado)	2023	(reapresentado)	(reapresentado)
Receitas de seguros	17a.i	—	—	26.044.919	22.732.416	22.732.416
Despesas com prestação de serviços de seguros	17a.ii	—	—	(18.103.938)	(19.297.953)	(19.297.953)
Resultado líquido com contratos de resseguros	17a.iii	—	—	(3.343.898)	(795.052)	(795.052)
Resultado da prestação de serviços de seguros				4.597.083	2.639.411	2.639.411
Receita financeira dos contratos de seguros				392.682	506.715	506.715
Despesa financeira dos contratos de seguros				(1.320.295)	(1.106.850)	(1.106.850)
Resultado financeiro das operações de seguros	17a.iv			(927.613)	(600.135)	(600.135)
Outras receitas e despesas operacionais	17b	(15.730)	(40.529)	(128.008)	(133.448)	(133.448)
Outras despesas administrativas	17c	(36.416)	(11.787)	(113.370)	(44.138)	(44.138)
Outros resultados financeiros	17d	58.800	21.790	1.927.036	1.583.682	1.583.682
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	17e	1.280.321	761.492	6.306	6.306	6.306
Lucro antes dos impostos		1.286.975	730.967	5.364.334	3.451.914	3.451.914
Imposto de renda e contribuição social	18	(22.353)	(10.477)	(1.280.373)	(859.857)	(859.857)
Lucro líquido do exercício		1.264.622	720.490	4.084.061	2.592.057	2.592.057
Acionistas controladores		—	—	1.264.622	720.490	720.490
Participação de acionistas não controladores		—	—	2.819.439	1.871.562	1.871.562
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.						

→ continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

a isenção à aplicação da IFRS 9 (CPC 48) para permitir implementar a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 17 (CPC 50) ao mesmo tempo. O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48), uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou o a IFRS 9 (CPC 48) pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, com o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos quatro tópicos principais abaixo: **i. Classificação e mensuração de ativos e passivos:** A IFRS 9 (CPC 48) afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2022, da seguinte forma: • A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com a IAS 39. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48). • Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com a IAS 39, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48). • Os investimentos de dívida classificados como disponível para venda de acordo com a IAS 39 podem, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas. • No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2023; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes. • Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com a IAS 39, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), e necessariamente passem no teste de pagamento somente do principal e dos juros (SPPI), e cujo objetivo final seja a coleta dos fluxos de caixa contratuais até o vencimento do título. A classificação dos ativos financeiros, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro e administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. A IFRS 9 (CPC 48) inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, temos fundos de investimentos mensurados ao VJR e custo amortizado. Em relação à carteira própria de títulos públicos e privados os valores são mensurados pelo VJORA. Como a maioria dos ativos financeiros é mensurado pelo valor justo antes e depois da transição para IFRS 9 (CPC 48), o GRUPO MAPFRE apresenta o impacto na nota 2.1) b) iv. **ii. ECL (Expected Credit Loss):** A IFRS 9 (CPC 48) substituiu o modelo de perda incorrida na IAS 39 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. A IFRS 9 (CPC 48) exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data da apresentação. **iii. Hedge accounting (contabilização de hedge):** O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. De acordo com a Política de Investimentos e normativos vigentes, o GRUPO MAPFRE realiza operações em mercados derivativos, com a finalidade de efetuar *Hedge* em sua carteira. Ao longo do segundo semestre de 2022, contratou Instrumentos Financeiros de Derivativos do tipo DI Futuro da B3, na Carteira Própria, com o objetivo de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros futuros, sendo os ajustes com liquidações financeiras diárias. O ganho ou perda resultante com as operações de derivativos são reconhecidos pelo "VJR" de cada período. O GRUPO MAPFRE adotou a contabilidade de *Hedge Accounting*, e com isso, as oscilações de marcação a mercado são reconhecidas no resultado (VJR), e não mais no Patrimônio Líquido (VJORA). O GRUPO adotou o novo modelo geral de contabilização de *hedge* na IFRS 9 e CPC 48. **iv. Efeitos da adoção inicial:** As tabelas a seguir demonstram exclusivamente as categorias originais de mensuração no IAS 39 (CPC 38) as quais tiveram reclassificação para novas categorias de mensuração nos termos da IFRS 9 (CPC 48) para cada classe de ativos financeiros do GRUPO MAPFRE em 1º de janeiro de 2023.

Ativos financeiros	Classificação original	Nova classificação - IFRS 9 (CPC 48)
Fundos de investimentos	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	VJR
Certificado de depósito bancário - CDB	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	VJR
Débêntures	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Depósito a prazo com garantia específica - DPGE	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Letras financeiras do tesouro - LFT	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Letras do tesouro nacional - LTN	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Letras do tesouro nacional - LTN	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-B	Ativos mantidos até o vencimento	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-C	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos mantidos até o vencimento	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado

A seguir apresentamos o impacto de adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48), e IFRS 17 (CPC 50) no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício consolidado:

	Controladora		Consolidado
Divulgação anterior	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48) (reapresentado)	01.01.2022	Divulgação anterior
Ativo			
Circulante	190.584	190.584	23.028.680
Caixa e equivalente de caixa	25	25	73.453
Ativos financeiros	63.103	63.103	9.733.422
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	63.103	63.103	8.665.978
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	38.492
Mensuradas a custo amortizado	-	-	1.028.952
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	5.281.669
Outros recebíveis	51.402	51.402	5.008.145
Ativos de contratos de resseguro	-	-	5.008.145
Ativos fiscais corrente	76.054	76.054	338.761
Outros valores e bens	-	-	127.335
Custos de aquisição diferidos	-	-	2.142.460
Ativo não circulante	4.549.959	4.521.621	17.979.836
Ativos financeiros	34.958	919	5.568.936
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	-	-	72.111
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	35.877
Mensuradas a custo amortizado	34.958	(34.958)	4.830.550
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	5.281.669
Outros recebíveis	-	-	5.008.145
Ativos de contratos de resseguro	-	-	5.008.145
Ativos fiscais diferidos	3.119	(312)	2.807
Custos de aquisição diferidos	-	-	1.909.477
Depósitos judiciais	-	-	1.633.259
Participações societárias	4.505.257	(28.945)	4.476.312
Demais investimentos	-	-	8.535
Imobilizado	874	-	874
Intangível	5.751	-	5.751
Total do ativo	4.740.543	(28.338)	4.712.205
Passivo			
Circulante	147.413	-	147.413
Passivos de contratos de seguro	-	-	18.821.474
Passivos de arrendamento	-	-	79.933
Outros passivos	147.413	-	147.413
Passivo não circulante	168.072	-	168.072
Passivos de contratos de seguro	-	-	11.047.050
Passivos fiscal diferido	167.364	-	167.364
Provisões judiciais	708	-	708
Passivos de arrendamento	-	-	414.513
Outros passivos	-	-	324.231
Patrimônio líquido	4.425.058	(28.338)	4.396.720
Capital social	3.038.709	-	3.038.709
Reservas	1.620.634	(61.545)	1.559.089
Ajustes de avaliação patrimonial	(234.285)	33.207	(201.078)
Participação de acionistas não controladores	-	-	2.473.927
Total do passivo e patrimônio líquido	4.740.543	(28.338)	4.712.205

Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		Controladora		Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		Consolidado	
Divulgação anterior	2022	2022	Divulgação anterior	2022	2022	2022	
		(reapresentado)					
464.420	(2)	464.418	25.934.069	(9.874.340)	16.059.729		
342	-	342	51.824	-	51.824		
401.210	(2)	401.208	11.487.199	(529)	11.486.670		
385.810	-	385.810	11.125.783	-	11.125.783		
-	15.398	15.398	48.942	154.869	203.81		
15.400	(15.400)	-	312.474	(155.398)	157.076		
-	-	-	6.098.050	(6.098.050)	-		
25.868	-	25.868	340.077	123.493	463.570		
-	-	-	4.941.203	(1.095.845)	3.845.358		
37.000	-	37.000	212.307	-	212.307		
-	-	-	153.069	(153.069)	-		
-	-	-	2.650.340	(2.650.340)	-		
4.612.158	(31.571)	4.580.587	16.759.361	(4.714.645)	14.044.716		
39.789	(2.197)	37.592	5.246.744	7.070	5.253.814		
-	37.592	37.592	4.770.026	483.788	5.253.814		
39.789	(39.789)	-	476.718	(476.718)	-		
-	-	-	2.417.430	(2.417.430)	-		
-	-	-	790	-	790		
-	-	-	1.576.031	25.780	1.601.811		
7.779	747	8.526	1.750.470	(137.574)	1.612.896		
-	-	-	2.192.491	(2.192.491)	-		
-	-	-	1.694.549	-	1.694.549		
4.557.880	(30.121)	4.527.759	8.514	-	8.514		
-	-	-	271	-	271		
959	-	959	669.166	-	669.166		
5.751	-	5.751	3.202.905	-	3.202.905		
5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430	(14.588.985)	30.104.445		
192.964	-	192.964	22.388.836	(9.933.337)	12.455.499		
-	-	-	20.459.932	(9.392.719)	11.067.213		
-	-	-	118.046	-	118.046		
192.964	-	192.964	1.810.858	(540.619)	1.270.239		
162.759	-	162.759	15.126.765	(4.740.023)	10.386.742		
-	-	-	12.193.891	(4.747.523)	7.446.368		
-	-	-	611.984	7.500	619.484		
153.536	-	153.536	1.535.544	-	1.535.544		
6	-	6	341.079	-	341.079		
9.217	-	9.217	444.267	-	444.267		
4.720.855	(31.573)	4.689.282	7.177.829	84.376	7.262.205		
3.038.709	-	3.038.709	3.038.709	-	3.038.709		
1.985.743	(73.146)	1.912.597	1.985.743	(73.146)	1.912.597		
(303.597)	41.573	(262.024)	(303.597)	41.573	(262.024)		
-	-	-	2.456.974	115.949	2.572.923		
5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430	(14.588.985)	30.104.445		

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

da conversão em renda), para produtos que possuem provisão matemática (PGBL, VGBL e Previdência tradicional); e (ii) capital segurado ponderado pela exposição ao risco, para os demais contratos. **x) Taxa de desconto:** O GRUPO MAPFRE aplica a metodologia *Top-Down* a todos os produtos. Na metodologia, a taxa de desconto é calculada pela soma da rentabilidade da carteira de referência (risco de inadimplência esperado + risco de inadimplência inesperado + ajuste de incompatibilidade) com a curva de desconto. **l) Ajuste de risco pelo risco não financeiro:** O ajuste de risco não financeiro reflete a compensação que a MAPFRE requer para suportar a incerteza em relação com o valor e o momento de pagamento dos fluxos de caixa futuros, que surgem de riscos não financeiros derivados de cumprir as obrigações dos contratos de seguros. Em sua determinação são considerados os riscos de subscrição, assim como outros riscos não financeiros, como por exemplo de gastos. O ajuste de risco não financeiro é estimado mediante metodologias baseadas no nível de confiança, empregando métricas de valor em risco (*Value at Risk*) sobre a distribuição de probabilidade do valor atual dos fluxos de caixa futuros, em linha com os requerimentos de capital de Solvência II, o ajustado ao nível de confiança objetivo em função dos segmentos de negócio; (i) Negócios Não Vida: entre o percentil 62,5% e 67,5% (ii) Negócios Vida: entre o percentil 82,5% e 87,5%. **ii) Passivos de capitalização:** Os títulos de capitalização têm seus passivos financeiros calculados no momento do recebimento dos recursos. Os títulos são emitidos com pagamento único e o valor do depósito para resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Esses valores compõem os passivos financeiros - capitalização. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente a parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato. Taxas e carregamento dos principais títulos:

	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
Processo SUSEP			
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,73	6,17
15414.901384/2018-22	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.901388/2018-19	Prêmio Único	2,00	4,28
15414.606403/2021-13	Prêmio Único	9,92	4,28

j) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos do GRUPO, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma esperada saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **k) Benefícios aos empregados:** i. **Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo são fornecidos de acordo com as convenções coletivas de cada categoria, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. ii. **Obrigações por aposentadorias:** O GRUPO é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrados pelas empresas MAPFRE Previdência S.A. e Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela controladora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a controladora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores definitivos, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser determinado com confiabilidade. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas contabilmente com base em despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. **Outros benefícios pós-emprego** - Somente para seguros, **previdência e capitalização:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **l) Recitas e despesas financeiras:** O GRUPO MAPFRE desagra valores reconhecidos na demonstração do resultado (DRE) e nos outros resultados abrangentes (ORA) em (ii) resultado de um serviço de seguro, compreendendo os receitas de seguros e as despesas de serviços de seguro; e (ii) receitas ou despesas financeiras de seguros. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período, como também mitigar as variações das provisões técnicas mensurada em IFRS 17 com as variações dos ativos financeiros registrados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em conformidade com a IFRS 9. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançada pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **n) Participações nos lucros:** O GRUPO registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O GRUPO de forma geral está exposto aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • **Risco de subscrição:** O risco de subscrição é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com o GRUPO. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de alguma emissão de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que o GRUPO opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, o GRUPO está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O GRUPO adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE *Compañia de Resseguros* S.A. e MAPFRE *Global Risks Compañia Internacional de Seguros y Reaseguros* S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE *Compañia de Resseguros* S.A..

5. ATIVOS FINANCEIROS

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo.

Títulos	Vencimento				
	Hierarquia de valor justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	70.918	266.608	—	(58)	337.468
Fundos de investimentos	70.918	266.608	—	(58)	337.468
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	266.608	—	266.608	266.608
Operações compromissadas (*)	2	70.918	—	70.918	70.918
Outros/caixas	2	—	—	(58)	(58)
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	—	210.672	42.252	252.924	249.996
Fundo de investimento	—	210.672	42.252	252.924	249.996
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	42.252	40.728
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	210.672	210.672	209.269
Total	70.918	477.280	42.252	590.392	587.399

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Local	2023				Local	2022			
	Admitida	Eventual	Participação			Admitida	Eventual	Participação	
	AA+	AA	AA-	A		AA+	AA	AA-	A
AA+	AA+	AA	AA-	A	A+	AA+	AA	AA-	A
AA	AA	AA	AA-	A	—	AA	AA	AA-	A
A+	A+	A	A-	A	—	A+	A	A-	A
A	A	A	A-	A	—	A	A	A-	A
AA-	AA-	AA	AA-	A	AA-	AA-	AA	AA-	A
A-	A-	A	A-	A	A-	A-	A	A-	A
Aa3	—	Aa3	—	—	—	—	—	—	—
A2	A2	—	—	—	—	A2	—	—	—
A3	A3	—	—	—	—	—	A3	—	—
B++	—	—	—	—	B++	—	—	—	—
						Baa1			

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pelo GRUPO, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - rating (*)	2023				Local	2022			
	AAA	AA+	AA	AA-		AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa pública	16.971.871	—	—	—	—	16.971.871	—	—	—
Certificados de depósito bancário - CDB	141.444	—	—	10.734	—	3.146	—	—	—
Debêntures	205.810	—	9.890	—	—	—	—	—	—
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	—	—	—	5.045	21.004	257.575	75.892	359.516	—
Letras financeiras - LF	1.133.616	103.257	11.224	—	—	—	—	—	—
Quotas de fundos de investimentos	177.998	—	—	—	—	40.645	218.643	—	—
Outras aplicações	5	—	—	—	—	1.554	1.559	—	—
Caixa/contas a pagar/receber	—	—	—	—	—	(2.692)	(2.692)	—	—
Total	18.630.744	103.257	11.224	9.890	15.779	21.004	257.575	118.545	19.168.018

Ativos financeiros - rating (*)	2023				Local	2022			
	AAA	AA+	AA	AA-		AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa pública	14.898.472	—	—	—	17.247	—	2.753	52.729	—
Certificados de depósito bancário - CDB	32.729	—	—	—	—	38.687	256.167	—	—
Debêntures	152.062	31.005	25.212	3.667	—	56.807	249.705	—	—
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	16.631	—	—	11.940	—	34.601	1.038.004	—	—
Letras financeiras - LF	863.774	83.292	56.337	—	—	32.529	140.680	—	—
Quotas de fundos de investimentos	108.151	—	—	—	—	1.219	1.219	—	—
Outras aplicações	—	—	—	—	—	(2.658)	(2.658)	—	—
Caixa/contas a pagar/receber	—	—	—	—	—	163.938	16.634.318	—	—
Total	16.071.819	114.297	81.549	3.667	11.940	17.247	164.327	5.534	17.585.097

(*) Não contempla saldo de ações no montante de R\$ 108.842 (R\$ 106.166 em 31 de dezembro de 2022). O GRUPO efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido do GRUPO em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pelo GRUPO. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de o GRUPO liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O GRUPO possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovadas, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. O GRUPO monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos.

Fluxo até 1 ano	2023		2022	
	Fluxo de ativos	Fluxo de passivos	Fluxo de ativos	Fluxo de passivos
	70.860	339.555	93.563	175.446
Fluxo de 1 a 5 anos	477.280	—	307.645	—
Fluxo acima de 5 anos	42.252	—	37.592	—
Total	590.392	339.555	438.800	175.446

Fluxo até 1 ano	2023		2022	
	Fluxo de ativos	Fluxo de passivos	Fluxo de ativos	Fluxo de passivos
	7.056.513	5.086.652	6.545.202	5.388.001
Fluxo de 1 a 4 anos	10.826.193	4.724.325	8.193.377	5.729.677
Fluxo acima de 4 anos	1.394.154	5.960.219	2.001.905	6.467.643
Total	19.276.860	15.771.196	16.740.484	17.585.321

Fluxo de ativos - Foram considerados para os fluxos de ativos os ativos financeiros a valor justo. **Fluxo de passivos -** Foram considerados para os fluxos de passivos, o fluxo estimado por vencimento e os passivos de contratos de seguro pela melhor estimativa dos fluxos de caixa. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos do GRUPO ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política do GRUPO, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress* histórico e na metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 (cento e cinquenta) dias, com nível de confiança de 95%; e horizonte temporal de 1 (um) dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de (27.769) sobre o patrimônio de R\$ 19.276.860. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i) taxa de juros e ii. curvas de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas do GRUPO. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira e os passivos de contratos de seguros do GRUPO foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Consolidado	
2023	
Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	
a) Elevação de taxas	
b) Redução de taxas	
Passivos de contratos de seguros	
Fator de risco - Taxa de juros	
a) Elevação de taxas	
b) Redução de taxas	

Parâmetro: Cenários de + 100 (cem) *basis points*, nos ativos em carteira nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes e nos passivos de contratos de seguros nas projeções da melhor estimativa de rendimentos dos contratos e na apuração do valor presente. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre estes: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, o GRUPO dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela insobrevivência, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão do GRUPO de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o GRUPO mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa. Abaixo demonstramos o capital mínimo requerido e a suficiência de capital das controladas em 31 de dezembro de 2023:

Patrimônio líquido ajustado (a) (*)	5.015.018
Ajustes econômicos (b)	1.986.211
Capital mínimo requerido (c)	3.345.372
Suficiência de capital (d) = a + b - c	3.655.857

(*) Baseado em resultados apresentados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas pela SUSEP. Os valores de CMR considerados no PLA foram consolidados, consideramos a soma dos resultados individuais das controladas sem o benefício da diversificação de riscos.

Consolidado												
												Total
Hierarquia de valor justo												
Títulos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	2023	%	2022	%
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	6.578.050	6.225.515	220.233	324.346	13.348.144	13.333.435	13.348.462	15.027	13.348.144	69%	11.125.781	66%
Debêntures	2	10.803	93.348	—	103.951	104.172	103.951	(221)	103.951	1%	129.616	1%
Letras financeiras - LF	2	295.643	734.515	—	1.030.158	1.025.017	1.030.158	5.141	1.030.158	8%	847.439	8%
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	1	10.466	—	—	35.072	35.897	36.072	175	36.072	0%	11.940	0%
Letras financeiras do tesouro - LFT	2	—	3.295.066	20.588	3.315.654	3.311.760	3.315.654	3.894	3.315.654	22%	2.435.205	22%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	450.099	347.760	—	797.859	791.799	797.859	6.060	797.859	6%	208.446	2%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	3	13	146	162	169	162	(7)	162	0%	44	0%
Títulos da dívida agrária - TDA	1	110	320	—	430	445	430	(15)	430	0%	819	0%
Quotas de fundos de investimentos	2	1.229	—	—	176.769	177.998	177.998	—	177.998	1%	109.412	1%
Operações compromissadas (*)	2	5.466.124	113.421	—	5.579.545	5.579.545	5.579.545	—	5.579.545	42%	5.159.523	46%
Outros/caixa/valores a pagar/receber	2	296	—	—	(1.677)	(1.381)	(1.063)	—	(1.381)	0%	(1.196)	0%
Outros	1	171	—	—	1.388	1.559	1.559	—	1.559	0%	1.219	0%
PGBL/VGBL	2	343.477	1.615.295	199.499	147.865	2.306.137	2.306.137	—	2.306.137	12%	2.223.314	13%
Certificado de depósito bancário - CDB	2	74.030	70.560	—	144.590	144.590	144.590	—	144.590	6%	35.482	2%
Debêntures	2	23.683	76.450	11.616	111.749	111.749	111.749	—	111.749	5%	121.018	5%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	—	865.342	4.807	870.149	870.149	870.149	—	870.149	38%	722.356	32%
Letras financeiras - LF	2	101.959	113.845	2.135	217.939	217.939	217.939	—	217.939	9%	190.565	9%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	10.271	58.687	174.531	243.489	243.489	243.489	—	243.489	11%	407.244	18%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	5.729	5.729	5.729	5.729	—	5.729	0%	5.992	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	1.701	681	2.382	2.382	2.382	—	2.382	0%	5.526	0%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.606	0%
Operações compromissadas (*)	2	—	238.801	—	8	238.809	238.809	—	238.809	10%	358.790	16%
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	2	133.534	189.909	—	323.443	323.443	323.443	—	323.443	14%	237.765	11%
Quotas de fundos de investimentos	2	—	—	—	40.645	40.645	40.645	—	40.645	2%	31.267	1%
Ações	2	—	—	—	108.842	108.842	108.842	—	108.842	5%	106.166	5%
Outros/caixa/valores a pagar/receber	2	—	—	—	(1.629)	(1.629)	(1.629)	—	(1.629)	0%	(1.463)	0%
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	154.117	4.600.678	1.173.921	5.928.716	6.066.320	5.928.716	(137.604)	5.928.716	31%	5.457.627	33%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	50.133	548.287	950.567	1.548.987	1.501.294	1.548.987	47.693	1.548.987	26%	1.275.386	23%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	223.354	—	223.354	220.383	223.354	2.971	223.354	4%	233.650	4%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	4.052.391	—	4.052.391	4.240.651	4.052.391	(188.260)	4.052.391	68%	3.457.969	63%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	10.729	0%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	93.250	—	—	93.250	93.258	93.250	(8)	93.250	2%	457.112	8%
Debêntures	2	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	5.534	0%
Certificado de depósito bancário - CDB	2	10.734	—	—	10.734	10.734	10.734	—	10.734	0%	17.247	0%
Mensuradas a custo amortizado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	157.076	1%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	(48)	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	157.124	100%
Total	6.732.167	10.826.193	1.394.154	324.346	19.276.860	19.399.755	19.277.178	(122.577)	19.276.860	100%	16.740.484	100%

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

2) Movimentação dos ativos e passivos de contratos de seguros e resseguros: a) MODELO BBA

i. Análise por cobertura remanescente e sinistros incorridos

[illegible]

→ continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

13. OUTROS PASSIVOS	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	23.052	16.894	461.210	460.691
Impostos e contribuições	4.441	2.198	1.010.070	710.613
Dividendos a pagar	312.062	173.872	312.062	173.872
Encargos trabalhistas	-	-	47.860	32.065
Passivos de capitalização	-	-	159.958	168.977
Outras contas a pagar	3.034	9.217	182.185	65.100
Total	342.589	202.181	2.173.345	1.611.318

14. PASSIVOS FINANCEIROS

a) Passivo de arrendamento:

	2023	2022
Saldo inicial	562.313	494.506
Constituição de novos contratos	—	6.197
Pagamentos	(90.026)	(88.689)
Apropriação dos juros	54.703	54.925
Remensuração	36.674	96.956
Baixa	(5.344)	(1.562)
Saldo final	558.320	562.313
A taxa média ponderada utilizada para cálculo de desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.		

15. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição:

Natureza	2023		2022	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
Fiscais	1.481.606	1.661.795	1.400.370	1.576.717
PIS/COFINS	1.404.672	1.564.382	1.346.404	1.494.112
PIS/COFINS (multa de mora)	147	35.168	-	-
CSLL	18.090	22.321	11.141	9.226
Outros	47.798	39.924	42.825	51.814
Trabalhista	61.025	10.628	62.383	13.505
Cíveis	85.053	19.565	59.582	8.756
Outros	13.209	711	13.209	205
Total	1.640.893	1.692.699	1.535.544	1.599.183

(*) Os depósitos judiciais não contemplam os depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R\$ 74.597 (R\$ 95.366 em 31 de dezembro de 2022).

b) Composição das ações judiciais por natureza fiscais, trabalhista e cível e por probabilidade de perda:

Probabilidade de perda	2023			2022		
	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado
Fiscais	38	3.335.148	1.481.606	41	3.363.900	1.400.370
Provável	7	1.426.198	1.426.198	7	1.348.100	1.348.100
Possível	31	1.908.950	55.408	34	2.015.800	52.270
Cíveis	10.968	623.089	85.053	13.324	427.278	62.383
Provável	2.839	85.188	85.053	3.854	62.383	62.383
Possível	6.617	429.256	-	7.131	291.048	-
Remota	1.512	108.645	-	2.339	73.847	-
Trabalhistas	883	178.260	61.025	791	192.620	59.582
Provável	338	61.024	61.025	306	59.582	59.582
Possível	147	21.306	-	91	21.377	-
Remota	398	95.930	-	394	111.661	-
Outros	1	13.209	13.209	1	13.209	13.209
Total	11.890	4.149.706	1.640.893	14.157	3.997.007	1.535.544

Processos trabalhistas: O GRUPO responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre o GRUPO e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Processos cíveis: Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligadas a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados a cobertura securitária), ou ainda relacionados a coberturas securitárias pleiteadas em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros. **Processos fiscais:** As empresas do GRUPO possuem discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. **PIS/COFINS:** Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes, em processos com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens 1, 2, 3, 6, 7 e 8. Fases processuais e status abaixo: • 1ª e 2ª Instâncias - pedido principal: A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, a Seguradora entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência de referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Julgada improcedente a ação judicial em primeira e segunda instâncias. • Tribunais Superiores - pedido principal: Interpostos Recursos Especial julgado improcedente em 05 de dezembro de 2023, aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração opostos em Recurso Especial, sendo mantida pelo escritório patrono da causa a classificação de risco como possível. E, permanece pendente de julgamento o Recurso Extraordinário. • 1ª e 2ª Instâncias - pedido de efeito suspensivo: Em pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março/2021, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos em referido processo. • Tribunais Superiores - pedido de efeito suspensivo: Após pedido apresentado perante a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pelas seguradoras. Em razão de referida admissibilidade, foi apresentado pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27 de abril de 2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, as seguradoras contam com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão nesta Ação Judicial. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. Probabilidade: A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - Itens 4, 5, 9 e 10. As principais ações fiscais em 31 de dezembro de 2023 são:

Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
COFINS Prêmio de Seguros 9.718/1998	02/99 a 12/14	Possível	-	-	4.916	4.463	14.908	13.982
	02/99 a 12/14	Provável	15.523	14.842	16.406	15.701	15.523	14.842
	05/99 a 05/09	Provável	686.692	655.842	691.731	660.593	686.692	655.842
COFINS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 05/09	Possível	-	-	24.453	23.331	134.052	128.060
PIS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 05/09	Possível	-	-	-	-	7.224	6.852
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	26.824	25.159
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Provável	189.636	178.361	197.795	186.021	189.636	178.361
PIS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	4.359	4.088
COFINS Receita Financeira (IX) 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	-	-	-	-	83.086	78.903
	05/99 a 12/14	Provável	512.821	486.567	598.457	568.001	512.821	486.567
PIS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	-	-	-	-	13.501	12.822
	06/09 a 12/14	Possível	-	-	799	725	722	2.267
COFINS Receita financeira 9.718/98	06/09 a 12/14	Possível	-	-	-	-	100.816	94.507
PIS Receita financeira 9.718/98	12/13 a 12/14	Possível	-	-	-	-	16.383	15.357
	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	-	22.474	19.033	643.161	511.389
COFINS receita financeira 12.973/14	01/14 a 10/19	Possível	-	-	-	-	-	-
PIS receita financeira 12.973/14	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	-	3.652	3.093	104.514	83.100
PIS/COFINS s/carrregamento de título de capitalização	-	Possível	-	-	-	-	-	1.235
PIS/COFINS Receitas de prêmios e previdência	-	Possível	-	-	1.047	903	1.939	1.889
Provável			1.404.672	1.335.612	1.504.389	1.430.316	1.404.672	1.335.612
Possível			-	-	57.341	51.548	1.152.724	979.282
Total			1.404.672	1.335.612	1.561.730	1.481.864	2.557.396	2.314.894

Demais processos tributários

Nota	Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2023	2022	2023	2022	2023	2022
1	PIS EC 17/1997	07/1997 a 02/1998	Possível	8.649	10.310	8.649	8.238	8.649	10.310
2	PIS EC 10/1996	03/1998 a 01/1999	Provável	11.046	10.791	13.627	13.151	11.046	10.791
3	IRPJ/CSLL PC/BTNF	01/1996 a 07/1996	Possível	-	-	22.624	20.147	22.624	20.147
4	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	Possível	-	-	23.132	21.565	23.132	21.565
5	IRPJ/CSLL Glosa de despesas	2010 a 2011	Possível	-	377	460	377	403	377
6	PIS/COFINS jrs. parc. DPVAT e Assist 24 h	2013/2014	Possível	-	2.106	1.777	57.708	38.900	-
7	PIS/COFINS juros de parcelamento	01/2015 a 12/2016	Possível	-	-	-	3.750	3.436	-
8	INSS sobre PLR	01/2000 a 12/2006	Possível	9.441	-	12.625	11.646	9.441	8.937
9	INSS Diferencial de alíquota RAT	01/2000 a 12/2006	Possível	43.754	41.582	7.994	6.733	59.062	49.066
10	INSS Refis	01/1996 a 12/1998	Provável	-	-	-	-	-	-
		06/2008 em diante	Provável	-	832	-	988	-	832
11	IRPJ Compensação	2003	Possível	3.005	-	3.005	2.808	3.005	2.808
12	IRPJ/CSLL - Não adição de despesas indebitáveis	2014 a 2016	Possível	-	-	-	-	506.071	483.488
13	IRPJ sobre seguro rural	01/2014 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	346.616	319.148
14	PIS/COFINS sobre juros	2016	Possível	-	-	-	-	69	65
15	IRPJ e CSLL sobre JCP ISS - Comissões e monitoramento de veículos	12/2009 a 12/2010	Possível	-	-	-	-	70.457	66.165
16	ISS - Comissões e monitoramento de veículos	01/98 a 08/98	Provável	1.039	865	607	486	1.039	865
17	monitoramento de veículos	01/98 a 10/15	Possível	-	-	-	2.233	4.062	6.286
18	IRRF a restituir 79/80 - REFIS	1979 a 1980	Possível	-	-	-	141	-	141
19	Multa isolada cumulada sobre CSLL	2007 a 2008	Possível	-	-	5.233	4.563	4.846	4.563
20	Multa ofício por compensação não homologada	2014, 2017, 2019 e 2020	Possível	-	-	-	-	1.229	1.115
21	Multa EFD contribuições	02/2018 a 01/2019	Possível	-	-	-	-	13.285	-

PIS/COFINS: Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998 - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto ao alargamento da base de cálculo e a multa de alíquota. Encontram-se os processos aguardando julgamento de Recursos Especial e Extraordinário, sobrestados em razão da existência de Repercução Geral sobre a matéria - RE 609.096. A probabilidade de perda é classificada como provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014 - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, a partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência dos tributos sobre a parcela de receitas financeiras atreladas aos ativos garantidores, em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, em exame de admissibilidade. Conta com decisão que suspende a exigibilidade do crédito tributário. A probabilidade de perda é classificada como possível. • **Demais processos tributários:** (1) **PIS EC nº 17/1997, de 25 de novembro de 1997, e PIS EC nº 10/1996, de 04 de março de 1996** - a) Para os ramos de auto, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do art. 195 da CF/1988. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. c) Para o ramo vida, discute a exigibilidade do PIS com base na EC nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da par pela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nagesimal e da irretroatividade. (2) **IRPJ/CSLL IPC BTNF** - No ramo seguros gerais não vida, discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável.

(3) **PIS/COFINS Multa** - No ramo seguros gerais não vida, e no ramo vida, discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alíquota de 17/1997, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. c) Para o ramo vida, discute a exigibilidade do PIS com base na EC nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da par pela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nagesimal e da irretroatividade. (2) **IRPJ/CSLL IPC BTNF** - No ramo seguros gerais não vida, discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável.

(4) **IRPJ/CSLL** - No ramo seguros gerais não vida, discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alíquota de 17/1997, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. c) Para o ramo vida, discute a exigibilidade do PIS com base na EC nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da par pela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nagesimal e da irretroatividade. (2) **IRPJ/CSLL IPC BTNF** - No ramo seguros gerais não vida, discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável.

(5) **PIS/COFINS Multa** - No ramo seguros gerais não vida, discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alíquota de 17/1997, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. c) Para o ramo vida, discute a exigibilidade do PIS com base na EC nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da par pela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nagesimal e da irretroatividade. (2) **IRPJ/CSLL IPC BTNF** - No ramo seguros gerais não vida, discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável.

(6) **PIS/COFINS Multa** - No ramo seguros gerais não vida, discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alíquota de 17/1997, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos

continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Brasil Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 "F" SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 3 (três) membros, está instituído na empresa líder MAPFRE Brasil Participações S.A. e sua atuação também tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Investimentos Ltda., MAC Investimentos S.A. e Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Brasil Participações S.A. foi constituído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de outubro de 2020, que resultou na instituição de Comitês de Auditoria nas sociedades *holdings* MAPFRE Brasil Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., que fazem parte do GRUPO MAPFRE. Tendo em conta que os integrantes dos Comitês são os mesmos, a pauta é única dos interlocutores, em geral, são comuns, o que possibilita a realização de reunião de forma conjunta, porém com registros em atas individualizadas para o Comitê de cada sociedade *holding*.

Os administradores da MAPFRE Brasil Participações S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que as empresas abrangidas estão expostas, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A empresa de auditoria independente KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável pela auditoria atuarial

das empresas reguladas pela SUSEP - MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. - e controladas pela MAPFRE Brasil Participações S.A., que é subsidiária integral da MAPFRE Brasil Participações S.A.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles internos, auditoria interna e auditoria externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, aos processos contábeis, aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, aos processos de gestão de riscos e aos relativos a transações com partes relacionadas, assim como, à supervisão da efetividade das estruturas de Compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, emitiu recomendações de aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes da auditoria interna e auditoria externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e as constantes nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a

continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Brasil Participações S.A. e discutiu com o auditor independente seu relatório e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que: a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade; b) Os resultados e as informações fornecidas pelas áreas de auditoria interna, de riscos e de controles internos indicam a efetividade de seus trabalhos; c) A Auditoria Independente é efetiva e as informações por ela fornecida constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos; d) As demonstrações financeiras da MAPFRE Brasil Participações S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo (SP), 29 de abril de 2024.
Luiz Cláudio Ligabue - Coordenador
Edgar Jabbour - Membro Titular
Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis - Membro Titular

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ: 12.264.857/0001-06



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias das Demonstrações Financeiras Individuais, referentes à MAPFRE Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e estão sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As referidas demonstrações financeiras estão sendo acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Resultado do exercício

- Em 2023, a MAPFRE Participações S.A. apresentou lucro de R\$ 286,5 milhões, obtidos substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas sendo:
- Lucro de R\$ 197,4 milhões pelas carteiras de Auto e Seguros Gerais;
 - Lucro de R\$ 51,1 milhões pelas carteiras de Vida;
 - Lucro de R\$ 8,3 milhões no segmento de Capitalização;
 - Lucro de R\$ 17,4 milhões no segmento de Previdência.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Participações S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Sustentabilidade

Em 2021, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 2022 a 2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG - Ambientais, Sociais e de Governança e de negócios para os próximos anos.

O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDACIÓN MAPFRE

Por meio da *Fundación* MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social. Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e cento e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e dar confiabilidade às práticas adotadas, sendo os resultados obtidos informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se ao acompanhamento de novas regulamentações,

aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, à segurança física e lógica, ao plano de continuidade de negócios e à atividade de mapeamento de processos.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de Dados e Segurança da Informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança de dados, a governança e a gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	2023	2022
	(reapresentado)	(reapresentado)
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	282.321	83.081
Despesas administrativas	10a (670)	(1.095)
Despesas com tributos	10b (492)	(382)
Outros resultados financeiros	10c 7.659	1.777
Lucro antes dos impostos	288.618	83.379
Imposto de renda e contribuição social	11a (2.117)	(77)
Lucro líquido do exercício	286.501	83.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	286.501	83.302
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:	156.512	(53.399)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controladora	539	(276)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes - controladora	(183)	94
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controladas	330.562	(151.793)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes	(132.225)	61.057
Outros resultados abrangentes	(70.256)	63.185
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes	28.075	(25.666)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	443.013	29.903
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas:	443.013	29.903
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 100,00%	443.013	29.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	286.501	83.302
Ajustes para:	(282.137)	(63.081)
Resultado de equivalência patrimonial	(282.321)	(83.081)
Tributos diferidos	184	(96)
Variação nas contas patrimoniais	(5.895)	(47.776)
Ativos financeiros	(7.847)	(47.296)
Créditos a receber e outros ativos	197	(147)
Ativo fiscal corrente	(65)	(419)
Outros passivos	1.820	86
Caixa líquido gerado pelas operações	(1.531)	(47.651)
Imposto de renda pago	(47)	(223)
Contribuição social sobre o lucro líquido pago	(636)	(10)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(2.214)	(47.884)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de capital em investida	-	(28.000)
Dividendos recebidos	13.356	847
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	13.356	(27.153)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	75.000
Dividendos pagos	(11.142)	-
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamentos	(11.142)	75.000
Aumento líquido/(redução) líquido de equivalente de caixa	-	(37)
Equivalente de caixa no início do exercício	15	52
Equivalente de caixa no fim do exercício	15	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração do resultado abrangente

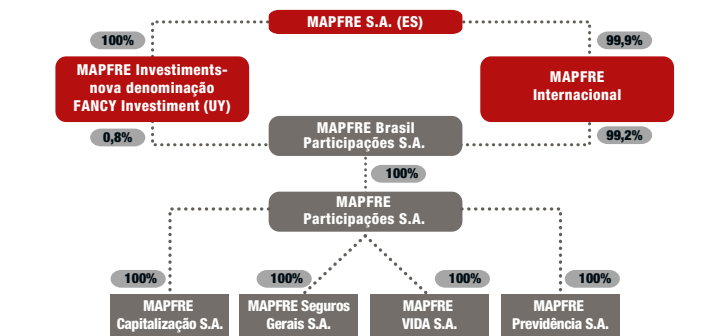
	31.12.2022
	Divulgação anterior
Lucro líquido do exercício	46.906
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:	(70.848)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controladas	(116.618)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes	49.919
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(4.141)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(23.934)
Demonstração do fluxo de caixa	31.12.2022
	Divulgação anterior
Lucro líquido do exercício	46.906
Ajustes para:	(46.682)
Resultado de equivalência patrimonial	(46.682)
Lucro ajustado	224

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Não houve no exercício de 2022 alterações em outras políticas contábeis relevantes, exceto pela aplicação do CPC 50 - Contratos de Seguro, que entrou em vigor em 01.01.2023 e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, cuja vigência inicial acompanhou o CPC 50. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Ativos financeiros que são mantidos em caixa com o objetivo de manter o valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pelo GRUPO para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido de acordo com o modelo de negócios do GRUPO. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o GRUPO mude seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à mudança de modelo de negócios. O GRUPO classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial nas seguintes categorias: *i. Custo amortizado:* Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio de resultados financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; *•* Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são recebidos pelo principal e dos juros (SPFI); *ii. VJORA:* Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJORA, ou seja: *•* É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. *•* Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são recebidos pelo principal e dos juros. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJORA. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o GRUPO pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que não seja de curto prazo para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA. *iii. Instrumentos financeiros derivativos:* O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. *iv. Avaliação do modelo de negócio:* O GRUPO avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido para cada carteira de ativos financeiros porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: *•* As políticas e os objetivos declarados para a carteira e para o funcionamento prático dessas políticas, incluindo se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, o casamento entre a duração dos ativos financeiros e a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. *•* Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do GRUPO; *•* Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a forma como aqueles riscos são gerenciados; *•* A frequência, o volume e a época das vendas nos períodos anteriores, os motivos de tal vendas e as suas expectativas sobre vendas futuras. No entanto, informações sobre atividades de vendas não são utilizadas para a gestão de ativos financeiros é alcançada, e como os fluxos de caixa são realizados. *v. Recebíveis:* Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Créditos a receber e outros ativos" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. *c) Redução do valor recuperável: i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência objetiva de que um evento de redução ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Tal evidência objetiva foi o valor justo dos ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor para incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor ("redução ao valor recuperável") nos ativos da Administração não é revertida e reconhecida pela reclassificação do ativo amortizado ou VJORA reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. O valor desta reclassificação é dado pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido do valor da perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Por sua vez, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada a perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. *d) Investimentos:* Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a MAPFRE Participações S.A. determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento e suas controladas. A MAPFRE Participações S.A. determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Participações S.A. é uma sociedade por ações que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais e industriais; *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral; e *iii.* previdência e capitalização. A MAPFRE Participações S.A. está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 12.264.857/0001-06. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A MAPFRE Participações S.A. está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Contábeis, considerando os seguintes fatores: *i.* Não há objeto de acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; *ii.* A MAPFRE Participações S.A. não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; *iii.* A MAPFRE Participações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e *iv.* A controladora direta da MAPFRE Participações S.A., que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2024. Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras do GRUPO MAPFRE, no qual o CPC 50 - Contratos de Seguros e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. O detalhamento das notas explicativas das empresas controladas pela MAPFRE Participações S.A. será divulgado nos dados consolidados da empresa MAPFRE Brasil Participações S.A., que serão divulgados no mesmo dia. As mudanças relacionadas a políticas contábeis significativas estão descritas na Nota Explicativa nº 3i. **b) Continuidade:** A Administração considera que a MAPFRE Participações S.A. possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base de Consolidação das Controladas:** São as entidades nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o GRUPO e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As políticas contábeis das Controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo GRUPO. Destacamos a relação das companhias controladas constituídas no Brasil, com controle integral, salvo quando indicado de outra forma: **a. MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto a exploração de operações de seguros, seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares, conforme legislação aplicável; **b. MAPFRE Vida S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto a operação em seguros, seguros e resseguros nos ramos de pessoas e vida, conforme legislação aplicável; **c. MAPFRE Previdência S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto operar nas atividades de previdência complementar, renda e previdência, bem como operações do ramo vida com sobrevivência, conforme legislação aplicável; **d. MAPFRE Capitalização S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto operar na modalidade de capitalização, conforme legislação aplicável. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) resultantes de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados em relação ao investimento na proporção da participação do GRUPO na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Companhia é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos e as principais premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Mudanças nas políticas contábeis significativas:** A Companhia aplicou, inicialmente o CPC 50 e CPC 48, incluindo quaisquer alterações consequentes a outras normas, a partir de 1º de janeiro de 2023. Essas normas trouxeram mudanças na contabilidade de contratos de seguro, resseguro e instrumentos financeiros. Como resultado, a Companhia representou certos montantes comparativos e apresentou um terceiro balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022. **1. CPC 50 - Contratos de Seguros** - O CPC 50 substitui o CPC 11 - Contratos de seguro e entra em vigor por períodos anuais, a partir de após 1º de janeiro de 2023, como indicado anteriormente. **i. Reconhecimento, mensuração e apresentação de contratos de seguro:** A referida norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contrato de seguro, resseguro e contratos de investimentos com DPF (característica de participação discricionária). Ela introduz um modelo de mensuração de grupos de contratos com base nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera surgirem à medida que a Companhia cumprir os contratos e um ajuste explícito de risco para o risco não financeiro. De acordo com o CPC 50, a receita de seguros em cada período de apresentação representa as mudanças nos passivos de cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o GRUPO MAPFRE espera receber contraprestação e uma alocação de prêmios que se referem à recuperação de fluxos de caixa de aquisição de seguros. Além disso, os componentes de investimento não são mais incluídos nas despesas de receita de seguros e serviços de seguro. Anteriormente todos os custos de aquisição eram reconhecidos e apresentados como ativos separados dos contratos de seguro relacionados (custos de aquisição diferidos) até que esses custos fossem incluídos no resultado e em outros resultados abrangentes. De acordo com o CPC 50, somente fluxos de caixa para a aquisição de seguros que surgem antes do reconhecimento dos contratos de seguro relacionados são reconhecidos como ativos separados e são testados para a recuperabilidade. Esses ativos são apresentados no valor contábil da carteira relacionada de contratos e são desconhecidos, uma vez que os contratos relacionados tenham sido reconhecidos. As receitas e despesas dos contratos de resseguros que não sejam receitas e despesas de financeiras de seguros são apresentadas como um único valor líquido no resultado. O GRUPO contabiliza os contratos de seguro

e resseguro nos termos do CPC 50 vide nota 3i. **ii. Modelos de transição adotados:** As mudanças nas políticas contábeis, resultantes do CPC 50, foram aplicadas usando uma abordagem retrospectiva completa para os grupos de contratos valorados pelo modelo PAA e abordagem de Valor Justo para os grupos de contratos valorados pelo modelo geral BBA e pelo modelo VFA, na medida em que foi impraticável adotar a abordagem retrospectiva completa ou modificada para estes modelos. **a) Abordagem retrospectiva completa:** O GRUPO MAPFRE, em 1º de janeiro de 2022, identificou e reconheceu e mensurou cada grupo de contratos de seguro e de resseguro como se o CPC 50 sempre tivesse sido aplicado. *•* Identificou, reconheceu e mensurou quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros como se o CPC 50 sempre tivesse sido aplicado. *•* Baixou os saldos anteriormente que não existissem se o CPC 50 sempre tivesse sido aplicado (incluindo alguns custos de aquisição diferidos). *•* Reconheceu no patrimônio líquido qualquer diferença líquida resultante. **b) Abordagem valor justo:** Para grupos de contratos mensurados pelo modelo BBA (Building Block Approach) e VFA (*Variable Fee Approach*), o GRUPO MAPFRE considerou impraticável adotar a abordagem retrospectiva completa pelo fato de as informações requeridas não terem sido coletadas (ou não terem sido coletadas com granularidade suficiente) e estarem indisponíveis em função de migrações de sistemas, requisitos de retenção de dados ou outras razões. Além disso, o GRUPO MAPFRE considerou que não é possível reconstruir premissas de projeção de fluxos de caixa futuro em épocas passadas sem o uso de percepção posterior. O objetivo do cálculo do *Fair Value* na data de transição para o CPC 50 é determinar o valor da *CSM* (*Contractual Service Margin*) ou Componente de Perda (*Loss Component* - LC) com o qual as carteiras vigentes naquela data passaram a ser contabilizadas de acordo com a nova norma. Nesse sentido, o CPC 50 indica que a *CSM* ou Componente de Perda (LC) na data de transição é obtido como a diferença entre o *Fair Value* do grupo de contratos e seus Fluxos de Caixa de Cumprimento na data de transição. Por sua vez, de acordo com os critérios do CPC 48, o valor do *Fair Value* deve ser composto pelas seguintes grandezas: *•* Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para o ativo ou passivo que está sendo avaliado (*Best Estimate Liability* - BEL). *•* A transferência uma responsabilidade por contratos de seguro, o destinatário, deve continuar a cumprir as obrigações adquiridas com o seguro da carteira a avaliar. Portanto, a estimativa dos fluxos de caixa para a determinação do *Fair Value* de uma carteira de responsabilidades por contratos de seguro, será baseada na obtenção dos fluxos prováveis relacionados aos pagamentos de benefícios, despesas e cobranças de prêmios futuros, à semelhança de como a entidade obtém a melhor estimativa de fluxos futuros para calcular suas provisões do CPC 50. *•* Expectativas quanto a possíveis variações no valor e tempestividade dos fluxos de caixa que representam a incerteza inerente aos fluxos de caixa (Ajuste de Risco - RA). *•* Na determinação do *Fair Value* é necessário ter em conta os possíveis desvios que possam ocorrer, tanto no montante como na tempestividade dos fluxos de caixa. Este conceito também faz parte do passivo do contrato de seguro obtido segundo os critérios do CPC 50, especificamente, quando corresponde ao Ajuste de Risco - RA. *•* O preço por arcar com a incerteza inerente aos fluxos de caixa (ou seja, um prêmio de risco). Para determinar a *CSM* na abordagem Valor Justo, o GRUPO MAPFRE incluiu contratos em grupos de contratos com mais de 1 (um) ano de intervalo. **2. CPC 48 - Instrumentos Financeiros** - Entrou em vigor para os períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e introduziu inúmeras alterações com relação ao nível da classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, cálculo e reconhecimento da imparidade, novas regras para as contabilizações de *hedge* e respectivas divulgações. Em virtude da complexidade e exigências associadas à implementação do CPC 48 em conjunto com o CPC 50, em março de 2020, por meio da Emenda do CPC 50, o *IASB* (*International Accounting Standards Board*) decidiu pela prorrogação da data efetiva da norma para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, decidiu estender a isenção à aplicação do CPC 48 para permitir implementar o CPC 48 e o CPC 50 ao mesmo tempo. O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48, uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou o CPC 48 pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, com o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos 4 (quatro) tópicos principais abaixo: **i. Classificação e mensuração de ativos e passivos:** O CPC 48 afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023, da seguinte forma: *•* A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com o CPC 38. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com o CPC 48. *•* Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com o CPC 38, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com o CPC 48. *•* Os investimentos de dívida classificados como disponível para venda de acordo com o CPC 38 podem, de acordo com o CPC 48, ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas. *•* No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2022; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes. *•* Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com o CPC 38, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com o CPC 48. A classificação dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, os ativos financeiros contabilizados como disponíveis para venda foram classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a valor justo por meio do resultado (VJR) e os ativos antes classificados como mantidos até o vencimento, antes mensurados por valor de custo amortizado, foram reclassificados para valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), passando a serem mensurados por valor justo e com impacto positivo em 1º de janeiro de 2022 no valor de R\$ 29,9 milhões líquido de imposto e perda esperada no patrimônio líquido. **ii. ECL** (*Expected Credit Loss*): O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida no CPC 38 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. O CPC 48 exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data da apresentação. **iii. Instrumentos financeiros derivativos:** O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. De acordo com a Política de Investimentos e normativos vigentes, o GRUPO MAPFRE realiza operações em mercados derivativos, com a finalidade de efetuar *Hedge* em sua carteira. Ao longo do segundo semestre de 2022, contratou Instrumentos Financeiros Derivativos do tipo DI Futuro da B3, na Carteira Própria, com o objetivo de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros futuros, entre os ajustes com liquidações financeiras diárias. O ganho ou perda resultante com as operações de derivativos são reconhecidos pelo "VJR" de cada período. **3. Efeitos da adoção inicial do CPC 48 e CPC 50:** Apresentamos abaixo, o impacto de adoção inicial do CPC 48 e CPC 50 no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício:

Investimento em participações societárias			
Empresas	Saldo em 31.12.2021	Impactos da adoção inicial	Saldo em 01.01.2022
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	2.425.325	(137.948)	2.287.377
MAPFRE Vida S.A.	648.830	1.423	650.253
MAPFRE Previdência S.A.	126.658	13.622	140.280
MAPFRE Capitalização S.A.	18.866	574	19.440
Total	3.219.679	(122.329)	3.097.350
Patrimônio líquido			
Conciliação do patrimônio líquido - efeitos da adoção do CPC 48 e CPC 50			
Patrimônio líquido em 31.12.2021			3.253.932
MAPFRE Seguros Gerais S.A.			(137.948)
MAPFRE Vida S.A.			1.423
MAPFRE Previdência S.A.			13.622
MAPFRE Capitalização S.A.			574
Patrimônio líquido em 01.01.2022, após ajustes do CPC 48 e CPC 50			3.131.603
Demonstração do resultado			31.12.2022
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
Resultado de equivalência patrimonial em investidas	46.682	36.399	83.081
Despesas administrativas	(1.095)	–	(1.095)
Despesas com tributos	(382)	–	(382)
(=) Resultado antes das receitas/despesas financeiras	45.205	36.399	81.604
(+/-) Resultado financeiro	1.779	(4)	1.775
(=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro	46.984	36.395	83.379
(-) Imposto de renda	(51)	1	(50)
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	(27)	–	(27)
(=) Lucro líquido do exercício	46.906	36.396	83.302

→ continuação

MAPFRE Participações S.A. - CNPJ nº 12.264.857/0001-06

DIRETORIA		
FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO	SIDNEY RODRIGUES	IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA
CONTADORA		
TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Participações S.A.
São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 29 de Abril de 2024.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP
Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.
É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.
O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.
Os administradores da MAPFRE Participações S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.
A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que as empresas abrangidas estão expostas, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.
A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A empresa de auditoria independente KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável

pela auditoria atuarial das empresas reguladas pela SUSEP - MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. - e controladas pela MAPFRE Participações S.A.
Principais Atividades
O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles internos, auditoria interna e auditoria externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Órgão e estão adiante sintetizadas.
Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, aos processos contábeis, aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, aos processos de gestão de riscos e aos relativos a transações com partes relacionadas, assim como, à supervisão da efetividade das estruturas de Compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, emitiu recomendações de aprimoramentos.
Manteve diálogo com as equipes da auditoria interna e auditoria externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.
Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e as constantes nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Participações S.A. e discutiu com o auditor independente seu relatório e apontamentos.
Conclusões
Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:
a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
b) Os relatórios e as informações fornecidas pelas áreas de auditoria interna, de riscos e de controles internos indicam a efetividade de seus trabalhos;
c) A Auditoria Independente é efetiva e as informações por ela fornecida constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
d) As demonstrações financeiras da MAPFRE Participações S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.
São Paulo (SP), 29 de abril de 2024.
Luiz Cláudio Ligabue - Coordenador
Edgar Jabbour - Membro Titular
Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis - Membro Titular



SOLUÇÕES
CUSTOMIZADAS
PARA
CLIENTES
INSTITUCIONAIS

Tradição, Ética e Segurança de uma Gestora de Recursos com mais de 20 anos de experiência.



Saiba mais sobre a
MAPFRE Investimentos

invest@mapfre.com.br
+55 11 2663-5276 | 11 97398-5838 | 11 94292-6879

Rating **MQ1.br** pela Moody's^[1]
Avaliação máxima de qualidade de gestão de investimentos

 **MAPFRE** | INVESTIMENTOS



[1] Fonte: Moody's: relatório completo no site www.moodylocal.com/country/br/assessments/mq. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda, do fundo garantidor de créditos - FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento, formulário de informações essenciais e formulário de informações complementares ao aplicar seus recursos. A rentabilidade dos fundos não é líquida de impostos. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de no mínimo 12 (doze) meses.

MAC Investimentos S.A.
CNPJ: 17.249.375/0001-92



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Individuais, referentes às atividades da MAC Investimentos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo os Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância às práticas contábeis prescritas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.
Resultado do exercício
Em 2023 a MAC Investimentos S.A. apresentou lucro de R\$ 10,5 milhões, obtidos substancialmente de equivalência patrimonial em Sociedades em Contas de Participação - SCP, resultante principalmente pela SCP - carteira aportada.
Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos
Os acionistas da MAC Investimentos S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos Acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designados 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível

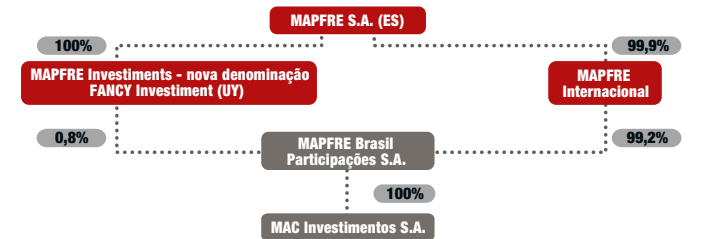
BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)
Ativo				
Circulante		26.507	19.266	11.302
Disponibilidades		12	295	27
Ativos financeiros	5	21.894	14.152	7.518
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		21.894	14.152	7.518
Outros créditos	6	1.583	2.058	1.461
Créditos tributários	13b	3.018	2.761	2.296
Ativo não circulante		11.133	7.453	9.785
Realizável a longo prazo		2.744	1.944	4.274
Ativos financeiros		2.741	1.944	4.274
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.741	1.944	4.274
Depósito judiciais		3	—	—
Investimentos	7	8.389	5.508	5.508
Imobilizado		—	1	3
Total do ativo		37.640	26.719	21.087
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.				
Passivo				
Circulante		127	166	294
Impostos e contribuições	8	79	9	6
Obrigações a pagar		—	1	61
Fornecedores	9	48	156	227
Passivo não circulante		694	404	587
Créditos tributários e previdenciários	13b	34	—	—
Provisões judiciais	10	660	404	587
Patrimônio líquido	11	36.819	26.149	20.206
Capital social		61.000	61.000	61.000
Ajuste de avaliação patrimonial		67	(80)	109
Prejuízo acumulado	(24.248)	(34.771)	(40.903)	(40.903)
Total do passivo e patrimônio líquido		37.640	26.719	21.087
As demonstrações financeiras individuais.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAC Investimentos S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é parte do GRUPO MAPFRE, sociedade por ações que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, administração de fundos por contrato ou comissão e a participação como acionista em instituições não financeiras. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo, e cadastrada no CNPJ nº 17.249.375/0001-92.
A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha.
As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.
Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação
As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, em consonância com as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2024.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
b) Continuidade
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.
c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional
As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.
d) Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
• Nota 13 - Créditos tributários; e
• Nota 10 - Provisões judiciais.
e) Separação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.
Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.
Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes.
Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.
f) Mudanças nas políticas contábeis significativas
A Companhia aplicou, inicialmente o CPC 48, incluindo quaisquer alterações consequentes a outras normas, a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta norma trouxe mudança na contabilidade de instrumentos financeiros. Como resultado, a Companhia representou certos montantes comparativos e apresentou um terceiro balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022.
1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Entrou em vigor para os períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e introduziu inúmeras alterações com relação ao nível da classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, cálculo e reconhecimento da imparidade, novas regras para as contabilizações de *hedge* e respectivas divulgações.
Em virtude da complexidade e exigências associadas à implementação do CPC 48 em conjunto com o CPC 50, em março de 2020, por meio da Emenda ao CPC 50, o IASB - *International Accounting Standards Board* decidiu pela prorrogação da data efetiva da norma para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, e estendeu a isenção à aplicação do CPC 48 para permitir implementar o CPC 48 e o CPC 50 ao mesmo tempo.
O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48, uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou o CPC 48 pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, com o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2022.
A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos quatro tópicos principais abaixo:
i) Classificação e mensuração de ativos e passivos
O CPC 48 afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023, da seguinte forma:
• A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com o CPC 38. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com o CPC 48.
• Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com o CPC 38, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com o CPC 48.
• Os investimentos de dívida classificados como disponível para venda de acordo com o CPC 38 podem, de acordo com o CPC 48, ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas.
• No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2023; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes.
• Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com o CPC 38, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com o CPC 48.
A classificação dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR.
No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, os ativos financeiros contabilizados como disponíveis para venda foram classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a valor justo por meio do resultado (VJR) e os ativos antes classificados como mantidos até o vencimento, antes mensurados por valor de custo amortizado, foram reclassificados para valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), passando a serem mensurados por valor justo e com impacto positivo de R\$ 29,9 milhões líquido de imposto e perda esperada no patrimônio líquido.
ii) ECL (Expected Credit Loss)
O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida no CPC 38 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. O CPC 48 exige que uma provisão para perda seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultante de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data da apresentação.

com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.
A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.
Em 2023, não foram distribuídos dividendos, visto que o lucro do exercício absorve parte do prejuízo acumulado.
Sustentabilidade
Em 2022, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 2022-2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) e de negócios para os próximos anos.
O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e as demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDACIÓN MAPFRE

Por meio da Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.
Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e cento e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 29 de abril de 2024.
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Resultado de equivalência em investimentos de controladas	12a	9.568	6.542
Outras receitas e despesas operacionais	(205)	176	176
Resultado operacional		9.363	6.720
Despesa com pessoal	12b	(430)	(1.127)
Serviços de terceiros	12c	(348)	(747)
Outras despesas administrativas	12d	(344)	(384)
Despesa com tributos	(138)	(93)	—
Outras receitas não operacionais	12e	265	211
Resultado financeiro		2.493	1.552
Resultado antes dos impostos		10.861	6.132
Imposto de renda e contribuição social	13a	(338)	—
Lucro líquido do exercício		10.523	6.132
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.523	6.132
Outros resultados abrangentes	147	(189)
Varição líquida ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	181	(189)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(34)	—
Resultado abrangente do exercício	10.670	5.943
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 publicado anteriormente	61.000	—	(40.903)	20.097
Transição CPC 48	—	109	—	109
Saldo em 1º de janeiro de 2022 (reapresentado)	61.000	109	(40.903)	20.206
Lucro líquido do exercício	—	—	6.132	6.132
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	—	(189)	—	(189)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	61.000	(80)	(34.771)	26.149
Lucro líquido do exercício	—	—	10.523	10.523
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	—	147	—	147
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.000	67	(24.248)	36.819
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.				

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.523	6.132
Ajustes para:	(9.567)	(6.539)
Depreciações e amortizações	—	3
Resultado de equivalência patrimonial	(9.568)	(6.542)
Redução do valor recuperável		
Varição nas contas patrimoniais	(8.483)	(5.282)
Aplicações	(8.394)	(4.493)
Outros créditos	475	(597)
Créditos tributários	(257)	(465)
Depósitos judiciais e fiscais	(3)	—
Impostos e contribuições	70	3
Obrigações a pagar	(11)	(60)
Fornecedores	(663)	513
Tributos diferidos	34	—
Provisões judiciais	256	(183)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(7.527)	(5.689)
Atividades de financiamento		
Dividendos recebidos	7.244	5.957
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	7.244	5.957
Aumento/(redução) líquido de caixa	(283)	268
Caixa no início do exercício	295	27
Caixa no fim do exercício	12	295
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou de uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.
g) Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.
h) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10%, sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.
O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:
• Risco de crédito; e
• Risco de liquidez.
Estrutura de gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.
A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.
O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.
O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e a mensuração dos riscos.
A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como base o resultado de uma análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.
A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.
Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança:
• **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
• **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
• **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a coordenação de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.;
• **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e

continua ➔

2. Efeitos da adoção inicial do CPC 48

Apresentamos abaixo, o impacto de adoção inicial do CPC 48 no balanço patrimonial e na demonstração do resultado abrangente:

	Divulgação anterior	Ajuste CPC 48	Saldos ajustados
Ativo			
Circulante			
Disponibilidades	11.302	—	11.302
Ativos financeiros	27	—	27
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	7.518	—	7.518
Outros créditos	7.518	—	7.518
Créditos tributários	1.461	—	1.461
Ativo não circulante	9.676	109	9.785
Realizável a longo prazo	4.165	109	4.274
Ativos financeiros	4.165	109	4.274
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	—	4.274	4.274
Mensuradas a custo amortizado	4.165	(4.165)	—
Investimentos	5.508	—	5.508
Imobilizado	3	—	3
Total do ativo	20.978	109	21.087
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições	294	—	294
Obrigações a pagar	6	—	6
Fornecedores	61	—	61
Passivo não circulante	227	—	227
Provisões judiciais	587	—	587
Patrimônio líquido	20.097	109	20.206
Capital social	61.000	—	61.000
Ajuste de avaliação patrimonial	—	109	109
Prejuízo acumulado	(40.903)	—	(40.903)
Total do passivo e patrimônio líquido	20.978	109	21.087

	Divulgação anterior	Ajuste CPC 48	Saldos ajustados
Lucro líquido do exercício	6.132	—	6.132
Outros resultados abrangentes	—	(189)	(189)
Varição líquida ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	—	(189)	(189)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	—	—	—
Resultado abrangente do exercício	6.132	(189)	5.943

Demonstração do resultado abrangente

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS
As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.
a) Caixa e equivalente de caixa
Incluem caixa e saldos em conta movimento com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.
b) Ativos financeiros
A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido de acordo com o modelo de negócios. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que mude o seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados na primeira data de balanço posterior à mudança no modelo de negócios. A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial nas seguintes categorias:
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ou seja:
• E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros
• Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (SPPI).
ii. VJORA</

–★ continuação –

MAC Investimentos S.A. - CNPJ 17.249.375/0001-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

• **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos e, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Gerenciamento do risco de crédito
Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

	2023		2022 (reapresentado)	
	AAA	Sem rating	AAA	Sem rating
Ativos financeiros - <i>Rating</i>				
Títulos públicos de renda fixa (*)	24.639	–	24.639	16.102
Caixa/contas a pagar/receber	–	(4)	(4)	–
Total	24.639	(4)	24.635	16.102

(*) Inclui operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

5. ATIVOS FINANCEIROS

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

	Vencimento					Ativos					Total	
	Até 1 a	De 1 a	5 anos	Acima	Sem	Valor	Valor de	Valor	Ajuste a	2022	2023	%
	ano	5 anos	de 5 anos	5 anos	vencimento	contábil	curva	justo	valor justo			
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Mensuradas a valor justo por meio de resultado	4.601	17.297	–	(4)	21.894	21.890	21.894	–	21.894	88%	14.152	88%
Fundos de investimentos	4.601	17.297	–	(4)	21.894	21.890	21.894	–	21.894	100%	14.152	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	–	17.297	–	17.297	17.293	17.297	4	17.297	79%	12.222	86%
Operações compromissadas (*)	2	4.601	–	–	4.601	4.601	4.601	–	4.601	21%	1.936	14%
Caixa/contas a pagar/receber	2	–	–	–	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–	(6)	–
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	2.741	–	2.741	2.642	2.741	99	2.741	11%	1.944	12%
Fundos de investimentos	–	–	2.741	–	2.741	2.642	2.741	99	2.741	100%	1.944	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	–	2.741	–	2.741	2.642	2.741	99	2.741	100%	1.379	71%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	565	29%
Total	4.601	17.297	2.741	(4)	24.635	24.532	24.635	103	24.635	100%	16.096	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

Para fins de gestão, as aplicações financeiras da Companhia são realizadas e registradas por meio de fundos de investimentos exclusivos, cujas cotas são valorizadas diariamente, e disponibilizadas pelas Administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos, que compõem a carteira desses fundos de investimentos, tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

d) Movimentação das aplicações financeiras

	2022	Ajuste ao		2023
	(reapresentado)	Aplicações	Resgates	
Fundo de investimentos (*)	16.096	7.174	(1.301)	2.485
Total	16.096	7.174	(1.301)	2.485

	01.01.2022	Ajuste ao		2022
	(reapresentado)	Aplicações	Resgates	
Fundos de investimentos (*)	11.792	6.561	(3.612)	1.544
Total	11.792	6.561	(3.612)	1.544

(*) Devido a participação da Companhia no fundo de investimento próprio que o GRUPO possui em sua carteira de ativos financeiros, para fins de divulgação da movimentação a Companhia não segregou por classificação de ativos.

6. OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
Dividendos a receber	796	1.332
Bloqueio judiciais	92	–
Outros créditos diversos	695	726
Total	1.583	2.058

7. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participações em duas sociedades por conta de participação, como sócia participante. Estes são avaliados por equivalência patrimonial, não estando demonstrados de forma consolidada nestas demonstrações financeiras. As participações e resultados destes investimentos estão a seguir demonstrados:

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a capacidade da Companhia saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

A posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente pela Diretoria, os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, para manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

As aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez imediata. A seguir o casamento de ativos e passivos:

	2023
Fluxo de ativos (*)	6.090
Fluxo de 1 (um) a 5 (cinco) anos	17.296
Fluxo acima de 5 (cinco) anos	2.741
Total	26.127

(*) O fluxo de ativos considera o disponível, equivalentes de caixa, aplicações e outros créditos. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais, aquelas classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. (**) O fluxo de passivos considera os impostos e contribuições, obrigações a pagar e fornecedores.

	Vencimento					Ativos					Total	
	Até 1 a	De 1 a	5 anos	Acima	Sem	Valor	Valor de	Valor	Ajuste a	2022	2023	%
	ano	5 anos	de 5 anos	5 anos	vencimento	contábil	curva	justo	valor justo			
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Mensuradas a valor justo por meio de resultado	4.601	17.297	–	(4)	21.894	21.890	21.894	–	21.894	88%	14.152	88%
Fundos de investimentos	4.601	17.297	–	(4)	21.894	21.890	21.894	–	21.894	100%	14.152	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	–	17.297	–	17.297	17.293	17.297	4	17.297	79%	12.222	86%
Operações compromissadas (*)	2	4.601	–	–	4.601	4.601	4.601	–	4.601	21%	1.936	14%
Caixa/contas a pagar/receber	2	–	–	–	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–	(6)	–
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	2.741	–	2.741	2.642	2.741	99	2.741	11%	1.944	12%
Fundos de investimentos	–	–	2.741	–	2.741	2.642	2.741	99	2.741	100%	1.944	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	–	2.741	–	2.741	2.642	2.741	99	2.741	100%	1.379	71%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	565	29%
Total	4.601	17.297	2.741	(4)	24.635	24.532	24.635	103	24.635	100%	16.096	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

	Carteira		Total
	aportada	nova	
Porcentagem de participação	78,70%	50%	
Ativo circulante	1.032	17.783	18.815
Ativo não circulante	–	9.279	9.279
Passivo circulante	(153)	(10.120)	(10.273)
Passivo não circulante	(869)	(180)	(1.049)
Ativos líquidos (100%)	10	16.762	16.772
Participação da Companhia nos grupos de ativos	8	8.381	8.389
Receita líquida com taxas de administração	5.392	20.390	25.782
Custos operacionais	–	(6.888)	(6.888)
Despesas operacionais	–	(510)	(510)
Despesas de depreciações e amortizações	–	(9)	(9)
Resultado financeiro	72	1.303	1.375
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(622)	(2.772)	(3.394)
Lucro e resultado abrangente total (100%)	4.842	11.514	16.356
Resultado compartilhado	4.842	11.514	16.356
Participação da Companhia no resultado compartilhado	3.811	5.757	9.568
Resultado atribuído à Companhia	3.811	5.757	9.568
Dividendos recebidos pela Companhia	3.811	–	3.811

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

É composto substancialmente por impostos retidos sobre serviços de terceiros no montante de R\$ 79 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022).

9. FORNECEDORES

É composto basicamente por compartilhamento de despesas a ser pago a empresas do Conglomerado GRUPO MAPFRE no valor de R\$ 48 (R\$ 156 em 31 de dezembro de 2022), conforme descrito na nota explicativa nº 14.

10. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição das ações judiciais por natureza e probabilidade

	2023			2022		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Trabalhistas	1	121	–	1	110	–
Remota	1	121	–	1	110	–
Cíveis	25	2.328	660	24	1.953	404
Provável	7	660	660	7	404	404
Possível	18	1.668	–	17	1.549	–
Total	26	2.449	660	25	2.063	404

b) Movimentação

	2023		2022	
	Cíveis	Total	Cíveis	Total
Saldo inicial	404	404	587	587
Constituições/reversões	372	372	(178)	(178)
Pagamentos/Baixas	(186)	(186)	(94)	(94)
Atualização	70	70	89	89
Saldo final	660	660	404	404

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 61.000, representado por 201.023.145 quotas (R\$ 61.000 e 201.023.145 quotas em 31 de dezembro de 2022).

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2023	2022
a) Resultado em sociedades em conta prestação	9.568	6.542
Equivalência patrimonial - SCP MAPFRE aportada	3.811	3.448
Equivalência patrimonial - SCP MAPFRE nova	5.757	3.094
b) Despesa com pessoal	(430)	(1.127)
Salários	–	–
Benefícios	–	–
Despesa de compartilhamento - nota nº 14	(430)	(1.127)
c) Serviços de terceiros	(348)	(747)
Despesas com serviços técnicos	(39)	(146)
Despesa de compartilhamento - nota nº 14	(309)	(600)
Despesas com demais serviços	–	(1)
d) Outras despesas administrativas	(344)	(384)
Despesas com publicações	(64)	(14)
Despesa de compartilhamento - nota nº 14	(248)	(345)
Depreciações e amortizações	–	(3)
Outras despesas	(32)	(22)
e) Resultado financeiro	2.493	1.552
Receita financeira	2.485	1.544
Outras receitas financeiras	8	8

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos	10.861	10.861	6.132	6.132
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.691)	(977)	(1.533)	(552)
Diferenças temporárias	(64)	(24)	(4)	(1)
Diferenças permanentes	(7)	(2)	46	16
Resultado de participação em controladas e coligadas	2.392	861	1.636	589
Prejuízo fiscal e base negativa	118	43	–	–
Deduções incentivadas	15	–	–	–
Tributos antes das compensações	(237)	(99)	145	52
Ajuste temporário	306	119	(99)	(36)
Constituição/(reversão) de crédito tributário	49	23	(46)	(16)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	2	14	–	–
Ajustes relativos ao exercício corrente	118	43	–	–
Despesa com imposto de renda e contribuição social	238	100	–	–
Alíquota efetiva (%)	-2%	-1%	–	–

b) Créditos tributários

Os créditos tributários são representados por impostos retidos sobre notas fiscais emitidas e não compensadas em decorrência do faturamento reduzido e do prejuízo apresentado no decorrer dos anos.

	2022 (reapresentado)	Constituição	Reversão	2023
Ativos diferidos				
Tributos a compensar	2.761	925	(668)	3.018
Total circulante	2.761	925	(668)	3.018
Passivos diferidos				
Tributos diferidos	–	34	–	34
Total não circulante	–	34	–	34
	01.01.2022			2022
	(reapresentado)	Constituição	Reversão (reapresentado)	



Para deixar uma pegada positiva no mundo, planejamos cada passo com muito carinho.



Nós acreditamos em um mundo melhor. E mais do que isso, queremos fazer parte da mudança. Temos um compromisso inegociável com o planeta e tudo o que fazemos é guiado pelos valores ASG. De barreiras sociais a desafios ambientais: essa é a parte que nos toca e estamos prontos para agir.

mapfre.com.br